



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CLAUDEMIR MARTINS COSME



**A EXPULSÃO DE CAMPONESES ASSENTADOS COMO UMA DAS
FACES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL:
UM ESTUDO DA EVASÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO CEARÁ**



**JOÃO PESSOA-PB
2015**

CLAUDEMIR MARTINS COSME

**A EXPULSÃO DE CAMPONESES ASSENTADOS COMO UMA DAS
FACES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: UM
ESTUDO DA EVASÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero
Júnior.

**JOÃO PESSOA-PB
2015**

**A EXPULSÃO DE CAMPONESES ASSENTADOS COMO UMA DAS
FACES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: UM
ESTUDO DA EVASÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO CEARÁ**

Claudemir Martins Cosme

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UEPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior
Orientador

Prof^a. Dr^a Emília de Rodat Fernandes Moreira
Examinadora interna

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Examinador externo

Prof^a. Dr^a Maria Franco Garcia
Suplente interno

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho
Suplente externo

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

João Pessoa - PB
2015

Aos camponeses assentados e aos que foram expulsos
dos Assentamentos: Diamantina e Olga Benário.

À minha esposa Simone e aos meus filhos: Allan e Lara.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os percalços superados nessa caminhada para a conclusão desta travessia (mestrado), que se finaliza com a elaboração deste estudo, ao mesmo tempo que deixa uma vereda aberta e apresenta outros desafios a enfrentar. Com certeza, inúmeras também foram as pessoas que contribuíram, direta e indiretamente, para a finalização desta etapa da minha vida, que teve início em 2012 e aqui se encerra no início de 2015. Sei que é difícil lembrar-me de todas elas, principalmente, algumas que não estiveram presentes fisicamente, mas com o envio de energia e na torcida para que tudo desse certo. Vibrações que chegaram mesmo sem eu ter a certeza de onde vinham e que me fortaleceram e mantiveram-me firme. Mesmo assim buscarei, a partir do desenrolar da história, agradecer a todas as pessoas que caminharam comigo nesta jornada.

Tomo como ponto de partida 2012, pois levo em conta um período difícil entre o término da graduação e a aprovação no mestrado Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB (PPGG/UFPB) no final deste mesmo ano. Tempos de muitas incertezas, frente aos desafios de sair do interior do Ceará e buscar uma oportunidade em algum lugar Brasil afora, no desejo de ingressar em um Programa de Pós-Graduação em Geografia que atendesse as minhas escolhas políticas e intelectuais, para o aprofundamento da formação acadêmica. Tempos difíceis, haja visto, o cansaço em noites a fio estudando, construindo o projeto de pesquisa e escolhendo um novo norte a seguir, pois a primeira escolha de cursar o mestrado na Universidade Federal do Ceará não havia vingado. Neste bojo, algumas pessoas foram marcantes pelo estímulo contínuo, contribuição permanente e valiosa amizade e carinho, principalmente, no processo de amadurecimento para enfrentar as etapas de um novo processo seletivo. Meus agradecimentos aos amigos Profs.: Jucier, Cleuton, Hidelbrando, Francisco Antonio e Manoel Fernandes. Talvez nem saibam o quanto contribuíram: desde as leituras do projeto, sumário e rascunho da dissertação, as sugestões de bibliografias para a seleção do mestrado ou mesmo com simples conversas, mas animadoras e descontraídas que serviram de combustível para continuar perseguindo esse sonho. Devo enaltecer que estes estiveram, na medida do possível, presentes em diversos outros momentos nestes anos.

Quando da escolha pelo PPGG/UFPB os amigos: França e Joseandro foram firmes e não titubearam quando solicitei a companhia dos mesmos em algumas viagens para cumprir as etapas da seleção em João Pessoa. A estes também não posso deixar de registrar minha gratidão.

A chegada e o tempo que passei João Pessoa, longe de casa, dos familiares e amigos em alguns momentos foram dolorosos e complicados. Agradeço a Kéllisson e Alana pela hospedagem durante o período que permaneci em terras paraibanas. Estes facilitaram sobremaneira minha adaptação, que teria sido bem mais difícil sem o apoio que me deram nos primeiros meses.

Meus agradecimentos a todos que fizeram o PPGG/UFPB neste período que permaneci por lá. Os colegas do mestrado e doutorado, os professores e servidores pelos momentos vivenciados e pelo respeito com que sempre me trataram, os quais facilitaram também a adaptação, contribuíram na formação e no êxito deste processo. Em nome de todos, gostaria de deixar meu muito obrigado na pessoa de Sônia (secretária do PPGG/UFPB), que era sempre muito atenciosa, prestativa e esteve de prontidão para contribuir no que fosse preciso e assim o fez em diversas situações.

Fiz algumas amizades entre os estudantes do mestrado que mais de perto acompanharam, compartilharam e deixaram mais leve os meus dias: Marcela, Rômulo, João Cesar, Flávia, Demóstenes, Djanní, Rute e Eduardo. Estes três últimos, contribuíram sobremaneira, quando me acolheram em passagens rápidas por João Pessoa. A todos vocês meu muito obrigado e saibam que terão sempre minha gratidão e amizade.

Outro que não posso esquecer é o amigo Alex, funcionário da lanchonete do Seu Enoque no campus da UFPB, foi com quem mais conversei sobre a saudade daqueles que ficaram. Obrigado pelas boas conversas, pela atenção e amizade. Grande ser humano, humildade a flor da pele.

A turma de Geografia Agrária 2013.1 do curso de graduação da UFPB agradeço pelo convívio no Estágio Docência e por oportunizar a prática e a troca de saberes, permitindo aprender juntos tanto nas aulas teóricas, como de campo. Galera finíssima. A amizade construída com todos(as) deu novos ares e animou bastante os dias e os corredores da UFPB.

Aos professores Josias de Castro Galvão e Anieres Barbosa da Silva do PPGG/UFPB, que participaram da Disciplina “Seminário de Dissertação”, obrigado pelo diálogo, pois, proporcionou relevantes contribuições para este estudo. Devo ressaltar que a contribuição do Prof. Josias foi além deste momento, quando dos debates e diálogos durante e pós a disciplina “Aspectos metodológicos em análise de discurso na ciência geográfica” ministrada por ele.

No mês de maio de 2014 tive a felicidade de vivenciar trinta dias de mestrado sanduíche na Universidade Federal de Sergipe, que foi um momento ímpar para a minha formação e construção deste trabalho. Portanto, devo um agradecimento a todos(as) que conheci e convivi

em terras sergipanas: aos que fazem o Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR/UFS); aos estudantes da disciplina Geografia Agrária 2014.1 do curso de graduação da UFS; aos pesquisadores da UFS, UFPB e da Universidade Federal de Uberlândia que participaram do Seminário Técnico no âmbito do Programa de Estímulo a Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação em Sergipe (PROMOB) e os que fazem os movimentos sociais e entidades ligadas a luta pela terra, pela reforma agrária e pela agroecologia no campo sergipano. Naqueles dias tive a orientação e acompanhamento do Prof. Eraldo da Silva Ramos Filho, bem como, a atenção da Profa. Josefa de Lisboa Santos, que muito contribuíram para o sucesso desta experiência. Também gostaria de enaltecer a amizade do estudante de graduação Alex e sua companheira Libia, grandes amigos. Não mediram esforços para tornar aqueles dias leves e divertidos, principalmente, quando me apresentaram Aracajú. Por fim, mas de extrema importância foram os amigos que abriram o lar para me receber durante este período: Michelle, Leonardo e Guto a vocês meus agradecimentos.

No processo de qualificação e defesa tive a oportunidade de dialogar, debater e aprender com os Professores: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Emília de Rodat Fernandes Moreira. Grandes transformações de ordem teórica e de estruturação deste estudo foram produzidas a partir das considerações destes importantes pesquisadores da questão agrária brasileira. Portanto, a eles agradeço afirmando o compromisso de seguir trilhando as sendas abertas pelos mesmos na Geografia Agrária, bem como, na busca da transformação da sociedade. Sublinho aqui, que a presença da Profa. Emília no quadro docente do PPGG/UFPB, frente sua trajetória e produção intelectual, foi ponto determinante para a minha decisão de vir participar da seleção neste programa. Foi a pessoa quem fiz os primeiros contatos na UFPB e que se mostrou bastante atenciosa e respeitosa em responder os e-mails e dar força para que eu me submetesse ao processo seletivo. A senhora, Profa. Emília, devo mais esse agradecimento. Aos Profs. Eraldo da Silva Ramos Filho e Maria Franco Garcia meus agradecimentos também pela aceitação de compor a banca de defesa na condição de suplentes.

Agradeço a todos os servidores do INCRA-Ceará que tive contato, pela forma gentil que acolheram a pesquisa. Em especial, Raimundo Cruz Pinto (Djalma), pela atenção e disponibilidade em contribuir com o processo, não medindo esforços em todas as ocasiões as quais estive no órgão ou mesmo por e-mail/celular.

Aos Técnicos e Diretores do IRDSS meus agradecimentos, nas pessoas dos técnicos: Reginaldo Ferreira de Lima e Maria Dalvanir e Silva Duarte, bem como, aos técnicos Rafran Guimarães Pinto e Francisca Jaqueline Souza, que sempre atenciosos não mediram esforços em

fornecer todas as informações e registros fotográficos que detinham sobre os PA's e, desta forma, enriquecer a pesquisa.

Aos companheiros dos STTR de Russas: Aldenor Marcelino de Lima, Pedro Lima Ribeiro, Cristóvão Alves de Lima, José Eudes Maciel, Luiz Vicente dos Santos e Josué Candido da Silva Filho; do STTR de Tabuleiro do Norte: Antério Fernandes Moreira; da FETRAECE: Marilu Moreira de Souza, Moisés Braz Ricardo e Sueli Paz Pinheiro André, e do MST: Luiz Eduardo de Souza, José Ricardo de Oliveira Cassundé, Joel Ângelo Pimenta, Andréa Lúcia Silva Lima e José Odahi Magalhães, pela disposição e atenção para com o trabalho, meu muito obrigado.

Aos Secretários de Agricultura de Russas e de Tabuleiro do Norte, os senhores Francisco Nilson Maciel Mendonça e Francisco Massoloni da Silva e ao Técnico da Secretaria de Agricultura de Russas, o senhor Evandro José Lima Silva, obrigado pela forma atenciosa, respeitosa e prestativa durante as entrevistas.

Aos amigos: Luiz Carlos Guerreiro pelo apoio cartográfico; Gildenir Alves Moreira pela tradução do resumo; João Neto Gurgel Viana pela arte da capa e a Milena Bandeira pela correção gramatical meus agradecimentos.

Alguns amigos que ficaram em terras cearenses, devo um sincero agradecimento. Pessoas que tenho um profundo carinho, respeito e guardo grande amizade, que entre idas e vindas da Paraíba para o interior do Ceará e em meio ao trabalho intenso destes anos, arrumávamos um tempinho e nos encontrávamos para conversar, rir um pouco, participar de uma roda de samba, um forró e tomar umas boas cachaças e assim recarregar as energias para novas batalhas: George, Márcio, Joneile, Jucier, Cleuton, Daniely, Erison, Kelbia, Rafaela, Rejane, Priscila, Cartier, Sandro Welker, França, Joseandro, Deimisson, Rogério, Rubinho, Charles e Júnior. Saibam que divido com vocês esse momento.

Aos camponeses assentados(as) e ex-assentados(as) dos PA's Diamantina e Olga Benário obrigado pela oportunidade de conhecer e aprender juntamente com vocês. Meus agradecimentos pela forma carinhosa que me acolheram, pela importância e atenção que tiveram em todos os momentos da pesquisa, pelo tempo dedicado, pela paciência nos longos momentos de diálogos e, por fim, por permitir juntar-me a vocês na difícil caminhada pela reforma agrária no Brasil. Cito aqui a participação em outubro de 2013 na semana de luta da Via Campesina na capital cearense, onde ocupamos o INCRA e caminhamos pelas avenidas de Fortaleza. Ponto alto para elucidar e clarear algumas dúvidas e dar novos rumos a algumas reflexões empreendidas neste estudo acerca dos movimentos sociais.

Ao amigo Prof. Marco Antonio Mitidiero Júnior, meu orientador, minha gratidão maior. A sua participação foi fundamental em praticamente todos os processos descritos anteriormente. Reconheço e parableno-o pelo respeito e diálogo horizontal que sempre teve para comigo e, acima de tudo, pela liberdade e autonomia quando deixa o orientando caminhar na pesquisa, bem como, pela confiança e por deixar-me relativamente à vontade para descobrir e construir. Obrigado por me ajudar a superar limites, a enxergar novos horizontes, a crescer e possibilitar a conclusão desse valioso trabalho.

A minha família sublinho que a conquista é nossa, pois sem vocês esse feito seria irrealizável. Minha esposa Simone que cuidou perfeita e carinhosamente, em muitos momentos sozinha, dos nossos filhos, leia-se tesouros: Allan e Lara; meu pai Tutu; meus irmãos Claudio, Claudia e Leninha; minha cunhada Tonha e meus sobrinhos Eduardo, Cíntia e Felipe. Agradeço à Deus por fazerem parte da minha vida e compartilharem dessa alegria. Abraço todos e reconheço a importância que vocês tem na minha vida e para a realização deste momento. Por último e de forma proposital, quero abraçar todos vocês através da minha mãe Margarida, a base da minha caminhada, uma inspiração permanente, principalmente, naqueles momentos mais difíceis, não tenho palavras para agradecer tamanha dedicação desta guerreira.

Reitero que realizar um trabalho como este que ora apresento só é possível com a contribuição, dedicação e amizade que compartilhei com todas estas pessoas. Sem as quais, com certeza, não teria obtido o êxito que se alcançou nesta difícil, mas prazerosa caminhada. Sem o apoio de qualquer um de vocês, essa travessia teria sido, sem dúvida, muito mais difícil, quiçá em alguns momentos, intransponível.

Por fim, reconheço a força criadora e suprema do universo, que nos alimenta com uma energia positiva a cada amanhecer e que impulsiona a não esmorecer frentes aos desafios das caminhadas. Senti ela todos os dias e isso ajudou-me e ajuda a prosseguir sempre!

Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber

E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer
E ver que toda essa engrenagem
Já sente a ferrugem lhe comer

Êh, ô, ô, vida de gado
Povo marcado
Êh, povo feliz!

Lá fora faz um tempo confortável
A vigilância cuida do normal
Os automóveis ouvem a notícia
Os homens a publicam no jornal

E correm através da madrugada
A única velhice que chegou
Demoram-se na beira da estrada
E passam a contar o que sobrou!

Êh, ô, ô, vida de gado
Povo marcado
Êh, povo feliz!

O povo foge da ignorância
Apesar de viver tão perto dela
E sonham com melhores tempos idos
Contemplam esta vida numa cela

Esperam nova possibilidade
De verem esse mundo se acabar
A arca de Noé, o dirigível
Não voam, nem se pode flutuar

Êh, ô, ô, vida de gado
Povo marcado
Êh, povo feliz!

(Admirável gado novo, Zé Ramalho).

RESUMO

A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil é uma contribuição aos estudos da questão agrária brasileira, que tem por objetivo principal, analisar o processo de evasão de camponeses assentados em assentamentos rurais. Uma problemática esquecida em ampla maioria das pesquisas, que tem nessas frações territoriais de resistência e (re)criação camponesa o núcleo central de reflexão. Defende-se nesta investigação a noção de expulsão camponesa em detrimento do próprio conceito de evasão, bem como, ao invés de uma diversidade de outras denominações utilizadas tanto pelo Estado, como pela academia e até mesmo pelos movimentos sociais e organizações camponesas e os próprios assentados, a saber: “saída”, “desistência”, “rotatividade”, “abandono”, “venda” e “troca de lotes”. Por perceber que os referidos termos colocam a priori a responsabilidade do ato sobre os sujeitos envolvidos nos processos, fato que será contestado frontalmente neste trabalho. Elegendo como recorte temporal os últimos 12 anos, marcados pelos governos do Partido dos Trabalhadores à frente da República, o olhar geográfico recai sobre 40 assentamentos criados no espaço agrário cearense e, especificamente, aprofunda as reflexões analisando a história de gestação e construção dos Projetos de Assentamentos: Diamantina e Olga Benário, localizados nos municípios de Tabuleiro do Norte e Russas, respectivamente, Microrregião do Baixo Jaguaribe. Interpretando o espaço agrário brasileiro a partir da vertente teórica do desenvolvimento contraditório do capital e do caráter rentista assumido por este e com base em um rigoroso trabalho de campo, amparado na pesquisa participante, no uso de fontes orais (entrevistas semiestruturadas), registros fotográficos e caderno de campo, além da pesquisa documental e bibliográfica, é que se buscou compreender a problemática investigada e adentrar no universo dos diversos sujeitos envolvidos na luta pela reforma agrária e materialização dos assentamentos rurais. O estudo permite concluir que o Estado, através dos governos petistas, naufragados na ideologia do progresso e sob os auspícios do ideário neoliberal, opta pelo modelo agrário/agrícola do agronegócio numa busca incessante por um dito novo desenvolvimento, consequentemente, dá continuidade à histórica contrarreforma agrária no Brasil. Nessa conjuntura política totalmente adversa ao campesinato, a expulsão dos camponeses assentados, produto da precarização dos assentamentos rurais e das políticas para a classe camponesa de forma geral, constitui-se em uma das inúmeras faces que dão concretude a referida contrarreforma no país.

Palavras-chave: Assentamentos rurais. Camponês assentado. Evasão. Expulsão camponesa. Contrarreforma agrária.

ABSTRACT

The expulsion of peasants settled as one of the faces of the agrarian counter-reform in Brazil is a contribution to the study of Brazilian agrarian question which is meant to examine the dropout process settlers peasants in rural settlements. A problem forgotten in the vast majority of the research that has these territorial fractions of resistance and (re) creation peasant the core of reflection. It is argued in this research the concept of peasant expulsion over the very concept of avoidance as well, rather than a variety of other names used both by the State, as the academy and even by social movements and peasant organizations and the settlers themselves, namely: "exit", "withdrawal", "turnover", "abandonment", "sale" and "replacement of lots". By realizing that those words put priori act of responsibility on those involved in the process, a fact that will be challenged head-on in this work. Electing time frame as the last 12 years, marked by the Party governments Workers ahead of the Republic, the geographic look falls on 40 settlements created in agrarian space of Ceará and specifically deepens the reflections analyzing the history of pregnancy and construction of the Project settlements: Diamantina and Olga Benário, located in the municipalities of Tabuleiro do Norte and Russas, respectively, micro-region of Lower Jaguaribe. Interpreting the Brazilian agrarian space from the theoretical part of the contradictory development of capital and rentier character assumed by this and based on a rigorous field work, supported in participatory research, the use of oral sources (semi structured interviews), photographic records and field notes, in addition to the documentary and bibliographical research, this study sought to understand the investigated problem and enter the universe of many subjects involved in the struggle for agrarian reform and materialization of rural settlements. The study concludes that the State, through the PT governments, shipwrecked on an ideology of progress and under the auspices of neoliberal ideas, opting for agricultural model / agricultural agribusiness in an incessant search for said new development therefore continues the historical agrarian counter-reform in Brazil. In this political context totally adverse to peasantry, the expulsion of the settlers peasants, product of casualization of rural settlements and policies for the peasantry in general, constituted in one of the many faces that give concreteness said counter-reform in the country.

Keywords: Rural settlements. Peasant seated. Evasion. Peasant expulsion. Agrarian Counter-reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Vista do PA Diamantina.....	144
Figura 2	PA Diamantina - Construção das moradias no ano de 2005.....	150
Figura 3	PA Diamantina - Momento de reflexão e união das famílias durante a construção das moradias no ano de 2005.....	150
Figura 4	PA Diamantina – Abastecimento d’água por um caminhão-pipa pertencente a uma empresa do agronegócio instalada na Chapada do Apodi em 2008.....	164
Figura 5	PA Diamantina – Perfuração de poço profundo para abastecimento humano em 2009.....	165
Figura 6	PA Diamantina – Perfuração de forma artesanal de poço para fins de irrigação em 2013.....	166
Figura 7	PA Diamantina – Perfuração de forma artesanal de poço para fins de irrigação em 2013.....	166
Figura 8	PA Diamantina – Perfuração de forma artesanal de poço para fins de irrigação em 2013.....	167
Figura 9	PA Diamantina – Principal estrada de acesso a comunidade em condição precária em 2009.....	169
Figura 10	PA Diamantina – Principal estrada de acesso a comunidade em condição precária em 2009.....	169
Figura 11	PA Diamantina - Rebanho caprino coletivo em 2008.....	175
Figura 12	PA Diamantina – Rebanho bovino coletivo em 2008.....	176
Figura 13	PA Diamantina – Produção de grãos (feijão) em lote individual em 2013.....	178
Figura 14	PA Diamantina – Bovinocultura de leite individual em 2013.....	179
Figura 15	PA Diamantina – Apicultura em 2008.....	179
Figura 16	Casa de taipa do ex-assentado do PA Diamantina.....	206
Figura 17	Vista do PA Olga Benário.....	224
Figura 18	Morada Nova – Canal da Integração.....	226
Figura 19	PA Olga Benário – Marcha das famílias para ocupação em 2009.....	229
Figura 20	A Olga Benário - Chegada em comboio do Perito Federal, do Latifundiário e do Engenheiro Agrônomo no PA Olga Benário para reavaliar o latifúndio.....	234
Figura 21	PA Olga Benário - Reavaliação de um dos açudes do imóvel rural.....	234

Figura 22	PA Olga Benário - Medição da parede de um dos açudes pela equipe de reavaliação.....	235
Figura 23	PA Olga Benário – O grupo divergindo acerca do tamanho do imóvel indenizado.....	235
Figura 24	PA Olga Benário – Casa de Farinha do imóvel desapropriado utilizada na ocupação pelas famílias.....	240
Figura 25	PA Olga Benário – Casa antiga do latifúndio utilizada atualmente como moradia, 2013.....	240
Figura 26	PA Olga Benário – Produção agroecológica individual, 2013.....	242
Figura 27	PA Olga Benário – Produção agroecológica individual, 2013.....	243
Figura 28	Momento de luta e encontro do MST com a força policial em frente ao Palácio do Governo na capital cearense Fortaleza.....	258
Figura 29	Marcha dos movimentos sociais camponeses pelas principais avenidas da capital cearense.....	269

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Índices de evasão na região Nordeste e no Brasil.....	56
Quadro 2	Síntese das abordagens sobre a expulsão de camponeses assentados.....	71
Quadro 3	Assentamentos rurais criados na Microrregião do Baixo Jaguaribe – Ceará.....	81
Quadro 4	Motivos da desistência/evasão nos assentamentos rurais da Microrregião do Baixo Jaguaribe.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evasão nos assentamentos do Rio Grande do Sul.....	64
----------	--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do PA Diamantina.....	144
Mapa 2	Localização do PA Olga Benário	223

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.....	45
Gráfico 2	Projetos de Assentamentos criados na Microrregião do Baixo Jaguaribe de 1990 a 2014.....	80
Gráfico 3	Desistência/evasão de famílias nos assentamentos rurais do Baixo do Jaguaribe segundo o INCRA.....	84
Gráfico 4	Motivos da desistência/evasão de famílias assentadas nos assentamentos rurais do Baixo Jaguaribe segundo o INCRA	85
Gráfico 5	Quadro geral das famílias desistentes e evadidas nos Assentamentos Rurais do Baixo Jaguaribe.....	87
Gráfico 6	Assassinatos no campo brasileiro (2000-2010).....	102
Gráfico 7	Evolução da distribuição dos recursos para o crédito agropecuário nos governos Lula.....	107
Gráfico 8	Distribuição dos recursos para o crédito agropecuário nos governos Lula	108
Gráfico 9	Conflitos no campo brasileiro (2001-2010).....	118
Gráfico 10	Nº de pessoas envolvidas nos conflitos no campo brasileiro (2001-2010).....	119
Gráfico 11	Nº de pessoas envolvidas nos conflitos de terra no campo brasileiro (2001-2010).....	120
Gráfico 12	Assassinatos no campo brasileiro (2011-2014).....	128
Gráfico 13	Evolução da distribuição dos recursos para o crédito agropecuário nos governos Lula/Dilma.....	129
Gráfico 14	Distribuição dos recursos para o crédito agropecuário no governo Dilma.....	130
Gráfico 15	Conflitos no campo brasileiro (2001-2013).....	134
Gráfico 16	Nº total de pessoas envolvidas nos conflitos no campo brasileiro (2001-2013).....	135
Gráfico 17	Nº de pessoas envolvidas nos conflitos de terra no campo brasileiro (2001-2013).....	136
Gráfico 18	Desistência e evasão das famílias homologadas em 2004.....	186
Gráfico 19	Tempo de permanência no assentamento das famílias homologadas em 2004....	189
Gráfico 20	Desistência e evasão das famílias homologadas em 2005.....	190

Gráfico 21	Tempo de permanência no assentamento das famílias homologadas em 2005.....	191
Gráfico 22	Desistência e evasão das famílias homologadas em 2007.....	192
Gráfico 23	Tempo de permanência no assentamento das famílias homologadas em 2007....	193
Gráfico 24	Histórico geral de desistência/evasão no PA Diamantina (2004-2014).....	195
Gráfico 25	Histórico geral do tempo de permanência das famílias homologadas no PA Diamantina (2004-2014).....	196
Gráfico 26	Causas determinantes para a desistência/evasão na visão dos assentados e ex-assentados do PA Diamantina.....	201
Gráfico 27	Situação ocupacional das 14 famílias ex-assentadas do PA Diamantina entrevistadas.....	209
Gráfico 28	Histórico das homologações de cadastros no PA Olga Benário (2010-2014).....	247
Gráfico 29	Causas determinantes para a desistência/evasão na visão dos assentados e ex-assentados do PA Olga Benário.....	249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOTAP	Cooperativa Técnica de Assessoria e Projetos
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRDSS	Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRDSS	Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RB	Relação de Beneficiários
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SR	Superintendência Regional
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO I - UMA APROXIMAÇÃO COM A PROBLEMÁTICA DA EXPULSÃO DE CAMPONESES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	50
1.1 Abordagens sobre a expulsão de camponeses assentados: o que afirma o discurso científico?	50
1.2 Reforma agrária e a expulsão de camponeses assentados nos assentamentos rurais no Baixo Jaguaribe.....	72
CAPÍTULO II – A QUESTÃO AGRÁRIA NO CAMPO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI: AGRONEGÓCIO, BARBÁRIE E RESISTÊNCIA CAMPONESA..	92
2.1 A reforma agrária na transição FHC – Lula: medo, esperança ou ilusão?	92
2.2 Os governos Lula (2003-2010): a ilusão materializada na contrarreforma agrária e na opção pelo agronegócio.	101
2.3 O governo Dilma Rousseff: ao agronegócio tudo, aos camponeses, a contrarreforma agrária.....	125
CAPÍTULO III – A REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE (CE) E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PA DIAMANTINA.....	138
3.1 A reforma agrária em Tabuleiro do Norte: um bom negócio para os latifundiários.....	138
3.2 A gênese do PA Diamantina: a reforma agrária negociada com o latifundiário.....	143
3.3 A trajetória do camponês assentado do PA Diamantina.....	154
3.4 A precariedade como marca do PA Diamantina.....	160
3.5 A expulsão camponesa no PA Diamantina: umas das faces da contrarreforma agrária em curso.....	184
3.6 Os caminhos trilhados: qual o destino dos assentados do PA Diamantina expulsos da terra?	205
CAPÍTULO IV – A REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE RUSSAS (CE) E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PA OLGA BENÁRIO.....	217
4.1 A reforma agrária em Russas: da negociação com o latifundiário, a ocupação do latifúndio.....	217
4.2 A luta para gestação do PA Olga Benário: o protagonismo do sujeito Sem Terra.....	226
4.3 A trajetória do camponês assentado do PA Olga Benário.....	236

4.4 Resistência e precariedade como marcas do PA Olga Benário.....	239
4.5 A expulsão camponesa no PA Olga Benário: uma das faces da contrarreforma agrária em curso.....	246
4.6 Os caminhos trilhados: qual o destino dos assentados do PA Olga Benário expulsos da terra?	251
4.7 O MST e o PA Olga Benário: luta e resistência do campesinato assentado em movimento.....	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	262
REFERÊNCIAS.....	270
ANEXOS.....	289

INTRODUÇÃO

De fato é um problema recorrente em todas as comunidades. Não dá para negar que tem várias nuances a questão da desistência, da rotatividade das famílias nas nossas comunidades do MST (José Ricardo de Oliveira Cassundé – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Ceará)¹.

Olha, eu tenho acompanhado muito a reforma agrária aqui no estado do Ceará, os assentamentos e tenho percebido, tenho encontrado [...] isso também acontece no Ceará. Temos alguns assentamentos no Estado [...] que hoje você tem, praticamente, quase ninguém, todo mundo já migrou né, foram morar nas periferias das cidades, voltaram, é, trabalhar pra parceiros, pra patrão e por aí vai. Então, se isso é uma coisa que também no Ceará não é diferente. Acontece, muitos trabalhadores também não estão mais no assentamento, desistiram, né (Moisés Brás Ricardo – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Ceará (FETRAECE))².

A precariedade da reforma agrária e das políticas agrícolas para o setor camponês – marca iniludível de todos os governos que assumiram o Estado brasileiro – está expulsando famílias assentadas. No lugar dessas famílias excluídas surgem novas famílias assentadas. O problema não se resolve em si, se reproduz em si (FERNANDES, 2010, p. 192).

A opção dos governos para o campo brasileiro nos últimos vinte anos, marcados pela internacionalização da economia frente o capitalismo mundializado³ e sob os auspícios do ideário neoliberal⁴, foi o de manter a via da modernização técnica da agropecuária, com base no agronegócio em detrimento do campesinato e da realização da reforma agrária no país. Nesse cenário, conforme afirma Delgado (2010), a estratégia foi de relançar, nos moldes da modernização conservadora do período militar, os grandes empreendimentos agroindustriais com vistas à geração de saldos na balança comercial, sem alteração na estrutura fundiária.

Por essa via, permeada pela ideologia do progresso e pelo discurso de um dito novo desenvolvimento⁵, sem se discutir para quê e para quem, o debate da questão agrária,

¹Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, residência do depoente, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

²Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2014, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

³ Nos termos sublinhado por Oliveira (2013), onde destaca que para entender a luta pela terra e os conflitos no campo é necessário ter em mente o contexto de internacionalização da economia brasileira numa conjuntura do capitalismo mundializado. Nessa esteira, é que se compreende o mecanismo da dívida externa, a ação do Estado nas alianças e fusões entre capital nacional e estrangeiro na expansão do capital na agricultura do país.

⁴Compreende-se o ideário neoliberal a partir de Maricato (2009) quando afirma que: apesar da roupagem democrática e participativa, as propostas dos “planos estratégicos” combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o “ajuste” das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington. Uma receita para os países e outra receita para as cidades se adequaram aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo, ou mais exatamente, novos tempos de ajuste da relação de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista sob o império americano (Ibidem, p. 14).

⁵ Adota-se aqui a leitura de Porto-Gonçalves (2012) na discussão acerca da ideia de desenvolvimento na que ele denomina sociedade moderno-colonial. Nesta, desenvolvimento significa dominar a natureza, onde determinadas condições jurídicas e políticas precisam ser efetivadas. Assim, na realidade, tem-se um des-envolvimento, onde a busca é de “tirar o envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e

consequentemente da reforma agrária, é visto pelos defensores da manutenção do *status quo* como algo ultrapassado, como destaca Sampaio (2013). Pois, segundo ele, o discurso é o de que a agricultura moderna, intensiva em capital e tecnologia, já havia resolvido os problemas que caberia a reforma agrária solucionar. Discurso que não tem respaldo quando se olha a realidade conflituosa e desigual do campo brasileiro. Em suma, um espaço dialeticamente marcado pela modernidade e pela barbárie, como tão realista demonstra Oliveira (2003).

Portanto, contrariando o discurso hegemônico, a realidade aponta que o Brasil adentra a segunda década do século XXI, com uma questão agrária marcada por violentos conflitos territoriais, ocasionados pela ação dos capitalistas rentistas que a todo custo buscam a manutenção do monopólio de classe sobre a terra, perpetuando assim, a concentração fundiária no campo. Ação que ganha concretude em práticas e pactos políticos e estratégias territoriais perversas materializadas por todo o território nacional, como: grilagem; expropriação e expulsão de camponeses; assassinatos e genocídios de nações indígenas; mantendo praticamente intacta a desigualdade na distribuição e acesso à terra⁶ (OLIVEIRA, 2001a, 2003, 2007; MEDEIROS, 2003; MOREIRA e TARGINO, 1997).

Pondo em relevo este estado de coisas vigentes, por conseguinte, fazendo emergir as contradições/tensões e os interesses de classe que conformam a questão agrária no país, com implicações negativas para o conjunto da sociedade, estão os camponeses, os indígenas, os trabalhadores rurais sem terra e os demais sujeitos do campo. Mobilizados em movimentos e organizações sociais, marcham travando lutas que se concretizam em conflitos territoriais, quase sempre sangrentos, haja vista centenas de vidas já terem sido ceifadas na “longa marcha do campesinato brasileiro” em busca de entrar e permanecer na terra, como bem escreveu Oliveira (2001b). Mesmo permeadas por contradições, distinções, desencontros, recuos e avanços, são lutas políticas essencialmente contra hegemônicas que tem, entre outras conquistas, gestado centenas de assentamentos rurais espacializados em todo o território brasileiro.

Nessa esteira, nas últimas décadas, um número significativo de pesquisas sobre a questão agrária⁷ no Brasil tem dado atenção especial a essas frações territoriais de resistência

destes como a natureza” (Ibidem, p. 81). Nessa perspectiva, os massacres que expulsam os camponeses e os índios de suas terras fazem parte das estratégias de desenvolvimento, segundo o autor.

⁶ O Índice de Gini que mede a concentração da terra no Brasil pouco se alterou nas últimas décadas, mesmo com a criação dos mais de 9 mil assentamentos rurais espacializados pelo país: em 1985 era 0,857; 0,856 em 1996 e no de 2006 o índice permaneceu em 0,854, segundo o IBGE apud Hoffmann e Ney (2010).

⁷ A questão agrária no Brasil é compreendida aqui, fundamentalmente, a partir dos escritos dos seguintes autores: Prado Jr. (2000), quando defende os efeitos nefastos da elevada concentração fundiária para o conjunto da sociedade; Martins (1981), quando desenvolve a teoria do caráter rentista da expansão capitalista no campo,

camponesa, como são vistos aqui os assentamentos rurais, enfocando as suas diversas dimensões (econômicas, sociais, ambientais, gestão, entre outras) e as dinâmicas que geram no entorno e nos municípios onde estão espacializados (BRUNO; MEDEIROS, 2000; GONÇALVES, 2004; MOREIRA e TARGINO, 2007; MITIDIERO JR., 2011). Não obstante, os processos explicitados nos fragmentos em epígrafe (desistência, rotatividade e expulsão de assentados) não têm recebido a devida atenção da ampla maioria das investigações, como apontam Oliveira (1996); Bruno e Medeiros (2000); Mello (2006) e Ribeiro (2009). “Nos diversos estudos há algumas menções ao fato de que alguns assentados desistem e saem do assentamento, mas desconhecemos a existência de trabalhos que fazem das saídas o objeto principal de reflexão” (BRUNO e MEDEIROS, 2000, p. 8).

Assim, a presente pesquisa visa contribuir para preencher esse passivo na produção acadêmica sobre a questão agrária brasileira, elegendo como problemática central, a **evasão** de camponeses assentados nos assentamentos rurais. Salienta-se que a referida problemática é tratada com variadas denominações e/ou processos, tanto pelo Estado, como pela academia, pelos movimentos sociais e os próprios assentados, a saber: “**saída**”, “**desistência**”, “**evasão**”, “**rotatividade**”, “**abandono**”, “**venda**” e “**troca de lotes**”. Entretanto, a opção feita nesta investigação, seguindo a senda aberta por Fernandes (2010), será tratá-la como **expulsão de camponeses assentados**. Processo este, que tentar-se-á demonstrar, se apresenta como uma das diversas faces que constitui a histórica contrarreforma agrária no Brasil e que tem continuidade⁸ atualmente nos governos petistas.

A opção deste pesquisador em abordar a problemática como expulsão camponesa, é por defender que os referidos termos em si colocam a responsabilidade dos processos e eventos em questão nos camponeses assentados, fato que será contestado frontalmente neste trabalho. Caminha-se aqui nas sendas abertas por Souza (2013) quando defende-se que é preciso uma

defendendo fundamentalmente o processo de sujeição da renda da terra ao capital; Oliveira (2001b), quando afirma que o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma contraditória, desigual e combinada, ora pela monopolização do território pelo capital, ora pela territorialização do capital monopolista e, por fim, Sampaio Jr. (2013), quando afirma que a luta para superar a questão agrária deve unificar os trabalhadores do campo e da cidade e que a reforma agrária não pode ser desvinculada do conjunto das transformações que alicerçam a revolução brasileira.

⁸ Ao tratar das políticas fundiárias para o campo cearense Alencar (2005, p. 281) assim se reporta: de maneira geral posso afirmar que as formas agrárias foram mantidas em virtude dos programas de contrarreforma agrária do Estado brasileiro terem derivado para tributação progressiva (presidente Castello Branco), colonização (presidente Costa e Silva), colonização e discriminação de terras públicas (presidente Médici), titulação de terras dos posseiros (presidentes Geisel e Figueiredo), desapropriação de imóveis com conflitos (presidente Sarney), arrendamento, discriminação de terras públicas, titulação de posse (presidente Collor), desapropriação de áreas em conflito (presidente Itamar), desapropriação localizada e compra e venda de terra (presidentes Fernando Henrique e Luís Inácio Lula da Silva). O próprio autor enfatiza que esses foram mecanismos conservadores e que vulgarizaram a reforma agrária mantendo a forma-mercadoria da terra.

análise permanente das palavras e vocábulos utilizados quotidianamente pelos diversos sujeitos, notadamente, aquelas que se apresentam com forte significado político e ideológico. Algo que muitas vezes não é realizado, pois existe “uma dificuldade para os pesquisadores e planejadores profissionais em enxergarem a complexidade de interesses envolvida na disputa simbólica em torno de determinadas palavras” (Ibidem, p. 149. Grifos do autor).

Escolha que não impede de respeitar as opções por outras denominações realizadas em outros trabalhos e/ou documentos oficiais do Estado. Portanto, ao longo do presente texto, por diversas vezes serão citadas as diversas denominações/processos de acordo com o trabalho/autor refletido em cada momento ou mesmo a partir da fonte de dados utilizada, mas reitera-se que na nossa compreensão a problemática deve ser lida como expulsão de camponeses assentados.

É importante registrar que inicialmente, na construção do projeto de pesquisa e nos primeiros escritos da presente dissertação, o conceito de expropriação camponesa⁹ era tido como central na leitura da problemática da evasão nos assentamentos rurais. Entretanto, as discussões a partir do exame de qualificação, derivadas do parecer do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, como do debate com a Profa. Emília de Rodat Fernandes Moreira e o Prof. Marco Antônio Mitidiero Júnior, suscitaram as seguintes questões: as vagas deixadas pelos assentados, que supostamente evadiam-se, eram preenchidas por outros camponeses ou estava ocorrendo uma separação do campesinato da terra? A terra uma vez do assentamento, após a evasão das famílias, estava retornando a forma mercadoria no mercado capitalista de terras? Este debate exigiu um olhar mais acurado na realidade pesquisada, contribuindo para uma mudança estrutural no percurso teórico-metodológico de ler o processo em estudo, passando-se a adotar a noção de expulsão camponesa ao invés do conceito de expropriação camponesa, frente as respostas encontradas para as indagações supracitadas. Respostas estas que espera-se que sejam explicitadas ao longo do presente texto e justifique a mudança aludida.

Acredita-se ser necessário algumas linhas sobre o que se entende aqui por expulsão camponesa, bem como aproveitar para explicitar como essa expulsão vem se realizando na construção do território capitalista brasileiro e atualmente, de forma dramática, vem fazer parte do cotidiano do campesinato assentado.

⁹ A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias – primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que instaure, por sua vez, o reino do capital e expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (MARTINS, 1991, p. 51).

Não é recente a perseguição de todas as ordens contra o campesinato. Nos diversos períodos históricos e nas diferentes sociedades ele foi tratado com desdém, humilhação e violência, observa Carvalho (2012). Tratamento esse tão bem registrado por Marx (2013), quando aborda a expropriação sofrida pelos camponeses, quando enfatiza que, “na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (Ibidem, p. 786) e que “[...] a história desta expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Ibidem, p. 787).

No caso brasileiro, é preciso sublinhar que o processo de expulsão dos camponeses, segundo Martins (2003b), não ocorreu em termos clássicos, ou seja, sendo uma expulsão que ocorre tardiamente, haja vista a acumulação originária de capital ter se desenvolvido aqui com a “[...] adoção de formas degradadas e anticontratuais de trabalho, da escravidão as diferentes formas de servidão que ainda persistem em vastas extensões do território brasileiro” (Ibidem, p. 13). Neste bojo, é mister também ter em conta que o camponês brasileiro, ao contrário do europeu, é um desenraizado, um migrante, um itinerante, marcado por relações contraditórias e de violência do capital e do Estado para com ele (MARTINS, 1981).

Portanto, se a história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita em lutas quase sempre sangrentas, como acertadamente observou Oliveira (2001a, 2007), foi e é também permeada por processos ou tentativas de expulsão, mas que não necessariamente levam à expropriação camponesa nos termos clássicos. Por isso, a leitura que norteia a discussão da expulsão camponesa aqui empreendida, está em sintonia com a história camponesa no Brasil descrita por Martins (1981): uma história de perambulação em busca da terra. Noutras palavras, aqui o desenvolvimento contraditório do capital, tanto expropria, como abre possibilidades para os camponeses retornarem a terra, como também estes sujeitos lutam para entrar e permanecer nela. Mesmo expulsos, eles resistem e continuam a marchar em busca da terra, como será visto neste trabalho, fortalecendo as palavras de Oliveira (2001b), quando avisa que é necessário respeitar o processo de resistência camponesa à expropriação.

Pode-se afirmar que uma das faces da expulsão camponesa, está no avanço violento do capital sobre a terra, fazendo com que este sujeito historicamente tenha que se deslocar constantemente à procura de um novo lugar para continuar existindo enquanto camponês e mais, continuar a vida com sua família. Realidade presente nos escritos do próprio Oliveira (2001a, p. 191) ao tratar dos conflitos na Amazônia: “aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região”. Nessa perspectiva, já salientava

Martins (1991, p. 45): “[...] são inúmeros os conflitos entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros e, de outro, posseiros e índios, por causa da terra. Violências de toda ordem tem sido cometidas contra essas pessoas para assegurar a sua expulsão da terra”. Nesse contexto, a lista com processos históricos de expulsão camponesa no Brasil é extensa, não recaindo apenas sobre os posseiros, a exemplo dos colonos das fazendas de café, destacado por Martins (1981). No Nordeste, do litoral ao sertão, são inúmeros os casos de expulsão levado a cabo pela ânsia insaciável de acumulação do capital: desde os foreiros e moradores de condição dos engenhos e usinas de cana, aos pescadores nas comunidades litorâneas afetadas pela especulação imobiliária, conforme observou Moreira e Targino (1997).

Outra face do processo de expulsão camponesa foi e é realizado diretamente pelo Estado, em seus diferentes governos e períodos, quando aquele se envolve em conflitos pela terra. Um caso emblemático, por ser bastante atual, é destacado por Martins (1991) ao se referir às desapropriações de camponeses para a construção de barragens. Realidade facilmente constatada hoje na implementação das grandes obras (canais, hidrelétricas, refinarias, complexos portuário, projetos de irrigação). Defendidas pelo discurso hegemônico como de ampla necessidade para um propalado progresso/desenvolvimento, que na verdade proporciona um des-envolvimento do Brasil ao mirar a bateria de recursos para servir ao agronegócio, no caso do campo¹⁰. Nestes casos, o Estado, ao deslocar, ou melhor, expulsar os camponeses de suas terras e pagar indenizações insuficientes (quando pagam) para a reprodução deles em outro lugar e/ou transferi-los para áreas remotas e sem condições como as que tinham antes, faz com que mergulhem em situação de grande miséria, segundo o autor supracitado. Outros, e aqui materializa a expulsão: “[...] que não conseguem resistir a essas diferentes pressões e agressões, como posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores, transformam-se em proletários, em trabalhadores à procura de trabalho não só no campo, mas também na cidade” (Ibidem, 48).

Nessa conjuntura, esta investigação busca contribuir para aprofundar os estudos até o momento explicitados, ao pôr em relevo outro processo de expulsão camponesa levada a cabo

¹⁰ O Estado do Ceará é palco destes processos com relação, por exemplo, as grandes obras hídricas, sendo a microrregião do Baixo Jaguaribe peça importante da engrenagem na gestão das águas para o agronegócio e o grande capital. Nesta microrregião está localizada a Barragem do Castanhão (abrange parte do município de Alto Santo), que para ser construído foi preciso remover toda a população do município de Jaguaribara, inundada pelas águas do mesmo. Um trágico exemplo do processo de expulsão camponesa a época. Tudo arquitetado sob o discurso do progresso e do desenvolvimento para todos, mas na verdade um plano para atender aos interesses do agronegócio da fruticultura irrigada na Chapada do Apodi e do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR), bem como, do grande capital, ao levar água, através de um canal, para o Complexo Portuário e Industrial do Pecém, localizado na região metropolitana da capital cearense. Alguns estudos tem abordado estes processo que ocorrem no espaço agrário cearense, a exemplo de Elias (2002); Soares (2002); Lima; Vasconcelos e Freitas (2011); Bezerra (2012).

pelo Estado que, atualmente, tem à frente os governos petistas. Ao optar pelo agronegócio em detrimento do campesinato, o Estado aprofunda e dá continuidade à implementação da histórica contrarreforma agrária neste país. Esta se apresenta com variadas faces, sendo uma delas, as precárias condições impostas às famílias assentadas. Processo degradante que atinge sua maior dramaticidade na expulsão silenciosa de parte considerável dos camponeses assentados da terra. Realidade que não deixa de ser marcada pela violência e perversidade, apesar de não ocorrer como tradicionalmente está presente na história da questão agrária brasileira descrita anteriormente, onde o latifundiário, utilizando-se de suas milícias (armadas), expulsam os camponeses da terra. O processo de expulsão do que trata esse trabalho é realizado pelo próprio Estado, que ao abandonar os camponeses assentados à própria sorte numa situação degradante, inviabiliza qualquer possibilidade de permanência na terra de parte destes sujeitos.

Neste bojo, é preciso destacar o entendimento sobre o Estado que norteia o presente estudo. Acredita-se que um ponto de partida interessante foi cunhado por Marx e Engels (apud Harvey, 2005, p. 80), quando afirmaram que: “O executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns da burguesia”. Nessa perspectiva, Harvey (2005) defende que os escritos dos autores são satisfatórios para entender as relações reais entre Estado e o capitalismo, onde a ação daquele é imperativo se o foco for a reprodução deste como sistema contínuo. Outro ponto inicial para a discussão é entender que o Estado não é uma idealização, mas sim produto da sociedade em determinado período histórico.

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da Ideia moral”, nem a “imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão que de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS apud LENIN, 2007, p. 24).

No caso particular desta forma política estatal e sua relação com a sociedade no Brasil, Ianni (2004) há anos fez uma crítica pertinente e que se mostra de aplicabilidade e potencial elucidativo bastante atual para refletir os estudos recentes sobre o tema. Ao analisar os escritos de alguns autores que tratavam da relação supramencionada, o autor diverge da leitura daqueles que veem a sociedade dependente de um Estado forte, por conseguinte, tutelador. Nesses termos, pondera:

Em geral, pensam o povo, cidadão, camponês, operário, índio, negro, desde cima, a partir dos interesses prevaletentes no bloco de poder que se forma ou reforma. Em quase todos predomina a tese de que a sociedade civil é pouco estruturada, gelatinosa, débil, sujeita a controvérsia, indisciplina, anarquia, desordem, revolução. Por isso, julgam que o Estado deve ser forte, tutelar a sociedade e o cidadão. Fazem o Estado aparecer como demiurgo da história (Ibidem, 255).

Parafraseando o mesmo, é possível afirmar que há sempre construções ideológicas que servem como argamassa que cimenta os blocos de poder, contribui para construí-los, reconstruí-los e/ou explicar as diversas mudanças. Sendo a visão social ideológica sobre o Estado e a sociedade supracitada, fortemente presente, quanto mais no caso brasileiro quando o tema é o campo e, mais especificamente, a reforma agrária e o campesinato. Como destaca o autor acima no título sugestivo de seu livro “Origens agrárias do Estado brasileiro”, onde afirma que “a questão agrária é um elemento importante para explicar tanto as diversas formas adquiridas pelo Estado como as principais rupturas ocorridas na história deste” (IANNI, 2004, p. 241).

Quando a discussão é a reforma agrária, os assentamentos rurais e o campesinato, conforme já salientou Mitidiero Jr. (2002, 2011), há uma centralização na figura do Estado, onde mesmo com a pressão dos movimentos e organizações sociais do campo, é ele quem acaba ditando os passos e técnicas na construção dos assentamentos. Sendo estes uma responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ordenado pela própria Presidência da República, a partir do ato da desapropriação, observa o autor. Poderia se perguntar: os camponeses assentados e os sem-terra não podem decidir o seu devir sem a centralização exacerbada das etapas de criação e construção dos assentamentos na figura do Estado? Na perspectiva criticada por Ianni (2004), efetivamente não. É nesse sentido que o referido autor afirma que no caso brasileiro, “sempre venceu, ou predominou, o Estado forte, o regime de exceção, a ditadura civil ou militar, com poucos entreatos de democracia limitada, de cidadania tolerada” (IANNI, 2004, p. 242).

É preciso ter em mente, como demonstra Mascaro (2013), seguindo as trilhas abertas por Karl Marx¹¹ e diversos outros estudiosos do Estado, que há um processo estreito de ligação

¹¹ O autor dá uma contribuição relevante para os estudos acerca do Estado ao não se afastar da premissa básica enaltecida pelo próprio Marx (2013, p. 78): “Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular”. Analisando os escritos deste autor e, justamente, o porquê de Marx iniciar sua exposição sobre a mercadoria, Harvey (2013, p. 26) reitera a passagem supracitada do autor: “A forma-mercadoria é uma presença universal no interior do modo de produção capitalista”. Assim, Mascaro (2013) assevera que com o desenvolvimento das relações capitalistas é possível visualizar um vínculo necessário entre o processo do valor de troca e determinadas formas (forma-família, forma-trabalho, a forma-dinheiro, a forma-propriedade, a forma-sujeito de direito, entre outras) que lhe são necessárias e correlatas, tanto em nível social, como político. Assim, “a forma-valor somente se estabelece plenamente quando ao mesmo tempo se apresenta, enreda-se, enlaça-se e se reflete em várias outras formas sociais correlatas [...] a forma política estatal é também sua correlata inexorável, constituindo um tipo específico de aparato social terceiro e necessário em face da própria relação de circulação e de reprodução econômica capitalista (Ibidem, p. 25).

entre as formas da economia capitalista e a forma política estatal. Para Mascaro (2013), o Estado, tal qual se apresenta no capitalismo, não tem paralelo em outras sociedades, ou seja, sua manifestação é eminentemente moderna e capitalista. Sobre a separação entre política e economia como se apresenta na sociedade atual, afirma que “a existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais dá a possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva” (Ibidem, p. 19), bem como contribui para tornar sujeitos explorados e exploradores em sujeito de direitos, convivendo em um território unificado normativamente. Um Estado que se constitui “ainda afirmativamente, o espaço de uma comunidade, no qual se dá o amálgama de capitalistas e trabalhadores sob o signo de uma pátria ou nação” (Idem).

Nessa mesma perspectiva, escreve Lessa e Tonet (2008, p. 89): “o que torna o [Estado] burguês diferente do Estado escravista, ou mesmo feudal, é que ele mantém e reproduz a desigualdade social, afirmando a igualdade política e jurídica entre os indivíduos”. Ou seja, parafraseando os autores, embora trocando os sujeitos por eles utilizados, ter-se-ia os camponeses (explorados) e latifundiários rentistas (exploradores) numa relação desigual reproduzida cotidianamente pelo Estado através das formas: política e jurídica pretensamente igualitárias. Desigualdade também reproduzida, segundo os autores, “pela ilusão de que, ao votar e eleger os políticos, a maioria da população estaria dirigindo o país” (LESSA e TONET, 2008, p. 89).

Portanto, entendendo o Estado contemporâneo como um fenômeno especificamente capitalista e não o contrário ¹², Mascaro (2013) adverte que todo o aparato estatal institucionalizado não tem nada de neutro, insólito ou meramente técnico, conforme faz questão de explicitar. Todo o referido aparato só se implanta e funciona em uma relação visceral com as estruturas de valorização do capital, conseqüentemente, “[...] todas as vezes que os conflitos ameaçarem a burguesia, o Estado intervirá para garantir o poder dos capitalistas sobre os trabalhadores [...]” (LESSA e TONET, 2008, p. 90).

Por exemplo, no caso do Ceará, Alencar (2005), ao analisar a ação do Estado na implementação das políticas fundiárias de 1971 a 2003, o que não parece diferente para os anos petistas (2003 a 2014), registra que os programas não atingiram sequer a desigual estrutura

¹² Nessa rede de relação na qual se condensa o Estado, é no capital que reside a chave de sua existência. Por isso, não é partindo das características do aparato estatal em si mesmo que se descobrirá a sua eventual utilização ou não pela burguesia. Pelo contrário, é pela estrutura da reprodução do capital que se entende o *lôcus* desse aparato político específico e relativamente alheado das classes que se chama hodiernamente Estado (MASCARO, 2013, p. 19).

fundiária, e mais, “se por um lado agiam de maneira suave, para amansar a população camponesa descontente, por outro lado, viabilizavam e recompensavam os latifundiários, com políticas públicas compensatórias e econômicas” (ALENCAR, 2005, p. 275). Para ele, o Estado ao “[...] operacionalizar instrumentos compensatórios como os programas de assentamento, cria mecanismos para recompensar ou para manter as formas agrárias, como os projetos de incentivo para o agronegócio e o biodiesel” (Ibidem, p. 275).

Mascaro (2013) não deixa de considerar a importância do papel da política, das classes sociais em possíveis cenários de legitimação, consolidação, resistência ou mesmo confronto frente ao movimento de reprodução do capital. Não obstante, nesse intuito contribui substancialmente na leitura sobre o Estado, o qual denomina de forma política estatal, quando observa que, para além das lutas de classes, é na forma-mercadoria que está o cerne da existência do Estado no capitalismo. Nas palavras do autor:

Por isso, a compreensão da luta de classes é também fundamental para dar conta das diversas relações havidas no seio das sociedades capitalistas. A luta de classes revela a situação específica da política e da economia dentro da estrutura do capitalismo. Mas, para além da luta de classes, as formas sociais do capitalismo, lastreadas no valor e na mercadoria, revelam a natureza da forma política estatal. Na forma reside o núcleo da existência do Estado no capitalismo (Ibidem, p. 20).

Portanto, centralizar as lutas na viabilização de uma proposta de reforma agrária que atenda os anseios dos camponeses e contrarie os interesses dos capitalistas rentistas, nas mãos dos governos que entram nesta forma política estatal, acredita-se aqui ser uma via inexequível, como se demonstra historicamente no Brasil e como será nesta pesquisa enfatizado na ilusão alimentada por muitos nos governos petistas, especialmente, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Como afirma Harvey (2005, p. 91), “o Estado capitalista precisa desempenhar suas funções básicas”. Estas, não convergem com certeza para atender aos interesses dos camponeses, se o entendimento é ver nestes uma lógica anticapitalista como a que respalda a presente pesquisa¹³. Lógica que contraria os interesses dos proprietários dos meios de produção, a exemplo da fração desta classe que detém o monopólio e acesso à terra.

Pesquisa esta que elege como recorte temporal os últimos 12 anos, marcados pela chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal e que tem o olhar geográfico voltado para os 40 assentamentos criados na microrregião do Baixo Jaguaribe¹⁴, Estado do Ceará, e especificamente tem nos Projetos de Assentamentos (PA's) Diamantina e Olga

¹³ Entende-se o campesinato/camponês a partir da leitura de Chayanov (1985); Shanin (2005); Oliveira (2001) e Guzmán e Molina (2013).

¹⁴ Esta microrregião é composta por 10 municípios, quais sejam: Alto Santos, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte (IBGE, 2010).

Benário¹⁵, localizados nos municípios de Tabuleiro do Norte e Russas, respectivamente, os seus objetos centrais para aprofundamento da reflexão. As questões que nortearam a investigação foram:

1) Qual o quadro atual dos assentamentos investigados no tocante ao movimento de expulsão de camponeses assentados?

2) Como tem sido a ação do Estado com a chegada do PT ao governo da república, no tocante à reforma agrária¹⁶ e às políticas para o campesinato?

3) De que forma tem atuado a Organização Sindical Rural¹⁷ e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no período em análise, bem como frente o processo de expulsão de camponeses assentados?

4) Qual o destino dos assentados após a expulsão dos assentamentos rurais?

Sendo a partir destas indagações suscitadas que os seguintes objetivos específicos foram elaborados:

- Compreender a realidade dos PA's Diamantina e Olga Benário no tocante ao movimento de expulsão do campesinato assentado e às contradições e desafios que permeiam o processo histórico de construção destas frações do território brasileiro;
- Debater a ação do Estado e dos governos do PT no trato com a questão agrária, especialmente na implementação da reforma agrária e no relacionamento com o campesinato;
- Discutir o papel e as contradições da Organização Sindical Rural e do MST no relacionamento com os governos petistas, especificamente no processo de luta pela implementação da reforma agrária;

¹⁵ Oficialmente no INCRA o Projeto de Assentamento está cadastrado como PA Riacho das Melancias. Entretanto, nos depoimentos das famílias assentadas e das lideranças do MST o PA é nomeado de Olga Benário. Optou-se em respeitar a decisão das famílias. Portanto, ao longo deste texto o PA será citado por este último nome.

¹⁶ Algumas noções são tidas aqui como basilares para estruturar um conceito de reforma agrária neste início de século XXI, diante das especificidades do desenvolvimento do capital no campo brasileiro: 1- a Reforma Agrária deve ser ampla, radical e sob o controle dos trabalhadores rurais Sem Terra e camponeses (THOMAZ JR., 2003; RAMOS FILHO, 2008); 2 – a tarefa primordial de tal reforma é de criar as condições para que todos (as) que vivam no campo possam participar igualmente das benesses do desenvolvimento das forças produtivas (SAMPAIO JR., 2013); 3 - Uma reforma agrária também deve alterar o regime de controle e acesso as águas, a preservação e o fortalecimento das práticas e dos valores da cultura camponesa e o uso com sustentabilidade dos recursos naturais e preservação do meio ambiente (RAMOS FILHO, 2008); 4 – A reforma agrária deve ser conduzida dentro de uma perspectiva de que a terra é um bem coletivo que não pode ser sujeito a propriedade privada (1991); 5 – Deve-se levar em conta a fusão entre terra e capital no Brasil e, portanto, a reforma agrária deve atacar primordialmente o caráter rentista deste no campo brasileiro (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2001b).

¹⁷ Trata-se aqui da organização espacializada praticamente em todo território nacional através dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) em nível municipal e as Federações estaduais reunidas na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

- Refletir sobre o destino das famílias após a expulsão dos assentamentos rurais.

Para a discussão do campo brasileiro e, especificamente, no debate acerca da reforma agrária, os escritos de Martins (1999) são fontes fundamentais. Para ele, a propriedade da terra é, historicamente no Brasil, o centro de um sistema político persistente e que ganhou força renovada ao associar-se ao capital moderno. Ainda com base no autor, é preciso considerar que a dissociação entre capital e terra não ocorreu na história brasileira, ocorrendo, sim, uma unificação no mesmo sujeito social, do latifundiário e do capitalista, numa aliança entre capital e propriedade da terra (MARTINS, 1999; 1981). Nesse contexto, a reforma agrária, tida como uma ação clássica para eliminar qualquer empecilho imposto pela propriedade privada da terra à reprodução do capital na agricultura, não foi necessária no Brasil. O movimento, portanto, do capital rentista ocorre “[...] primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital mostra-se interessado na sujeição da renda da terra [...]” (MARTINS, 1981, p. 177).

No caminho das reflexões acima está Oliveira (2001b), o qual defende que o desenvolvimento capitalista no campo é por si contraditório e desigual, onde avança sujeitando a renda da terra ao capital. Para ele, esse movimento não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, mas também cria e recria o trabalho familiar camponês necessário para a produção do capital. Vale destacar aqui a contribuição mais recente de Almeida (2006), seguindo as sendas abertas por aqueles autores, que defende que é insuficiente apenas concluir que o capitalismo no seu movimento de reprodução ampliada do capital reproduz relações não capitalistas de produção. Esse pensamento configuraria, segundo ela, um determinismo do capital em detrimento do caráter revolucionário do campesinato. Assim, a luta pela terra no Brasil também (re)cria relações não capitalistas, no caso em estudo pela autora, a luta recria o campesinato assentado.

É a partir deste quadro complexo e contraditório do campo brasileiro, que se acredita que devam ser inseridas as discussões sobre a reforma agrária. Destarte, no caso específico das investigações que têm os assentamentos rurais como objetos de estudo, é preciso considerar que, simultaneamente ao processo de territorialização da luta pela terra, consequentemente, (re)criação e acesso à terra de uma parcela do campesinato, nos termos defendidos por Fernandes (1994), ocorre um movimento elevado de expulsão de camponeses assentados, como será visto nas próximas páginas. Como também é preciso destacar, como afirmou Fernandes (2010), no lugar dessas famílias expulsas surgem novas famílias assentadas, ou seja, se de um

lado perpetua a figura do sem-terra, do outro mostra a persistência do campesinato na jornada em busca de entrar e permanecer na terra.

Apoia-se aqui, na diferenciação efetuada por Moraes e Costa (1999) entre método de interpretação e método de pesquisa, evitando assim qualquer equívoco no caminhar da pesquisa, como assevera os autores quando da não distinção destes. O primeiro relaciona-se à concepção/visão de mundo do pesquisador, suas posturas filosóficas, ideológicas e políticas que regem a pesquisa científica. Já o segundo seria o conjunto de técnicas utilizadas em determinada pesquisa, não implicando diretamente um posicionamento político-filosófico ou concepções existenciais do investigador.

Ao enfatizar a importância do contato direto com o objeto investigado na construção da problemática, ampara-se também nas reflexões dos referidos autores, quando afirmam que “o compromisso do cientista só pode ser com o real”. Quando a realidade observada não encontra correspondência nos pressupostos metodológicos, são esses que devem ser revistos¹⁸” (MORAES e COSTA, 1999, p. 30).

Destarte, a investigação pautou-se para a reflexão do espaço agrário brasileiro no materialismo histórico e dialético a partir de Marx (2013, 2011, 2010, 2008) como método de interpretação e, essencialmente, com aporte nas reflexões dos escritos deste autor realizadas por Martins (1999, 1996, 1991, 1981) e Oliveira (2001, 2003, 2007). Optando, portanto, por caminhar na vertente teórica do desenvolvimento contraditório do capital no campo e seu caráter rentista, aberta por estes em estreita relação e contato direto com os assentados/assentamentos rurais na microrregião do Baixo Jaguaribe. Percurso este no qual a problemática da investigação foi sendo construída desde os tempos do Curso de Graduação em Geografia, numa busca de produzir um trabalho crítico da realidade em estudo.

Enveredando por estes caminhos, o interesse pelas questões ligadas ao campo, especificamente, referentes à temática reforma agrária, tem raízes na formação acadêmica do presente autor, tornando-se opção de trabalho como profissional. Os estudos no Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC)¹⁹, quando da conclusão do Curso de Tecnólogo em

¹⁸ Esse princípio foi fielmente seguido por este pesquisador e a mudança teórica na leitura da problemática aqui abordada mostra isso. Como já foi explicitado neste texto, inicialmente trabalhava-se com o conceito de expropriação camponesa para explicar a evasão nos assentamentos rurais. Entretanto, as discussões a partir do exame de qualificação e um olhar mais acurado sobre a realidade contribuíram para uma mudança, a saber: de afirmar a expropriação camponesa passou-se a negá-la como será demonstrado, especialmente, nos itens 3.6 e 4.6. Outra mudança foi que na monografia de graduação foi trabalhado a noção de reforma agrária conservadora e neste trabalho percebeu-se que referida noção não dava conta para explicar a realidade, portanto, optou-se em substituí-la pela noção de contrarreforma agrária.

¹⁹ Instituição de Ensino Superior localizada no município de Limoeiro do Norte (CE) atualmente transformada em Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do Ceará (IFCE).

Recursos Hídricos/Irrigação (2004), à graduação em Licenciatura Plena em Geografia (2011), na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no município de Limoeiro do Norte-CE, foram determinantes no interesse pela temática da questão agrária.

Simultaneamente, cursava Licenciatura Plena em Geografia e atuava como extensionista nos assentamentos rurais da Microrregião do Baixo Jaguaribe. Desde o início do referido curso, devido à formação anterior e à atuação profissional, as atenções e reflexões mais profundas foram ligadas à Geografia Agrária, sendo monitor da Disciplina que leva esse nome durante dois semestres, ministrada pelo Prof. Me. Hidelbrando dos Santos Soares. Momento ímpar para o amadurecimento e a compreensão das diversas abordagens teóricas de interpretação do campo²⁰, bem como dos primeiros passos para a formulação da problemática aqui tratada.

Profissionalmente, na condição de Técnico da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), posteriormente transformada em Assistência Técnica e Extensão Rural²¹ (ATER), foi possibilitado o contato direto com os PA's entre os anos de 2003 a 2012, realizando trabalhos diversos para os camponeses assentados, tais como: discussão, elaboração e acompanhamento de projetos agropecuários no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); oferta de serviços ATER, de cursos, oficinas e palestras; acompanhamento em reuniões/encontros com entidades diversas ligadas ao campo e à elaboração de Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA).

É nesse movimento simultâneo entre teoria e prática que se gesta inicialmente o objeto desta pesquisa. Entretanto, um fato é marcante para a aproximação definitiva com a expulsão de camponeses assentados. Foi quando coordenei as ações de construção do PDA do PA Diamantina, juntamente, com os camponeses assentados, no ano de 2008. Esse foi um momento especial para delimitar a problemática em tela, haja vista os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre os assentados, contidos na Relação de Beneficiários (RBs) do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) divergirem profundamente da realidade do PA. Havia famílias que há anos não estavam mais assentadas e que constavam na RBs, ao passo que famílias que estavam no PA, também há

²⁰ Sobre essas abordagens ver A. Oliveira (2007).

²¹ Na realidade não se trata de um trabalho eminentemente de extensão rural como tradicionalmente se tem visto, com o simples repasse, transmissão de conhecimentos técnicos aos camponeses assentados, como criticou Freire (1983) ao denominar de invasão cultural tal ação técnica. Mas, um trabalho desenvolvido junto aos assentamentos rurais na condição de Educador Popular: uma comunicação técnico-assentado de forma horizontal nos termos freiriano, como vistas a não ofuscar ou ferir o protagonismo destes sujeitos no seu dever.

anos, não constavam na referida relação. Nos diálogos com os assentados mais antigos à época do trabalho, os mesmos recordavam dezenas e dezenas de famílias que haviam, nas palavras deles, “deixado a comunidade ao longo dos anos, desistido, abandonado, foram embora”.

Esse foi o marco para a gestação da problemática, que ganha corpo na monografia de término de Curso de Geografia em 2011, intitulada: *A reprodução da expropriação camponesa nas áreas de reforma agrária: um estudo de caso do Assentamento Diamantina – Tabuleiro do Norte - Ceará*, sendo esta basilar para abrir caminhos para a dissertação que ora apresenta-se. Na realidade, o trajeto que desemboca nesta dissertação vem sendo construído ao longo dos anos da década de 2000, num movimento dialético²² do campo (assentamento/assentado) para o campus (Universidade) e vice-versa, buscando desvendar as contradições, as visões sociais de mundo, as opções de classe que envolve o tema da reforma agrária no Brasil, especialmente, dos assentamentos rurais e a questão da expulsão de camponeses nos PA's. Portanto, a opção da proposta de investigação neste momento concretizada, visa, entre outras dimensões do tema, registrar a práxis de quase uma década, enquanto estudante, educador popular, técnico e militante na e pró reforma agrária no Baixo Jaguaribe. E, de maneira particular, aprofundar as discussões emergidas durante a elaboração do trabalho monográfico.

Assim, a escolha, tanto dos objetos de estudos, no caso, o PA Diamantina e o PA Olga Benário, como do recorte temporal (últimos 12 anos) de análise estão imbricados, um determinando o outro. No caso da escolha dos objetos, justifica-se a opção pelo PA Diamantina por: a) ter sido estudado no momento da construção do Trabalho de Conclusão de Curso, tendo ficado muitas lacunas, diante do processo natural de amadurecimento intelectual de um pesquisador iniciante, bem como frente à magnitude da problemática e a polêmica que ronda a temática, fato que merecia outros estudos mais profundos visando dar respostas as sendas que ficaram abertas; b) este PA ter sido o primeiro e único criado nos governos petistas no município de Tabuleiro do Norte-CE, assim sua análise possibilita constatar como estes trataram o campesinato e a reforma agrária, em particular, os assentados nos assentamentos rurais; por fim, c) por ter sido um exemplo da reforma agrária negociada com o latifundiário sob a mediação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Noutras palavras, uma reforma agrária sem luta pela terra, pois a luta é aqui entendida como o enfrentamento entre classes sociais (campesinato e latifundiário capitalista rentista), materializado, entre

²² A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história (LÖWY, 1995, p. 14).

outras, nas práticas de ocupação/acampamento que fazem emergir os antagonismos de interesses que permeiam as ações destes sujeitos e conformam a conflitualidade da questão agrária no Brasil.

No caso do PA Olga Benário, a justificativa recai: a) na inquietação em perceber como se processa e qual o quadro do fenômeno de expulsão camponesa em assentamentos oriundos da luta pela terra, neste caso, empreendida pelo MST. Existiriam diferenças entre um assentamento fruto da reforma agrária negociada²³ e outro produto da luta pela terra com relação à temática em estudo? b) por ter sido um dos últimos PA's criados no Baixo Jaguaribe, em 2010, e sua construção permear todo o governo Dilma Rousseff, sendo possível analisar o tratamento deste com relação à questão agrária; por fim, c) o contato deste pesquisador em duas ocasiões com os acampados na ocupação do imóvel, motivou o desejo de compreender o processo/luta em curso para a conquista do mesmo.

Todo esse contexto casa-se com o recorte temporal delimitado, ou seja, os processos de gestação dos dois assentamentos centralizaram-se na década dos anos 2000, especialmente, os últimos 12 anos. Um período que necessita de estudos sobre a questão agrária acredita-se e que, portanto, gera um interesse particular deste investigador em debruçar-se sobre esse momento da história recente brasileira, o qual vem dividindo importantes intelectuais na avaliação dos governos petistas, no tocante ao tratamento dado a reforma agrária e ao campesinato. Longe de realizar um corte abrupto na história e muito menos desejar colocar nas administrações petistas as chagas históricas que constitui a latente questão agrária brasileira, mas entende-se que é necessário compreender esse período recente por todas as expectativas em torno da chegada do PT ao governo federal, frente suas promessas históricas em prol de uma reforma agrária sob o controle dos camponeses.

Nesse sentido, a periodicidade da análise foi com base em questionamentos que inquietavam ao longo da práxis já descrita anteriormente, quais sejam: continuaria, neste período dos governos petistas assim como o foi em governos anteriores, uma reforma agrária conservadora, incipiente, parcial, mas com avanços significativos como apontam Fernandes (2013, 2010); Carter e Carvalho (2010)? Ou ao contrário, presencia-se na verdade uma contrarreforma agrária nestes anos como defendem Thomaz Jr. (2003); Oliveira (2010); Oliveira (2005); Porto-Gonçalves e Alentejano (2010) e Ramos Filho (2012, 2008)?

²³ Denominada aqui os assentamentos fruto de uma negociata com os latifundiários e sem conflitos de classe. Uma reforma agrária feita a partir dos interesses daqueles e do fortalecimento do caráter rentista do capital. Visão que será aprofundada nas próximas páginas.

Para a realização desta discussão, os escritos de García (1970; 1973; 1985)²⁴ acerca das reformas agrárias levadas a cabo na América Latina são basilares e dão apoio a esse estudo. O referido autor as classifica em três grandes categorias: reformas agrárias estruturais ou revoluções agrárias, reformas agrária de tipo convencional sem alterar o estado de coisas vigentes e, por fim, reforma agrária marginal ou contrarreformas agrárias, conforme explicitada a seguir:

a) la de las reformas agrarias estructurales, que integran un proceso nacional de transformaciones revolucionarias liberalizado por un agresivo elenco de nuevas fuerzas sociales identificadas en un objetivo estratégico de cambio, fundamentándose en la substitución de las relaciones tradicionales de poder y de las normas institucionales que las preservan y proyectan;

b) la de las reformas agrarias de tipo convencional, que forman parte de una operación negociada entre las antiguas y nuevas fuerzas sociales, por intermedio del sistema institucionalizado de partidos (conservadores, reformistas y revolucionarios), intentando modificar el monopolio latifundista sobre la tierra sin cambiar las reglas institucionales de la sociedad tradicional;

c) la de las reformas agrarias marginales, que no apuntan hacia la ruptura del monopolio señorial sobre la tierra o hacia la transformación fundamental de las estructuras latifundistas (relaciones, poder, sistema normativo) sino hacia la reparación superficial de esas estructuras, desviando la presión campesina o la presión nacional sobre la tierra hacia las áreas periféricas y baldías, apoyándose políticamente en el sistema tradicional de partidos y en reglas institucionales de la sociedad tradicional. En razón de orientarse este tipo de “reformas” hacia un objetivo estratégico de conservación del statu quo (colonización de áreas periféricas, mejoramiento de tierras, parcelación marginal de latifundios, expansión de la frontera agrícola a la periferia baldía, operación dentro de las normas del mercado tradicional de tierras etc.), su caracterización estricta sería la de contra-reformas agrarias (GARCÍA, 1970, p. 10).

Outro antagonismo nas leituras deste período e que sempre inquietaram o presente pesquisador pode assim ser resumido: esse período está caracterizado por governos que romperam com o ideário neoliberal de intervenção no espaço agrário, portanto, podendo ser qualificados de governos pós-neoliberais, como defendem Sader (2013), Araújo (2013) e Fernandes (2013)? Ou seriam governos que deram continuidade às políticas neoliberais criadas e fomentadas anos anteriores, principalmente, nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, ao optarem pelo apoio a produção de *commodities* via agronegócio em detrimento do

²⁴ Os estudos do Professor Eraldo da Silva Ramos Filho, os quais são utilizados na presente dissertação, principalmente, sua tese de doutoramento (RAMOS FILHO, 2008), já haviam se servido das reflexões do sociólogo colombiano Antonio García, sendo, portanto, uma primeira aproximação da produção teórica deste autor. Sublinha-se que, justamente, foi o referido professor quem gentilmente disponibilizou os livros do mencionado sociólogo para a realização de leituras e composição deste trabalho, a quem aproveita-se o momento para agradecer pela contribuição.

campesinato e da realização da reforma agrária, como defendem Carcanholo (2010), Sampaio Jr. (2013) e A. Oliveira (2007)?

Lembrando mais uma vez dos escritos de Moraes e Costa (1999), quando enaltecem o compromisso com o real que deve ter o pesquisador e quando a teoria não explica este, ela, a teoria, que deve ser revista e não o contrário, indaga-se: quais os caminhos teóricos que contribuiriam para uma leitura mais explicativa da realidade agrária brasileira, conseqüentemente, fazendo emergir à superfície as contradições e tensões mais profundas que permeiam a produção deste espaço, em vez de escamoteá-las, nestes anos de governos do PT?

Neste contexto, em que vêm à tona discussões acerca do que realmente vem se passando no campo diante dos caminhos optados pelos últimos governos, é preciso destacar que o espaço agrário é marcado concretamente pela ocorrência concomitantemente do avanço dos processos de resistência e subordinação camponesa nos assentamentos rurais, seja ao capital do agrohidronegócio (RAMOS FILHO, 2013); seja a burocracia do Estado e a dependência em relação às ações deste (MARQUES, 2000; MITIDIERO JUNIOR, 2011), bem como pelo processo de expulsão camponesa, condição limite e dramática para uma ampla parcela que tem acesso a terra, mas que não consegue permanecer nela como será visto neste trabalho. Em meio ao exposto, fica evidente a necessidade de discutir com profundidade o que representa na atualidade a materialização do modelo de assentamentos rurais atualmente criados para o campesinato. Ou seja, é no assentamento rural que as ações do Estado e dos movimentos e organizações sociais representantes do campesinato em luta se concretizam, merecendo assim um debate acurado após a experiência dos últimos anos com o PT à frente do governo da república.

Assim, alguns relevantes estudos dentro da Geografia Agrária apresentam-se como um bom ponto de partida a serem explorados e aprofundados em debates. Defende-se que no mínimo três leituras estão sendo construídas e estão abertas a reflexões e críticas. Estas tendo como base um dos conceitos trabalhado pela ciência geográfica: território, que aqui é entendido na atual sociedade capitalista, como sendo um constructo social produto da luta de classes, como protagonismo expressivo do Estado, nos termos seguir:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é sim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência [...] Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo

o território não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 1999a, p. 74).

Em uma leitura – a mais difundida atualmente na produção geográfica – os assentamentos rurais são compreendidos enquanto uma fração do território conquistado, onde a territorialização da luta proporciona a construção/formação do território camponês para e pelas famílias assentadas. Ou seja, o assentamento rural é uma conquista e essa proporciona mudanças ao ponto de dar autonomia²⁵, mesmo que relativa, nas relações de poder permitindo assim o protagonismo, a existência e a (re)criação do campesinato e a construção de um outro território como negação do território capitalista do latifúndio. Os trabalhos de Fernandes (1994), Marques (2000) e Fabrini (2002) são exemplos de estudos que enveredam por essa leitura.

Uma outra leitura, bem menos “popularizada” nos estudos, compreende que o assentamento rural não se constitui efetivamente ainda como um território camponês, mas como espaços de resistências, consequentemente, frações do território no qual o campesinato resiste de forma subordinada. Nessa perspectiva, Alentejano (2007) critica a leitura exposta anteriormente de que na luta pela terra os movimentos sociais ou socioterritoriais, como afirma a leitura anterior, estariam controlando seus próprios territórios. Para ele, esta leitura subestima os mecanismos de dominação capitalista, consequentemente, não percebe que os assentamentos conquistados estariam proporcionando uma ilusão de autonomia camponesa²⁶. Assim, ver o assentamento rural como um elemento de resistência das classes dominadas, haja vista:

[...] a conquista da terra de trabalho não representa mais do que a ilusão da autonomia, pois a partir daí passam a operar outros mecanismos de subordinação. Afinal, as relações de trabalho e o regime de posse da terra são apenas parte das relações sociais de produção e não a sua totalidade. Ignoram-se os condicionantes impostos pelo “projeto de assentamento”, pela assistência técnica e pela inserção nos mercados de produtos, serviços e trabalho (ALENTEJANO, 2007, p. 105).

Uma terceira leitura, bem próxima à primeira e que vem sendo bastante difundida é a que vê o assentamento rural como um Território de Esperança, conforme os estudos iniciados por Moreira e Targino (2007; 2012). Para Moreira (2006), a luta pela terra e pela sobrevivência

²⁵ A discussão da autonomia camponesa nessa leitura está muito relacionada com o domínio do tempo e do processo de trabalho, conforme explicita Marques (2000, p. 182): “A autonomia, valor fundamental para estes camponeses, está relacionada com a condição de domínio sobre o processo de trabalho [...]”.

²⁶ Caminhando dentro dessa perspectiva, Mitidiero Jr. (2002, 2011) afirma ver com restrições a adoção do conceito de territorialização da luta pela terra caso não leve em consideração os limites da materialização dessa luta em assentamentos rurais. Para ele, não se pode esquecer que o ato de desapropriação do latifúndio e o assentamento das famílias é uma atribuição do INCRA ordenado pelo Presidente da República, em função disso, tanto as famílias assentadas como o movimento social dependem, até certa medida, das ações público-estatais. Neste contexto, marcado pelas contradições que permeiam a luta dos movimentos sociais do campo contra o Estado e as elites que o constitui, o assentamento rural, enquanto frações do território conquistado, deve ser visto como uma área de resistência subordinada diretamente constituinte do território capitalista brasileiro.

nos assentamentos rurais é motivada pela busca da construção de Território(s) de Esperança por parte dos camponeses assentados. Nas palavras dos autores:

O “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam forma de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” [...] Território em movimento, vivo, que experimenta um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 05).

Frente a essas leituras, enfatiza-se aqui que o caminhar neste trabalho será por dentro da concepção defendida por Alentejano (2007), principalmente quando este ressalta a relevância do assentamento rural para a resistência camponesa, mas que se trata de uma resistência que apresenta seus limites. Ou seja, por um lado é preciso não cair na armadilha da ilusão de autonomia que o processo gera, seja com relação ao capital, seja ao Estado. Nesse sentido, entende-se a autonomia camponesa, para além do controle do tempo de trabalho, como busca de se libertar, ou melhor, emancipar-se²⁷ da subjugação ao capital, conforme assevera Fabrini (2002, p. 62): “o que está colocado na discussão sobre o campesinato é a sua participação enquanto sujeitos sociais na construção de sua autonomia e libertação da subordinação ao sistema capitalista de produção”. Nesse rastro, parte aqui da compreensão do assentamento rural enquanto uma fração do território capitalista brasileiro, onde ocorre uma resistência subordinada do campesinato (MITIDIERO JR., 2011).

Assim, compreendendo o caráter rentista do capitalismo no campo brasileiro, tentar-se-á demonstrar que o modelo de implantação dos assentamentos rurais no Brasil, seja via luta pela terra, seja via reforma agrária negociada com o latifundiário, em vez de combater, alimenta esse processo de sujeição da renda da terra ao capital, como ocorre nas indenizações (muitas vezes megas indenizações) pagas pelo INCRA no ato da desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária, não ferindo, portanto, os interesses dos latifundiários rentistas. Trata-se aqui

²⁷ O predomínio das necessidades do capital sobre as humanas faz com que, no dia-a-dia, as pessoas percebam como possíveis apenas aquelas que refletem o processo de acumulação do capital. As possibilidades que o desenvolvimento das forças produtivas gera para a emancipação humana são veladas e as pessoas só conseguem enxergar como possíveis a reprodução da sociedade burguesa como tal. Esse é um dos efeitos dos processos alienantes que brotam da regência do capital. É por isso que as pessoas são, na sua enorme maioria, conservadoras. Elas pensam que o capitalismo é eterno, pois não percebem as possibilidades históricas de superá-lo e de se construir uma sociedade emancipada. E isso ocorre porque, no dia-a-dia, a vida das pessoas determina as suas consciências. Como vivem sob o capital, são dominadas pelas ideologias burguesas (LESSA e TONET, 2008, p. 118-119).

da extração pelo capitalista rentista da renda da terra absoluta no ato da desapropriação dos imóveis rurais para fins de reforma agrária, que:

[...] advém dos interesses contraditórios entre as classes ou frações de classe na sociedade capitalista e o poder de monopólio de uma delas, exercido no processo produtivo da agricultura sobre o solo. Ela [renda da terra absoluta] pode ser auferida, como já visto, através da colocação da terra para produzir, ou então, pode ser auferida, de uma só vez, com a sua venda. Isto acontece porque no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ele pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra (OLIVEIRA, A., 2007, p. 57).

Nesse cenário é que se acredita estar no caminho teórico para decifrar a ação contraditória do Estado no tocante aos assentamentos rurais, onde os processos *assentar-expulsar* tem na sua ação o protagonismo central. Nesse contexto, o acesso a terra no modelo de assentamentos rurais da reforma agrária centrada no Estado, seja na luta pela terra, seja via reforma agrária negociada com o latifundiário, bem como de hegemonia praticamente absoluta do agronegócio e da mercantilização das relações sociais, contraditoriamente, pode está sendo o início da expulsão de um número expressivo deste campesinato assentado.

É a partir desta compressão que se defende que o processo de expulsão do campesinato assentado é uma das faces da contrarreforma agrária que continua nos anos de governos do PT²⁸. A contrarreforma agrária tem outras faces, como: o processo de regularização da grilagem de terras (OLIVEIRA, 2010); a substituição da reforma agrária pelas políticas de combate à fome e à pobreza e o pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário ou Reforma Agrária de Mercado (ALENCAR, 2005; OLIVEIRA, 2005; RAMOS FILHO, 2008, 2012) e a expulsão e, em alguns casos expropriação, de comunidades camponesas, inclusive em assentamentos rurais, para a construção de perímetros irrigados nos moldes do agronegócio produtor de mercadorias, realidade estudada por Rigotto (2011) no Ceará e no Rio Grande do Norte, sendo muito bem denominada pela autora de “reforma agrária às avessas”.

É preciso destacar que durante o curso do mestrado, alguns momentos foram relevantes por representar pontos altos nas contribuições para lapidar o projeto de pesquisa, quais sejam: durante as Disciplinas cursadas, especialmente, aquelas que tinham o espaço agrário como central nas discussões: “Espaço e Campesinato”, ministrada pela Profa. Emília Moreira e pelo Prof. Ivan Targino; “Produção do espaço agrário no Nordeste brasileiro”, com o Prof. Edvaldo Carlos de Lima; e “Seminário de Dissertação”, no qual participaram o Prof. Josias de Castro

²⁸ O processo de contrarreforma agrária não é recente, vem ocorrendo historicamente no Brasil, conforme escreveu Ianni (1979) e J. Silva (2013).

Galvão (coordenando) e o Prof. Anieres Barbosa da Silva (examinador interno), além do orientador da presente pesquisa.

A realização do Estágio Docência na Disciplina de Geografia Agrária, ministrada pelo Prof. Marco Antônio Mitidiero Junior, no curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); a participação no VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e 1ª Jornada de Geografia das Águas em 2013, publicando artigo e coordenando um grupo de discussões sobre assentamentos rurais; a realização de Missão de Estudos (Mestrado Sanduíche) na Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob a orientação do Prof. Eraldo da Silva Ramos Filho e o diálogo com outros pesquisadores, a exemplo da Profa. Leonilde Servolo de Medeiros e dos Profs.: Manoel Fernandes de Sousa Neto e Raimundo Jucier Sousa de Assis²⁹ constituíram-se em momentos de grandes contribuições teóricas.

Com relação ao método de pesquisa, ou seja, no tocante aos procedimentos e instrumentos utilizados na investigação, optou-se em organizá-los e executá-los em três etapas, conforme explicitado abaixo. Vale salientar que as etapas não foram desenvolvidas rigidamente na mesma ordem em que estão apresentadas a seguir, pois em alguns casos se deram concomitantemente.

Etapa 1 – revisão bibliográfica, cartográfica e documental:

a) Levantamento bibliográfico: em livros, artigos, dissertações e teses, objetivando aprofundar o conhecimento sobre a questão agrária e a reforma agrária no Brasil de maneira geral e, especialmente, sobre os assentamentos rurais e a problemática da expulsão de famílias nos PA's. Ressalta-se que as Disciplinas cursadas e o diálogo com os professores foram fundamentais para orientar a busca, em meios diversos: desde a internet, as bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba e da FAFIDAM/UECE;

²⁹ Nesse momento agradeço pela disponibilidade e atenção a Profa. Leonilde Servolo de Medeiros (Universidade de Brasília) pela relevante discussão acerca da temática reforma agrária e, especialmente, sobre a problemática desta pesquisa, realizada via Skype em meados de 2014; ao Prof. Manoel Fernandes de Sousa Neto (Universidade de São Paulo) pela leitura e discussão do Projeto de Pesquisa e proposta de sumário, bem como indicação de bibliografia, em fins de 2013 e ao Prof. Raimundo Jucier Sousa de Assis (Universidade Federal do Piauí) que por diversas vezes contribuiu, seja na leitura de artigos produzidos, seja na proposta de sumário, bem como, na organização do presente texto. Agradecimentos estendidos aos professores a seguir, que via e-mail durante o último ano foram contactados e, gentilmente, deram relevantes contribuições, principalmente, no tocante a indicação de fontes bibliográficas: Paulo Roberto R. Alentejano, Rosemeire Aparecida de Almeida, Marta Inez Medeiros Marques, Larissa Mies Bombardi, Bernardo Mançano Fernandes, Maria Elena Miranda e Antônio Thomaz Júnior.

b) Levantamento documental, cartográfico e dados secundários: do início do mestrado em meados de 2013 até o momento da escrita deste texto, foram 5 visitas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde foi possível ter acesso a dados relevantes sobre os 40 PA's espacializados na microrregião do Baixo Jaguaribe e assim, ter uma visão ampla da problemática tratada. Estes momentos possibilitaram, também, o acesso a mapas, relatórios sobre os referidos assentamentos e os camponeses assentados. Outros momentos foram relevantes para obtenção de documentos diversos, como: visita ao Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (IRDSS), empresa responsável pelos serviços de ATER aos assentamentos da microrregião; encontro com militantes do MST³⁰ que atuam nos assentamentos; A pesquisa nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), do INCRA, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do MST, da FETRAECE, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e da Comissão Pastoral da Terra; foi importante para aquisição de outros documentos/dados relevantes.

Etapa 2 – pesquisa de campo

O trabalho de campo é tido como momento essencial para a ciência geográfica, não sendo diferente na presente investigação. Entretanto, se faz necessário alguns cuidados para que o ranço empirista que está na raiz positivista desta ciência não subjugu e faça desprezar a necessidade de um arcabouço teórico e conceitual para a leitura deste empírico, conforme alerta dos autores abaixo:

Desde os primórdios da Geografia os trabalhos de campo são parte fundamental do método de trabalho dos geógrafos [...] Entretanto, se esta herança foi fundamental para a consolidação da Geografia como ciência, legou também uma forte marca empirista. Assim, nos primórdios, o trabalho de campo que era parte fundamental do método, aos poucos vai se transformando no próprio método, isto é, de parte do método, torna-se o método, fruto do predomínio de uma concepção empirista que despreza a teoria e atribui à descrição da realidade a condição de critério de verdade (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 53).

Seguindo essa ideia, as palavras de Lacoste (1985) são basilares para esclarecer a importância de um arcabouço teórico e conceitual que permita teorizar e apreender o empírico:

³⁰ Aproveita-se aqui a oportunidade para agradecer tanto aos técnicos do IRDSS, como aos militantes do MST que contribuíram para a pesquisa, com informações, registros fotográficos e/ou documentos, de forma sempre prestativa e gentil.

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas (LACOSTE, 1985, p. 20).

Cicourel (1980) destaca que o pesquisador não pode começar a descrever nenhum fenômeno social sem uma teoria sólida que reflita sobre esse concreto. Assim, o autor demonstra preocupação com a busca desenfreada pelos dados objetivos, onde muitas vezes esquece-se da teoria ou da importância da objetividade, mas como potencial metodológico e teórico:

Os cientistas sociais tem dado, em todos os tipos de pesquisas e inclusive na observação participante, tal importância à “objetividade” que as condições do estágio atual de pesquisa nas ciências sociais são exploradas não pelo seu potencial metodológico e teórico, mas como veículos para a obtenção de dados substantivos. A preocupação com os resultados substantivos oculta o fato de que tais resultados são apenas tão bons quanto a teoria básica e os métodos usados em “descobri-los” e interpretá-los. A situação de pesquisa concreta, especialmente no caso da observação participante e de métodos semelhantes, constituem uma fonte de dados importantes, pois está sujeita as predições e explicações quanto os resultados substantivos procurados (Ibidem, p. 103).

Ainda segundo Cicourel (1980), alguns cuidados merecem atenção no caso de pesquisadores que se utilizam a pesquisa participante na investigação científica, como é o caso deste estudo. O alerta é no perigo do envolvimento sem limites na vida do grupo pesquisado ao ponto do pesquisador tornar-se um nativo: “como já tem sido dito, muitos pesquisadores podem ficar tão envolvidos na sua participação que “viram nativos” (Ibidem, p. 90)”. Para evitar isso, faz-se necessário ter bem claro o papel do investigador, bem como saídas do campo (afastamentos provisórios do objeto) para revisões do que aconteceu e do caminhar da pesquisa (CICOUREL, 1980). O mergulho nesta questão está no fato da ligação umbilical do presente autor com a temática da reforma agrária, ou seja, a atuação por quase uma década junto aos assentamentos do Baixo Jaguaribe e a militância em prol da reforma agrária favorecem que, caso não tome os devidos cuidados alertados acima, essa vivência próxima aos sujeitos sociais e a problemática venham a atrapalhar as análises.

No entanto, se com o trabalho com base na pesquisa participante, corre-se o perigo de se virar nativo, relevantemente ela aproxima o observador dos observados, e faz deste encontro um aprendizado mútuo. Senão, veja-se:

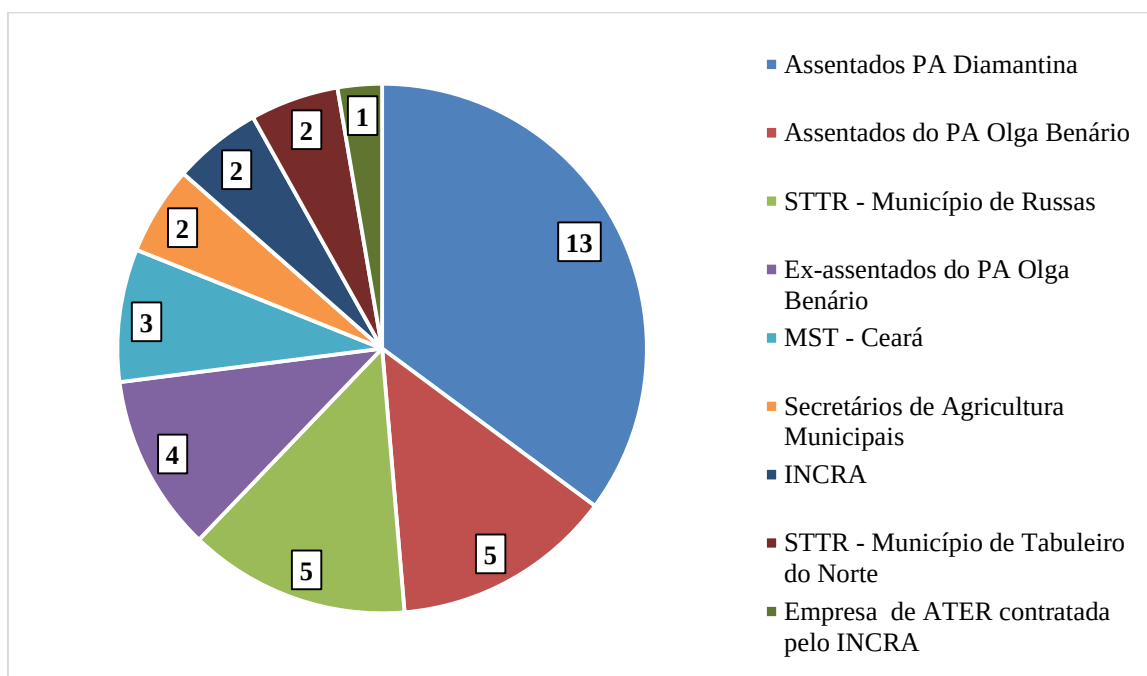
[...] definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social comum com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador

é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificando por este contexto (SCHWARTS; SCHWARTS (1955) Apud CICOUREL, 1980, p.89).

Foi com base nesses pressupostos teóricos acerca do trabalho de campo nas ciências sociais, e em especial na Geografia, que se executou esta etapa da pesquisa, possibilitando contribuições importantes para a investigação, sendo a história oral técnica fundamental para esta empreitada.

Assim, as entrevistas semiestruturadas gravadas em MP3, conversas informais, anotações em caderno de campo e registros fotográficos foram os instrumentos para a coleta de depoimentos e dados em campo. Inicialmente, planejou-se fazer uso da técnica de história de vida, mas diante da dificuldade enfrentada, haja vista perceber que os camponeses assentados expressavam-se melhor quando se realizava as perguntas do roteiro semiestruturado, foi que a opção recaiu apenas sobre as referidas entrevistas. O gráfico a seguir traz um resumo das 37 entrevistas³¹ realizadas com os diversos sujeitos sociais, instituições, organizações e movimentos sociais ligados ao campo no Baixo Jaguaribe, especialmente, aos assentamentos rurais em estudo.

Gráfico 01 – Distribuição das entrevistas realizadas na pesquisa de campo



Fonte: Trabalho de campo (2014). Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

³¹ Para a construção do TTC na graduação foram realizadas 46 entrevistas, entre as quais 14 entrevistas com ex-assentados do PA Diamantina, que serão também utilizadas neste trabalho como fonte de pesquisa. Os depoimentos destas entrevistas estarão, ao longo do texto, com datação do ano de 2011. Já as entrevistas realizadas neste período do mestrado são de 2013 e 2014.

Algumas informações são importantes acerca dos números apresentados no gráfico acima. Foram realizados cinco momentos de campo nos assentamentos pesquisados, sendo 3 no PA Diamantina e 2 no PA Olga Benário, tendo pernoitado uma vez neste. No PA Diamantina, com 24 famílias assentadas no momento dos trabalhos de campo, realizou-se 13 entrevistas, escolhendo um membro familiar, seja o assentado ou a assentada que estivesse na residência. No PA Olga Benário, pelo diminuto número de assentados, priorizou-se entrevistar tanto o assentado, como a assentada. Dessa forma, no momento da visita este PA possuía 5 famílias assentadas, onde se conseguiu entrevistar 3 famílias, num total de 5 assentados entrevistados. Também foi possível localizar e entrevistar 4 camponeses ex-assentados do PA Olga Benário. Ressalta-se aqui, a dificuldade de encontrar os assentados, haja vista, alguns estarem trabalhando fora do PA e, mais ainda foram os desafios para localizar e entrevistar os ex-assentados.

No caso do STTR de Russas, as 5 entrevistas foram com o atual e com o ex-presidente, além de 3 Diretores. Ainda em Russas foi entrevistado também o Secretário de Agricultura do município e um técnico da Secretaria. Já no STTR de Tabuleiro do Norte, foram entrevistados o atual presidente e o ex-presidente e atual Secretário de Finanças, que também é o Secretário de Desenvolvimento Rural do Município, bem com, neste município entrevistou-se um técnico de ATER pertencente à empresa responsável em prestar os serviços aos assentados no Baixo Jaguaribe.

Em nível estadual, colheu-se o depoimento de dois representantes da FETRAECE, um do atual e ex-presidente e um da Coordenadora da Secretaria de assalariados e assalariadas rurais, que também é ex-assentado. Foram entrevistados também, na Superintendência Regional do INCRA em Fortaleza, o atual e o ex-superintendente do órgão;

Um dos ápices do processo da pesquisa de campo, proporcionado pela pesquisa participante, como forma de perseguir a práxis cara e estrutural a opção de método de interpretação feita, foi a participação na semana de luta da Via Campesina, no mês de outubro de 2013, em Fortaleza, capital do estado do Ceará. Conforme assinalou Cicourel (1980), tomando-se o cuidado de não virar um nativo e prejudicar as análises, “[...] quanto mais intensa for a participação, por um lado, mais ricos serão os dados [...]” (Ibidem, p. 93).

Nesse sentido, partilhar de uma semana de lutas com os movimentos sociais camponeses, marcada por 4 dias de ocupação da sede do INCRA e de outros prédios públicos; caminhar juntos em marchas pelas principais avenidas da cidade de Fortaleza possibilitou

compreender e perceber processos que à distância seria quase que impossíveis. Sentir o conflito prestes a eclodir no momento do encontro de camponeses e Sem Terra de um lado, e a tropa de choque fortemente armada, do outro, a mando do Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, propiciou sentir na pele o canto entoado na luta, quando dizem os Sem Terra “*o risco que corre o pau, corre o machado*”. A rebeldia dos camponeses em ação na luta comprovou os escritos de Martins (1981), quando afirma que o campesinato brasileiro é historicamente e progressivamente insubmisso frente à exploração e a violência.

Importante registrar aqui algumas dificuldades apontadas por Mitidiero Jr. (2008), sobre a questão de analisar processos sociais imediatos, como estes que aconteceram recentemente. Para ele, há uma limitação no sentido do olhar do pesquisador sobre o futuro do desenrolar dos processos, sendo difíceis as conclusões, possivelmente, um caminho será a formulação de hipóteses do que certezas prontas e acabadas. Mesmo com essa limitação, o referido autor deixa claro a importância do momento de campo na investigação.

Portanto, o “eu estava lá” como princípio metodológico defendido por Caldart (2004), bem como reafirmado por Mitidiero Jr. (2008) a partir daquela autora, foi determinante para o aprofundamento da reflexão proporcionado a investigação. Ou seja, a distância desse momento descrito acima seria impossível, na condição de pesquisador, compreender e entender as contradições, o perigo, as estratégias do Movimento (MST) em luta, bem como em momento de campo no PA Olga Benário, presenciou-se uma caravana chegando ao assentamento, tratava-se do latifundiário, seu filho e um jagunço, mais um Perito Federal, um engenheiro agrônomo contratado pelo latifundiário. Chegaram juntos ao assentamento para realização de uma reavaliação do imóvel solicitado judicialmente pelo latifundiário. O eu (pesquisador) estava lá, e mais uma vez foi determinante para sentir e perceber: o desconforto no encontro entre classe exploradora (latifundiário capitalista rentista) e classe explorada (camponês assentado); a ânsia do latifundiário na busca de elevar a indenização, ou melhor, a renda da terra nos termos defendidos por Martins (1981); e a opção do Estado, que age com extrema agilidade para reavaliar o imóvel para o latifundiário, ao mesmo tempo, o PA Olga Benário, após quatro anos de criação, sequer as moradias foram construídas. Dois fatos, que demonstram que o “eu estava lá”, fruto do trabalho de campo, permite “estar participando diretamente dos acontecimentos e poder perceber certas relações que pesquisadores distantes, no tempo e ou na realidade, teriam mais dificuldades em acessar” (CALDART, 2004, p. 61).

Etapa 3 – Sistematização e análise dos dados coletados e redação final

Momento dedicado à organização das informações colhidas, transcrição de entrevistas, elaboração de gráficos, tabelas, quadros e mapas e análise criteriosa dos dados e do conteúdo das falas dos sujeitos. Momento de definir o método de exposição e assim redigir o texto.

Além da introdução, optou-se em estruturar a presente dissertação, realizada com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 4 capítulos. No primeiro capítulo, realiza-se uma aproximação com a problemática da pesquisa, buscando estudos que tenham a centralidade da investigação no que aqui se denominou de expulsão de camponeses assentados. Realizasse também uma análise histórica da reforma agrária na microrregião do Baixo Jaguaribe, bem como uma aproximação com a realidade dos 40 assentamentos rurais espacializados na mesma, a partir das informações do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) do INCRA. Aproximação essa, no sentido de explicitar o quadro da problemática em tela nos mesmos e assim ter uma dimensão da totalidade dos processos.

No segundo capítulo, mergulhou-se na história política recente no Brasil, com a chegada, a partir de 2003, do PT ao governo federal, decifrando os caminhos trilhados, de acordo com as opções pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, para o campo neste país, especialmente, no tocante à reforma agrária e aos assentamentos rurais. Abordou-se, assim, o período que marca a transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso para os governos petistas, destacando o sentimento que permeava aqueles a favor da reforma agrária e os contrários a ela, assim como, a ilusão, fruto das expectativas geradas em parcela considerável dos intelectuais, militantes e movimentos e organizações sociais face o posicionamento histórico a favor da reforma agrária nos discursos e documentos do PT.

No terceiro capítulo, analisa-se o processo histórico de desenvolvimento da reforma agrária no município de Tabuleiro do Norte e a criação do PA Diamantina. Discute-se o papel relevante e pioneiro da Diocese do município de Limoeiro do Norte, por meio da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), para as discussões iniciais em torno da reforma agrária naquele município. Analisa-se o período no qual a Organização Sindical Rural de Tabuleiro do Norte passa a interessar-se pela temática reforma agrária, colocando esta na pauta das suas reivindicações, conseqüentemente, assumindo o papel principal no processo de desapropriação e criação dos assentamentos rurais neste município marcado por um processo de reforma agrária negociada com os latifundiários rentistas, ou seja, sem que houvesse a luta pela terra. Estuda-

se a gestação e criação do PA Diamantina, o processo de expulsão dos camponeses assentados e o caminho trilhado por estes pós-assentamento.

Analisa-se o processo histórico de desenvolvimento da reforma agrária no município de Russas no quarto capítulo. Discute-se o protagonismo da Organização Sindical Rural no processo de desapropriação e criação dos assentamentos rurais neste município até meados dos anos 2000, quando a partir daí surge o MST, que passa a comandar os processos de luta pela terra, disputando e rompendo com a histórica reforma agrária negociada com o latifúndio no Baixo Jaguaribe. Estuda-se a gestação e criação do PA Olga Benário, o processo de expulsão dos camponeses assentados e o caminho trilhado por estes pós-assentamento.

Por fim, as considerações finais, onde é apresentado o desfecho do presente estudo, mas sem a pretensão de ser um ponto final na discussão da problemática central. Portanto, como conclusão do estudo, explicita-se o quão sombrio é o cenário para o campesinato frente a um contexto político totalmente adverso e a clara possibilidade da continuidade da contrarreforma agrária no segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff. No tocante à problemática, a cada avanço nas análises, a cada dado emergido, mostra-se ser um tema controverso e polêmico, o que por si já enseja a necessidade de outros estudos para outras realidades do país e em escalas de análise mais abrangentes, como em nível estadual ou mesmo regional, como forma de se construir um quadro da totalidade nacional do processo de expulsão camponesa nos assentamentos rurais.

CAPÍTULO I - UMA APROXIMAÇÃO COM A PROBLEMÁTICA DA EXPULSÃO DE CAMPONESES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

1.1 Abordagens sobre a expulsão de camponeses assentados: o que afirma o discurso científico?

Em meio ao elevado e relevante volume da produção acadêmica nas últimas décadas sobre a reforma agrária no Brasil e, especialmente, acerca dos assentamentos rurais, parece ser temerário afirmar que existe uma baixa produção centrada na análise da expulsão de camponeses assentados, que envolve, como já foi citado anteriormente, um variado número de processos/denominações. Entretanto, um mergulho nesse volumoso acervo bibliográfico sobre a questão agrária brasileira, principalmente, com a lente focada para garimpar os estudos sobre os assentamentos rurais, mostrou que a referida problemática não tem recebido a devida atenção nas investigações³², como apontam Oliveira (1996); Bruno e Medeiros (2000); Mello (2006); Ribeiro (2009).

Um exemplo é a importante pesquisa em nível nacional, tratando sobre os impactos dos assentamentos rurais, de Leite et al. (2004). A única menção que faz à problemática em tela tem um caráter de secundarizar a discussão, colocando-a em meio aos resultados oriundos da paixão política que divide os *prós* e os *contras* à reforma agrária, sendo a desistência de famílias uma bandeira daqueles que seriam contrários às desapropriações. Senão, veja-se:

No debate político estavam, de um lado, os que falavam em nome dos assentados e dos demandantes de terra, que buscavam dar visibilidade aos resultados seus esforços em estimular a produção agrícola e pecuária nos assentamentos como forma de mostrar os efeitos positivos da reforma agrária. Do outro lado estavam aqueles que se opunham ao processo de desapropriações em curso. Nesse caso, tratava-se de desqualificá-lo, mostrando a ineficácia produtiva das experiências, apontando baixos índices de produtividade, grande número de desistências, indícios de favelização das áreas rurais, e denunciando que, quando muito, estariam desenvolvendo uma agricultura de subsistência (LEITE et al., 2004, p. 22).

Já Sparovek (2003), em outro trabalho, em nível nacional, sobre a reforma agrária, preocupa-se em colocar entre as perguntas da pesquisa a questão do abandono dos lotes ou aglutinação destes, chegando à conclusão de que tais processos são pontuais:

³² Alguns trabalhos relevantes sobre assentamentos rurais cita a problemática de maneira bastante pontual, a exemplo de Miranda (1998) quando cita a desistência; Almeida (2006), fala em expropriação nos assentamentos.

A análise conjunta do IF [índice de eficácia da reorganização fundiária] indica que a eficiência com que os latifúndios são convertidos numa matriz fundiária baseada em agricultura familiar é elevada em todo o Brasil e os problemas observados, como abandono ou aglutinação de lotes e áreas não parcelados nos projetos, foram pontuais (SPAROVEK, 2003, p. 96)

A partir disso, defende-se que os estudos que tem nos assentamentos rurais a centralidade das reflexões deverão colocar essa problemática na pauta das discussões, sob pena de escamotear e/ou explicar pela metade os processos que envolvem os assentamentos rurais e a reforma agrária no Brasil. Defesa esta pelo fato da problemática expor um contexto de extrema contradição, haja vista estar imbricado nos processos de intensas lutas, conflitos, violência e mortes na luta pelo sonho da conquista da terra o elevado número de camponeses expulsos da terra.

Nessa conjuntura é mister ressaltar que apesar do recorte temporal da presente pesquisa se concentrar nos últimos 12 anos, o que equivale analisar como os últimos três governos federais do PT trataram a reforma agrária e os assentamentos rurais, compreende-se que a problemática da expulsão de famílias assentadas a que se remete Fernandes (2010), não é um processo recente, ou seja, não foi criação destes governos, mas continuou com eles. Nesse sentido, um dos primeiros trabalhos sobre a referida temática a que se teve acesso foi o de Paulilo (1994). Esta autora ao analisar o índice de desistência de 22% constatado no Brasil em 1992, afirma ser um índice muito baixo diante da precariedade no qual estavam inseridos os assentamentos à época.

O índice de desistência de 22% apresentado pelo relatório FAO (1992) comprova o que afirmamos, pois que esse índice resulta baixo se levarmos em conta as dificuldades presentes nos assentamentos, tais como: terra ruim para a lavoura; diferenças acentuadas com relação à região de origem dos beneficiados, o que os obriga a adaptações que implicam em aprendizagens (cultivar novos produtos, utilizar técnicas antes desconhecidas[...]; falta de estradas; comercialização difícil e outros) (PAULILO, 1994, p. 194).

O trabalho dissertativo de Oliveira (1996), intitulado “*Lutando pela terra: abrindo mão de um poder alternativo*”, analisou o abandono e a venda de lotes em três assentamentos rurais sergipanos. De um total geral de 342 famílias assentadas, a autora apontou que 106 abandonaram os três assentamentos, representando 31% do total. Número bem acima da média nacional apresentada no trabalho de Paulilo (1994) de 22%. Para Oliveira (1996), a venda de lotes e o abandono expõem a contradição supracitada no início deste capítulo (luta pela terra e venda/abandono da terra), bem como gera uma polêmica que quase sempre é colocada como fardo a ser carregado por aqueles que abandonaram e/ou venderam seus lotes, conforme os escritos a seguir:

A polêmica gerada em torno das vendas e abandono de lotes tem uma dimensão imensurável e está perpassada pelas várias concepções circulantes e postas em prática acerca da reforma agrária. A cada dado que se apresenta, a cada informações que se colhe, a cada número que é buscado, tem-se a impressão de se estar penetrando em um pântano de areia movediça, recheado de animais nocivos prestes a um ataque fatal. Na verdade, o clima polêmico criado em torno do assunto parece fazer parte de um jogo de cena em que muitos conhecem cada gesto e ação propiciadora e propagadora do fato. No entanto, visualizando-se os prejuízos que causarão aos coadjuvantes, descarregam nos atores principais o fardo da responsabilidade do ato mal sucedido (OLIVEIRA, 1996, p. 401-402).

Para a referida autora, são diversas as denominações dadas aos que abandonam ou vendem os lotes nos assentamentos rurais, conforme os documentos do INCRA-Sergipe: assentado desistente, assentado excluído ou simplesmente excluído. Na mídia escrita, geralmente, são considerados especulador imobiliário, vendedor de lotes, repassador de terras e péssimos administradores. Para os assentados que ficaram e participaram ativamente da luta pela terra, aqueles que abandonaram e/ou venderam são vistos como trabalhadores rurais adjetivados de pobres coitados, afirma a autora. Já para lideranças dos movimentos sociais e entidades de luta pela reforma agrária eles são tidos como despolitizados, traidores da proposta política, inimigos de classe e/ou induzidos pelo inimigo. Os que praticaram o ato, ou seja, os que abandonaram e arrependem-se após deixarem o PA, se autodenominam de loucos e justificam que foram forçados a fazer o ato (OLIVEIRA, 1996). Em meio a tais denominações, que não foge do contexto cearense, a autora traz uma reflexão pertinente ao ressaltar os interesses de classe, condicionando tais posturas dos sujeitos sociais envolvidos e produtores dos referidos discursos. Para ela, as:

[...] múltiplas denominações [...] estão permeadas dos interesses de classes que continuam se confrontando e ainda, que a luta pela terra tem continuado e se ampliado independentemente daqueles que já foram assentados e abandonaram seus lotes, mas, que este abandono/venda pode vir a ter um peso nos desfechos dos conflitos de terra (OLIVEIRA, 1996, p. 402).

Ou seja, numa sociedade marcada pela divisão de classes³³ e, no caso especificamente brasileiro, onde a propriedade da terra está no centro histórico das disputas políticas e de poder, como afirma Martins (1999), é relevante ter em mente que as denominações, análises e julgamentos são carregadas de ideologias ou utopias, dependendo da classe social e de acordo

³³ Entende-se aqui a sociedade capitalista a partir de Marx quando afirma que “os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas as respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo capitalista de produção (MARX (1986) APUD OLIVEIRA, 2004, p. 35).

com a visão social de mundo dos sujeitos sociais envolvidos, nos termos defendidos por Lowy (2007)³⁴.

Segundo Oliveira (1996), de um lado estão os setores antirreformistas com seus discursos, que aproveitam a situação de abandono e venda de lotes para questionar as ações de desapropriação e construção dos assentamentos rurais. Por outro lado, os assentados e suas entidades representativas, que segundo a autora, buscam estratégias para impedir o abandono e a venda de lotes, pressionando os governos pela implementação de uma reforma agrária real no país. Para ela:

Os problemas decorrentes da escassez de recursos financeiros e da exígua assistência técnica aos assentamentos trazem dentro de si uma contradição. Por um lado, emperram o processo produtivo, muitas vezes até prejudicando a cultura de subsistência, o que prova o abandono dos lotes. Por outro lado, eles aguçam e estimulam o poder de resistência dos assentados, que lançam mão das suas experiências de vida e conseguem sobreviver [...] (OLIVEIRA, 1996, p. 411).

A autora ao tratar das causas do abandono/venda de lotes, afirma que “os três elementos [...] benfeitorias, crédito e assistência técnica – passam a serem os fios condutores para se detectar o móvel que impulsiona os assentados a venderem e abandonarem os lotes” (OLIVEIRA, 1996, p. 418). Por fim, para Oliveira (1996), algumas questões, neste contexto contraditório de venda de lotes/abandono de famílias, são postas e merecem atenção e solução por parte dos movimentos sociais de luta pela terra, a saber:

- existe um movimento por ocupação de terras no Brasil que está obtendo êxito; - existe um movimento nos assentamentos que carece de um melhor acompanhamento e assessoramento; - o movimento nos assentamentos demonstrou que muitas das vendas de lotes foram provocadas e estimuladas; o movimento dos assentamentos aponta para que enquanto se constrói e tenta implantar a reforma agrária o Estado e os antirreformistas tentavam destruí-lo nos assentamentos implantados (OLIVEIRA, 1996, p. 450).

O relatório denominado “*Evasão nos assentamentos rurais*” de autoria de Bruno e Medeiros (2000), abordando a questão da evasão de famílias nos assentamentos rurais do Brasil, é referência importante a que se teve acesso. Trata-se de uma pesquisa em 59 assentamentos rurais federais, distribuídos em 22 estados do país e criados entre 1985 e 1995.

Segundo as autoras, os assentamentos rurais no Brasil são, em sua maioria, resultados de lutas, agregando múltiplos segmentos sociais numa relação tensa com o Estado nas suas três esferas: municipal, estadual e federal. Para elas, os assentamentos rurais representam um

³⁴Para esse autor, a definição de ideologia (em oposição à utopia) como uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida parece a mais apropriada porque conserva a dimensão crítica que o termo tinha em sua origem em Karl Marx. Assim defende uma perspectiva que afirma que o pensamento é socialmente condicionado – que pode ser ideológico ou utópico (LOWY, 2007).

esforço de reapropriação e reorganização de espaços agrários pelas famílias assentadas, onde as atividades produtivas desenvolvidas nesses espaços, para além de proporcionar-lhes meios de vida e de adquirir funções políticas de delimitação de território, abrem possibilidades novas de utilização do solo, de novas culturas, atividades associativas e perspectivas de negociação com os poderes locais, além de recuperação de áreas decadentes. Entretanto, asseveram que a falta de planejamento e apoio tornam os assentamentos espaços vulneráveis, onde o grau de permanência dos assentados pode ser um indicador de estabilidade ou não, conforme fragmento de texto abaixo:

No entanto, criados para responder a pressões localizadas, marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, dispersos espacialmente, muitos dos assentamentos enfrentaram e enfrentam situações bastante adversas no que se refere às condições de sua instalação, com evidentes reflexos sobre as condições de produção e comercialização, formas de organização e sociabilidade. Coloca-se como questão a ser melhor compreendida, nesse quadro, a estabilidade dessas unidades, entendido como tal o grau de permanência dos assentados (BRUNO; MEDEIROS, 2000, p. 5).

De acordo com Bruno e Medeiros (2000), a maioria dos assentamentos como são frutos de processos sociais conflitivos, acabam muitas vezes por serem encarados como um ponto de chegada. Contudo, a partir do momento que recebem legalmente a terra, uma nova dinâmica se estabelece para as famílias agora assentadas. O novo momento tende a se superpor ao quadro de dificuldades que marcaram o momento anterior, segundo as autoras. “É como se uma nova ordem se iniciasse, um recomeço se apresentasse. A partir daí novos processos tem lugar, colocando-se, para o assentado, a saída do assentamento (mediante abandono, venda ou troca do lote) como uma opção possível” (Ibidem, p. 8). Nesse contexto de possibilidade de saída das famílias, seja por abandono, venda ou troca do lote, são categóricas ao afirmar o caminho a seguir:

Se famílias abandonam os lotes tão desejados (o “sonho da terra” explorado pela literatura acadêmica) e arduamente conquistados, há que se buscar razões relacionadas aos processos sociais que acontecem no interior dos assentamentos e à sua volta e a forma como esses processos são vivenciados pelos assentados a partir de suas condições particulares (Idem. Grifos nossos).

Afunilando o caminho a percorrer metodologicamente para desvendar os meandros contraditórios, que possibilitem aproximar o pesquisador das motivações das famílias deixarem os assentamentos rurais, as autoras explicitam que o olhar deve recair sobre: a) a dinâmica das políticas para os assentados no âmbito das três esferas de governo; b) para a forma de atuar das organizações que buscam representar os assentados e c) para as condições materiais do assentamento e para as formas como os assentados vivenciam a sua nova condição (BRUNO;

MEDEIROS, 2000). São nas redes de relações internas e externas desenvolvidas pelos assentados que, segundo as autoras, devem ser perseguidos os elementos que expliquem a tendência a criar o abandono nos assentamentos rurais.

Com relação aos índices de evasão, elas agruparam de acordo com a origem dos assentamentos. Nesse sentido, sistematizaram os dados obtidos, segundo quatro tipos de origem destes, a saber: 1) assentamento onde o público predominante é o de posseiros, parceiros e antigos moradores do imóvel desapropriado, apresentando baixo índice de evasão, em média 18,9%; 2) assentamentos onde predomina a dinâmica de fronteira, marcada por conflitos, onde apresentou níveis mais elevados nos índices de evasão, 43%; 3) assentamentos constituídos por pressão da organização sindical rural ou através de ocupações de terra. Nestes, segundo as autoras, foi difícil estabelecer uma relação entre processo social que deu origem ao assentamento e as evasões, alcançando em média de 20,3%; e 4) assentamentos criados por iniciativa do INCRA, com níveis elevados de evasão, em média 49,7%.

Assim, as autoras criaram quatro faixas progressivas de índice de evasão para os quatro grupos de assentamentos. A primeira faixa, correspondendo a 30,5% da amostra total de 59 assentamentos, estão os PA's com índice de evasão inferior a 12,5%. Nesta faixa, as autoras destacam que mais da metade desses assentamentos (55,5%) estão localizados na região Nordeste, devido esta apresentar número de posseiros e moradores elevados na origem dos assentamentos, portando, índices baixos de evasão como já se explicitou anteriormente. Na segunda faixa, estão aqueles PA's com índice de evasão entre 12,5 e 24,9%, atingindo 27,1% da amostra total. Interessante ressaltar a presença nessa faixa de evasão do Projeto de Assentamento Barra do Feijão, localizado no município Tabuleiro do Norte-Ceará, um dos municípios da presente pesquisa, com um índice de 24% de evasão. Na terceira faixa, situam-se os assentamentos entre 25% e 49,9% de índice de evasão, correspondendo a 27,1% da amostra total. E, finalmente, uma quarta faixa compreende os assentamentos com índices de evasão iguais ou maiores que 50%, correspondendo a 15,2% dos assentamentos pesquisados (BRUNO; MEDEIROS, 2000).

Elas também explicitam os índices de evasão nacional de 26,2% e por região, com o seguinte quadro: Norte com 29,9%; Centro Oeste com 27,8%; Sul com 27,5%; Sudeste com 19,6% e o Nordeste com 17,9%. Importante registrar, como destacam as autoras, que dentro das regiões as variações são significativas, bem como entre as quatro faixas anteriormente mencionadas. Nestas os índices vão de 0,9% no Assentamento Nova, Santo Inácio/Ranchinho em Minas Gerais, a 89,3% de evasão no Assentamento Sertão Bonito, na Bahia. No caso das

regiões, o exemplo que interessa imediatamente aqui é a Região Nordeste, onde tem o seguinte quadro em ordem decrescente de níveis de evasão por Estados, ficando o Ceará em terceiro lugar com um índice de 21,1%.

Quadro 1 – Índices de evasão na Região Nordeste e no Brasil

Estado	Média aritmética (%)
Bahia	30,9
Sergipe	21,9
Ceará	21,1
Pernambuco	18,1
Piauí	12,8
Maranhão	12,7
Paraíba	15,0
Rio Grande do Norte	10,7
Região Nordeste	17,9
Brasil	26,2

Fonte: Bruno e Medeiros (2000). Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

No tocante ao perfil dos assentados que saem dos assentamentos, as autoras chegam a uma conclusão que toca em um ponto polêmico, ao afirmar não proceder o mito de que devem ser assentados apenas aqueles com forte vínculo e/ou experiência histórica com o campo, pois estes tenderiam a não abandonar a terra, ao contrário dos que teriam origem urbana, conforme pode ser visto a seguir:

No que se refere ao perfil dos que saem, a pesquisa contribui também para derrubar um dos mitos mais comuns no debate sobre assentamentos rurais, o de que o acesso à terra deve ser oferecido apenas aos demandantes com sólidos laços com a vida rural. Casos como o de Cantagalo, no Rio de Janeiro, e os dos assentamentos de Goiás mostraram que a trajetória urbana anterior dos assentados não implica em alto índice de evasão. Mesmo assim, são comuns as afirmações por parte dos entrevistados, sobre dificuldades de adaptação de alguns segmentos. Entre eles são mencionados favelados, seringueiros, pescadores (BRUNO; MEDEIROS, 2000, p. 52).

Em suas considerações finais, as referidas autoras, defendem a tese de que é impossível isolar uma única causa para as saídas das famílias assentadas. Para elas, são múltiplas as razões que se interpenetram e se combinam em cada um dos casos. No geral, os assentados se constituem em uma parcela da população sucessivamente excluída, sendo, em sua trajetória pessoal, a precariedade de condições uma regra. Portanto, devido à precariedade ser uma regra na trajetória das famílias assentadas, as autoras não acreditam as péssimas condições que marcam os assentamentos seja determinantes para as saídas das famílias. Algo que não se aplica, como será visto, no caso dos Assentamentos em estudo, Diamantina e Olga Benário,

onde as situações extremas e degradantes enfrentadas por estes sujeitos são cruciais para explicar a expulsão do campesinato assentado. Para elas:

[...] as condições de infraestrutura, apesar do quadro de assombrosa precariedade, não se constitua em fator determinante das evasões. Elas talvez passem a sê-lo quando outras oportunidades se afiguram como possíveis (como possibilidades de emprego urbano, oferta de melhores terras etc.) ou quando a elas se somam fatores como isolamento, idade, baixos níveis de organização, mas sempre ligados à viabilidade de saída com oportunidades melhores (BRUNO; MEDEIROS, 2000, p. 52).

Mesmo assim, entre as múltiplas causas possíveis para explicar a saída das famílias, as autoras afirmam, com base nos depoimentos das famílias assentadas, que a “ausência e a precariedade de serviços de uso coletivo previstos nos projetos de assentamento, especialmente atendimento médico, escola e estradas, são razões recorrentemente apontadas como motivadoras das saídas” (BRUNO; MEDEIROS, 2000, p. 46). E mais, quando as famílias têm assegurado “um serviço de saúde regular [...] as evasões por motivo de doença ou devido à necessidade de um atendimento regular, como no caso das pessoas mais idosas, tendem a diminuir sensivelmente” (Idem).

A mesma realidade vista quando da discussão sobre o acesso aos serviços básicos de saúde se apresenta para a questão do acesso aos serviços de educação básica, “onde as condições de ensino foram consideradas também um dos principais fatores que determinaram as saídas dos assentados: a maioria dos entrevistados afirmou que as famílias saem devido à precariedade do ensino [...]” (Idem). Outros fatores que causam a evasão, recorrentemente apontados, de acordo com as autoras, são: a falta ou a precariedade das estradas, a dificuldade de transporte e questões diretamente relacionadas com o acesso aos recursos hídricos.

Mesmo em meio ao quadro apresentado nos depoimentos, as autoras reforçam, com base nos índices de evasão, que a precariedade profunda só se torna causa de evasão diretamente quando o contexto em volta dos assentamentos oferecem outras opções melhores para as famílias que decidem sair, fato que não coincide com a realidade atual dos assentamentos investigados, como se verá ao longo deste trabalho.

Como já mostramos acima, no entanto, quando se toma por base os índices de evasão, a infraestrutura não parece ser um elemento fortemente diferenciador dos assentamentos. Apesar disso, os depoimentos mostram que a carência dela é vivenciada com alto grau de dramaticidade. Tais elementos nos levam a reforçar a hipótese de que as carências se transformam em possibilidade de evasão quando algumas alternativas se colocam para o assentado, conforme o momento de seu ciclo de vida, condições econômicas, fidelidades, laços de parentesco etc. (BRUNO; MEDEIROS, 2000, p. 47).

Bruno e Medeiros (2000) também enaltecem, que para além do precário quadro dos serviços públicos acima mencionados, há outras justificativas para as evasões. Nesse sentido, os encaminhamentos administrativos e à ação do Estado junto aos assentamentos rurais aparecem como justificativa, destacando-se: a demora na regularização e demarcação dos lotes, os critérios de definição do seu tamanho, de seleção dos candidatos, o atraso ou mesmo a não implementação da infraestrutura básica e a irregularidade na liberação dos primeiros recursos. Além do mais, enaltecem que muitas vezes o INCRA não regulariza toda a área e não impede a presença, no assentamento, de fazendeiros. Estes pressionam e ameaçam as famílias, contribuindo para forçar os assentados a saírem ou venderem o lote. Outra situação se refere ao tamanho do lote, ou seja, quando a medição é muito desigual e os lotes são bastante heterogêneos, tem-se as disputas internas e conflitos, provocando saídas. O mesmo acontece quando a demarcação não corresponde às atividades costumeiras dos assentados. O abandono/isolamento das famílias no lote é outra face da causa da evasão.

Uma vez instalados nos lotes já demarcados, inúmeros assentados passam um longo tempo sem que ninguém os visite e se sentem deixados por si só para enfrentar a nova situação. Essa sensação de abandono é percebida com maior força nas situações em que a área do assentamento é particularmente isolada e desconhecida (Ibidem, p. 48);

A falta de incentivo à produção, à comercialização e a ausência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são elementos apontados pelos assentados como basilares para a saída das famílias assentadas dos seus lotes, segundo as autoras. “A insuficiência do crédito [...] prazos de carência que não correspondem ao ciclo da produção, demora na liberação das parcelas ou créditos que não são pagos em sua totalidade, são recorrentemente enunciadas pelos entrevistados como causadores das saídas” (Ibidem, p. 49).

Aspectos sociais e culturais também são acionados para explicar a evasão nos assentamentos rurais segundo o trabalho das autoras. A diferenciação social entre os assentados no momento da chegada e acesso a terra, no tocante ao capital e bens materiais, bem como a diferenciação cultural (nível de escolaridade, experiência de vida em atividades anteriores de forte integração com o mercado, experiência com mecanização etc.) são vistos pelas autoras como determinantes para a saída das famílias.

Essa diferenciação, segundo elas, existe também nas dificuldades inerentes à gestão do lote, ou seja, o aprendizado administrativo e financeiro é uma situação nova enfrentada pelas famílias, que tem por base cálculos e uma racionalidade muitas vezes estranha ao mundo camponês. A nova realidade também apresenta nos assentamentos a necessidade de gerir bens coletivos, viver e praticar o associativismo e suas implicações, o que traz dificuldades e muitas

vezes favorecem as saídas das famílias, seja pela diferenciação cultural, seja a imposição de regras sem discussão com os assentados, segundo as autoras. Nesse contexto, aparecem mencionados problemas de convivência, conflitos pessoais e expulsões devido ao “descumprimento das regras” (BRUNO; MEDEIROS, 2000, 49).

Martins (2003a, 2003b, 2004), nos livros “*Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*”³⁵; “*O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*”; e “*Reforma Agrária: o impossível diálogo*”, traz para o debate os processos de venda de lotes, desistências e abandonos nos assentamentos rurais. São obras fortemente marcadas pelas reflexões centralizadas no relacionamento entre as agências de mediações de luta pela terra³⁶, como ele denomina principalmente o MST e a CPT, e os governos de Fernando Henrique Cardoso. Nos posicionamentos controversos, o autor apresenta uma crítica radical às ditas agências e uma avaliação extremamente branda e quase sempre positiva destes governos com relação à reforma agrária, mais parecendo que o problema reside naqueles, especialmente o MST e não nestes governos, o que não impede de se ressaltar aqui alguns pontos relevantes sobre a discussão empreendida por ele sobre os processos supracitados e que é o foco desta pesquisa.

Um dos pontos-chaves defendidos pelo autor é o de que a reforma agrária não ataca o rentismo, o que é uma verdade quando se pensa nas mega indenizações pagas aos latifundiários. Mas, o problema da tese por ele defendida é que o assentado ao alugar a terra ou ao vendê-la indevidamente, fortalece o rentismo que caracteriza o capitalismo no Brasil, ao regenerar “[...] a renda fundiária como meio de sobrevivência, nega a relevância do trabalho e do produtivo e afirma a centralidade do tributo parasitário como meio de vida” (Ibidem, p. 15). Para ele, os movimentos sociais e/ou organizações sociais não tem levado em conta essa realidade. Afirmar o caráter rentista como alma do latifúndio que, como bem ele próprio afirma, cobra do conjunto da sociedade um tributo ao especular com a terra é uma leitura totalmente explicativa da realidade, mas daí afirmar que o assentado também exerce o mesmo mecanismo, mostra-se equivocado. Primeiro, é preciso destacar que nos casos em estudo nesta investigação não se detectou nos dois PA’s venda de lotes, mas um processo de expulsão fruto da contrarreforma agrária continuada nos governos petistas, não sendo diferente nos governos FHC. Segundo, as

³⁵ Este um livro coletivo coordenado pelo autor, que reúne cinco estudos de caso sobre assentamentos, onde Martins escreve um capítulo intitulado “O sujeito da reforma agrária: um estudo comparativo de cinco assentamentos. É com base neste artigo que será feita as análises da reflexão do referido autor.

³⁶ Agências de mediação um termo e crítica a qual não se compactua com sua aplicação como o que Martins propõe ao tratar do MST. Discussão que será travada no item 4.6 deste estudo quando se abordará a atuação do MST no PA Olga Benário.

vendas de lotes, quando se houve falar, são negociações onde os assentados face às dificuldades³⁷ nos assentamentos ou fruto da pressão exercida pelas empresas do agronegócio, madeireiras e/ou mineradoras resolvem, muitas vezes, avaliar os anos de trabalho (benfeitorias, plantios, rebanhos produzidos pelo trabalho familiar) e assim vender³⁸ e tentar a sorte em outro lugar. Terceiro, a realidade no Baixo Jaguaribe mostra que o aluguel de terras nos PA's ocorre muito mais como forma de atenuar o estado de abandono e precarização enfrentadas pelas famílias assentadas, criando assim uma fonte de renda em momentos de crise, de estiagens severas, onde as alternativas são escassas numa conjuntura totalmente desfavorável para o campesinato, face o apoio irrestrito do Estado/governos ao agronegócio.

O próprio Martins (2003b) corrobora com essa leitura ao pôr em relevo que tudo conspira contra a reforma agrária no Brasil, deixando evidente que as “incongruências do Estado” e não dos governos, e aí mais uma vez ele abranda a crítica aos desmandos dos governos FHC, fazendo com que os assentados optem pela venda dos lotes e/ou desistam. Nas palavras do autor: “a própria estrutura do setor público, as práticas dos bancos e das agências de financiamentos, o ritmo das providências, o excesso de burocracia, tudo conspira contra a reforma agrária. Tudo funciona para descartar o trabalhador” (Ibidem, p. 85) e complementa enfatizando que:

É possível que parte dos desistentes e dos que optam pela revenda de terras, mesmo sendo ilegal, no fundo revelam uma compreensão desse conjunto de dificuldades e esteja, optando por solução mais cômoda. Uma compreensão em grande parte demarcada pela redução progressiva do tempo que subjetivamente podem tolerar como tempo necessário para o reenraizamento (Ibidem, p. 86).

Uma crítica interessante aos escritos de Martins (2003b), quando este defende que o assentado na verdade é um sujeito oculto que protagoniza a reforma agrária, um sujeito permeado por contradições materializadas em uma dupla orientação social: ser ao mesmo tempo trabalhador e proprietário de terra, foi realizada por Mitidiero Jr. (2011, p. 20), quando assevera que:

A pobreza das infraestruturas básicas oferecidas a uma pequena exploração agropecuária particularizada pela sua história de luta pela terra; a fragilidade diante do

³⁷ Esta situação de pobreza em áreas de assentamentos rurais força diversas famílias a abandonarem ou a venderem os seus lotes. Ademais, a dificuldade de gerar renda para garantir a reprodução social obriga a muitas famílias se envolver em trabalhos acessórios na condição de boias-frias, mensalistas e diaristas em fazendas e usinas de produção de açúcar e álcool. Outras tantas deixam de produzir, pois arrendam suas terras a pessoas de dentro e de fora dos assentamentos, já que não tem capacidade de investir em lavouras e criação de gado (GONÇALVES, 2014, p. 06).

³⁸ Um exemplo desta pressão exercida externamente sobre os assentamentos e os desencontros promovidos pelas ações do Estado/governos na criação destes ao ponto da terra uma vez da reforma agrária retorne a formamercadoria é posta pelo trabalho de Terence (2013) que será analisado ainda neste item.

mercado; a dependência do Estado; uma certa subserviência às instituições políticas locais e as divergências internas ao movimento social parecem ampliar a noção de ambiguidade de Martins (2003). Porém, penso que o que de fato se produz não é um sujeito ambíguo, mas sim um sujeito único, que a partir da sua resistência gera também subordinação, ou através de relações subordinadas continua resistindo para se reproduzir enquanto camponês assentado.

Assim, aprofundando e corroborando com a leitura do autor acima, pode-se dizer que as contradições vivenciadas e praticadas pelo sujeito assentado, permitem sua continuidade existencial enquanto camponês, por isso a venda do lote ou mesmo a desistência/abandono aqui abordada como expulsão da terra, são tensões e contradições que não o fazem desaparecer face às profundas dificuldades postas pela contrarreforma agrária no Brasil. Realidade que será demonstrada ao longo deste estudo, materializada na marcha do camponês assentado expulso cuja terra retorna em outras condições, até mesmo na igual condição de assentado em outros assentamentos vale destacar.

Zinga (2004), com a dissertação que tem por título “*Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ*”, visou estabelecer os fatores que estariam estimulando tanto a evasão quanto a permanência de assentados no processo de reforma agrária, através do estudo do referido assentamento. Segundo o autor, duas questões orientaram seu estudo, a saber: 1) Quais são os fatores mais determinantes para a permanência e para a desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares? 2) Em que medida as políticas públicas implementadas no Assentamento Zumbi dos Palmares influenciaram os processos de permanência e desistência dos assentados no seu interior?

De acordo com ele, no referido assentamento, que tem capacidade para 506 famílias e uma história de cerca de 6 anos, o abandono é um fenômeno bastante evidente:

A intensidade do fenômeno de abandono foi bem evidenciada quando se constatou que a maioria dos entrevistados (79%) eram os primeiros ocupantes de seus lotes. Por outro lado, 15% dos assentados responderam que eram os segundos donos de seus lotes 3% identificavam-se como terceiros donos de seus lotes e 3% haviam realizado a troca de seus lotes iniciais. Aliás, a troca de lotes dentro do assentamento tem sido um procedimento corrente, muitas vezes realizado através do consenso entre proprietários dos lotes e responsáveis dos núcleos (Ibidem, p. 57).

Nesse sentido, aponta que a problemática da permanência das famílias no assentamento tem sido uma preocupação constante. Face aos problemas estruturais existentes no mesmo, a questão do abandono dos lotes tem exigido a atenção das entidades e movimentos sociais para a questão, conforme o fragmento a seguir:

A questão da permanência no Zumbi dos Palmares tem sido uma preocupação que envolve tanto os assentados quanto organismos diretamente relacionadas à vida dentro do assentamento (por exemplo, o INCRA e MST). Em face das dificuldades estruturais existentes dentro do assentamento ([...] falta de escolas, creche, postos de saúde, saneamento básico e falta de água potável), constatou-se a existência de dificuldades na fixação completa do núcleo familiar dentro dos lotes, resultando no fato de que em muitos dos lotes, somente o chefe de família mora e trabalha semanalmente (ZINGA, 2004, p. 75).

De acordo com os dados colhidos junto ao INCRA, no PA Zumbi dos Palmares investigado, o índice de evasão seria de 20,9%, totalizando 106 famílias evadidas. Sendo que destas, 67 teriam sido removidos pelo INCRA por infringir alguma norma relativa à reforma agrária e 39 teriam efetivamente desistido do assentamento propriamente dito (ZINGA, 2004). Sobre esse contexto, no qual o INCRA removeu as referidas famílias, segundo o autor, tal fato ocorreu contra a vontade das famílias que estavam sendo removidas. Para ele, a ação do INCRA demonstra o poder regulador do Estado na decisão de quem permanece ou não nos assentamentos.

Este resultado é especialmente importante para o debate acerca da Reforma Agrária, pois demonstra que por detrás do rótulo de evasão escondem-se muitas vezes processos mais complexos do que inicialmente imaginados, onde o agente estatal funciona como regulador daqueles que podem ou não permanecer no assentamento (ZINGA, 2004, p. 96).

Com relação às causas da evasão de famílias, o autor defendeu que estão relacionadas a uma combinação de fatores endógenos e exógenos aos assentados, que incluem uma gama de variáveis, quais sejam: (1) doença do dono do lote ou de um membro da família; (2) venda ou arrendamento ilegal dos lotes; (3) problemas produtivos causados por falta de água; e (4) falta de assistência técnica. Para ele, tais variáveis levanta a necessidade de se rediscutirem a questão da geração de renda exclusivamente dentro do lote pelas famílias, conforme impõe o INCRA. As precárias condições postas às famílias, fruto de problemas estruturais apresentados pelas variáveis, faz com que “a obtenção de renda pelos assentados apenas a partir de atividades internas ao lote [...] contribuí para a precarização da geração de renda por parte dos assentados (Ibidem, p. 97).

Por fim, o autor contribui na discussão sobre se a origem e/ou experiência do futuro assentado com o campo é fator primordial para explicar a evasão ou não nos PA's. Em seu estudo não se teve correlação entre os fatos, ou seja, ter ou não ligações com o campo no momento do acesso a terra no assentamento não determina o maior ou menor índice de evasão.

No entanto, alguns preconceitos demonstrados acerca do processo de recrutamento, entre eles a necessidade de que os assentados apresentem prévia “aptidão agrícola” não foram corroborados pelos resultados aqui discutidos. O fato é que numa

população majoritariamente oriunda das periferias pobres de diversos municípios da região norte fluminense não se evidenciou a questão da aptidão agrícola como fundamental para determinar a persistência ou abandono dos lotes (ZINGA, 2004, p. 97).

“*Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul*”, dissertação construída por Mello (2006), foi outro trabalho a que se teve acesso. Objetivando identificar e compreender os fenômenos sociais associados à rotatividade nos assentados rurais, o autor enaltece que a principal manifestação deste fenômeno é a evasão nos lotes dos assentamentos de reforma agrária naquele Estado. A pesquisa apresenta o processo de rotatividade, composta por evasão, trocas e outras saídas, em 193 assentamentos (federais e estaduais), criados entre 1994 e 2002, porém dando ênfase na evasão de lotes. O conceito de evasão é utilizado de forma genérica a englobar sem distinção os fenômenos de abandono de lote, venda de lote ou expulsão de famílias assentadas, ou seja, a saída do assentado do programa de reforma agrária (MELLO, 2006).

Apesar de estudar as dimensões material e simbólica, Mello (2006) enfatiza especialmente o papel do fortalecimento ou enfraquecimento dos laços sociais nos processos de construção dos assentamentos rurais, ou seja, o autor busca:

[...] entender em que medida o projeto de corpo, de formação de uma identidade “nós” ou de uma comunidade, que se insinua num acampamento e entra em crise quando do surgimento do assentamento através da dissolução (ou da não consolidação) dos laços sociais, promove o aumento ou a diminuição da evasão de lotes (Ibidem, p. 15).

De acordo com ele, grande parte dos trabalhos acerca dos assentamentos rurais dedicou-se a estudar os impactos e a eficiência deles, ou seja, a farta literatura que procura dar conta das vantagens dos assentamentos, está fortemente ligada aos impactos econômicos destes em detrimento do fenômeno da evasão nos mesmos.

[...] os estudos sobre assentamentos têm-se concentrado em avaliar os impactos e a eficiência dos assentamentos, havendo poucas iniciativas, mais amígdas, de averiguação sobre a evasão. Estas, quando ocorrem, concentram na avaliação da dimensão material do problema (tais como os aspectos relacionados com a infraestrutura, crédito, solos etc.), sendo ainda incipiente o desenvolvimento do tema nos aspectos relacionados com as possibilidades de coesão social e com os fatores que a estimulam ou retardam, para os quais nos dispomos a dar uma maior atenção neste estudo, procurando enfatizar a dimensão simbólica dos processos sociais. Com isso, optamos por retomar a revisão com auxílio da antropologia e da sociologia, na busca de instrumentos conceituais para a análise da questão proposta. (MELLO, 2006, p. 53).

O referido autor parte de uma hipótese central, qual seja: “[...] a rotatividade/evasão de lotes, embora tendo múltiplas causas, é potencializada numa situação de baixa coesão social, onde assentamentos que conseguem se corporar, estabelecendo uma maior coesão social,

apresentam mais possibilidades de evitá-la” (MELLO, 2006, p. 16). Além disso, trabalha a priori com 16 variáveis a serem testadas a partir da análise dos dados secundários obtidos junto ao INCRA e ao órgão estadual de terras do estado, que vão desde a falta ou atraso de infraestrutura e do crédito ao percentual de lotes sem água, sem luz e sem casa, à questão da existência ou conservação de estradas; qualidade dos solos, entre outros. Empiricamente, faz uso de estudos de caso na forma de etnografia, em dois assentamentos rurais, onde foram testadas, além das variáveis acima descritas, mais duas variáveis: o estado civil e a religião dos assentados. Avaliando, o impacto destas variáveis na evasão de lotes, seja ela de ordem material, econômica ou social (MELLO, 2006).

A tabela a seguir, com dados apresentados pelo autor, faz uma síntese do quanto da evasão nos 193 assentamentos pesquisados no Rio Grande do Sul, demonstrando que nos assentamentos federais há índice maior de evasões, com 23,95%.

Tabela 1 - Evasão nos assentamentos do Rio Grande do Sul

Tipo	Nº PAs	Nº Famílias	Nº Evadidos	% Evasão
Estadual	62	2011	366	18,20
Federal	104	4484	1084	23,95
Compartilhado	27	892	188	21,08
Total	193	7387	1628	22,04

Fonte: Mello (2006). Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Com relação às causas que podem explicar a evasão de famílias nestes assentamentos, assim como Bruno e Medeiros (2000) e Mello (2006), afirma não encontrar correlação entre a questão da infraestrutura e crédito para as famílias com a evasão nos assentamentos. Nas palavras do autor:

Com relação aos dados de infraestrutura e crédito que dispomos, não obtivemos uma correlação entre a evasão e a carência de infraestrutura (moradia, água, luz, estradas internas e externas), assim como entre o tempo transcorrido para acesso aos créditos da reforma agrária (apoio, materiais de construção e PRONAF A). Isso não significa dizer que estes itens não sejam essenciais ao bom desenvolvimento dos assentamentos, o que é, na verdade, uma obviedade (MELLO, 2006, p. 186).

Segundo o referido pesquisador, no tocante à qualidade dos solos, a prestação de assistência técnica, o executor do assentamento e o tipo de público assentado também não se encontrou nenhuma correlação com a evasão. Já o ano de implantação do assentamento possui correlação com o processo de evasão, tendo em vista, segundo ele, ocorrer uma tendência à ampliação da evasão ao passar dos anos, entretanto, com uma tendência à estabilização da taxa de evasão total em torno de 30% em média (MELLO, 2006). Um ponto ressaltado por esse

autor, assim como nos escritos de Bruno e Medeiros (2000), relaciona-se ao fato do processo de evasão se apresentar bastante desigual entre as regiões estudadas. E apesar da valorização dos aspectos simbólicos de coesão social e tecer críticas às pesquisas que valorizam a dimensão econômica na explicação da viabilidade e baixa evasão nos assentamentos rurais, Mello (2006), enaltece que as condições materiais também são determinantes para baixar o índice de evasão, senão observe-se:

[...] a evasão se apresenta bastante desigual nas cinco regiões estudadas, sendo que a metade norte do Rio Grande do Sul apresenta baixas evasões, em média 10%, por razões que se supõe ser de ordem ambiental (melhores solos e clima e, consequentemente, melhores produções e produtividades), econômica (maior dinamismo econômico na região) e de ordem simbólica, pois boa parte dos assentados é originária do Norte, onde a rede de relações sociais, especialmente aquelas relacionadas com o parentesco, tem papel central (Ibidem, p. 187).

Conclui o estudo reafirmando a hipótese de que a rotatividade/evasão de lotes, embora tendo múltiplas causas, é potencializada em uma situação de baixa coesão social:

Apesar das ponderações relativas aos limites de avaliação da dimensão material neste estudo, entendemos que a baixa correlação dos fatores relacionados a esta dimensão aponta para a confirmação da hipótese central, haja vista a constatação da centralidade da dimensão simbólica, em especial, nos processos de desenvolvimento da sociabilidade por meio da construção e da ampliação de relações de reciprocidade entre os agentes, com vistas a um crescente fortalecimento de valores humanos e dos laços sociais. Estes estão bastante relacionados ao parentesco, incluindo compadrio, e redundam no desenvolvimento de um sentimento de pertencimento e na conformação de uma identidade “nós”, viabilizadores da formação de uma corporação (MELLO, 2006, p. 188).

A tese defendida por Oliveira (2007), intitulada “*Retratos de assentamentos: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na Região do entorno do Distrito Federal*” foi outra fonte bibliográfica, na qual subsidiou as reflexões aqui empreendidas. Este autor focou sua investigação no estudo do cotidiano e nas formas de sociabilidade em 4 assentamentos rurais federais, desapropriados no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, formados por famílias migrantes na região do entorno do Distrito Federal. Apesar de não ter na questão da desistência de famílias o cerne da pesquisa, o autor destina um capítulo à reflexão do que denomina de rotatividade nos assentamentos desta região. Para o autor, o tema é visto como uma questão, ao mesmo tempo, polêmica e desafiante, haja vista a aproximação sobre a problemática ser feita em meio à falta de um levantamento de dados precisos que apontem essa situação, até mesmo no INCRA que é o órgão responsável pela implementação da reforma agrária. Utiliza-se do termo rotatividade nos assentamentos “por acreditar que esse termo abarca elementos tais como evasão, venda, campo de possibilidades, e relação com os compradores” (OLIVEIRA, 2007, p. 166).

Oliveira (2007) destaca que a conquista do assentamento não deve ser motivo para pararem as lutas, pois com a conquista do assentamento requer à luta agora na terra por outras conquistas, caso não ocorra à luta para permanecer na terra, o caminho pode ser a desistência.

É possível afirmar que, após a luta por conquistar a terra, outros desafios surgem para essas famílias, que são a luta para permanecer na terra, encarar os desafios da falta de infraestrutura, falta de recursos, convivência com pessoas de origem diferentes e os problemas relativos à adaptação num outro espaço. Por causa desses elementos, muitos desistem, vendem e partem para outro espaço (Ibidem, p. 166).

Diferentemente dos estudos de Bruno e Medeiros (2000) e Mello (2006) apresentados anteriormente, Oliveira (2007) vai enfatizar a falta de infraestrutura como sendo um dos principais motivos para as famílias venderem suas chácaras (lotes), não podendo, portanto, segundo ele, ser desconsiderado na análise dos processos de rotatividade nos assentamentos em estudo.

Na região, após meses e anos debaixo da lona, algumas famílias que conseguiram as chácaras, venderam e muitas voltaram para Brasília. Segundo narrativas dos entrevistados, a venda e o abandono dessas chácaras ocorreram principalmente nos três primeiros anos de formação dos assentamentos, sobretudo, logo após a saída dos créditos (habitação e PRONAF A e PRONAF A/C). No entanto, a falta de infraestrutura (água, energia elétrica, estradas etc.) é apontada como um dos principais motivos para as vendas das parcelas (OLIVEIRA, 2007, p. 167).

Para o autor, além da dinâmica do mercado de terras que faz parte do entorno da Capital Federal, a ausência de uma política de reforma agrária para além da mera distribuição de terra é explicativo para a rotatividade de famílias nos assentamentos investigados. Para ele, “[...] a falta de água, de estrada e até mesmo de condições de escoar a produção, fazem com que os assentados sintam-se desestimulados a continuar na terra e acabam cedendo às pressões das pessoas interessadas em comprar suas chácaras” (Ibidem, p. 185).

Além da falta de infraestrutura, outro entrave para a permanência das famílias nos assentamentos está ligado ao problema de adaptação na terra, ou seja, existia pouca experiência em cultivar no cerrado, pois a maioria das famílias era originária de outras regiões do país, como o Nordeste (OLIVEIRA, 2007). Nesse contexto, de sujeitos sociais oriundos de vários lugares e com a imposição de regras a eles agora na condição de assentados, o autor destaca o surgimento de conflitos, que geram dificuldades em conviver na nova comunidade. Corroborando como que Mello (2006) denominou de desagregação dos laços sociais, aqui Oliveira vai afirmar que os “[...] conflitos das mais diversas naturezas [...] tem servido de estímulo para a desistência da chacara” (Ibidem, p. 170).

Em meio ao contexto apresentado, Oliveira (2007), toca num ponto que agravaria a situação de dificuldades de adaptação e de construção de laços sociais, que é: a ausência de assistência técnica. De acordo com autor, para querer que as pessoas permaneçam na terra, que o assentamento seja um ponto final na trajetória de vida das famílias, faz mister dar as condições materiais para as mesmas, caso contrário, o autor defende que o assentamento rural passa a ser um ponto final relativo, ou seja, um subsídio para as famílias tornarem a migrar novamente em busca de alcançar melhores condições socioeconômicas, que pode ser em outro espaço que não seja os assentamento rurais.

Assim, essa reflexão do ponto final relativo me conduz a questionar também a ideia de fixação ou de “plantar” as pessoas no assentamento, que os gestores de políticas públicas constroem sobre os assentamentos rurais. Pois, acredito que para garantir a permanência das pessoas no assentamento é necessário que se criem uma série de condições (infraestruturas, créditos, assistência técnica de qualidade, dentre outras) que permitam que as pessoas de fato possam escolher ficar na terra, além de se considerar as particularidades de cada assentamento (Ibidem, p. 186).

Finalmente, o autor aborda a questão da ausência e/ou inoperância do INCRA e o clientelismo na ação dos governos municipais para com as famílias assentadas. Nesse sentido afirma que:

[...] a ação dos agentes do Estado, como o INCRA e a prefeitura, tende a ser lenta e burocrática. O INCRA, por falta de pessoal e até mesmo de infraestrutura, alega não ter condições de acompanhar mais de perto a situação dos assentamentos da região. Isso tem provocado certo abandono, o que tem facilitado, por exemplo, o comércio de terras na região. No caso da prefeitura, a relação que vem sendo construída é de um clientelismo, do *vota aqui - que eu faço aí*, ou seja, a prefeitura só reconheceria os assentados a partir do momento que esses votassem no município, ou caso contrário, como diz um membro da prefeitura, eles não teriam direitos de reivindicar nada, pois não seriam eleitores do município e, portanto, não existiriam legalmente (OLIVEIRA, 2007, p. 189).

“Modelos de reforma agrária: evasão e permanência em assentamentos rurais no Estado de Tocantins” é o título da dissertação de autoria de Ribeiro (2009), que teve por foco a evasão e as causas de permanências de famílias assentadas em dois assentamentos rurais daquele Estado, sendo um Projeto de Assentamento Federal (PA), do ano de 1998, sob a responsabilidade do INCRA e um Assentamento fruto do programa de compra e venda de terras, o Banco da Terra, criado em 2001.

No PA pesquisado, segundo a autora, o índice de evasão chega a 71,4%. Já no Assentamento oriundo do Banco da Terra, o índice chegou a 80%. No caso do PA, a autora destaca como causas da evasão: problemas/dificuldades existentes no projeto, com 33,3%; a não origem ou falta de experiência com atividades agropecuárias, com 28,5% e os que desconhecem as causas, com 28,6% (RIBEIRO, 2009). Nas palavras da autora, fica evidente a

precariedade na qual estão inseridas as famílias, sem serviços básicos que as permitam permanecer na terra de forma digna, bem como a omissão e desrespeito do Estado, via ação do INCRA, na implementação dos assentamentos rurais:

A realidade vivenciada pelas famílias, principalmente as que moram na agrovila, demonstra os problemas/dificuldades existentes no assentamento, relacionados à infraestrutura como falta de acesso à água, energia elétrica, transporte, serviços de ensino para todas as pessoas e telefonia [...] Problemas quanto à infraestrutura como fator de evasão do não cumprimento das funções dos órgãos responsáveis pela criação de projetos de reforma agrária ou a criação de forma diferente da vontade das famílias assentadas [...] No PA Barranco do Mundo por decisão tomada pelo INCRA foi implantado um sistema de agrovila, onde as casas foram construídas em distância de até 12 km em relação a alguns lotes. Essa distância tornou o deslocamento cansativo ao longo do tempo para as famílias levando a optarem pela moradia direta nos lotes mesmo em mínimas condições de sobrevivência [...] (RIBEIRO, 2009, p. 72).

Segundo a autora, outros problemas, como a dificuldade em relação ao não acesso à irrigação para as culturas, motivado pela falta de água e/ou energia elétrica; a inexistência de condições para as famílias se manterem produzindo o ano inteiro na terra e a dificuldade de escoamento permite afirmar que, “assim, torna factível a relação entre infraestrutura e evasão neste assentamento” (RIBEIRO, 2009, p. 73). Diferentemente de Bruno e Medeiros (2000), que afirmaram a queda do mito em relação à correlação de abandonos com a questão do não histórico ou da falta de experiência com as atividades agropecuárias, Ribeiro (2009), vai constatar que a segunda maior causa da evasão é justamente esse fato. Nas palavras da autora, “evidenciando a importância de um vínculo e/ou experiência anterior com as atividades desenvolvidas no meio rural, assim como também a presença de público distinto daquele para a qual a reforma agrária está destinada” (RIBEIRO, 2009, p. 73).

De forma geral, a autora afirma que as principais causas de evasão no PA investigado sob a responsabilidade do INCRA, são oriundas da falta de infraestrutura e problema vivenciados pelas famílias. Contexto esse que poderia ser outro, caso a reforma agrária não se resumisse, como na atualidade, apenas na distribuição de terras.

“Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: um estudo a partir do Projeto de Assentamento Canarana” é o título da dissertação de Terence (2013), que teve por objetivo entender o processo de evasão de famílias assentadas e quais as alternativas construídas por aquelas que permaneciam no referido assentamento, criado no ano 1996, após quase uma década de luta. A questão da retomada de lotes pelo INCRA e a migração de famílias entre os assentamentos também teve atenção na investigação.

Segundo o autor, em meio aos limites do modelo de reforma agrária implementado no Sul e Sudeste do Pará, que, segundo ele, a princípio mostrava-se com resultados pífios, “a

rotatividade dos assentamentos chamava a atenção e impunha uma reflexão um pouco mais apurada do que simples condenação moral daqueles assentados que venderam seus lotes (TERENCE, 2013, p. 7)". Com o seguinte item: "A dança dos números: quantos assentados há no PA Canarana?" (TERENCE, 2013, p. 134), o autor destacou primeiro a dificuldade com relação a mensurar quantos assentados há no referido PA, haja vista os dados apresentados nas planilhas do SIPRA/INCRA de 303 assentados "[...] nem se aproxima da situação real do assentamento" (Ibidem, p. 134). O autor procura mostrar como é elevada a rotatividade de famílias no PA que tem capacidade para 305 famílias. Nesse sentido, esclarece antes que a homologação de uma nova família nos anos que se seguem a criação do PA só ocorre quando uma família assentada deixa o mesmo. Conforme o autor, entre 1996 e 2012 já se totalizava 426 famílias homologadas, sendo que destas, 279 foram entre 1997 e 2012 (TERENCE, 2013). Para ele "[...] todos esses cadastros homologados depois do ano de 1996 dizem respeito a famílias que compraram lotes e foram posteriormente regularizados pelo INCRA" (TERENCE, 2013, p. 137). Nesse contexto, o autor explicita que o abandono não é uma prática comum no assentamento, isso devido ao elevado valor que o preço da terra tem atingido no sul e sudeste do Pará, sendo a alta rotatividade explicada pela venda de lotes, justamente pela pressão dos especuladores sobre as terras do assentamento.

Para o autor, outro problema relacionado à evasão se refere à questão desse número de famílias novas assentadas acabarem somando-se às estatísticas oficiais da reforma agrária, como se o INCRA houvesse desapropriado e assentado mais famílias, o que na realidade não é o que ocorre. Nas palavras do autor:

[...] esses números acabam se somando nas estatísticas de famílias assentadas, sem o INCRA desapropriar um palmo de terra e nem ter realizado investimento algum, a não ser ter enviado um técnico para a localidade para poder cumprir as metas quantitativas acertadas com os movimentos sociais. Normalmente tais famílias cadastradas nos lotes vendidos possuem as características exigidas pelo órgão fundiário para serem regularizadas, então não há nada a opor o tratamento dada às mesmas (Idem).

Com relação às famílias que estão assentadas atualmente no PA Canarana, num total de 184 famílias, apenas 28% são originárias da ocupação do imóvel, 72% são de famílias que compraram lotes ao longo dos anos, ou seja, mais uma prova da elevada rotatividade do PA (TERENCE, 2013). As conclusões do trabalho apontam que "[...] a criação de centenas de projetos de assentamentos no Sul e Sudeste do Pará não tem garantido a permanência ou a estabilidade de uma parte importante das famílias assentadas" (Ibidem, p. 186).

O autor levanta uma discussão relevante em torno da questão da venda dos lotes, que é vista aqui como um caminho diferente daquele trilhado por Martins (2003a, 2003b, 2004),

quando defende que o rentismo está embutido também nos assentados que comercializam os lotes. Para Terence (2013), é justamente a instabilidade nos assentamentos rurais, que faz a terra uma vez da reforma agrária passar novamente a forma-mercadoria, materializada na venda dos lotes, onde as causas desse processo estaria relacionada a: a) ao desencontro entre o modelo de projetos de assentamentos criados e a forte tradição camponesa de parte considerável dos assentados, por exemplo, o reduzido tamanho dos lotes e as formas geométricas alheias aos costumes deles; b) a ausência de políticas de incentivo à produção e apoio à comercialização que atenda à diversidade dos sujeitos da reforma agrária e que não fiquem restritas ao ideário empreendedor, ou seja, de lançar o camponês no mercado a qualquer custo. A assistência técnica às famílias, apesar dos discursos de qualificação dos PA's, é algo inexistente segundo o autor; c) a permanência e a expansão de grandes empreendimentos capitalistas no entorno dos projetos, causando grandes transtornos às famílias assentadas, seja a especulação com a terra, seja problemas de ordem ambiental (barulho de máquinas e explosões na mineração, assoreamento de rio, degradação de solo, poluição do ar, entre outras).

Os projetos de assentamentos foram concebidos e criados pelo Estado ao longo das últimas décadas sob um clima de forte disputa política entre famílias camponesas e proprietários de grandes fazendas. O modelo de projetos de assentamentos surgidos desta disputa de forma alguma dialogou ou respeitou as características da população que demandava terras na região Sul e Sudeste do Pará. O recorte linear desses projetos de assentamento, uma espécie de herança maldita das fazendas desapropriadas que lhes deram origem, limitou terrivelmente o modo típico dos camponeses formarem suas roças, sem que fossem oferecidas alternativas sustentáveis. Dessa forma, a pecuária acabou por se tornar umas das poucas produções viáveis no curto prazo, ainda que se torne insustentável com o passar dos anos (TERENCE, 2013, p. 186).

Para o autor, a ausência de uma ampla e massiva reforma agrária que elimine a grande propriedade é causadora de distorções nos assentamentos rurais. No caso em estudo, Terence (2013) destaca que o mercado é estruturado de acordo com a grande propriedade pecuária, fato que acaba determinando a produção nos assentamentos. Como destaca o autor, a elevação do preço da terra no entorno dos assentamentos rurais, ou seja, a especulação com a chegada dos grandes projetos, como de mineração, que contribui para pressionar o retorno da terra nos assentamentos à forma-mercadoria. Por fim, destaca que em meio a esse contexto adverso e de enorme pressão sobre as famílias assentadas/assentamentos, há resistência e estratégias desenvolvidas por essas para permanecer na terra. São experiências gestadas a partir da criatividade, da tradição rebelde que luta contra o processo de concentração e reconcentração de terra no sul e sudeste do Pará (TERENCE, 2013).

A partir do exposto ao longo deste item e sintetizado no quadro abaixo, percebe-se a variedade de processos/denominações, do que aqui se afirma ser um processo de expulsão de camponeses assentados.

Quadro 2 – Síntese das abordagens sobre a expulsão de camponeses assentados

AUTORES	DENOMINAÇÕES	CAUSAS
Oliveira (1996)	Abandono; venda de lote.	- Ausência ou precariedade de assistência técnica, créditos e benfeitorias;
Bruno e Medeiros (2000)	Evasão; desistência; abandono; saída; venda e troca de lote.	- Processos sociais/públicos que deram origem aos Projetos de Assentamentos (PA's); - Ausência de políticas para os assentamentos nas três esferas dos governos, associados às melhores condições no entorno do PA; - Forma de atuação das organizações que representam as famílias; - As condições materiais no PA e como os assentados vivenciam as mesmas; Diferenciação social na chegada ao PA.
Martins (2003a, 2003b, 2004)	Desistência; abandono; venda de lotes	- Rentismo que está presente nas atitudes dos assentados; - Ações do Estado que dificultam e inviabilizam o reenraizamento do assentado; - As agências de mediação com interesses exógenos aos dos assentados;
Zinga (2004)	Desistência; abandono; troca de lotes; remoção; evasão.	- Doença de algum membro; - Venda/arrendamento ilegal; - Problemas para produzir: falta de água; - Ausência de assistência técnica;
Mello (2006)	Rotatividade: evasão; troca e venda lote; saídas; abandono; expulsão pelo INCRA	- Baixa coesão social;
Oliveira (2007)	Rotatividade: evasão; venda de lote; desistência	- Precárias condições de infraestrutura, assistência técnica inoperância do INCRA.
Ribeiro (2009)	Evasão	- Problemas/dificuldades enfrentadas pelas famílias no PA; - Falta de experiência das famílias.
Terence (2013)	Evasão; retomada de lotes; migração entre os assentamentos; venda de lotes.	- Especulação com o preço da terra devido à presença de grandes empreendimentos no entorno dos PA's pressionando a volta das terras destes à forma-mercadoria; - Desencontro entre o modelo implantado dos PA e a tradição camponesa; - Ausência de políticas de apoio à produção e a comercialização; - Transtornos causados pelos grandes empreendimentos no entorno do PA.

Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

A gravidade da problemática e a necessidade de estudo pairam nos trabalhos consultados, principalmente, quando sublinham o desencontro de informações entre os dados do INCRA e a realidade dos assentados/assentamentos e os números de novas famílias, que engrossam as estatísticas da reforma agrária, mas que não se dá a mesma ênfase ao elevado número daqueles que fazem o caminho contrário ao serem obrigados a deixarem os PA's. Os percentuais bastante variados apresentados nas pesquisas e, como já se ressaltou, a baixa produção com enfoque nestes processos, principalmente centradas nos últimos 12 anos, é indicativo também da necessidade de trazer a problemática ao centro do debate, bem como, é preciso indagar, diante do elevado número de justificativas para o processo de expulsão elencadas nos estudos: estas (justificativas) não conformariam um quadro onde a noção de contrarreforma agrária é mais explicativa do que pulverizar em diversas causas os motivos que fazem com que o campesinato assentado abdique da terra?

1.2 Reforma agrária e a expulsão de camponeses nos assentamentos rurais do Baixo Jaguaribe

O Estado do Ceará possui um total de 446 PA's sob a responsabilidade do INCRA, com uma área de aproximadamente 880 mil hectares. Contando com uma capacidade para 24.581 mil famílias, atualmente possuem 20.934 mil famílias efetivamente assentadas. Ou seja, um déficit de 3.647 famílias ou 14,8% da capacidade total de assentamento (INCRA, 2014). De início já se pode indagar: qual a explicação para o referido déficit? Entre tantas variáveis possíveis de explicação, acredita-se ser um forte indício da problemática da presente pesquisa, fato tratado nas próximas linhas, quando se defronta com a análise dos números referente à microrregião do Baixo Jaguaribe.

Nessa microrregião estão espacializados 40 assentamentos rurais, cerca de 9% do total do Estado, em 08 dos 10 municípios que a compõe. Ao analisar o processo de reforma agrária no Baixo Jaguaribe, Silva e Almeida (2008), afirmam que a luta pela conquista da terra teve sua gênese nesta região, a partir das experiências processadas no município de Tabuleiro do Norte, no fim dos anos de 1980. Tendo à frente, liderança dos trabalhadores rurais, mobilizadas no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) deste município³⁹.

³⁹ Entre as lideranças políticas do município de Tabuleiro do Norte, destaca-se Manoel Moreira de Almeida (*in memória*), conhecido por Manoel da Gangorinha. Um dos fundadores do PT neste município destacou-se em

As obtenções⁴⁰ dos imóveis rurais que dariam origem ao PA Charneca, município de São João do Jaguaribe, e ao PA Barra do Feijão, município de Tabuleiro do Norte, nos meses de setembro e agosto do ano de 1994, foram as primeiras obtenções ocorridas na microrregião do Baixo Jaguaribe. Estas serviram de modelo para uma série de outras que ocorreriam posteriormente, nesta microrregião, tendo à frente a organização sindical rural⁴¹. O STTR do município de Tabuleiro do Norte, pelo pioneirismo na organização e mobilização em prol da reforma agrária, foi importante para os outros STTR's desta microrregião.

O depoimento de Manoel Duda da Silva⁴² a seguir, é basilar, quando afirma que as primeiras desapropriações dos referidos imóveis não só foram as primeiras ocorridas em Tabuleiro do Norte, consequentemente, originando os primeiros assentamentos neste município, como também influenciaram o processo de novas desapropriações em outros municípios do Baixo Jaguaribe. Segundo o mesmo, o STTR de Tabuleiro do Norte participou ativamente no apoio às novas desapropriações nos municípios circunvizinhos,

[...]já quando surgiu essa desapropriação aqui [PA Barra do Feijão], a gente pegou a fazer reunião na região com os Sindicatos de Alto Santo, Sindicato de São João, Sindicato de Iracema, e aí eles foram nascendo também uma ideia de nos municípios deles reivindicarem por aquelas fazendas serem desapropriadas[...]Tabuleiro foi quem deu o primeiro pontapé na região[...] Aí Russas, houve muitas desapropriações, também já com iniciativa do exemplo aqui de Tabuleiro né? A gente ia dar apoio aos Sindicatos no dia que ia haver as inscrições eles chamavam a gente pra ir fazer palestras com eles já pra quem vinha a fazer as colocações e dar a nossa mensagem⁴³.

Corroborando com o exposto histórico, Silva e Almeida (2008) destacam:

No ano de 1993, o STR enviou documentos ao INCRA solicitando a desapropriação das terras da comunidade da Barra do Feijão. Em março do ano seguinte, a equipe de vistoria do INCRA veio visitar a área. No dia 09 de agosto de 1994 o processo finalmente se desencadeia, com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) do decreto de desapropriação da fazenda (SILVA; ALMEIDA, 2008, p. 07).

virtude da luta e liderança política empreendida em favor dos trabalhadores rurais e em prol da realização da Reforma Agrária no Ceará, principalmente, na Mesorregião do Jaguaribe.

⁴⁰ A opção de se trabalhar com a data de obtenção do imóvel rural e não a de criação do PA é devido acreditar que assim é mais fiel ao resultado das desapropriações de terras em cada governo, haja vista, muito imóveis serem obtidos em um governo e a criação do PA correu em outro. Nesses termos, o ato da desapropriação é o cerne do processo, por isso, a centralidade na obtenção.

⁴¹ Apesar do Projeto Estadual Barra das Flores ter sido obtido em 1992, sua criação só ocorreu em 1997, não tendo repercussão no nível da microrregião e não tendo o processo sido comandado pelo INCRA. Este órgão apenas reconheceu o PE posteriormente.

⁴² Assentado do PA Barra do Feijão – Tabuleiro do Norte-Ce. Ex. - Presidente do STTR deste município por três mandatos (1989 – 1997) e ex - Secretário de Agricultura do mesmo (1997 - 2000). Militante em prol da reforma agrária desde fins da década de 1970, atuando na Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR).

⁴³ Entrevista realizada no dia 23 de abril de 2011, PA Barra do Feijão, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

Os dois latifúndios foram obtidos em 1994, via desapropriação para fins de reforma agrária sob a responsabilidade do INCRA, mas somente em 24/03/1995 ocorre a imissão da posse na sede da Fazenda Charneca, tanto desta Fazenda como da Fazenda Barra do Feijão, e seis dias depois, a criação dos dois PA's, inaugurando a política de assentamentos rurais nesta microrregião. A imissão contou com a presença do então Presidente da República na época, Fernando Henrique Cardoso e do Governador do estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati e uma caravana de políticos, desde ministros de Estado a políticos regionais, estaduais e locais, onde, na oportunidade, foi lançado o Programa Nacional de Reforma Agrária de FHC, conforme passagem a seguir:

A exigência da imissão de posse passou a ser então o principal ponto de pauta de discussão dos trabalhadores. Sendo que a mesma só aconteceu em março de 1995, com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária em solenidade ocorrida no Projeto de Assentamento Charneca, município de São João do Jaguaribe-CE. Pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que contou com a presença de trabalhadores(as) rurais, sindicalistas, lideranças locais e diversos segmentos sociais (SILVA; ALMEIDA, 2008, p. 07).

O Jornal O Povo, em matéria do dia 24/03/1995, estampava: “*FHC instala programa de reforma agrária*”⁴⁴, enaltecendo que Cardoso escolheu o Ceará pelo caráter positivo dos assentamentos no Estado, conforme passagem a seguir.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) afirmou ontem. Ao desembarcar em Fortaleza. Que escolheu o Ceará para o lançamento do Programa Nacional de Reforma Agrária porque “aqui os assentamentos sempre foram positivos e boa parte das terras desapropriadas, estão no Norte e Nordeste”. Cardoso disse que o programa cumpre um de seus objetivos de campanha. O presidente garantiu que o programa vai assegurar a trabalhadores rurais um milhão de hectares de terra, em todo o país, ainda este ano (LUQUE, 24 de março de 1995).

Segundo A. Oliveira (2007), ao assumir a Presidência da República, em 1995, Fernando Henrique Cardoso apresentou uma proposta de reforma agrária bem mais conservadora do que os governos anteriores: assentar em quatro anos 280 mil famílias, um número que não chegava a 60% da promessa inicial do governo Collor e de apenas 20% do previsto no I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo José Sarney. Portanto, já no planejamento da política de reforma agrária, Cardoso deixa claro que não é prioridade do seu governo fazer a reforma agrária estabelecida no PNRA. Ainda segundo A. Oliveira (2007), o governo FHC utilizava-se de várias estratégias políticas para fazer frente aos movimentos sociais em luta pela terra, citando entre tais, o incentivo à criação de movimentos sociais que não utilizassem a tática da

⁴⁴ É importante registrar que nos governos de FHC não foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Ou seja, não se tinha uma política propositiva de reforma agrária e as ações destes governos na construção dos assentamentos rurais se deram devido a pressão dos movimentos sociais, como bem destaca A. Oliveira (2007).

ocupação da terra, como fazia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas sim a negociação como forma de acesso a terra, conforme a citação a seguir.

Outra estratégia política para fazer frente à pressão social por assentamentos foi o estímulo à criação de novos movimentos sociais que não adotam a tática da ocupação como estratégia de luta. **Adotam, esses novos movimentos criados, a tática exclusiva da chamada negociação.** Várias centrais sindicais simpáticas ao governo FHC estiveram envolvidas nestas ações de criações de novos movimentos sociais, visando enfraquecer a base do MST (Ibidem, p. 144. Grifos Nossos).

A partir da citação, percebe-se a simpatia e o interesse do governo Fernando Henrique Cardoso, em apoiar movimentos sociais que não adotassem a luta pela terra, na forma de ocupação e/ou acampamentos, como fazia, principalmente, o MST. A positividade dos assentamentos rurais no Estado do Ceará destacada pela matéria do Jornal está, ao que tudo indica, na reforma agrária negociada mediada pela Organização Sindical Rural. Uma reforma agrária realizada sem conflitos sociais, sem pôr em xeque a propriedade privada da terra e os interesses de classes dos latifundiários. Essa é uma das marcas presentes na história da reforma agrária no Baixo Jaguaribe até a chegada do MST no início dos anos 2000.

Conforme podemos perceber na fala de Manoel Duda da Silva, ao ser questionado sobre a ocorrência ou não de conflitos envolvendo a desapropriação dos imóveis em Tabuleiro do Norte, por exemplo, o mesmo afirma que não houveram conflitos, pois todo o processo de desapropriação foi realizado de forma pacífica e através do consentimento dos latifundiários:

Não houve, não houve conflito, foi passivo, a desapropriação aqui, eu entendo, que era porque também os proprietários tava com as dívidas meio alteradas nos bancos, né? E aí o INCRA com isso fez com que eles também esfriassem né? A questão, que eles não podiam exigir muito⁴⁵.

Marilu Moreira de Souza, atualmente assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), mas que acompanhou de perto os processos de criação dos assentamentos rurais do Baixo Jaguaribe, na condição de Técnica do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária (ATES), também indica a ausência de conflitos no desenrolar inicial da reforma agrária nesta microrregião, como expresso no depoimento a seguir.

[...] na verdade a instalação desses assentamentos né, principalmente, a Charneca e a Barra do Feijão, ela deu-se de forma pacífica. Dos modos tradicionais. Não aconteceu ocupação, as pessoas não ocuparam a área da fazenda. E sim, na época no Sindicato tinha algumas lideranças né, como Manoel da Gangorrinha, o Manoel Duda, que estavam a frente do Sindicato e eles, realmente, eram umas pessoas que eram bastante comprometidas com a luta da reforma agrária. E, sabiam que existiam terras ociosas,

⁴⁵Entrevista realizada no dia 23 de abril de 2011, PA Barra do Feijão, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

mais especificamente, lá a história da Barra do Feijão, uma grande área né, mais de 3 mil hectares que era propícia área de desapropriação. E nessa época né, eles andaram fazendo alguns ofícios e conversando com algumas pessoas que estavam sem terra [...] e reivindicaram a implantação dessas áreas de assentamentos para aquele município⁴⁶.

O Técnico de ATER no momento da entrevista, Rafran Guimarães Pinto⁴⁷, também confirma a característica negociada da reforma agrária, ressaltando claramente os benefícios recebidos pelos latifundiários, devido às altas indenizações de suas terras, sendo a reforma agrária um ótimo negócio para os mesmos. Em vez de penalizar o latifúndio, a reforma agrária premiava-o com a indenização: "[...] se a gente for fazer uma análise, muitos grandes proprietários estavam fazendo inicialmente até da reforma agrária um comércio, comprava as terras baratas de várias pessoas, regularizavam né e vendiam na época"⁴⁸.

A passagem a seguir, do Jornal O Povo, fortalece a linha de raciocínio até o momento, demonstrando tanto o interesse de FHC em lançar seu Programa em uma região sem conflitos por terras, como também a forte influência do então governador do Estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati, conhecido latifundiário rentista cearense, no governo da república.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso escolheu o Ceará para inaugura o seu ambicioso programa de reforma agrária que tem como meta assentar 280 mil famílias em quatro anos. O gesto possui uma elevada dosagem de significação política. A opção pelo Ceará e não pelo Rio Grande do Sul ou Goiás, onde a temperatura das tensões agrárias é elevadíssima, demonstra o caráter marcadamente político da visita presidencial. Quem mais ganha com a deferência de FHC em relação ao Ceará é governador Tasso Jereissati. O fato demonstra a influência que o governador tucano tem junto ao presidente da república. Durante a campanha Fernando Henrique nunca escondeu a importância de Jereissati na articulação que apontou seu nome como candidato (LUQUE - OPOVO, 24 de março de 1995).

José Antônio dos Santos, assessor da Secretaria de Política Agrária e Meio Ambiente da FETRAECE, ao analisar a vinda de FHC para a região na época, afirma acreditar na sua intenção em acalmar os ânimos da sociedade e transmitir uma sensação de que era irrelevante a luta pela terra, posta pelos movimentos sociais, ou seja, que o governo estava realizando a reforma agrária sem a necessidade da luta destes movimentos, mesmo sendo um governo de cunho neoliberal, afirma.

⁴⁶Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2011, sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

⁴⁷De 1996 a 2012 atuou como extensionista nos PA do Baixo Jaguaribe. Acompanhou o Assentamento Diamantina a partir da sua desapropriação, atuando como técnico de ATES e ATER, pela Cooperativa Técnica de Assessoria e Projetos Ltda (COOTAP) e pelo Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (IRDSS), ONG's que atuam na mediação junto as famílias assentadas do Baixo e Médio Jaguaribe, nos referidos anos. Atualmente é Secretário de Agricultura do Município de Alto Santo.

⁴⁸Entrevista realizada em 06 de junho de 2011, na residência do entrevistador, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

A nossa avaliação é que, na época do governo Fernando Henrique Cardoso foi onde houve os grandes enfrentamentos no Brasil. Os dois projetos muito bem delimitados. Projeto Neoliberal que ele representava e o projeto social no qual nós estávamos. Então, assim, a vinda de Fernando Henrique Cardoso é exatamente pra tentar mostrar pra sociedade, ele vem acompanhado da mídia nacional, traz a rede globo e por aí vai. Pra dizer pra sociedade que a luta do movimento social no Brasil, era uma luta que não precisa de tanta ênfase naquela época. Então, era um pouco pra dizer à sociedade que ele também tava fazendo a reforma agrária. Escolheu o Vale do Jaguaribe. Escolheu uma região que é emblemática do ponto de vista da agressividade, do avanço do agronegócio que hoje se firma fortemente naquela região. Como, inclusive, por um crime recentemente que houve aí pela questão ambiental e por outras questões, que significava naquele começo no Vale do Jaguaribe, que Fernando Henrique Cardoso vinha para aí, pra tentar acalmar os ânimos da sociedade de maneira geral⁴⁹.

Francisco Cesar Gondim⁵⁰, também dentro desta lógica, afirma acreditar no potencial das fazendas para a reforma agrária como motivo para a desapropriação, mas destaca vários fatores que induziram, a seu ver, a vinda de FHC a microrregião do Baixo Jaguaribe. Entre elas, a localização das fazendas desapropriadas, próximas do local onde seria construído o Açude Público do Castanhão, especialmente, a Fazenda Charneca. Para ele, apesar de ser um governo neoliberal, tinha o interesse em aproveitar-se do apoio popular dado à reforma agrária e mostrar que também estava interessado nela.

[...] Primeiramente existia o fato. Nós tínhamos o quê? Umas propriedades muito boas, Barra é muito boa, em termos de terra e nós temos a Charneca de estrutura, era e ainda é mais ou menos excelente. Era uma área contínua de 8 mil hectares, perto da BR – 116. Então, um potencial danado. Numa região que com o Castanhão ia se desenvolver. Então, ele entrou a coisa tava preparada[...]Ele queria lançar um programa. E não esqueça: uma conjuntura diferente da de hoje. Quando ele entrou no governo, ele entra no governo com a reforma agrária com oitenta e tantos por cento de aprovação. E ele tinha sido um sociólogo, digamos, de esquerda, tinha abandonado, estava abandonando suas teses né e indo pro neoliberalismo e a reforma agrária com apoio popular. Então ele tinha que lançar, mostrar serviço [...] Depois o Superintendência do INCRA, era uma pessoa[...]que apesar de ser do governo Fernando Henrique Cardoso, mas ele tinha essa ligação com a Igreja [...] e se dava muito bem com a gente [...] ⁵¹.

Todo esse quadro de construção dos assentamentos rurais no Baixo Jaguaribe, ou seja, marcado pela negociação conciliada com os interesses dos latifundiários, foi rompido, em parte, com a chegada do MST. Alguns levantamentos apontam que as ações do Movimento na referida microrregião deu-se em duas tentativas. A primeira, durante a segunda metade dos anos de 1990⁵², a qual, diante de dificuldades ocorridas, frente ao quadro de hegemonia da Organização

⁴⁹ Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2011, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

⁵⁰ Ex: Dirigente do STTR de Tabuleiro do Norte e da FETRAECE. A época da entrevista (2011) estava na condição de Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) – Baixo Jaguaribe.

⁵¹ Entrevista realizada no dia 11 de junho de 2011, na residência do entrevistado, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

⁵² Segundo Oliveira (2014), no ano de 1996 o MST participa da luta dos camponeses no município de Jaguaruana, que resultaria na criação do PA Bela Vista.

Sindical Rural, bem como à ação do governo FHC, não conseguiu a afirmação do Movimento. Uma segunda tentativa, agora com êxito, só iria ocorrer na primeira metade dos anos 2000, por volta de 2003-2004⁵³. O depoimento de José Ricardo de Oliveira Cassundé, Coordenador Estadual do MST no Ceará (Setor de Produção), é indicativo deste contexto acerca da chegada do MST ao Baixo Jaguaribe:

Historicamente o MST começa aqui na região [Baixo Jaguaribe] acho que 1999. As comunidades primeiras foram na região de Aracati. As primeiras ocupações foram na região de Aracati: Assentamento Aroeira Vilani e depois Zumbi dos Palmares, começa mais ou menos neste tempo. De 2000 por ai teve uma parada grande, alguns problemas enquanto movimento como um todo de dar esse acontecimento geral, mas as maiores fazendas foram ocupadas neste período de 99. Em 2003 pra 2004 que resgata a permanência do MST na região né [...] Nesta região de 2004, pegando de 2004 a 2013 foram realizadas 18 ocupações nesta região né. Então, começa neste período, onde resgata a questão da organicidade do MST, essa territorialidade demarcada, olhe aqui é território do MST a partir da ocupação, a partir da luta né, do trabalho de base entre as famílias⁵⁴.

Este depoimento demarca bem os dois momentos descritos anteriormente. As dificuldades enfrentadas pelo movimento e seu refluxo na segunda metade dos anos 1990, coincidindo com a forte criminalização dos movimentos impostas pelo governo FHC em seu segundo mandato (OLIVEIRA, A., 2007). E o seu ressurgimento, durante a primeira metade dos anos 2000. Duas ocupações de terras, ambas no município de Russas, demarcam esses dois momentos do MST no Baixo Jaguaribe. A primeira, realizada no latifúndio que, posteriormente, originou o PA Mundo Novo. A segunda, no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR)⁵⁵, que resultaria na criação do PA Bernardo Marim II. O êxito nesta segunda tentativa inaugura efetivamente as ações do MST nessa microrregião, deslanchando em outras ocupações, conforme o depoimento de José Ricardo Oliveira Cassundé:

[...] o primeiro assentamento feito pelo MST em Russas foi o Assentamento Mundo Novo localizado na comunidade de Lagoa Grande em Russas. Hoje o atual Assentamento Mundo Novo com 76 famílias. Então foi feito uma ocupação muito grande da antiga fazenda. E neste período, com 2 anos na frente o MST, teve essa dificuldade de dar conta dessa região e nós retornamos a Russas em 2004 né, contra o

⁵³Alencar e Diniz (2010), ao realizar um resgate geográfico e histórico dos vinte anos (1989-2009) do MST no Ceará, convergem com o resgate histórico aqui realizado ao apontarem que, entre 1996 e 2000, o Movimento realizou 18 ocupações; entre 2001 e 2005 mais 19 ocupações. No primeiro período os autores citam o município de Russas no Baixo Jaguaribe como um dos quais ocorreram as ações. No segundo período, citam, entre outros municípios do Ceará, Russas e Morada Nova, como locais das ações do Movimento.

⁵⁴Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

⁵⁵ Está localizado no Baixo Jaguaribe, mais precisamente abrangendo os municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova (DNOCS, 2014). Segundo Alencar e Diniz (2010), trata-se de uma área destinada ao agrohidronegócio e ocupada pelo MST em 2004 como forma de denunciar “[...] por um lado que os camponeses eram assentados em terras pouco produtivas, com escassez de água, sem condições de produção, por outro lado, as melhores terras com melhores infraestruturas estavam sendo destinadas às grandes empresas como a *Delmont* e a *Frutacor*, entre outras” (Ibidem, p 139).

Eldorado dos Carajás, realmente protestando justamente em abril de 2004, foi aonde que o MST fez, acho que 27 ocupações em abril de 2004 e a gente surgiu em Russas na ocupação do Tabuleiro de Russas [...] Em várias discussões com as Universidades, com a Igreja local, Paróquia de Limoeiro, Diocese de Limoeiro, a gente fazia uma grande discussão e a Universidade dizia que a gente não tinha capacidade de ocupar o Tabuleiro de Russas né. E a gente fez a primeira ocupação para resgatar o MST nesta região em 2004, a gente fez uma ocupação onde todas as brigadas estavam, nós trouxemos muitos militantes do estado, fizemos trabalho de base nas cidades de Jaguaruana, de Limoeiro, de Morada Nova, de Russas e Palhano. Então nessas regiões, nós fomos chamar famílias de todas essas regiões pra fazer essa ocupação no Tabuleiro de Russas. De lá foi que a gente conseguiu né 240 hectares dentro do Tabuleiro de Russas como área pra reforma agrária e a Fazenda Capecé que era do antigo fazendeiro Edson Queiroz em Russas né, com 2822 hectares. Aí de lá pra cá foi que a gente foi fazendo trabalho de base, fizemos a ocupação do Luiz Carlos, fizemos a ocupação né do Olga Benário, do Patativa do Assaré [...] e fizemos o trabalho de base para ocupação do Riacho das Melancias né, que o MST chama hoje ele de Olga Benário né [...] ⁵⁶.

Fruto da ação da Organização Sindical Rural e do MST, foram criados, no Baixo Jaguaribe, 38 Projetos de Assentamentos Rurais especializados em 8 dos 10 municípios que compõem essa microrregião, como pode ser visto no quadro a seguir. Dos 40 assentamentos rurais, há uma hegemonia da Organização Sindical Rural com 32 assentamentos, enquanto o MST teve participação na criação de 08. O que demonstra o predomínio da reforma agrária negociada na história de criação de assentamentos rurais no Baixo Jaguaribe. Não obstante, é mister destacar que apesar do predomínio da forma negociada e pacífica em detrimento dos assentamentos oriundos da luta pela terra, a questão da expulsão de camponeses assentados está presente nos dois casos.

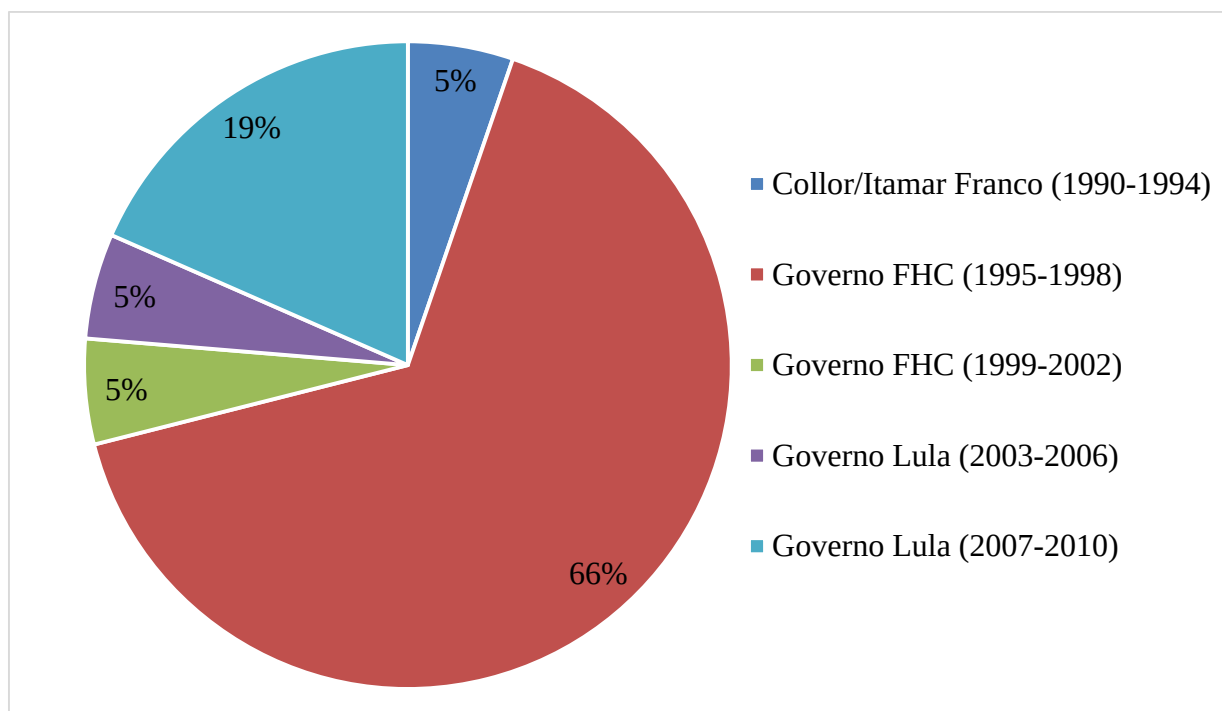
No tocante à espacialização dos assentamentos rurais federais, destaca-se de início a obtenção em 1994 de 02 imóveis para criação dos PA's: Barra do Feijão e Charneca, como já citado. Em seguida uma série de obtenções: 06 em 1995; 07 em 1996; 05 em 1997 e 07 em 1998. A partir daí, as obtenções começam a declinar: 1999, 2002, 2003, 2005 e 2007 com apenas 5 obtenções apenas, 1 a cada ano. O ano de 2008 com 4 e 2009 com 2 obtenções.

Os números apresentados retratam fielmente o cenário nacional. Ou seja, a forte concentração do número de imóveis obtidos, 25 dos 38, entre 1995 e 1998, traduz exatamente a dinâmica nacional no período do primeiro governo FHC, ou seja, a política de assentamentos rurais implementada em seu primeiro mandato. A queda do número de obtenções entre 1999 e 2002, apenas 3 imóveis obtidos, representa o recuo dos movimentos sociais frente à criminalização sofrida no segundo governo FHC, como forma de mudança de tática. Em vez da política de assentamentos tem-se uma onda de repressão e ação na mídia contra os movimentos,

⁵⁶Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, no município de Limoeiro do Norte, Ceará.

entidades, militantes em prol da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 1999, 2004). Dinâmica essa que será aprofundada no próximo capítulo.

Gráfico 02 – Projetos de assentamentos criados na Microrregião do Baixo Jaguaribe (1990-2014)



Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

A partir de 2003 até junho de 2014, observa-se que ocorreram apenas 9 obtenções. Sendo todas durante os governos Lula. Desde o ano de 2009, com duas obtenções, encerrou-se, portanto, a criação de novos assentamentos rurais no Baixo Jaguaribe. Sendo mais claro: até o momento da escrita deste trabalho nenhum novo assentamento foi criado no governo Dilma Rousseff no Baixo Jaguaribe.

Quadro 3 –Assentamentos rurais criados na Microrregião do Baixo Jaguaribe - Ceará* (continuação na próxima página)

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO		ANO OBTENÇÃO	ANO CRIAÇÃO	CAPACIDADE (Nº FAMÍLIAS)	FAMÍLIAS ATUALMENTE	DESISTÊNCIA (FAMÍLIAS)	EVASÃO (FAMÍLIAS)	TOTAL ***	ÁREA (HA)
ALTO SANTO	1	BAIXA NOVA	1996	1996	24	24	20	05	25	730,50
	2	CAROBA	1996	1996	55	35	41	-	41	2.114,37
	3	IPANEMA	1995	1995	94	80	77	04	81	2.845,21
	4	RIACHO SECO/BELA VISTA	1995	1995	63	54	56	07	63	1.909,98
IBICUITINGA	1	RENASCER LONGAR	1997	1998	35	34	07	-	07	1.276,51
	2	HORIZONTE CONTENDAS	1998	1998	75	74	17	-	17	1.572,41
JAGUARUANA	1	CAMPOS VERDES	1997	1997	95	93	95	-	95	3.386,39
	2	BELA VISTA	1996	1997	175	174	64	-	64	4.406,90
	3	SERRA DANTAS	1998	1998	35	35	39	-	39	1.451,77
	4	ROSA LUXEMBURGO	2007	2008	21	21	02	-	02	1.476,55
PALHANO	1	QUILOMBO DOS PALMARES	2009	2010	14	11	-	04	04	1.064,97
MORADA NOVA	1	JUCÁ GROSSO	1995	1995	41	41	13	-	13	1.031, 86
	2	TERRA NOVA	1995	1995	102	102	88	07	95	3.622,76
	3	BARBADA	1995	1996	100	99	99	-	99	2.942,26
	4	CIPÓ	1995	1995	48	33	37	04	41	1.218,61
	5	BOM JESUS	1996	1996	55	54	54	04	58	1.655,30
	6	AMAZONAS	1997	1997	25	25	36	-	36	884,98
	7	AMAZONAS II	1997	1998	68	63	95	-	95	2.647,43
	8	BELFORD ROXO	1998	1998	25	20	38	-	38	1.392,81
	9	VOLTA CANAFISTULA	1998	1998	45	27	59	-	59	1.761,87
	10	BANHOS	1998	1998	70	48	76	01	77	2.353,48
	11	FAVELA	1999	1999	28	28	15	-	15	986,71
	12	PE BARRA DAS FLORES **	1992	1997	11	11	06	01	07	604,00
	1	BERNARDO MARIM II	2005	2005	48	33	21	05	26	2.824,12
	2	CAJAZEIRAS	1996	1996	60	35	104	11	115	2.320, 28
	3	CHICO MENDES	2008	2008	23	16	03	04	07	1.695,69

		ASSENTAMENTO	ANO OBTENÇÃO	ANO CRIAÇÃO	CAPACIDADE (Nº FAMÍLIAS)	FAMÍLIAS ATUALMENTE	DESISTÊNCIA (FAMÍLIAS)	EVASÃO (FAMÍLIAS)	TOTAL ***	ÁREA (HA)
RUSSAS	4	CROATÁ/ JANDAÍRA	2002	2003	50	39	38	-	38	2.960,99
	5	LUIZ CARLOS	2008	2008	10	06	02	03	05	841,13
	6	MALACACHETA/ BOA VISTA	1997	1997	35	32	65	-	65	1.394,71
	7	MUNDO NOVO	1996	1996	110	82	88	-	88	4.013,45
	8	OLGA BENÁRIO	2008	2009	12	10	-	01	01	954,20
	9	RIACHO DAS MELANCIAS	2008	2010	15	10	-	04	04	1.288,02
	10	SANTA FÉ	1996	1996	85	45	82	-	82	4.202,21
	11	SANTO ANTONIO	2009	2010	15	05	05	02	07	1.062,15
TABULEIRO DO NORTE	1	BARRA DO FEIJÃO	1994	1995	100	100	72	-	72	3.074,02
	2	DIAMANTINA	2003	2004	30	21	71	12	83	1.218,60
	3	GROELÂNDIA	1998	1998	64	60	49	10	59	2.535,42
	4	LAGOA GRANDE	1998	1998	95	95	52	26	78	2.992,57
SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	5	CHARNECA	1994	1995	117	97	108	11	119	4.573,00
	6	PE NOVA HOLANDA**	2000	2002	18	10	04	02	06	674,00
TOTAL	40				2.182	1.877	1.798	128	1.926	78.610,05

Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

* Dados do SIPRA/INCRA atualizados até 17/01/2014.

** Projetos Estaduais que passaram a ser reconhecidos pelo INCRA e estão atualmente sob a sua responsabilidade.

*** Somatório das colunas: desistência e evasão.

Neste quadro já é possível encontrar indícios da problemática desta investigação. Refere-se aqui, a diferença existente entre os dados apresentados: da capacidade para assentamento de famílias nos PA's, 2.182 famílias, e o número das que atualmente encontram-se nos assentamentos, 1.877, chegando a um déficit de 305 famílias ou aproximadamente 14% da capacidade total dos PA's. Percentual praticamente igual ao do Estado do Ceará, que é de 14,8%.

Tem-se o cuidado, de início, em tratar o fato como indícios, pois algumas variáveis podem estar relacionadas ao mesmo: como a capacidade do PA estipulada na época de criação não corresponder ao número de moradias efetivamente construídas ou alguma moradia ter sido transformada em espaço de reuniões, entre outras. Mas, a hipótese é que em grande parte já se trata dos lotes/moradias que há anos estão sem famílias e que neles já passaram inúmeras outras, haja vista existir profunda diferença entre os dados apresentados pelo INCRA e o que efetivamente encontra-se na realidade dos assentamentos rurais. Fato esse registrado no trabalho de Terence (2013) e percebido nos PA's: Diamantina e Olga Benário. Não se trata aqui de enaltecer as dificuldades no caminhar com a pesquisa em relação à busca de fontes sejam primárias e/ou secundárias de dados, muito menos de desprezar o sistema de dados fornecidos pelo INCRA. Ao contrário, este deve ser um ponto de partida do pesquisador. Mas, também, ressaltar que o indício explicitado a partir dos dados oficiais, acredita-se ser apenas *a ponta do iceberg*, ou seja, os números da expulsão de assentados nos assentamentos são bem mais elevados.

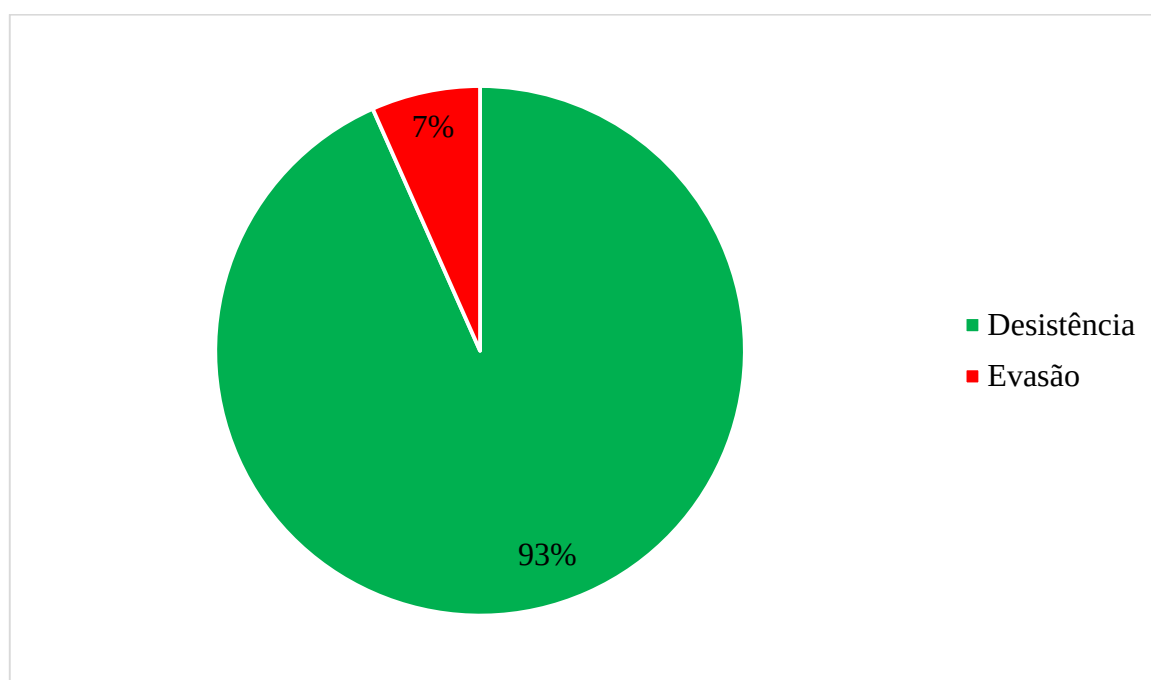
Assim, não desprezando o sistema de informações do INCRA, mas tendo o mesmo como ponto de partida para reflexão, o quadro acima expõe a realidade dos assentamentos no Ceará, no tocante à expulsão de camponeses assentados. Enfatiza-se que esta problemática, dentre as várias denominações apresentadas na revisão da literatura no item anterior (“evasão”, “rotatividade”, “desistência”, “saída”, “abandono”, dentre outras) é caracterizada pela INCRA-Ceará em duas categorias, a saber: *evasão e desistência de assentados*.

Importante destacar que oficialmente o assentado é tido como desistente quando assina uma declaração de desistência fornecida pelo próprio INCRA. Esta pode ser enviada ao órgão via correios ou entregue por terceiros. No caso, o envio pode ser realizado pelo próprio assentado desistente, pelo Presidente da Associação do PA, pelos técnicos de ATER ou mesmo ser recolhida pelos servidores de campo do próprio INCRA, em visita ao assentamento. Já a evasão é caracterizada quando o assentado deixa o PA sem assinar a referida declaração. Aqui na pesquisa não se segue essa divisão, ela é explicitada para efeitos de se trabalhar com os dados

oficiais, mas tratar-se-á aqui apenas como evasão. Essa diferenciação realizada pelo INCRA tem uma razão que se relaciona a inoperância dele junto aos assentamentos e será explicitada a seguir.

Portanto, os dados do quadro 3 demonstram a gravidade da questão, com 1.926 assentados desistentes/evadidos em 40 assentamentos que têm capacidade para 2.182 famílias. O gráfico abaixo demonstra como os processos de desistência e evasão estão registrados no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA).

Gráfico 03 – Desistência/evasão de famílias nos Assentamentos Rurais da Microrregião do Baixo Jaguaribe segundo o INCRA



Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

O próximo quadro discrimina, em números, os motivos presentes no SIPRA/INCRA, que levaram os 1.927 assentados dos 40 assentamentos rurais do Baixo Jaguaribe, a desistirem e/ou evadirem-se. Percebe-se que o processo denominado de desistência é predominante, com 1798 casos, sendo a evasão com apenas 128, onde a grande maioria dos assentamentos apresentaram níveis elevadíssimos do primeiro processo.

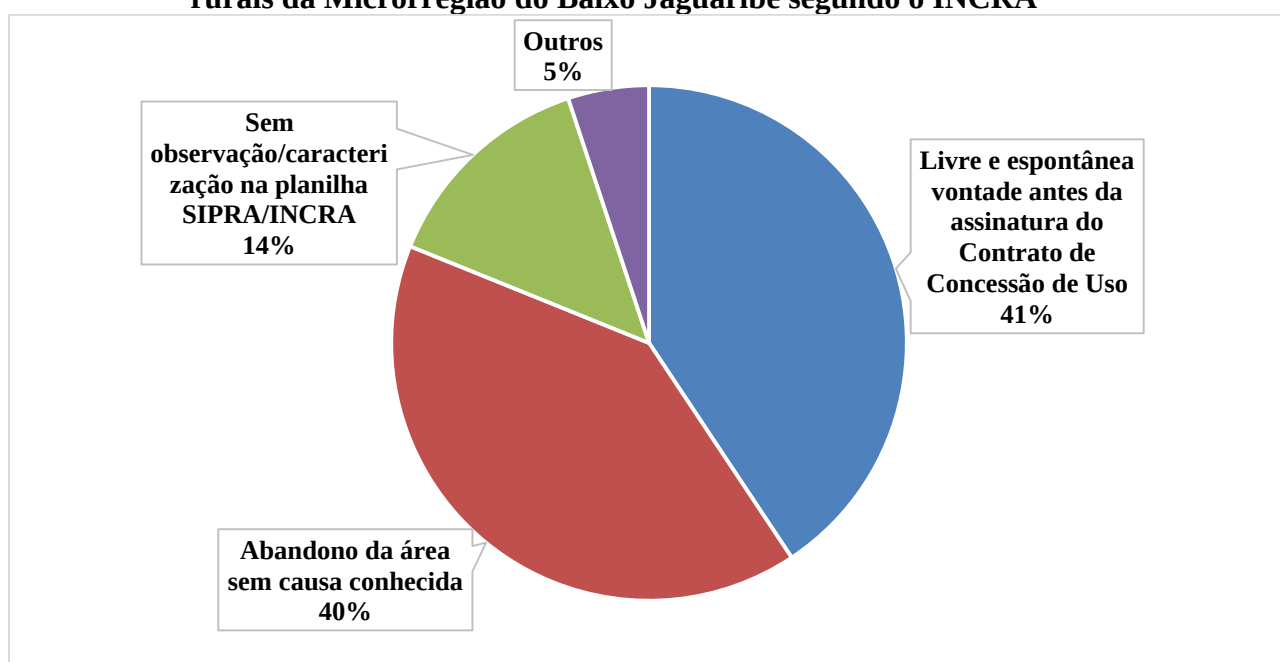
Quadro 4 – Motivos da desistência/evasão nos assentamentos rurais da Microrregião do Baixo Jaguaribe segundo o INCRA

Caracterização	Nº de famílias
- Livre e espontânea vontade antes da assinatura do Contrato de Concessão de Uso	784
- Abandono da área sem causa conhecida;	780
- Sem observação/caracterização na planilha SIPRA/INCRA	266
- Saúde – doenças endêmicas ou graves do beneficiário ou da (o) cônjuge;	44
- Inadaptação as normas técnicas e/ou administrativas adotadas pelo Projeto e/ou convivência social;	26
- Não manter morada habitual na área, nem cultivar a terra;	10
- Vir a contrair vínculo empregatício permanente a qualquer título com terceiros;	05
- Inadaptação ao novo sistema de vida;	04
- Ter outra renda permanente que não originada na própria área;	03
- Inadaptação agrícola dos solos da área, devidamente comprovada;	02
- Separação conjugal	01
- Não atende aos critérios eliminatórios de seleção – Norma Vigente;	01
TOTAL GERAL	1.926

Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

O gráfico abaixo explicita os motivos principais que determinaram a desistência/evasão nos assentamentos rurais do Baixo Jaguaribe em percentual, com o seguinte cenário: a livre e espontânea vontade do assentado em deixar o assentamento, com 41%; abandono do assentamento sem causa conhecida, com 40% e com 14% os casos em que o referido órgão não apresentou nenhuma observação/justificativa para caracterizar a desistência/evasão.

Gráfico 4 - Motivos da desistência/evasão de famílias assentadas nos assentamentos rurais da Microrregião do Baixo Jaguaribe segundo o INCRA



Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Ressalta-se que o próprio INCRA usa, por exemplo, o motivo “Abandono da área sem causa conhecida” tanto para justificar a evasão como a desistência, portanto, o que fica patente é que o critério para registrar uma ou outra categoria (evasão ou desistência) reside única e exclusivamente na assinatura ou não da declaração de desistência.

Como pode ser visualizado, a soma das três situações predominantes atinge a elevada marca de 1.830 assentados que não estão mais nessa condição, seja por desistência, seja por evasão ou sem apresentação de justificativa. Constituindo um número bem próximo ao da capacidade total dos 40 assentamentos (2.182 famílias), ou mesmo praticamente igual ao número de famílias assentadas atualmente nos mesmos (1.877), o que faz emergir a gravidade da problemática desta pesquisa. Salienta-se mais uma vez, que os dados apresentados são fontes oficiais do INCRA e que a tendência, ao cruzar com os dados das Associações dos assentamentos e as informações colhidas junto às famílias assentadas, é que os números aumentem consideravelmente.

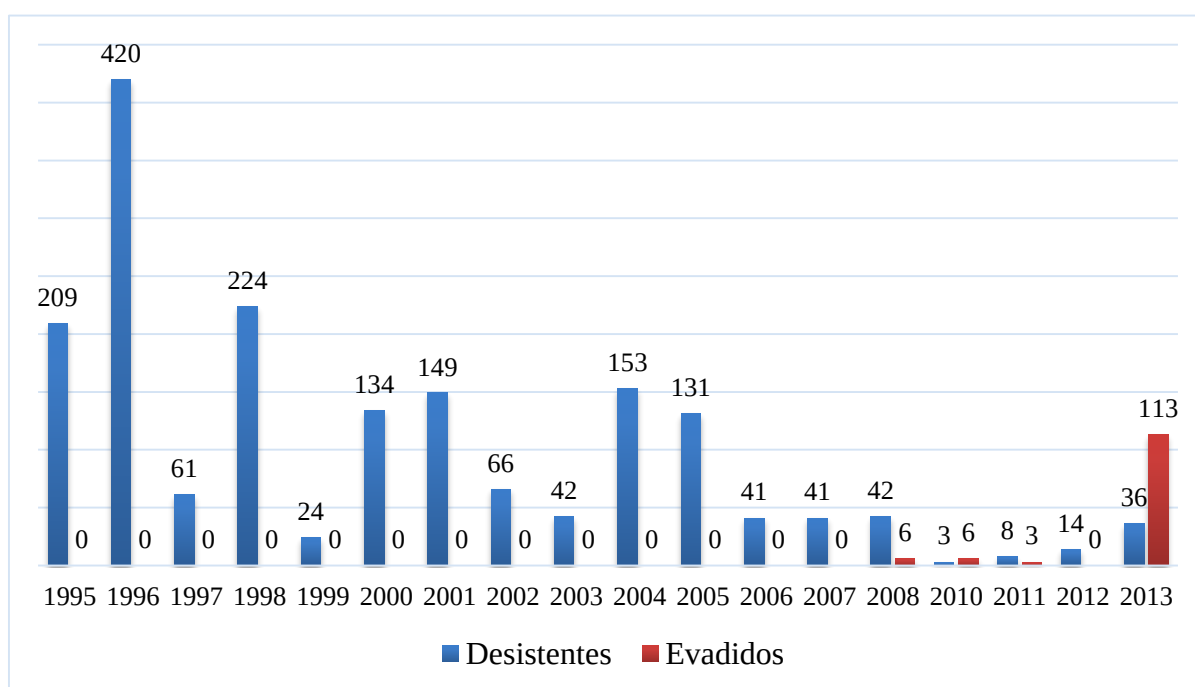
É necessário não deixar passar despercebido, e, conseqüentemente, refletir criticamente acerca das justificativas para a expulsão de camponeses assentados presentes no referido sistema de dados do INCRA, ressaltados no gráfico anterior: “Livre e espontânea vontade antes da assinatura do Contrato de Concessão de Uso” e “Abandono da área sem causa conhecida”. A utilização destas justificativas, primeiro não condiz com os depoimentos das famílias, segundo, deixa evidente aquilo que já foi enaltecido na introdução e que norteou o presente trabalho: a responsabilidade do ato é colocada sobre os ombros dos sujeitos envolvidos nos processos, ou seja, o assentado. Em vez de levantar as contradições e os desencontros que marcam a ação do Estado/governos na construção dos assentamentos e os anseios do campesinato assentado, a opção é pelo caminho mais confortável para o órgão. Ação que fortalece os escritos de Oliveira (1996) sobre a venda/abandono de lotes em assentamentos rurais sergipanos: “[...] visualizando-se os prejuízos que causarão aos coadjuvantes, descarregam nos atores principais o fardo da responsabilidade do ato mal sucedido” (Ibidem, p. 401).

Não é objetivo desta pesquisa realizar um estudo comparativo entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e os governos que tem a frente o PT⁵⁷. No entanto, a construção do gráfico a seguir explicita como ocorreram os processos de desistência e evasão nos

⁵⁷ Aliás, esse é um dos equívocos de pesquisadores até certo ponto progressistas no trato da questão agrária neste período de governos petistas que, ao se limitarem e/ou colocarem no centro a discussão a comparação entre governos FHC e Lula, deixando de lado a crítica radical a estes últimos governos e a própria forma política estatal. Sobre as convergências entre os governos petistas e os do PSDB ver a crítica de Francisco de Oliveira (2013), no livro “O ornitorrinco”, especialmente nas páginas 147 e 148.

assentamentos rurais do Baixo Jaguaribe. De antemão, para a análise deste é importante recordar o que Shanin (1983, p. 193), no estudo sobre o campesinato russo do início do século XX, chamou de *La ilusión óptica estadística em forma gráfica*. É exatamente este cuidado, o de não cair na armadilha, óptica em forma de gráfico, que se deve ter ao se trabalhar com os dados e/ou as estatísticas, especialmente, os apresentados sobre a reforma agrária brasileira, caso contrário, os estudos podem ser profundamente afetados.

Gráfico 05 – Quadro geral das famílias desistentes e evadidas nos Assentamentos Rurais da Microrregião do Baixo Jaguaribe



Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Um olhar apressado sobre a tendência das ocorrências de desistência predominante no gráfico acima logo afirmaria: o processo está em profundo declínio, praticamente inexistente, nos governos petistas, veredito que não é correto. Assim, duas indagações básicas que na realidade se imbricam, devem ser feitas: o que explica ser dominante o processo de desistência em detrimento do processo de evasão no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA)? Como foi a atualização deste sistema ao longo dos anos em análise, ou mais precisamente, no tocante aos cadastramentos e atualizações de assentados desistentes/evadidos?

As respostas aqui são na verdade mais hipóteses do que certezas, pois merecem outras pesquisas. Embora sejam respostas baseadas no trabalho de campo e nos anos deste pesquisador profissionalmente em contato com os assentamentos e os diversos sujeitos ligados a estes, portanto, acredita-se estar bem próximas da realidade dos fatos.

Uma hipótese é que de 1995 até 2001, mesmo com toda precariedade, o INCRA-Ceará atuava mais presente nos assentamentos, portanto, o trabalho do setor de atualização dos dados do SIPRA era um pouco melhor em comparação com a sua atuação nos governos petistas. Afirmativa frente ao fato de não ser difícil encontrar entre os assentados mais antigos a fala de que “antigamente o INCRA estava mais presente no assentamento”, bem como a lembrança entre os técnicos que atuaram no Projeto LUMIAR de assistência técnica para os assentados entre os anos de 1997 e 2000, tidos por eles como de referência em comparação com outros programas de ATES/ATER· a posteriori nos governos petistas, onde a descontinuidade e a inexistência destes serviços foram uma marca. Quando se verifica essa questão da atualização do sistema durante os governos petistas, o fato do PA Diamantina é emblemático: de 2008 até fevereiro/2014 só foi realizado dois cadastramentos, mas dezenas e dezenas de famílias passaram pela comunidade. Nesse período, o último cadastramento havia sido homologado pelo INCRA em 31/03/2009. Portanto, isso é um forte indício para explicar a tendência na queda dos números no gráfico acima, ou seja, se não há registros eficazes, predomina a ilusão óptica de que não há problemas de evasão nos governos petistas.

Outra hipótese é que na utilização das duas categorias (desistência e evasão) reside uma possível explicação para a queda destes processos e para a evasão aparecer praticamente no gráfico apenas no ano de 2013. Ou seja, de 1995 a 2001, com o acompanhamento de perto supracitado pelo INCRA e técnicos do LUMIAR, era mais eficaz a organização e o envio das declarações de desistência, por isso a quase totalidade dos casos enquadrados nessa categoria pelo órgão está neste intervalo. Realidade diferente dos anos petistas, com descontinuidades e inexistência por longos períodos dos serviços de ATER, ausência das equipes técnicas de campo do próprio INCRA junto aos assentamentos e com as famílias entrando e saindo dos PA's sem nenhum controle/atualização do SIPRA. Consequentemente, em 2013 foi mais cômodo para o órgão taxar conceitualmente o movimento de evasão ao invés de desistência, haja vista ser difícil localizar os assentados para a assinatura da referida declaração de desistência e/ou essa já havia sido enviada diversas vezes, mas simplesmente o órgão não executa o procedimento, fato que é recorrente em todos os PA's do Baixo Jaguaribe. O dado concreto é que a problemática da expulsão de camponeses está presente historicamente, não sendo diferente nos anos de governos do PT e preocupa pela velocidade e gravidade a que chegam os números nos PA's no Baixo Jaguaribe.

Nesse sentido, a gravidade do problema e a presença constante deste processo são enaltecidas e conhecidas dos movimentos sociais e das organizações ligadas ao campo, bem

como do INCRA - Ceará. José Odahi Magalhães, Dirigente do MST no Estado do Ceará, em depoimento a seguir, ao ser solicitado a refletir sobre o processo de desistência/abandono de famílias nos assentamentos rurais, reconhece a gravidade e admite que a problemática esteja bastante presente na realidade dos PA's do Ceará. Além de elencar uma série de possíveis determinações para explicar a dinâmica do referido processo, como, por exemplo, a afirmação de que as políticas públicas caminham em sentido contrário aos interesses e necessidades das famílias assentadas, não encarando o assentamento na sua totalidade e como um ponto estratégico para a economia do país.

[...] se você nesta pesquisa consegue ver em alguns assentamentos, eu lhe digo que são muitos, são muitos. São muito, porque a gente vê essa realidade. São muitos, inclusive, pessoas que lutaram pela terra. Passaram processo de luta né, debaixo da lona preta até conseguir a imissão de posse da terra e desistir no meio do caminho. Aqui na região do Baixo e Médio Jaguaribe, por exemplo, tem vários assentamentos, Aracati e Jaguaruana, que a gente ver essa realidade. Então é, na minha avaliação, é exatamente a falta de prioridade de uma política verdadeiramente pra reforma agrária e pra agricultura familiar. Os programas vão de desencontro a realidade. Por exemplo, alguns programas né, governamentais, eles não levam em conta a totalidade do assentamento. Porque o assentamento é um território que num é só um território de produção. Ele é um território que tem que ter educação, que tem que ter saúde, que tem que ter infraestruturas, que tem que ter renda, emprego, renda, trabalho né. Quando eu falo em infraestrutura eu tô falando em condições melhores de produção né, em todos os sentidos né. Pra juventude, pra os idosos, para as crianças. Que tenha perspectiva. E isso anda longe né. As políticas governamentais estão indo, cada vez mais, em desencontro a essa realidade. Parece que é como se fosse assim: os trabalhadores se organizaram para luta pela terra, tiveram uma esperança né, de ter vida melhor, mas o movimento contrário, aquele mesmo movimento contrário a ele, quando ele não tinha o acesso a terra, antes dele ser assentado, aquele mesmo movimento contrário continua depois da conquista da terra. “Olha tu conseguiu a terra, mas continua aqui não”. A gente tem um sentimento mais ou menos assim entendeu? Porque a terra, porque a terra a prioridade né no momento atual é, aliás, historicamente e no momento atual mais do que nunca, é pro o agronegócio, é para as empresas que vem aqui pra explorar as terras, a água, os meios né, os bens naturais e a base também dos trabalhadores. Então, as políticas públicas, mesmo que tenha avançado algumas políticas pela luta dos trabalhadores, mas elas ainda continuam indo em contrário, elas vão em contrário a manutenção do assentamento ou o assentamento como um componente é, na economia brasileira né. Como um componente estratégico. Então é, elas vem em contrário a isso⁵⁸.

Luiz Eduardo de Souza, assentado no Baixo Jaguaribe e membro da Direção Estadual do MST no Ceará, enfatiza que no Brasil optou-se por uma política de assentamentos rurais em detrimento de uma política de reforma agrária popular:

É não termos de fato a reforma agrária nesse país. O que nós temos é uma política de assentamento. De fato, se nós tivéssemos minimamente o nosso programa agrário, o nosso programa de reforma agrária popular feito, eu não tenho dúvida que nós não teríamos evasão de camponeses nos assentamentos rurais. Então, essa falta de perspectiva, essas fragilidades que essa política de assentamento no Brasil é um dos

⁵⁸Entrevista realizada no dia 16 de outubro de 2013, sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

fatores principais, determinantes pra que as famílias camponesas procurem outras possibilidades que não é estar em um assentamento de reforma agrária⁵⁹.

Moisés Brás Ricardo⁶⁰, vice-presidente da FETRAECE, ao avaliar o processo de desistência/abandono de famílias nos assentamentos do Ceará, expõe uma leitura não diferente das supramencionadas. Além de reforçar que a problemática está presente na realidade dos assentamentos rurais do Ceará em epígrafe na introdução deste trabalho, aponta uma série de questões que para ele são determinantes para o processo de desistência, como: o desestímulo pela ausência de liberação de recursos financeiros para as famílias; a imposição do modelo coletivo às famílias; à falta de gestão nos PA's e as limitações climáticas do semiárido.

[...] desistiram, as vezes, por falta dessa liberação ai dos recursos que não chega a contento, essa questão toda. Mas, tem um fator também que é aqui do Ceará que eu acho interessante destacar em relação a questão dos assentamentos. Foi ter trabalhado, e ai nós temos uma parcelinha de culpa, é, não sei se é culpa, mas eu acho que a gente não soube trabalhar. Foi pautado aqui no estado do Ceará, por uma longa década, de que tudo no assentamento tinha que ser coletivo né, e isso terminou distanciando. “Por Moisés, mas nós defendemos a vida toda o coletivo né, a organização social e você diz que o coletivo distanciou o povo”. É claro que distanciou né, gerou desmotivação né e, muitas das vezes, até a desistência em alguns assentamentos do estado do Ceará. Por que isso? Porque você tem no coletivo um grupo que trabalha, que dar sustentabilidade ao assentamento e tem outros que querem, inclusive, se beneficiar apenas dos recursos né, e não querem trabalhar, esse é o motivo. É verdade também, que nós temos alguns assentados, onde você tem um grupo coletivo, onde você tem um grupo né, duas, três pessoas no assentamento que tem tudo na vida e você têm o assentado que tá na miséria. Então, isso também desmotiva. É falta de gestão? É claro que é falta de gestão. O problema é de gestão. Mas, a gente identificou que em alguns assentamentos que trabalhou toda a linha de produção, todos os investimentos, é, pela linha do coletivo, nós tivemos algumas dificuldades. Isso também, a gente, eu conto isso, mas tenho que botar vírgula né, nós também temos alguns que também tão bem por cento coletivo e estão vivendo muito bem. Mas, é por que também tem uma gestão bem qualificada, bem distribuída, uma alternância de poder [...] e isso possibilitou que isso venha a acontecer. Mas há muitos, muitos mesmos, em vários assentamentos do estado do Ceará, pessoas que desistiram porque não acredita neste modelo né [...] de gestão. Porque, as vezes, a terra também não reúne mais as condições, nosso Semiárido, terra seca, que você não tem mais expectativa de produzir, a não ser que seja na área agropecuária [...] e termina ele desistindo [...]⁶¹.

O próprio INCRA, ao avaliar o contexto apresentado de elevado número de abandono/desistência de assentados, conforme o depoimento de Raimundo Cruz Pinto, servidor e ex-superintendente do INCRA⁶², reconhece que a problemática ganha contornos preocupantes pela presença constante destes processos na realidade dos PA's no Ceará.

⁵⁹ Entrevista realizada no dia 17 de outubro de 2013, sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

⁶⁰ Foi Presidente da FETRAECE nas últimas duas gestões: 2005 – 2009 e 2010 – 2013.

⁶¹ Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2014, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

⁶² Exerceu a função de Superintendente do INCRA-Ceará de junho/2011 a abril/2013, tendo sido escolhido por indicação e apoio amplo dos movimentos sociais do campo e militantes de luta pela reforma agrária no Ceará. Solicitou sua exoneração da função por decisão própria face as problemas estruturais do órgão, segundo depoimento para esta pesquisa.

Assim, primeiro que não é só lá na região não [...] Nós temos hoje nove equipes que a gente chama de equipes de articulação territorial. Todas as equipes, todas sem exceção nós trabalhamos essa questão de desistência, de abandono e de exclusão. Exclusão pra mim não é o grande problema, por que a gente só exclui aquelas pessoas que não tem compromisso, por que tão ali, por que tinha só o interesse mesmo, não eram trabalhadores [...] que é uma minoria [...] não chega a 13% do total [...] Agora, o que nos preocupa a gente é abandono ou desistência. Por que nesses casos de abandono ou desistência, no geral, não são, pelo menos na minha visão, não são pessoas que sai só por que quer. É por que as condições que elas estão encontrando são muito difíceis. E aí como você tem uma política econômica [...] que favorece o desenvolvimento lá no urbano né [...] na indústria, enfim, os serviços. Então, essas pessoas encontram e vão pra lá. Porque se estou aqui numa situação que não estou conseguindo ter uma renda, que eu vou ter uma qualidade de vida melhor e eu encontrei um salário melhor, eles estão indo pra lá [...] Tem muita gente indo pra São Paulo, aqui mesmo pra Fortaleza. Porque encontrou uma oportunidade, pelo menos, em princípio, melhor do que aquela que tá lá no assentamento [...] ⁶³.

Quais os motivos para pelo menos 1.830 famílias deixarem a terra, haja vista o acesso a ela ter se dado, em alguns casos, como muita luta e, na maioria deles, com extrema dificuldade, mesmo na reforma agrária negociada? Será que efetivamente os assentados abandonam? Desistem? Evadem-se? Por livre e espontânea vontade deixam a terra? Ou são expulsos? Existe um limite para as famílias Sem Terra em luta? Qual a dimensão real desta problemática nos assentamentos rurais? Como conceituar a reforma agrária em curso no Brasil que, para assentar 2.182 famílias, quase o mesmo número é preciso ser eliminado pelo INCRA? É uma reforma agrária conservadora, incipiente, parcial como afirma Fernandes (2013)? Ou estamos num processo continuado de contrarreforma agrária no Brasil, defendido por Oliveira (2010), onde a expulsão de famílias é uma das faces desta? O modelo como os assentamentos rurais estão sendo construídos atendem aos interesses do campesinato/das famílias Sem Terra? São questões instigantes que emergem a superfície à medida que os dados vão sendo desvendados.

Diante do percurso até aqui apresentado e dos questionamentos surgidos a partir deste, lembrando que o recorte temporal desta investigação recai sobre os anos 2000, especialmente, no período dos três últimos governos federais, mergulhar-se-á na história da questão agrária brasileira neste início de século, especificamente na forma como a reforma agrária foi tratada a partir da chegada do PT ao governo federal. Acredita-se que o conhecimento do contexto político nacional, desde a transição FHC – Lula ao Governo Dilma Rousseff, e das decisões/opções do Estado e dos governos encabeçados pelo PT no tocante ao campo brasileiro, são chaves para ajudar a destrinchar o drama, as tensões e contradições que estão imbricadas ao processo de expulsão de camponeses assentados nos assentamentos rurais.

⁶³ Entrevista realizada no dia 14 de janeiro de 2014, na sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

CAPÍTULO II - A QUESTÃO AGRÁRIA NO CAMPO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI: MODERNIDADE, BARBÁRIE E RESISTÊNCIA CAMPONESA

2.1 A reforma agrária na transição FHC - LULA: medo, esperança ou ilusão?

Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode mais ser adiada. Temos de garantir a posse da terra a quem nela trabalha, não a latifundiários, grileiros e aproveitadores, que especulam com títulos de propriedades que nem conhecem. Não podemos mais tolerar a existência de grandes latifundiários e terras devolutas que nada produzem. Devemos lutar pela distribuição das terras devolutas aos pequenos produtores. Devemos lutar pela intervenção nas grandes empresas agrícolas, de modo a orientar a política agrícola conforme os interesses dos trabalhadores [...] Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra, não este governo comprometido com as multinacionais, os latifundiários, os grileiros e atravessadores (Partido dos Trabalhadores, 1982)⁶⁴

O plano [II PNRA] já está feito e a informação que tenho é que o presidente Lula vai colocar o problema em discussão assim que chegar da África. Isso quer dizer que essas semanas agora serão semanas-chave e que é a hora de concentrarmos forças para dar esse passo, sem o qual não se completa a construção da nação (SAMPALHO, 2004, p. 333)⁶⁵.

Meados dos anos de 1990 e a década dos anos 2000 é o período que marca um maior direcionamento e mobilização para a obtenção/desapropriação dos imóveis rurais, consequentemente, conquista dos assentamentos rurais no Brasil. No tocante à microrregião do Baixo Jaguaribe (Ceará), ocorre a criação dos PA's Diamantina e Olga Benário, bem como as primeiras ações do MST na região. Por conseguinte, compreender o momento político vivenciado no país, no que diz respeito às repercussões dos debates, das opções feitas e caminhos trilhados com relação à questão agrária, especialmente, os rumos tomados/dados a reforma agrária, os assentamentos rurais e a ação dos movimentos sociais do campo, é basilar e preponderante para a presente pesquisa.

A década de 1990 é marcada pela intensificação da luta pela terra e, fruto dela, o número expressivo de assentamentos rurais. À medida que crescia a pressão dos movimentos sociais, o governo FHC respondia com a criação de mais assentamentos, ao passo que esmaeciam as lutas, o governo paralisava a criação de PA's. Ou seja, no lugar de ser uma política propositiva de governo a criação dos assentamentos rurais, era uma forma de responder/acalmar a pressão

⁶⁴ Plataforma eleitoral nacional: Trabalho, terra e liberdade do PT no início dos anos de 1980. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/plataformaeleitoral.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

⁶⁵ Participação no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/I Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), realizado no dia 8 de novembro de 2003.

exercida pelos militantes e movimentos sociais e organizações diversas em luta pela reforma agrária (OLIVEIRA, A., 2007, FERNANDES, 2004). Nesse sentido, como asseverou Fernandes (1999), o que existia no governo FHC era uma política de assentamentos, sendo incorreto chamá-la de reforma agrária. Para esse autor, as políticas governamentais para a questão agrária ao longo de toda década de 1990 foram de caráter compensatório, não existindo no governo FHC sequer um projeto de reforma agrária. Um segundo Plano Nacional de Reforma Agrária sequer foi construído nos seus dois mandatos⁶⁶.

No primeiro governo FHC (1995-1998), foi implantada uma política de assentamentos rurais em espaços de conflitos ou em regiões onde o governo possuía estoque de terras. Política essa que não alterou o quadro de elevada concentração fundiária no Brasil (FERNANDES, 1999, 2004). A microrregião do Baixo Jaguaribe é um exemplo, onde 25 (66%) de um total de 38 PA's tiveram seus processos de obtenção de terras neste período. No município de Tabuleiro do Norte, dos 4 assentamentos existentes, 02 tiveram as obtenções neste período, 02 no governo Itamar Franco e apenas 1 no governo Lula (PA Diamantina). Já no município de Russas, com 11 assentamentos, 5 são dos anos de FHC, sendo 4 no seu primeiro governo e 6 foram obtidos nos governos Lula (INCRA, 2014).

No segundo governo (1999-2002), “[...] FHC mudou de estratégia e desenvolveu uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo uma política de mercantilização da terra” (FERNANDES, 2004, p. 284). Nesse processo, a política de assentamentos, central no primeiro governo, é abandonada. Para cumprir as metas propagandeadas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) inicia um processo, denominado por Fernandes (2004), de clonagem de assentamentos, ou seja, assentamentos criados em governos anteriores e/ou estaduais são registrados como se tivessem sido criados neste governo. Nos números deste governo incluíse, estrategicamente, o expediente da regularização fundiária (as posses) reconhecendo-a como novos assentamentos de reforma agrária o que na verdade não é, como destacou A. Oliveira (2007)

Para Fernandes (2004), de 1999 a 2002, os movimentos sociais passam a viver um enorme refluxo da luta pela terra fruto das ações de criminalização, gerando assim um retrocesso na luta em prol da reforma agrária. Mais uma vez, há um claro reflexo dessa mudança

⁶⁶ O I Plano Nacional de Reforma Agrária foi aprovado em 1985, no governo José Sarney, com uma meta de assentar 1,4 milhão de famílias em uma área de 43.090.000 hectares, entre 1985-1989, tendo alcançado resultados pífios, menos de 10% das metas, na sua implementação, fruto da ação impeditiva dos latifundiários organizados na União Democrática Ruralistas (UDR) (OLIVEIRA A., 2007).

de postura, onde apenas 2 assentamentos foram criados no Baixo Jaguaribe no segundo governo FHC.

Em um contexto de muitas composições e concessões na campanha em 2002, para que fosse garantida a dita “governabilidade”, é que o PT assume a Presidência da República. Contudo, a esperança entre os movimentos sociais/organizações e militantes históricos da reforma agrária era que, finalmente, esta seria implementada no Brasil (OLIVEIRA, A., 2007, 2011; BALDUÍNO, 2004; FERNANDES, 2004).

Nesse sentido, os escritos de Sampaio (2004) em epígrafe, remete e traduz esse sentimento naquele segundo semestre de 2003. A esperança tomava conta da grande maioria dos que lutavam há anos pela reforma agrária neste país, haja vista a mesma ser ponto fundante historicamente das plataformas eleitorais do PT, conforme pode ser visto também no trecho em epígrafe, no qual a realização de uma reforma agrária controlada pelos trabalhadores é enfatizada em meados da dos anos de 1980.

Entretanto, o que boa parte dos esperançosos não tinha em mente era uma visão lúcida do que é esse Estado para o qual o governo petista fora eleito. Nesse sentido, os escritos de Lefebvre (2009, p. 94) são reveladores: “mesmo quando dá a impressão de estar protegendo os oprimidos ou os explorados, mesmo que de fato os proteja contra alguns excessos, ele [Estado] conserva as condições necessárias para que haja a dominação de classe”. Concatenada com essa leitura está a reflexão de Chauí (1984, p. 69), quando afirma que “o Estado aparece como a realização do interesse geral [...] mas, na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade”.

Dessa forma, faltou e ainda falta perceber os limites da democracia burguesa pela qual o PT foi eleito para governar o país. Percepção que ganha relevo nos escritos de Lessa e Tonet (2008, p. 89) quando asseveram que referida democracia é “[...] essencialmente um instrumento de reprodução da ordem capitalista”. Em sintonia com essa leitura acredita-se está a reflexão de Mascaro (2013, p. 87):

A democracia, lastreada no direito e nas formas da sociabilidade capitalista, representa tanto um espaço de liberdade da deliberação quanto um espaço interditado às lutas contra essas mesmas formas. Por isso, a democracia representa o bloqueio da luta dos trabalhadores mediante formas que não sejam aquelas previstas nos exatos termos jurídicos e políticos dados. Exclui-se, com isso, a possibilidade da luta que extravase o controle e o talhe do mundo estatal e de suas amarras jurídicas. A ação revolucionária é interditada.

O contexto de esperança pode ser verificado no depoimento de Sueli Paz Pinheiro André, ex-assentada, atualmente Coordenadora da Secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais da FETRAECE, quando afirma:

Nós pecamos né. Por que, hoje é fácil nós abrir a boca e dizer que os governos não deram a resposta que a gente queria. Mas, quando a gente elegeu Lula, a gente ficou tão confiante que ele ia fazer tudo lá sozinho, assim como Dilma. O povo deu uma parada, tá entendendo? A gente em muitos momentos confessa que as políticas não chegaram, porque a gente mesmo [...] recuamos. Às vezes, por pensar que ia prejudicar ele [Lula]. Às vezes, por esperar que as coisas ia acontecer. Então nós recuamos [...] nós movimentos, nós assentados [...]⁶⁷

José Ricardo de Oliveira Cassundé, Coordenador Estadual do MST no Ceará (Setor de Produção), reconhece que o sentimento de esperança era muito forte, pelas origens do partido e do próprio Presidente Lula.

De fato é, sem negar mesmo, foi uma esperança né de toda a classe trabalhadora, principalmente, os camponeses, os agricultores familiares de que ia melhorar realmente a reforma agrária. Até porque, era promessa de governo, era promessa de partido, eram promessas de trabalhadores. Então, a gente de fato, houve uma renovada na esperança inicialmente. A partir do segundo ano, terceiro, o MST já fala que foi [...] a maior mentira, que foi [...] uma das parcerias mais comprometedoras que a gente teve enquanto movimento social [...] o fato de não ter se comprometido com a bandeira da reforma agrária em detrimento de algumas é, questões paliativas, pra fortalecer outros interesses né e mascarar realmente né, o descaso para com a reforma agrária.⁶⁸

O mesmo sentimento de esperança envolvia os técnicos prestadores de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) vinculado a Organizações Não Governamentais (ONGs) que prestavam esses serviços de forma terceirizada para o INCRA, conforme o depoimento de Reginaldo Ferreira de Lima⁶⁹,

É, assim, era uma expectativa muito grande né. Que era um governo dos trabalhadores e pensávamos assim, a princípio, que o número de assentamentos ia aumentar e a assistência técnica ia melhorar com a continuidade. Porque o que os assentados reclamam, as famílias e também a gente que faz parte da assistência técnica é que nunca havia uma continuidade né. Mas, a gente tinha uma expectativa muito grande, muito forte que as coisas fossem dar certo de verdade. Porque, o projeto que na minha opinião [...] de assistência técnica, mais assim concreto que teve foi o projeto LUMIAR. Que foram três anos ininterruptos, que foram três anos de duração, mas ele se deu no governo de Fernando Henrique entre 97 e 2000. Mas, a expectativa era muito grande com o novo governo [Lula]⁷⁰.

⁶⁷Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2014, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

⁶⁸ Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

⁶⁹ Técnico em agropecuária e desde 1996 trabalha como extensionista nos assentamentos rurais do Baixo e Médio Jaguaribe.

⁷⁰Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2014, na residência do entrevistador, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

Sentimento de esperança alimentado ainda mais, quando do convite, por parte do governo Lula, de uma equipe de especialistas na questão agrária brasileira para elaboração do II PNRA. Referido Plano, construído sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio, foi elaborado num contexto de forte pressão dos movimentos sociais, mas, como será visto nas próximas linhas, não foi aceito pelo próprio governo que o encomendou.

A certeza na fala do próprio Sampaio (2004) no fragmento de abertura deste item, de que o Presidente Lula ia pôr o documento em discussão, era resultado da esperança que a reforma agrária definitivamente sairia do papel. Entretanto, segundo A. Oliveira (2007), havia uma forte disputa entre duas concepções de reforma agrária. Entre a Secretaria Agrária do PT, que defendia a reforma agrária como política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero; e os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados a Via Campesina, que viam a reforma agrária como política de desenvolvimento econômico, social e político visando a soberania alimentar do país.

O período em tela, que marca a transição FHC-Lula, também está marcado pelo medo de uma fração da classe dos proprietários e detentora do grande capital, especialmente, os ligados ao setor do agronegócio. Em partes destes, havia um receio de que a reforma agrária efetivamente pudesse ser implementada. Por isso, a conjuntura era marcada por um clima de pressão para a elaboração do II PNRA, de um lado, efetuado pelos movimentos sociais pró reforma agrária, do outro, a ação dos ruralistas que receavam perder a posse de suas terras, ou melhor, a possibilidade de ter a garantia da sujeição da renda terra abalada.

Deste modo, é mister recuar até o momento eleitoral em 2002, no sentido de desmistificar tanto o medo dos latifundiários, como a esperança dos movimentos sociais. Ainda em campanha política, em meados de 2002, o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro pela candidatura de Lula, na qual se comprometia em manter todos os contratos econômicos já sinalizava sua opção pela manutenção da política econômica em curso nos governos FHC, marcada pelo ideário neoliberal (CARNANHOLO, 2010). Desta forma, a referida carta⁷¹, mesmo afirmando ser a reforma agrária central nas reformas estruturais que o Brasil precisava, também afirmou o agronegócio como caminho para o campo. Portanto, defende-se aqui, que a ação, via referida Carta, mostrou a intenção da candidatura encabeçada pelo PT de acalmar os ânimos, ou melhor, o medo das classes exploradoras, no caso aqui específico, o capital ligado

⁷¹Afirma a Candidatura petista em 2002 entre outras questões: a) a premissa naturalmente ao respeito aos contratos e obrigações do país; b) a manutenção a qualquer custo do superávit primário; c) o apoio ao agronegócio. (Carta ao povo brasileiro, 2002). Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2014.

ao modelo agrário/agrícola do agronegócio, ao mesmo tempo alimentar a esperança ao citar a reforma agrária como estratégia. Atitude conciliatória entre os interesses antagônicos de classe, entre os latifundiários do agronegócio e o campesinato, mas na verdade com clara opção pelos primeiros como será demonstrado no próximo item. Portanto, camuflar os interesses contrários e os conflitos de classes será uma das marcas dos governos petistas a partir de então.

Para Carcanholo (2010), muitos defendem que o governo Lula não cumpriu com as esperanças de rompimento com a estratégia neoliberal e teria se submetido ao pensamento único, mas, segundo ele, a Carta ao Povo Brasileiro mostra que ao ser eleito ele (Lula) só cumpriria o que prometeu, não havendo, portanto rompimento e nem traição, mas manutenção do discurso de campanha. Assim, o medo que pairava sobre a bancada ruralista e os latifundiários, dá lugar a uma tranquilidade diante das promessas de manutenção do *status quo*. Para Fernandes (2004), de 1989 até 2002, mudanças ocorreram na plataforma das candidaturas do PT com relação a reforma agrária, entre elas destaca-se: não mencionar a estrutura fundiária concentrada, bem como abolir a crítica ao sistema latifundista.

Com um discurso ameno e conciliador, a ênfase do texto do programa de governo de 2002 é desenvolvimentista e contém dois objetivos principais: a recuperação dos assentamentos e a implantação de novos assentamentos, acompanhados das políticas básicas: crédito, infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização (FERNANDES, 2004, p. 288).

Mesmo com toda tranquilidade a favor do agronegócio, advinda das promessas de campanha pelo candidato Lula, o início dos anos 2000 é marcado pela ação truculenta dos latifundiários sobre os movimentos sociais e seus militantes. Com suas milícias armadas, reanimaram entidades como a extinta União Democrática Ruralista (UDR). A barbárie atingiu seu ápice em 2003 ante a ação de resistência dos movimentos sociais, com 73 assassinatos no campo, bem superior a 2001 e 2002, com 29 e 43 assassinatos, respectivamente - conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (2014). Juntamente com a violência das milícias privadas bem armadas, outro ponto a destacar foi a ação intensiva da mídia, criminalizando os movimentos sociais e enaltecendo os resultados do agronegócio (BALDUÍNO, 2004).

Com base em Fernandes (2004), se de um lado, nos oito meses iniciais do primeiro governo Lula, os movimentos sociais indicaram cargos para o segundo escalão, como o INCRA, de outro, os ruralistas participaram de indicações de nomes para o Ministério da Agricultura, garantindo a continuidade do modelo agrário/agrícola vindo desde a Ditadura Militar. “Além de ocupar esse espaço político, os ruralistas reagiram ferozmente ao aumento das ocupações de terra e do número de famílias assentadas” (Ibidem, p. 287).

Nesse contexto de disputa entre os movimentos/organizações sociais e os ruralistas, predominou mais uma vez na história do Brasil o poder do latifúndio. A. Oliveira (2007) elenca uma série de acontecimentos, que aqui se defende, como a vitória do latifúndio transmutado em agronegócio e o início da retirada, da espessa cortina de fumaça que impedia grande parte dos movimentos sociais e militantes em prol da reforma agrária perceber, que a tão sonhada reforma não seria realizada no governo Lula, a saber: a) a derrota do II PNRA elaborado pela equipe de especialista coordenado por Plínio de Arruda Sampaio⁷², sendo substituído por outro Plano com reduzidas metas em comparação ao Plano Plínio, como ficou conhecido;⁷³ b) a demissão do presidente do INCRA Marcelo Rezende e equipe, representando a exclusão dos movimentos sociais da Via Campesina na representação política no MDA/INCRA; c) O polo sindical representado pela CONTAG, CUT Rural, FETRAF passa a ser hegemônico, dividindo assim as forças que lutavam pela reforma agrária; d) venceu a hegemonia da concepção da reforma agrária como política social compensatória, que na prática seria uma não reforma agrária (OLIVEIRA A., 2007).

A esperança na realização da reforma agrária no governo Lula começa a cair por terra para uma parte dos movimentos sociais, militantes e intelectuais envolvidos com o tema. Na verdade, defende-se aqui que a realização da reforma agrária começa a ser vista pelos movimentos sociais ou pelos defensores desta como realmente deveria ter sido desde os tempos da campanha em 2002, como uma grande ilusão. Leitura essa defendida em virtude do conteúdo da Carta ao Povo Brasileiro já deixar claro que não haveria mudanças na política econômica, portanto, o agronegócio continuaria a ter o apoio do governo em detrimento da agricultura camponesa⁷⁴ e da reforma agrária. Noutras palavras, defende-se que a esperança era na

⁷² É com profundo pesar que, no fechamento do presente texto, recebe-se a notícia do falecimento de Plínio de Arruda Sampaio. Um dos ícones históricos da luta pela reforma agrária no Brasil, durante os últimos anos denunciou o abandono da reforma agrária pelos governos petistas e a grilagem de terras no Brasil, principalmente, quando da sua Candidatura à Presidência da República em 2010.

⁷³ No ano de 2003, devido às fortes pressões dos movimentos sociais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) formou uma equipe de especialistas, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio para a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como proposta assentar um milhão de famílias em quatro anos. Plano esse que não foi aceito pelo governo Lula. A decisão de não aceitar o referido plano já demonstrava a intenção do governo de não contrariar os ruralistas, que defendia os interesses do agronegócio e que agora faziam a base do governo no Congresso Federal. Sendo que no mesmo ano, o Ministro do MDA, Miguel Rosseto, apresentou uma outra versão, intitulado II PNRA: paz, produção e qualidade de vida no meio rural, com metas bem menores se comparado com o Plano coordenado por Sampaio. Este sim, aceito pelo governo Lula (FERNANDES, 2010); (OLIVEIRA A., 2007).

⁷⁴ Em algum momento do texto aparecerá a categoria agricultura familiar, agricultura familiar camponesa ou mesmo agricultura camponesa de acordo com o teórico abordado ou mesmo quando se estiver tratando de dados oficiais, como o Plano Safra do governo Federal. Entretanto, tem-se a consciência do caráter ideológico das discussões que buscam colocar o camponês *versus* o agricultor familiar, assumindo aqui a noção de agricultura camponesa em detrimento da propalada agricultura familiar imposto ideologicamente.

realidade uma grande ilusão criada e alimentada em torno da figura do Presidente de origem humilde do sertão nordestino e de um partido que pregou em tempos passados que a reforma agrária era prioridade. Assim, tal sentimento logo cedeu a realidade dos fatos e ganhou a roupagem que deveria ter sido vestida desde a campanha, diante dos fatos e decisões que demonstravam que não seria implementada a reforma agrária, muito menos, aquela a favor e sob o controle dos camponeses, como pregava o PT em anos anteriores.

Esse sentimento, com relação a implementação da reforma agrária pelo governo Lula ao longo do desenrolar dos acontecimentos, também recaiu sobre alguns servidores públicos com ligações com os movimentos sociais e comprometidos com a causa da reforma agrária, como pode ser percebido no depoimento de Raimundo Cruz Pinto, servidor e ex-superintendente do INCRA. Este ao ser perguntando sobre o sentimento da chegada do PT ao governo federal é enfático:

O sentimento é, assim, de uma espera, de acreditar mesmo. Tanto é, que esse sentimento lá de início de 2002, 2003 pra hoje, como aquele sentimento era muito, de grande de esperança, de acreditar, de confiar, aí ele repercute hoje numa decepção muito grande. Foi de um acreditar muito forte, assim, quase 100% de acreditar que ia ser uma mudança e, de repente, você percebe depois de dez anos, que nós, eu sinto, francamente, de enganação comparado o que eu acreditei. E isso, não é um sentimento meu. Você percebe isso também no conjunto dos servidores e nos demais. Quando você conversar com os assentados [...] sozinho, assim, de forma mais individual que eles ficam mais à vontade, isso é um sentimento que já está também na cabeça dos trabalhadores. Eles não dizem isso publicamente, mas eles sabem, tem esse sentimento, sabe? De uma decepção muito grande entre o que esperavam e o que, efetivamente, foi feito. Então, foi um momento, talvez, momento mais feliz. Pelo menos, eu senti muita felicidade de acreditar muito e isso repercute no mesmo peso hoje da desesperança, e de não acreditar, e de uma frustração, essa é a palavra mais adequada. Estou muito frustrado, na verdade, em relação a isso.⁷⁵

E os movimentos sociais do campo como ficaram após essa sucessão de acontecimentos no contexto apresentado? Esse é um ponto relevante e que merece reflexão profunda, ou seja, como agiram os movimentos sociais nos anos dos governos do PT. Procurar-se-á abordar tal questão nos próximos itens e capítulos. Sendo que o ponto de partida está no que declara A. Oliveira (2007, p. 174), quando sublinha que houve um “[...] recuo dos movimentos sociais da Via Campesina na aceitação do *status quo*, representado pelas derrotas sucessivas no segundo semestre de 2003”. Para ele, um “dos motivos da aceitação da derrota estava a esperança dos movimentos sociais no cumprimento da palavra da equipe do MDA/INCRA de que fariam a reforma agrária do II PNRA” (Idem). Por isso, afirmou-se em linhas passadas, que parte dos movimentos e militantes passou a ver com descrença a realização da reforma agrária diante dos

⁷⁵Entrevista realizada no dia 14 de janeiro de 2014, na sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

fatos, mas, como afirma o autor, a esperança ainda ficou para muitos. Assim, o medo dos ruralistas de se efetivar a reforma agrária não continua, mas a esperança, em parte dos movimentos sociais e militantes permanece, devido o próprio documento do II PNRA deixar evidente a relevância da reforma agrária para o Brasil. Sua urgência está grafada na letra do plano. Senão veja-se:

Urge realizar a reforma agrária, antes que a situação econômica e social da população do campo assuma gravidade ainda maior e possa comprometer definitivamente a possibilidade de transformar o meio rural brasileiro em um lugar de vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável e politicamente democrática. A reforma agrária é urgente não apenas pela gravidade da questão agrária expressa pelos conflitos no campo e por uma forte demanda social, mas, principalmente, pela contribuição a superação da desigualdade e a exclusão social de parte significativa da população rural (MDA, 2003, p. 04).

Para passar do discurso da urgência referida acima a materialização da reforma agrária, com base em Fernandes (2004), alguns desafios com relação à implementação da reforma agrária eram postos ao governo Lula recém-eleito: 1 – teria que conceber a reforma agrária como política de desenvolvimento territorial em detrimento de ver nela uma política de compensação social; 2 - direcionar os esforços para a desconcentração da estrutura fundiária; 3 – não agir apenas por pressão dos movimentos sociais, ao contrário dos outros governos, onde a maior parte dos assentamentos rurais foi fruto de pressões destes; 4 – não encarar os programas de compra de terras, a exemplo das políticas do Banco da Terra, como saída para o problema agrário. “Crédito fundiário para a compra de terras não deve ser confundido com reforma agrária [...]” (Ibidem, p. 289); 5 – os assentamentos rurais não podem ser criados/pensados de forma isolada, mas sim, dentro de uma perspectiva territorial que facilite a organização, enfrentamento e resistência ao mercado; 6 – não dicotomizar as políticas para as famílias assentadas e para as famílias de pequenos agricultores; e 7 – o PNRA deve ser ágil, no sentido de, se não conseguir acabar, venha a reduzir com os acampamentos de famílias Sem Terra (FERNANDES, 2004).

Entretanto, o próprio autor é taxativo ao afirmar que é “evidente que essa é uma perspectiva bastante otimista. Todavia, este foi o lema que ajudou a eleger o governo Lula; a esperança” (Ibidem, p. 290). Otimismo numa perspectiva de que dificilmente seria posto em prática. Por quê? Segundo o autor, está relacionado aos caminhos apontados pelas discussões em torno do problema agrário brasileiro, onde a solução via mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado, tornavam-se hegemônicas. Nesse cenário o autor já antecipa que “[...] a questão agrária tornou-se um problema sem solução, já

que não tem solução na sociedade capitalista, mesmo no Partido dos Trabalhadores, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista” (Ibidem, p. 286).

A urgência conclamada no II PNRA acerca da implementação da reforma agrária no Brasil, não passou de letra morta, como será visto nos próximos itens deste capítulo, fazendo com que o otimismo, ressaltado anteriormente por Fernandes (2004), não se confirme. Paulino (2012), em meados dos 2000 observava que mesmo tendo sido eleito um presidente historicamente comprometido com os anseios e lutas populares, as políticas propostas e implementadas não se mostravam promissoras. Prevendo que uma possível alteração do contexto em prol das classes exploradas “[...] mais uma vez ficarão nas promessas esvaziadas pelas estratégias de cooptação e continuarão a escoar no âmbito das aspirações coletivas, que não podem ser satisfeitas por jogos de retórica ...O Tempo o confirmará” (Ibidem, p. 327). Estava certa as previsões da autora: o tempo efetivamente confirmou-as. Nem mesmo as metas do II PNRA, já reduzidas em relação ao Plano Plínio foram cumpridas, continuando a farsa dos números da reforma agrária publicados pelo INCRA/MDA, a precariedade nos assentamentos e nas políticas para o campesinato, caracterizando a continuidade da contrarreforma agrária no Brasil, como será vista no item a seguir.

2.2 Os governos Lula (2003 – 2010): a ilusão materializada na contrarreforma agrária e na opção pelo agronegócio

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (MARX, 2011, p. 25).

Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais [...]. Luiz Inácio Lula da Silva (FOLHA ONLINE, 2007)⁷⁶.

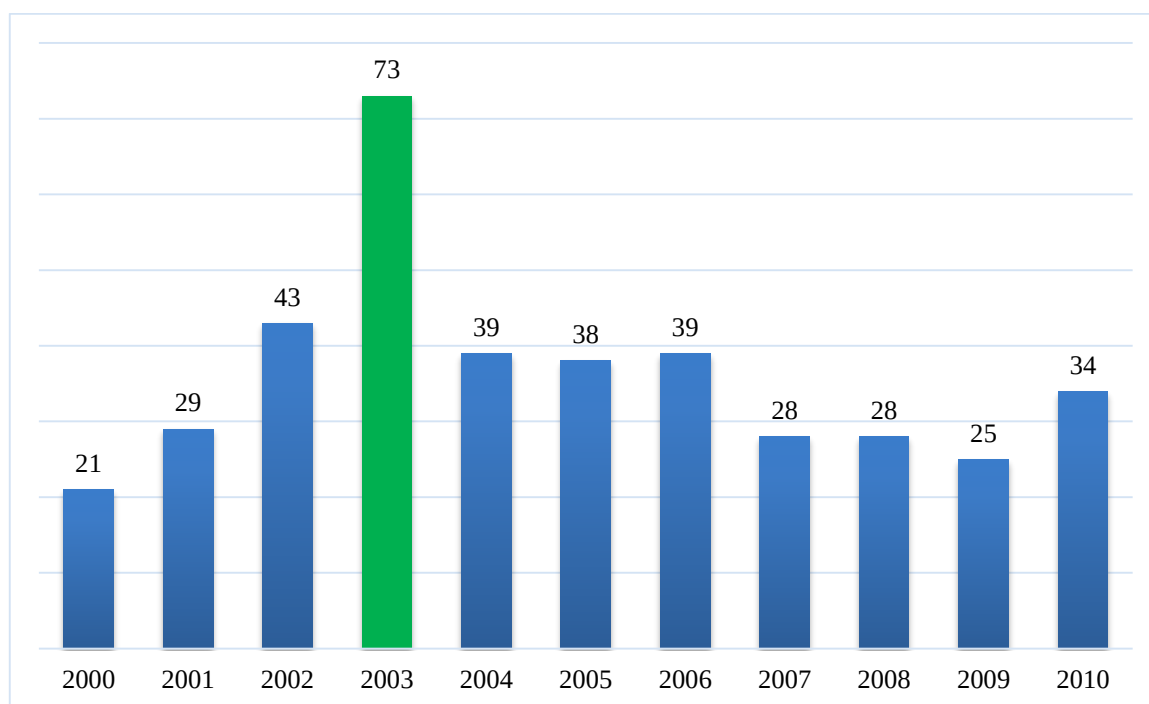
Como foi explicitado no item anterior, não foi preciso muito tempo para o governo Lula, recém-eleito em 2003, implementar suas promessas de campanha e, gradualmente, demonstrar que não adiantaria alimentar esperanças ilusórias de que este governo faria a almejada reforma agrária. O discurso de Lula em epígrafe, vangloriando e dando um novo e privilegiado lugar na história aos usineiros, de bandidos do agronegócio a heróis nacionais e mundiais, não podia ter

⁷⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>. Acesso em: 04 jun. 2014.

deixado dúvidas de que a reforma agrária não foi efetuada em seu primeiro governo e, no segundo, não sairia da letra contida no II PNRA, elaborado pelo próprio governo.

A história se repetia, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa, já havia anunciado Karl Marx (2011). A reforma agrária, como em outros momentos históricos⁷⁷, não seria realizada neste país. Escorreria por entre os dedos e pior, no sangue de 304 pessoas que tiveram suas vidas ceifadas nos conflitos no espaço agrário brasileiro, entre 2003 e 2010. Aliás, a barbárie é um ponto de partida fundamental para iniciar as discussões sobre a questão agrária brasileira no período dos governos petistas, haja vista não ser diferente de toda a história deste país a partir da invasão colonizadora.

Gráfico 6 – Assassinatos no campo brasileiro (2000-2010)



Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2000-2010) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

⁷⁷ Segundo Sampaio JR. (2013), o Brasil teve e desperdiçou todas as oportunidades históricas de encaminhar uma solução construtiva para a questão agrária, onde sempre as classes exploradoras (a aristocracia agrária, a burguesia brasileira) fizeram manobras para evitar que a reforma agrária ocorresse e dar continuidade ao monopólio da terra pelos grandes latifundiários. Assim, o autor enaltece os momentos históricos: 1- no período colonial, com a mobilização da aristocracia para a continuidade do monopólio das terras e da escravidão; 2- O momento da abolição da escravatura, com a promulgação da Lei de Terras (1850); 3- os anos de 1960 com o abortamento violento da reforma agrária pelo golpe militar de 1964, e assim, qualquer possibilidade de resolver o problema fundiário nos marcos do regime burguês.

A. Oliveira (2007), ao tratar deste cenário no campo brasileiro em meados do século XXI, marcado, segundo ele, pelo desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, reflete no sentido de explicitar que a barbárie é a face cruel da modernidade no Brasil.

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescentes sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa a economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros (Ibidem, p. 153).

O II PNRA (2003), intitulado *“Paz, produção e qualidade de vida no meio rural”* substituto do Plano Plínio, como visto anteriormente, pregava a urgência da reforma agrária para o Brasil, frente à gravidade da questão agrária. Os conflitos sociais e territoriais, a iníqua desigualdade social, a barbárie que tomava grandes proporções, com 73 assassinatos do campo em 2003, exigia reformas estruturais e a reforma agrária era vista como uma delas. Diante dessa realidade com contornos dramáticos assumidos no campo brasileiro, o II PNRA, elaborado sob pressão dos movimentos sociais, estipulou 11 metas, para serem implementadas entre 2003 e 2006, a saber:

- Meta 1 - assentamento de 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária;
- Meta 2 - regularização fundiária para 500 mil famílias;
- Meta 3 - promoção do acesso a terra pelo Crédito Fundiário de 130 mil famílias;
- Meta 4 - recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos assentamentos existentes;
- Meta 5- gerar 2.075.000 novos postos de trabalho permanente no setor reformado;
- Meta 6 - cadastramento georreferenciado dos imóveis rurais;
- Meta 7 - regularização de 2.200.000 imóveis rurais;
- Meta 8 - reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de remanescentes quilombolas;
- Meta 9 - reassentamento de ocupantes não índios de áreas indígenas;
- Meta 10 - promoção da igualdade de gênero na reforma agrária;
- Meta 11 - garantia da assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas;

Meta 12 - universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (MDA, 2003).

Metas estas que proporcionariam o que o governo denominou de “um novo modelo de reforma agrária – da intervenção fundiária ao desenvolvimento territorial”, enfatizando, entre outras, a relevância de ações de apoio às famílias assentadas. Como afirma o referido Plano, esse novo modelo:

Orienta-se para promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental, o acesso a direitos, promoção da igualdade, o desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer, por um lado, uma profunda integração entre vários órgãos de governo e as várias esferas de poder. Requer, também, colocar à disposição das famílias assentadas e as demais beneficiárias do Plano, os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver dignamente, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e a agregação de valor; a construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção, além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais (MDA, 2005, p. 15).

Entretanto, a história da questão agrária no Brasil já havia demonstrado que entre a reforma agrária contida na letra das Leis e a sua implementação neste país existe um imenso e profundo fosso⁷⁸. Como já foi explicitado em outro momento deste texto, a bancada ruralista, as frações de classes detentoras do grande capital, especialmente as ligadas ao agronegócio, e a grande mídia se movimentaram contra qualquer tentativa que colocasse em xeque a garantia da renda da terra em prol de uma reforma agrária sob o controle do campesinato. Já no início do governo Lula, Thomaz Jr. (2003) advertia para a possibilidade de uma contrarreforma agrária no Brasil do governo do PT. Ou seja, do ponto de vista do autor, uma reforma agrária que não promoveria mudanças na estrutura fundiária do país, muito menos daria autonomia da produção familiar e camponesa.

Poderíamos dizer que a perseverança aos instintos e referenciais da Contra-Reforma Agrária, neste início de governo Lula, além de se distanciar de qualquer estratégia capaz de desencadear mudanças na estrutura fundiária, está presente de forma nítida na dubiedade subentendida no fato de que o objetivo da Reforma Agrária seria a inclusão social e a geração de emprego e renda (assemelhada à concepção de Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial), sem a devida clareza sobre o seu conteúdo e caráter, tampouco o modelo tecnológico adotado, hoje inteiramente submisso aos interesses da agroexportação, portanto distante do projeto de autonomia da produção familiar e camponesa (Ibidem, p. 13).

⁷⁸ Com relação ao Estatuto da Terra aprovado em 1964, o então Ministro do Planejamento do governo militar, Roberto Campos, foi quem garantiu aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas que não seria posta em prática. Tudo não passou de uma farsa histórica, na perspectiva de calmar os movimentos sociais do campo. O Estatuto só se transformaria em Plano Nacional da Reforma Agrária — instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária — 21 anos depois, em 1985 (OLIVEIRA A., 2007).

Para o referido autor, diante do contexto de uma contrarreforma agrária que se configurava nos anos iniciais do governo Lula, a ação dos trabalhadores organizados, especialmente o MST e as entidades que o apoiam na luta contra os setores hegemônicos dentro do governo, seria condição *sine qua non* para “eliminar da cena política as amarras que impossibilitam as mudanças necessárias para abalar ou mesmo remover em parte o ranço latifundista” (Ibidem, p. 17).

Segundo A. Oliveira (2007, p. 163), o primeiro governo Lula (2003-2006) foi marcado, pelo que ele denominou de “*A não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula*”. O cerne da crítica do referido autor está na divulgação irreal dos números de famílias assentadas e de novos assentamentos criados, onde o governo, na tentativa de cumprir de qualquer forma a Meta 1 - assentamento de 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária - do II PNRA, englobava junto aos dados desta, dados de outras Metas efetivadas, com ações, entre outras, de regularização fundiária, reordenamento fundiário e reassentamento de famílias⁷⁹. “Quando se divulga um dado total que é produto da soma de metas desiguais, tenta-se passar para todos que estes dados referem-se ao cumprimento da Meta 1⁸⁰, os assentamentos novos reivindicados pelos movimentos sociais” (Ibidem, p. 162).

Para ele, a verdade dos fatos é que no primeiro mandato do governo Lula, as metas do II PNRA não foram cumpridas. O processo de clonagem de assentamentos do governo FHC, destacada por Fernandes (2004), continuava durante o governo Lula. Segundo dados oficiais do INCRA, no primeiro governo Lula teria sido assentadas 381.419 novas famílias. Entretanto, o Banco de dados de luta pela terra (DATALUTA) (2008) registra um número menor, 213.438 famílias assentadas no período. Já A. Oliveira (2007), traz dados bem mais aquém da Meta 1 (400.000 mil famílias), afirmando terem sido assentadas apenas 131.745 famílias.

Este autor elenca outros processos que demonstram a continuidade da política agrária do governo Lula com relação às medidas adotadas nos governos anteriores, a exemplo o de FHC. Processos que nesta pesquisa, com base nos estudos de Alencar (2005), Oliveira (2005) e Ramos Filho (2008, 2012), são tidos como faces da contrarreforma agrária advertida por Thomaz JR. (2003), a saber: a) a ampla maioria dos assentamentos foram criados na Amazônia

⁷⁹ Para compreender a diferenciação deste processos ver A. Oliveira (2007, p. 168).

⁸⁰ Por exemplo, o número total de famílias assentadas divulgado, referente ao ano de 2003 foi 36.301. Entretanto, este número total escondia a seguinte subdivisão: Meta 1 – assentamentos novos 14.327 famílias; Meta 2 – regularização fundiária 1.524 famílias; demais Metas – reordenação fundiária 20.450 famílias. Dessa forma, se a Meta 01, de 2003 era assentar 30 mil famílias o INCRA deixou de assentar 21.974 famílias, ou seja, cumpriu apenas 47,8% da Meta (OLIVEIRA A., 2007, p. 165).

Legal (78%); b) a opção pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)⁸¹ e outras formas não onerosas de obtenção de terras para construção dos assentamentos em detrimento do instrumento de desapropriação por interesses social para fins de reforma agrária. Assim, de instrumento complementar as desapropriações, como citado no II PNRA⁸², o PNCF passou a comandar as obtenções de terras para a reforma agrária (OLIVEIRA A., 2007). O Estado do Ceará é um exemplo emblemático destas políticas, denominadas de Reforma Agrária de Mercado, levadas a cabo com o apoio do Banco Mundial. Tendo ocorridas neste Estado experiências que foram modelos para o Brasil (RAMOS FILHO, 2008; OLIVEIRA, 2005)⁸³; c) a não atualização dos índices de produtividade dos imóveis rurais⁸⁴, que são dos anos de 1970 do século passado, inviabilizando a desapropriação de imóveis rurais que não cumprem a função social, como reza a Constituição da República.

É importante destacar que o II PNRA, para ser implementado necessitava que o governo canalizasse suas ações e, principalmente, recursos financeiros para que as 11 metas saíssem do papel. Assim, um parâmetro que se julga aqui relevante para demonstrar a opção tomada pelo governo Lula, já nos seus anos iniciais, está relacionado ao direcionamento dado aos recursos para o campo brasileiro. Ou seja, uma análise do Plano Safra e do Plano Agrícola e Pecuário anunciado anualmente, deixa evidente a opção do governo Lula pelo agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, demonstrando que o ranço latifundista de que fala Thomaz Jr. (2003), dentro dos governos Lula, não foi abalado pela ação dos movimentos sociais.

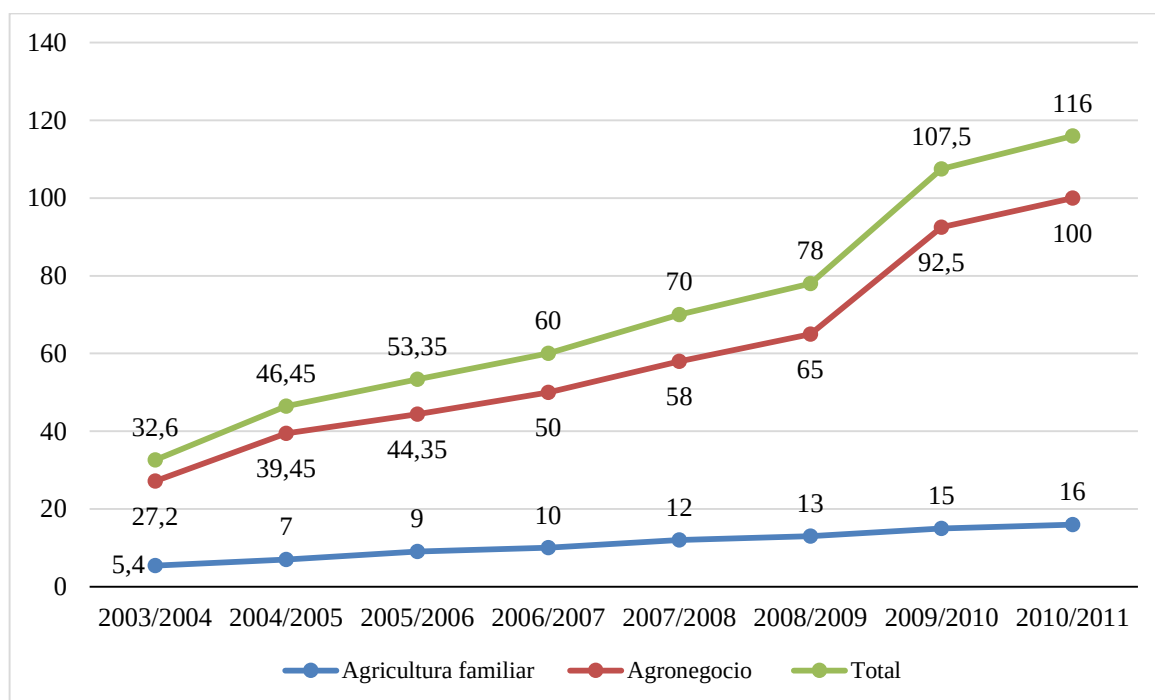
⁸¹ Segundo Ramos Filho (2008), este programa está baseado em princípios do ideário neoliberal, onde a reforma agrária assume um caráter mercantil e sua defesa passa a ser realizada com veemência pelos ruralistas como alternativa pacífica, ágil, econômica e viável, retirando o protagonismo do campesinato e camuflando a luta de classes no campo brasileiro. Para o autor, a territorialização da Reforma Agrária de Mercado, como é o Crédito Fundiário, pode se dar como uma estratégia de contrarreforma agrária.

⁸² O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento complementar à desapropriação. É um mecanismo de acesso à terra por meio do financiamento da aquisição de imóvel rural e de investimentos básicos e comunitários em projetos apresentados pelos beneficiários voltados a produzir o aumento da renda e da produção de alimentos, à melhoria das suas condições de vida e à dinamização das economias locais (MDA, 2003, p. 25).

⁸³ Oliveira (2005), analisando as políticas de reforma agrária de mercado no Estado do Ceará, afirma que tais políticas, entre elas o Crédito Fundiário, é uma forma do Estado brasileiro continuar a não realização da reforma agrária. É a materialização de uma contrarreforma agrária no país.

⁸⁴ Com base na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Em seu art. 11 está escrito que os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm >. Acesso em: 15 jun. 2014.

Gráfico 7 – Evolução da distribuição dos recursos para o crédito agropecuário nos governos Lula (Bilhões R\$)⁸⁵

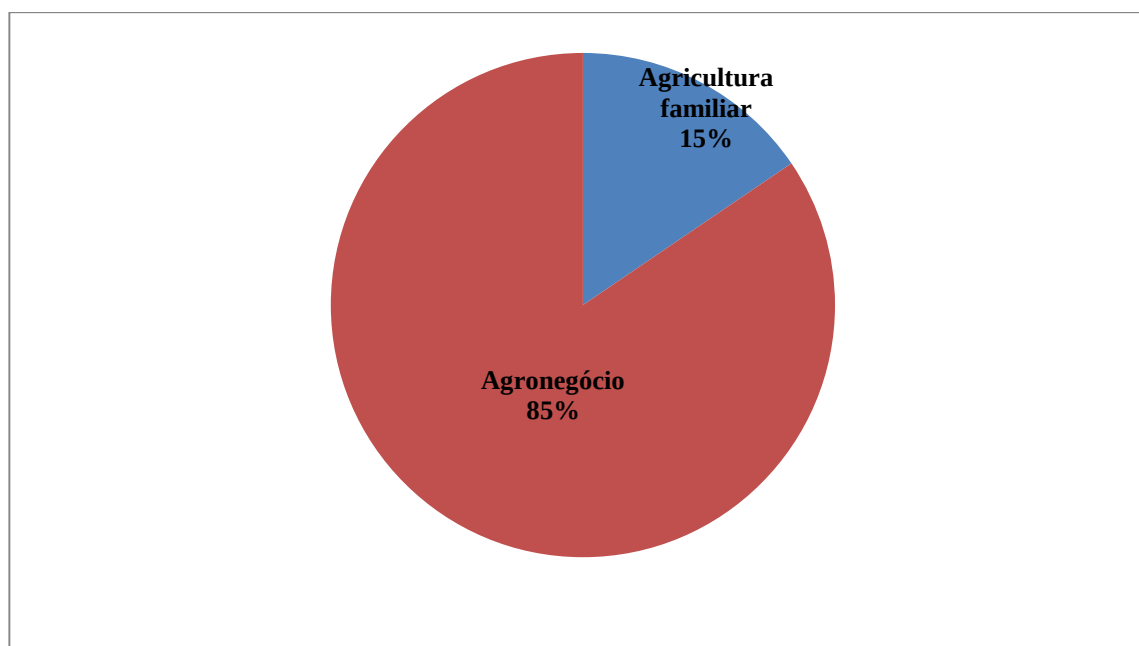


Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (2002-2011); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2003-2011) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

É inegável que houve um aumento substancial dos recursos para financiar as atividades agropecuárias no Brasil. Entretanto, essa constatação não é o cerne da questão. Uma simples pergunta deve ser feita: quem efetivamente foi favorecido com esse aumento? Os dados do gráfico acima não deixam qualquer dúvida que o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa foi o grande beneficiado. Como explicitado no gráfico abaixo, o agronegócio ficou com 85% do total geral dos recursos destinados ao crédito rural durante os 8 anos de governos Lula, com 476,5 bilhões de reais, enquanto para a agricultura familiar restaram apenas 15% ou 87,4 bilhões.

⁸⁵ No ano agrícola 2002/2003, último dos governos FHC, o Plano Agrícola e Pecuário programou um montante de 24,7 Bilhões, sendo apenas 2,38 Bilhões para a agricultura familiar (MAPA, 2014); (MDA, 2014).

Gráfico 08 - Distribuição dos recursos para o crédito agropecuário nos governos Lula



Fonte: MAPA (2003-2011); MDA (2003-2011) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Mesmo reconhecendo o potencial da agricultura familiar no país, com resultados melhores que o agronegócio, conforme passagem a seguir do II PNRA, o governo Lula fez a opção por este, cedendo aos interesses dos latifundiários.

A agricultura familiar corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes. Em toda a década de 90, a agricultura familiar teve aumento de produtividade maior que a patronal: entre 1989 e 1999, aumentou sua produção em 3,79%, apesar de ter tido uma perda de renda real de 4,74%. A agricultura patronal, no mesmo período, teve perda menor (2,56%), mas aumentou a produção em apenas 2,60%. E este desempenho da agricultura familiar tem ocorrido sem que haja um acesso ao crédito proporcional à sua participação na produção. Responde por 37,8% da produção, mas consome apenas 25,3% do crédito, enquanto a agricultura patronal, que responde por 61% da produção, consome 73,8% do crédito (MDA, 2003, p. 13).

O Baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, é exemplo para a visualização do papel do Estado e dos governos federais e estaduais, na propulsão do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa e da realização da reforma agrária. A destruição das experiências camponesas nessa microrregião, seja via processo de subordinação ao agronegócio, seja pelo processo de expulsão e expropriação, é fato recorrente, pelo menos, de modo mais incisivo nos

últimos 20 anos. Dois grandes projetos de irrigação em implantação no Estado do Ceará estão nesta microrregião: o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR) e o Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi (DIJA). Estes são casos emblemáticos, pois materializam o desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo do Baixo Jaguaribe, seja através do processo de territorialização do capital, conseqüentemente, expulsão-expropriação de comunidades inteiras, como vem ocorrendo na Chapada do Apodi e nas comunidades onde está sendo implantado o PITR, seja pelo processo de monopolização do território, subordinando e explorando a agricultura camponesa⁸⁶.

Retornando a análise do II PNRA, dentre as 11 metas contidas no texto, as metas: 4 - recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos assentamentos; e meta 11- garantia da assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas, estão diretamente dependentes da realidade apresentada no quadro acima. São metas também que merecem atenção especial neste trabalho, por estarem intimamente ligadas a problemática desta investigação, bem como são metas que estão totalmente imbricadas, ou seja, a materialização de uma é condição para a outra e vice-versa. Portanto, é interessante perceber o que a letra do Plano prega e o que a realidade apresenta, por exemplo, nos assentamentos rurais do Ceará.

Na Meta 4 tida como de prioridade no II PNRA, está explicitado medidas que devem ser postas em prática para atingir os objetivos de reestruturação e viabilidade econômica dos assentamentos, entre elas está o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme o próprio Plano afirma:

O crédito de longo prazo do PRONAF, de programas específicos do BNDES e de outros órgãos e instituições federais serão as principais linhas de fomento público à consolidação dos projetos produtivos dos assentamentos, sem prejuízo de programas específicos de capacitação e da garantia da assistência técnica e extensão rural.

Carter e Carvalho (2010), mesmo reconhecendo o direcionamento massivo dos recursos de crédito agropecuário para o agronegócio em detrimento do campesinato, afirmam que o aumento do volume de recursos do PRONAF durante os governos Lula, caracteriza um resultado bastante positivo. Os estudos de Araújo (2013) vão mais adiante e defende o caráter de rompimento com as políticas neoliberais efetivadas no período Lula. Para ela, há que

⁸⁶ Para estudos mais aprofundados acerca do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo no Baixo Jaguaribe e do papel exercido pelo Estado brasileiro na transformação do espaço agrário desta microrregião em referência no agronegócio da fruticultura irrigada, ver, entre outros, os trabalhos de: Soares (1999); Elias (2002, 2006); Chaves (2006); Araújo (2006); Muniz (2004); Freitas (2010); Bezerra (2012).

ressaltar os benefícios proporcionados pela elevação de recursos do PRONAF junto aos agricultores familiares do país:

A base agropecuária organizada pelos produtores familiares também se beneficiou do novo momento vivido pelo país, por responder pela maior parte da demanda dos alimentos básicos da dieta dos brasileiros, como constatou o Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E o governo federal ajudou, passando o valor anual do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) de R\$ 2,2 bilhões – teto deixado pelo governo Fernando Henrique Cardoso – para R\$ 16 bilhões, no final do mandato de Lula (Ibidem, p. 161).

Entretanto, algumas indagações podem ser feitas a respeito do avanço que se afirma ter ocorrido no governo Lula, no tocante à elevação dos recursos do PRONAF. O formato do PRONAF atende aos anseios do campesinato? O volume de recursos liberados supre a demanda do campesinato? Outras ações, como, por exemplo, ATER e programas de comercialização da produção, ocorreram juntamente com o PRONAF ou este chegou de forma isolada? O depoimento de Reginaldo Ferreira de Lima, técnico de ATER, ao analisar o trato do governo com relação às políticas agrícolas para os assentamentos rurais, apesar de enaltecer o aumento do volume de recursos do PRONAF, mostra certo desânimo ao afirmar que as outras engrenagens, no caso a ATER, não foram acionadas:

Eu acho que tá muito a desejar, a reforma agrária [...] não é prioridade pro governo. A diferença que eu vejo entre Fernando Henrique, nas políticas pra reforma agrária, pro governo Lula é que o crédito ficou mais acessível [...] o próprio PRONAF [...] ele não era muito acessível na época do governo Fernando Henrique. O acesso ao crédito no governo Lula ficou mais fácil. Mas, toda a outra engrenagem que funciona pra reforma agrária, que é a assistência técnica, o apoio mesmo social as famílias ficou meio a desejar, solto⁸⁷.

Moisés Brás Ricardo, vice-presidente da FETRAECE, destaca a burocracia ainda na liberação dos créditos, onde as conquistas muitas vezes não se efetivam.

[...] a questão das conquistas. O que que é conquista? Conquista é aquilo que você conquista e que executa, né. Não vale nada você lutar, a gente lutar e conseguir dezoito, é, bilhões do PRONAF e executar dois, três. Isso não significa dizer nenhum avanço! E na reforma agrária tem acontecido também desta forma né [...] as linhas de créditos né, os custeios, os programas em si, eles não tem sido, é, liberado a contento. Os trabalhadores tem tido muitas dificuldades de terem a liberação desses recursos. Isso possibilita, inclusive, que alguns trabalhadores possam migrar, possa de fato, é, passar de um assentamento, é, pra outro, querer sair do assentamento para vir morar na cidade, porque ele não se sente prestigiado com políticas públicas e com recursos que garanta, certo, a seguridade social deles nos assentamento. Então se, eu avalio, nesse momento aqui, que sai um pouco nessa direção, que o INCRA tem de fato trabalhado e essas políticas não foram viabilizadas por conta deste cenário que eu acabei de colocar⁸⁸.

⁸⁷Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2014, na residência do entrevistador, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

⁸⁸Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2014, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

A partir do depoimento acima, cabe salientar que a liberação do PRONAF A, linha de crédito especial direcionado ao público da reforma agrária, o qual é a porta de entrada do assentado ao crédito do programa, é marcado por um processo altamente demorado e que não atende aos interesses do campesinato assentado, haja vista ser permeado por uma lógica produtivista-economicista que fere a lógica não capitalista camponesa⁸⁹. Isso quando as famílias conseguem acessar, pois como será visto no capítulo que trata especificamente do PA Diamantina, após 10 anos da sua criação, as famílias ainda não tiveram esse direito assegurado. Fernandes (2013), fazendo um balanço da reforma agrária nos governos Lula, mesmo defendendo terem sido governos que deram grandes contribuições nesta área, observa que “a lógica do [...] Pronaf tem contribuído muito para o endividamento das famílias assentadas, sendo um dos programas que precisam ser reformulados” (Ibidem, p. 198). Já A. Oliveira (2007), sublinha este programa como uma política neoliberal, gestada no seio dos governos FHC⁹⁰. Portanto, não se trata de manifestar a defesa por mais crédito, através da elevação e liberação dos recursos do PRONAF para o campesinato em detrimento do agronegócio, trata sim, de entender que o próprio formato do PRONAF não atende aos interesses do campesinato, segundo o autor. Para ele, a luta dos movimentos sociais devia, entre outros pontos, se encaminhar para conseguir o fim do PRONAF e sua substituição por um Plano Camponês alicerçado em uma política de soberania alimentar e de um fundo de recursos para subsidiar as implantações de novos assentamentos e o fomento da agricultura familiar camponesa.

Para discutir a Meta 11 (garantia da assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas) iniciar-se-á com a questão da Assistência técnica e Extensão rural (ATER). A letra do Plano assevera que “nesse novo modelo de reforma agrária a recuperação dos atuais e a implantação dos novos assentamentos contarão com assistência técnica e acesso ao conhecimento e as tecnologias apropriadas” (MDA, 2003, p. 5). Ainda segundo o mesmo, “a assistência técnica, condição para o sucesso das atividades produtivas, será orientada para integrar todos os membros do grupo familiar (homens, mulheres, jovens e idosos) na tomada de decisões e nas atividades produtivas” (Ibidem, 2003, p. 28).

⁸⁹ Acompanhei na condição de técnico de ATER, no ano de 2004-2005, o processo de tramitação do Projeto de Investimento, no âmbito do PRONAF A, do PA Baixa Nova, município de Tabuleiro do Norte. Processo esse marcado pela burocracia no percurso entre o INCRA e o banco do Nordeste e deste para a liberação dos recursos às famílias.

⁹⁰ O PRONAF foi criado por FHC para substituir o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Segundo Ramos Filho (2008), essa mudança proporcionou graves prejuízos ao campesinato, como: menores subsídios nos financiamentos, o esvaziamentos do poder e da autonomia que os camponeses tinham com este último Programa.

Entretanto, é importante salientar que a ATER, só tornaria Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em meados de 2010⁹¹, ou seja, 7 anos depois do II PNRA e já no último ano do segundo mandato do governo Lula. Esse lapso de tempo para a aprovação da lei que torna a ATER política pública já permite perceber o descaso do governo com essa questão. O que é mais grave é que durante os 8 anos dos governos Lula, no Estado do Ceará, os escritos acima não passaram de letra morta, haja vista a precariedade dos serviços durante todos os 8 anos dos governos Lula, como será explicitado nos capítulos 3 e 4. Precariedade essa caracterizada pelo: engessamento dos serviços, atrasos de pagamentos das equipes de profissionais, descontinuidades dos serviços, ineficiência do INCRA no monitoramento, análise de relatórios, emissão de documentos, entre outros⁹².

As palavras de Moisés Brás Ricardo, vice-presidente da FETRAECE, dão solidez para as assertivas acima. Ao ser perguntado sobre a ATER no Ceará, ressalta os impedimentos para as famílias ter assegurado serviços efetivamente como prega o II PNRA.

Olha, o problema da assistência técnica eu classifico como a mais grave. Aqui no Ceará, além da descontinuidade, é, a última assistência técnica que teve não é verdade que teve assistência técnica. Tinha, inclusive, entidades prestando serviços, inclusive entidades altamente éticas, ligadas aos movimentos sociais né, que tem um trabalho lindo a zelar, mas eles estavam indo para os assentamentos fazer relatório. E relatório não é assistência técnica, nós sabemos disso né. Então, o problema aí não é só da descontinuidade, é da qualidade mesmo dos serviços que está prestando. E, eu posso dizer, como defensor da reforma agrária, como diretor sindical e que defendi nos últimos oito anos na condição de Presidente da Federação, esse trabalho aqui no estado do Ceará, se não fosse o compromisso das entidades, se fosse pela proposta que foi apresentada pelo governo federal, nos editais apresentados do INCRA, ninguém tinha tido assistência técnica no estado Ceará, sem falar na descontinuidade [...]⁹³.

O depoimento de Reginaldo Ferreira de Lima, Técnico de ATER, é bastante elucidativo e deixa evidente a precariedade da ATER nos anos Lula, quando sublinha a questão da descontinuidade dos serviços. Ironicamente, os governos tendo à frente o PT, na figura do Presidente Lula, tido como defensor da reforma agrária, perde a referência na implementação

⁹¹Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, regulamentada no mesmo ano através do Decreto nº 7.215. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). Em seu artigo 1º afirma: Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em 07 mai. 2014.

⁹²Trata-se aqui da problemática da ATER no Ceará e afirma-se a precariedade dos serviços com tranquilidade, com base nos depoimentos, mas essencialmente, devido conhecimento de causa, haja vista, o autor da presente investigação ter, entre 2003 e 2012, atuado como profissional de ATER nos assentamentos rurais do Baixo Jaguaribe.

⁹³ Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2014, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

da ATER para o governo FHC, conhecido pelas ações contrárias e de criminalização a qualquer tentativa de luta pela reforma agrária:

[...] pensávamos assim, a princípio, que a assistência técnica ia melhorar com a continuidade, porque o que os assentados reclamam, as famílias e também a gente que faz parte da assistência técnica é que nunca havia uma continuidade né [...] Porque, o projeto que, na minha opinião [...] de assistência técnica, mais assim concreto que teve foi o projeto LUMIAR, que foi três anos ininterruptos, que foram três não de duração, mas ele se deu no governo de Fernando Henrique entre 97 e 2000 [...] ⁹⁴

Jose Odahi Magalhães (MST-Ceará), na mesma trilha dos depoimentos acima, sublinha a questão da descontinuidade dos serviços, explicitando não acreditar na propalada universalização dos serviços de ATER a todas as famílias assentadas. Para ele, trata-se de um programa que está no papel e dificilmente sairá dele, além de deixar evidente que os caminhos apontados pelo atual modelo dos serviços não estarem de acordo com os interesses do campesinato.

Ela não está, ou seja, mais um programa de papel né, que está no papel. Essa ideia da universalização da assistência técnica é a mesma coisa quando foi criado, por exemplo, as EMATERCE, foi criada para atender né, os trabalhadores, com essa proposta de atender né, a agricultura familiar, a agricultura camponesa, mas na verdade era só uma roupagem né, depois acabou, como vários outros projetos de assistência técnica. Então, essa ideia de universalização parece né uma coisa muito boa, mas na verdade só está no papel. Nós temos alguns programas descontinuados né, descontinuados. Que não tem continuidade, que tá fora da realidade dos assentamentos, tá fora da agricultura familiar no geral, da agricultura camponesa no geral. ⁹⁵

Ainda com relação à Meta 11, foi criado em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ⁹⁶ e em 2009, já no segundo mandato Lula, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ⁹⁷, no intuito de promover caminhos para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos, implementado a partir de 2003, deverão ser ampliadas. Além de contribuir com a garantia de comercialização da produção, e, portanto, da renda dos assentados, demonstram a importância da

⁹⁴Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2014, na residência do entrevistador, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

⁹⁵Entrevista realizada no dia 16 de outubro de 2013, sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

⁹⁶A Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 em seu Art. 19 reza: Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos. Artigo esse regulamentado apenas em 9 anos depois através do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 16 jun. 2014.

⁹⁷Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 16 jun. 2014.

Para Fernandes (2013), dentre as várias políticas públicas em desenvolvimento, criadas e expandidas nos governos Lula, está o PAA. “[...] o Programa de Aquisição de Alimentos [...] tem sido uma das mais importantes fontes de renda para os assentados” (Ibidem, p. 189). Na mesma perspectiva deste autor, está Carter e Carvalho (2010), quando enaltecem que “o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, foi instituído a pedido dos movimentos sociais em 2003. De reconhecimento sucesso nos últimos anos, esse programa garante a compra da safra de assentados e pequenos agricultores” (Ibidem, p. 291).

Com relação ao PNAE, o art. 14 da Lei nº 11.947/2009 que institui o referido programa, traz um elemento importante, no tocante à prioridade dada à agricultura familiar e, em especial, aos assentamentos rurais, haja vista a referida Lei afirmar que no tocante à aquisição de produtos para a alimentação escolar de todo o país, obrigatoriamente, no mínimo 30% dos recursos têm que ser gastos com a aquisição de gêneros advindos exclusivamente da agricultura familiar, especialmente da produção dos camponeses assentados.

Não obstante, quando se visita a realidade do Baixo Jaguaribe, percebe-se que os avanços e ditos sucessos devem ser motivos de uma avaliação mais acurada, tanto com relação ao PAA, quanto ao PNAE. Ou seja, as famílias assentadas, no momento que conseguem produzir um excedente para a comercialização, esbarram no histórico entrave do escoamento da produção, caindo facilmente nas garras dos atravessadores. Realidade esta devido, por um lado, os referidos programas não atenderem a contento os camponeses assentados, haja vista estarem permeados por uma burocracia que dificulta o processo de acesso e integração dos assentados. Por outro, são políticas/programas que ao chegarem ao município, ficam nas mãos do poder municipal, através da Secretaria de Agricultura, que, na ampla maioria dos casos, dita as regras de acordo com seus interesses eleitoreiros, fomentando e aprofundando as relações clientelistas de troca de votos⁹⁸. Contexto que, defende-se aqui, afeta diretamente a permanência dos assentados nos PA's.

Importante relembrar o depoimento de Moisés Brás Ricardo, quando destaca que conquista só é conquista quando se executa, bem como o de José Odahi Magalhães, quando afirma que temos programas de papel para o campesinato, numa alusão que não saem da letra

⁹⁸ As afirmações elencadas aqui estão ancoradas na experiência deste autor vivenciadas quando da prestação dos serviços de ATER, principalmente, nos 11 assentamentos do município de Morada Nova-Ceará, onde num universo de cerca de 550 famílias assentadas, apenas 5 famílias comercializavam seus produtos via PAA ou PNAE em meio a grandes dificuldades de acesso e permanência nos referidos programas.

do texto para a realidade. Dito de outra forma, defende-se aqui que a aprovação da Lei em si não representa avanço se não for executada ou se for implementada pela metade como é comumente percebido nos recursos alocados para o campesinato. No INCRA são exíguos os recursos e em muitos anos não são implementados frente a burocracia, realidade não diferente com relação ao PRONAF. Afirma-se isso pelos exemplos já citados nesse texto, ou seja, a obrigatoriedade de revisão dos índices de produtividade da terra está contido na conhecida Lei Agrária nº 8.629/1993 e a PNATER é uma política pública escrita na letra da Lei nº 12.188/2010. Estão na Lei, mas não são implementadas ou quando são apresentam um quadro de precariedade que impede atingir seus objetivos. Como já foi dito em páginas anteriores, no Brasil, entre a letra da Lei e a realidade existe um fosso imenso e profundo.

Sobre o PAA e o PNAE, Francisco Nilson Maciel Mendonça, Secretário de Agricultura do município de Russas, realça a lentidão dos processos: “[...] sobre o PAA, sobre o PNAE isso aqui funciona dentro do município [...] de maneira muito lenta, mas funciona né”⁹⁹. José Odahi Magalhães, MST-Ceará, ao tratar destes programas, ressalta, corretamente é preciso frisar, a importância dos mesmos para a agricultura familiar do país. Ou seja, não está aqui defendendo que os programas não sejam relevantes, mas tentando analisar se efetivamente é posto em prática tomando por base a realidade do Baixo Jaguaribe. Assim, voltando ao depoimento do entrevistado, o mesmo conclui defendendo a incipiência dos resultados dos programas supracitados (PNAE e PAA) por não se constituírem numa política geral, ao contrário, afirma ser muito tímida ainda:

[...] pontualmente, tem tido alguns pontos positivos né, no sentido da propaganda, no sentido da possibilidade, mas ainda é muito tímido, muito tímido mesmo. É uma questão pontual, mas muito, na minha avaliação muito tímida. Até porque [...] as condições de produção, as condições reais e necessárias para poder avançar, não se tem né. Então, se tem um programa deste, é, que não se tem infraestrutura, que não se tem uma política agrária e agrícola no país que favoreça a agricultura familiar, para poder ela chegar a ser uma política geral né. Então, não, não, não, em alguns assentamentos e em alguns municípios sim, tem acontecido, tem dado resultado, mas no geral também não concordo que tenha dado tanto resultado¹⁰⁰.

Outros avanços são apontados nos governos Lula, como explicitado por Carter e Carvalho (2010). Para estes autores, nestes governos houve, além de maior apoio financeiro e logístico aos assentamentos, a promoção de programas de educação para o campesinato e aumento de recursos para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);

⁹⁹Entrevista realizada no dia 05 de fevereiro de 2014, sede da Secretaria Municipal de Agricultura, município de Russas, Ceará.

¹⁰⁰Entrevista realizada no dia 16 de outubro de 2013, sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

um diálogo mais aberto com os movimentos sociais; a contratação de 1.800 profissionais para o INCRA via concurso e a implementação do Programa Luz para Todos, com a eletrificação rural atingindo 6,1 milhões de pessoas até meados de 2007. Ainda segundo os referidos autores, essas melhorias foram efetuadas em um clima de insistente pressão por parte dos movimentos sociais do campo, sendo que em muitos casos, as políticas governamentais foram implementadas a partir de demandas concretas formuladas pelos camponeses.

Entretanto, mesmo apontando os referidos avanços, os autores são enfáticos ao afirmar a opção dos governos Lula pelo agronegócio e a inércia do que denominam de reforma agrária conservadora: “apesar de suas promessas históricas em favor de uma reforma agrária progressista”, o presidente Lula manteve a inércia conservadora, atenuando-a só em parte. Essa orientação se explica pelo fato de o governo Lula ter propulsado a expansão do agronegócio no Brasil (CARTER e CARVALHO, 2010, p. 291).

A questão defendida pelos autores como um avanço no governo Lula, no tocante ao diálogo mais aberto com os movimentos sociais, é polêmica. A aproximação dos movimentos sociais com os governos petistas, muitas vezes até fazendo parte da máquina estatal ao ceder militantes para ocupar cargos administrativos no governo, tem efeitos, às vezes, indesejados, como o refluxo das ações de luta e mobilização e, mais grave, cooptação destes. As palavras de José Ricardo de Oliveira Cassundé, Coordenador Estadual do MST no Ceará (Setor de Produção), destoam dos escritos dos autores supramencionados. Ao analisar a relação dos movimentos sociais em geral e os governos do PT, conclui que, apesar do maior diálogo, a relação de parceria foi comprometedora para a luta, haja vista a cooptação e os processos de pacificação exercida sobre os movimentos.

De fato as relações foram se estreitando por uma proposta de que, tinha muito o discurso que se não é pra ser os piores, que fosse os menos maus, os menos ruins. Mas as aproximações, de fato, foi tornar os movimentos pacíficos, as parcerias. As aproximações eram a partir de projetos de campanha, de alguns comprometimentos que de fato estabeleceram relações de cooptação né, de perda de acúmulo de forças das lutas sociais mesmo. Alguns movimentos deixaram de ser movimento né, transformaram-se em quase que em ONGs, em extensões do governo, extensões de algumas instituições. Poucos movimentos resistiram a partir destas parcerias. Fato disso, tem alguns movimentos que deixaram realmente de ir as ruas né, de fazer certos enfrentamentos, por certas formas de relações. Digo muito que o MST teve muito atrelado, alguns [Movimentos] conseguindo sair mais, outros pouco respiraram porque estavam atrelados de todas as formas. A questão econômica pegou muito forte os movimentos sociais. E, no subsídio alienador, numa forma de garantir essas parcerias com os governos petistas. Parcerias? É interesse da UDR mesmo, porque de fato é uma bancada totalmente patronal, totalmente ruralista. Isso comprometeu muito a maioria das lideranças dos movimentos sociais. Sabe assim, de cooptar, ao ponto de fazer defesas que até então não eram princípios dos nossos movimentos sociais, não estavam dentro das decisões coletivas. Por uma questão mais do que economicista mesmo, de projeto, sabe, de desvio de luta mesmo. Então, foi muito comprometedor.

As relações, elas foram é, sadias do ponto de vista do diálogo, do debate, mas muito comprometedoras do ponto de vista de rumos, de projetos né, como um todo¹⁰¹.

Moisés Brás Ricardo, vice-presidente da FETRAECE, ao ser perguntado sobre se houve cooptação dos movimentos sociais, discorda dessa análise, mas reafirma a acomodação como erro gravíssimo a partir da chegada de Lula ao governo federal. Destaca ainda, que os movimentos de enfrentamento devem retornar sob pena de não conseguir as transformações almejadas.

Não, eu acho que cooptação não, entendeu? Num diria que de fato houve por parte do governo é, nos últimos dez anos, uma política de cooptação das lideranças não. Eu acho que houve acomodação, eu não tenho nenhuma dúvida, nós se acomodamos muitos né, com a chegada do Lula né, da Dilma, do PT, na Presidência da República. Grandes militantes dos movimentos sociais, do Movimento Sindical, são ligados ao PT, uma grande maioria né.¹⁰²

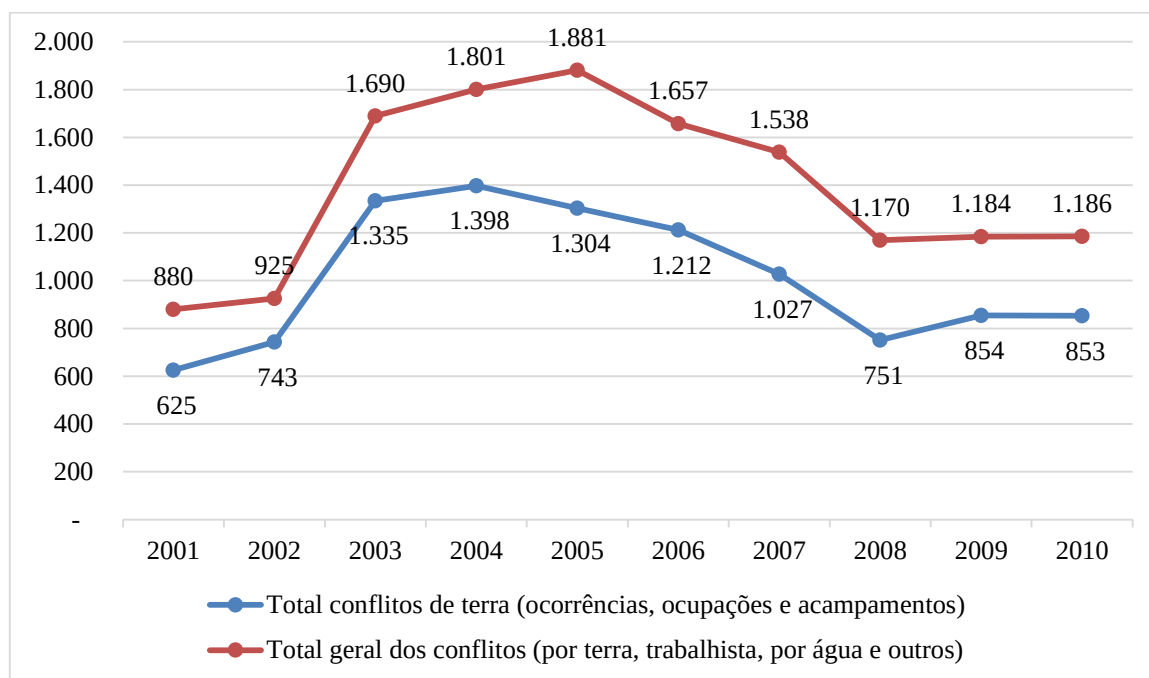
Em meio aos posicionamentos explicitados é interessante analisar como se deu a dinâmica de ação dos movimentos sociais ao longo dos 8 anos dos governos Lula. O gráfico a seguir subsidia a discussão acerca da evolução do quadro de conflitos neste período, enfocando: a) o total geral de conflitos ocorridos: por terra, trabalhistas, por água e outros (conflitos em tempos de seca, por política agrícola e no garimpo); e b) o total de conflitos envolvendo a questão da terra, como as ocorrências¹⁰³, as ocupações e os acampamentos.

¹⁰¹Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará

¹⁰²Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2014, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

¹⁰³ São registros de conflitos ocorridos contra as famílias. Numa mesma área podem ter ocorrido diversos conflitos com situações e datas diferentes. Portanto, cada novo fato é contabilizado pelo CPT como um novo conflito (CPT, 2013).

Gráfico 09 - Conflitos no campo brasileiro (2001-2010)

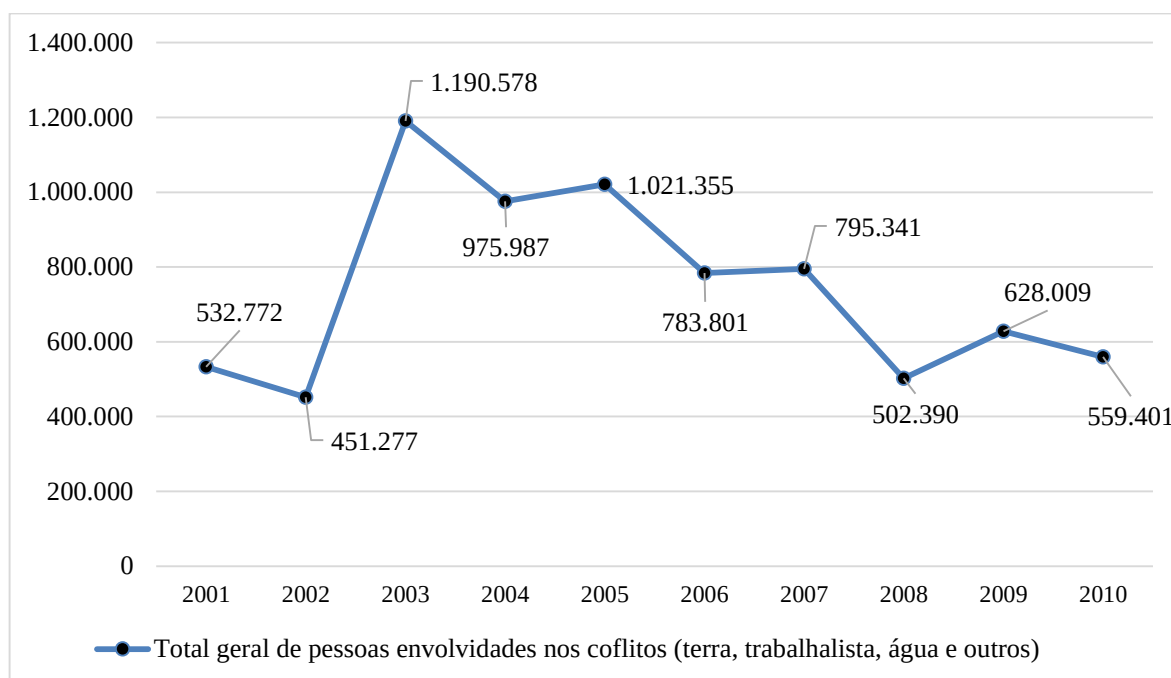


Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2001-2010). Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Na análise dos dados do gráfico, é possível afirmar que o número de conflitos total, que estavam em patamares inferiores em 2001 (880) e 2002 (925), fruto do processo de criminalização levado a cabo pelo governo FHC, inicia uma trajetória de crescimentos a partir de 2003, com a chegada de Lula ao governo federal. O ano de 2005 registra o ápice do processo com 1.881 conflitos. Em 2006, inicia-se o processo de queda com 1.657 registros, chegando em 2010 a patamares próximos ao início da década, com 1.186 conflitos no campo. O cenário, especificamente, dos conflitos de terra não se afasta muito do quadro geral explicitado. Em meados dos anos 2000, apresentava patamares bem inferiores dos registrados no início do governo petista. Ou seja, 2003, 2004 e 2005 registram elevado número de processos, chegando em 2004 ao ponto alto do período, com 1.398 ocorrências. A partir de 2006 (1.212), inicia-se uma trajetória de queda, que se aprofunda em 2007 (1.027) e em 2010 (853), ou seja, com patamares semelhantes a 2001.

O próximo gráfico aborda a questão do número de pessoas envolvidas nos conflitos no campo nos 8 anos de governos Lula, englobando todos os conflitos: por terra, trabalhistas, por água e outros conflitos.

Gráfico 10 - Nº pessoas envolvidas nos conflitos no campo brasileiro (2001-2010)

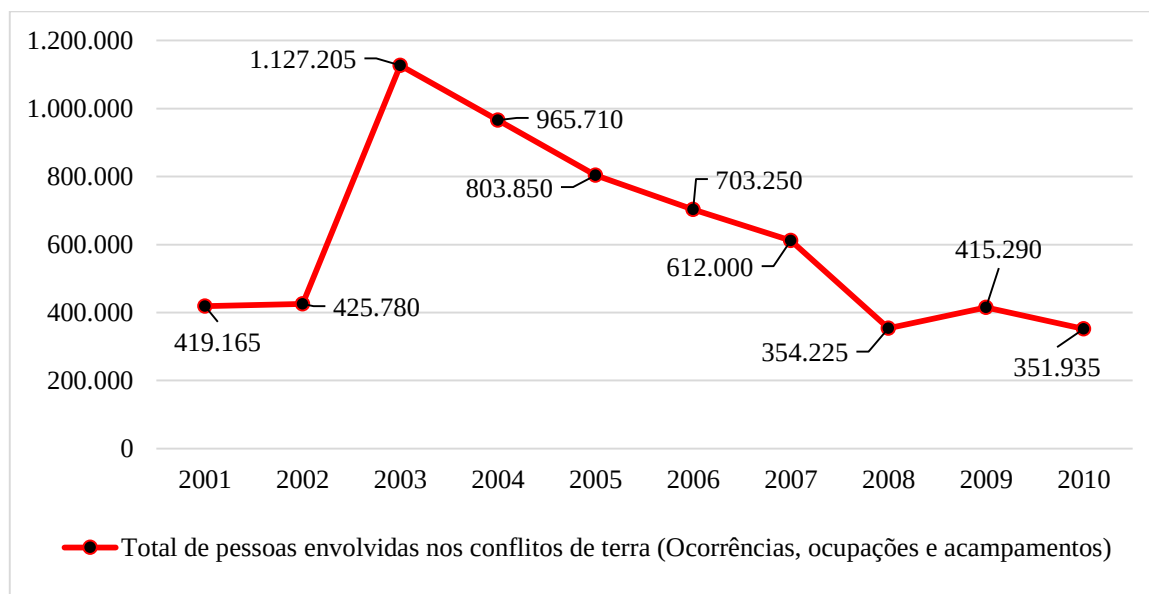


Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2001-2010). Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

O contexto, no tocante ao número de pessoas envolvidas, segue a mesma trajetória analisada anteriormente. Ou seja, 2003, 2004 e 2005 são anos que marcam uma elevação da quantidade de pessoas quando comparados com os anos finais dos governos FHC, onde o primeiro ano de governo Lula registrou o maior índice, 1,2 milhão de pessoas. 2006, com 783.801 mil, inaugura o início do processo de refluxo, chegando em 2010, com 559.401 mil, número bem próximo do registrado em 2002 (532.772 mil).

O total de pessoas envolvidas, especificamente, em conflitos de terra (ocorrências, ocupações e os acampamentos) é tema do gráfico abaixo.

Gráfico 11 - Nº pessoas envolvidas nos conflitos de terra no campo brasileiro (2001-2010) em milhares



Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2001-2010). Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

O cenário se repete em relação às análises anteriores. O ano de 2003 com o maior número, aproximadamente, 1,1 milhão de pessoas envolvidas, bem acima dos registrados em 2001 e 2002, com 419 e 425,5 mil. O ano de 2006 marca o início do refluxo, com 703 mil, chegando a 352 mil em 2010. Número este abaixo dos registrados nos últimos 2 anos de governos FHC. Os dados da CPT permitem, de um lado, reconhecer a existência da resistência dos movimentos sociais durante todos os anos de governos Lula. Entretanto, por outro, possibilita afirmar que a partir de 2006 foram 05 anos onde, apesar da resistência, há um claro processo de refluxo materializado na queda dos conflitos no campo e no número de pessoas envolvidas. Mitidiero Jr. (2008) frisa que uma hipótese dentre tantas outras, para o entendimento do aumento repentino dos números, tanto de conflitos no campo, bem como de pessoas envolvidas nestes, a partir da chegada de Lula ao governo em 2003, está no fato deste governo, apesar de não ter extinguido a Medida Provisória que criminaliza a luta pela terra, não segue arrisca a mesma, contribuindo para o aumento das ações dos movimentos sociais e organizações em prol da luta pela terra e pela reforma agrária. Ramos Filho (2012), analisando a relação movimentos sociais e ações dos governos, enfocando o período aqui em tela, dos oitos anos petistas, defende que há uma relação entre flexão dos conflitos pela terra (ocupações) e a redução do número de assentamentos rurais a partir de 2006:

O período de crescimento econômico vivido no país, a ampliação dos empregos formais e a ampliação da capilaridade do Programa Bolsa Família, bem como a linha política do MST em lutar contra o capital, impactaram diretamente na flexão do

número de ocupações de terras e famílias envolvidas, sobretudo, a partir de 2004. De modo que o número total de ocupações em 2010 se aproxima do quantitativo em 1994, no começo do período em análise. Isto tem impactos diretos na igual redução do número de novos assentamentos de reforma agrária e famílias beneficiadas, a partir de 2006 (RAMOS FILHO, 2012, p. 15).

Na criação de novos assentamentos rurais, o autor enaltece o impacto negativo com a queda dos conflitos e pessoas envolvidas. Contudo, restam outras indagações: com relação aos assentamentos já existentes, quais as consequências desse refluxo? Quando se pensa nos processos de expulsão de famílias assentadas, qual a relação deste processo com o refluxo nas lutas?

De modo geral, a polêmica reside não apenas na análise da relação movimentos sociais do campo e governos do PT. É preciso destacar que a avaliação, no tocante ao trato com a questão agrária brasileira, especialmente, a implementação da reforma agrária nos governos Lula, não apresenta consenso entre importantes estudiosos do tema. As críticas até convergem, quando sinalizam para a opção deste período governamental pelo agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Porém, não há convergência quando o enfoque é a avaliação da reforma agrária a partir de 2003. Para alguns, como os escritos de Carter e Carvalho (2010), tem-se nesse período uma reforma agrária conservadora, mas com avanços significativos. Atualmente dois intelectuais orgânicos com caminhos teóricos-metodológicos fortemente semelhantes tem divergido frontalmente em suas análises. Remete-se aqui ao posicionamento de Oliveira (2010) que defende que se efetivou uma contrarreforma agrária a partir do segundo mandato de governo Lula, já Fernandes (2010; 2013)¹⁰⁴ tem defendido que houve avanços consideráveis na reforma agrária nestes governos, mesmo denominando-a de incipiente e conservadora.

Ressalta-se que, a discussão aqui explicitada entre os dois posicionamentos, não representa apenas mero luxo teórico de escolher um ou outro conceito de acordo com um ou outro ponto de vista, mas de tentar compreender com profundidade a dinâmica do espaço agrário brasileiro, a partir dos governos encabeçados pelo PT inaugurados por Lula em 2003. Noutras palavras, defende-se aqui que a escolha de uma ou outra ocular, ou seja, assumir que está em curso uma *reforma agrária conservadora* ou uma *contrarreforma agrária*, proporciona caminhos diferentes de se analisar o campo brasileiro e sua questão agrária neste início de

¹⁰⁴ O posicionamento divergente entre os pesquisadores que defendem a contrarreforma agrária e os que enxergam uma reforma agrária conservadora nestes anos do PT, especialmente entre Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, foi verificado tanto nos debates VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária; VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Jornada de Geografia das Águas (SINGA) – 2013 - João Pessoa-PB. Bem como, no X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE) – 2013 - Campinas - SP.

século XXI, bem como abre caminhos diferentes a trilhar na proposição de ações futuras de luta.

Se no primeiro governo Lula (2003-2006), A. Oliveira (2007) afirma que este período se caracterizou por uma *não reforma agrária*, no segundo governo Lula (2007-2010), o mesmo defende que foi marcado por uma *contrarreforma agrária* (OLIVEIRA, 2010). Esta, segundo ele, é objetivada na arquitetura de projetos de lei e medidas provisórias¹⁰⁵ pelo governo e congresso nacional, visando à legalização das terras griladas e o uso dos assentamentos rurais para oferecer matéria-prima (madeira) para indústria, especialmente na região da Amazônia.

A reforma agrária na Amazônia passou a ser usada para transferir milhões de hectares de terras públicas do Incra para o agrobandidismo. Essa política dilapidadora do patrimônio público começou a ser desenvolvida de forma articulada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra, o Ministério do Meio Ambiente e os governos estaduais, em “cumprimento” aos acordos feitos com o setor madeireiro (Ibidem, p. 310).

Sobre a referida contrarreforma agrária, Oliveira (2010, p. 316) afirma:

Todos estes atos aparentemente legais revelavam o “esforço” do MDA/Incra para, a todo custo, mudar a legislação e ampliar a área passível de regularização fundiária ou de alienação aos ocupantes ilegais das terras públicas sob a sua responsabilidade. Ou seja, todas essas ações revelam uma grande operação de caráter político, visando entregar o patrimônio público para o agrobandidismo da Amazônia. Assim o agronegócio está vencendo a luta pelo controle da terra destinada à reforma agrária e o governo atual implanta a contrarreforma agrária para regularizar a grilagem das terras públicas na Amazônia Legal.

Ainda segundo este autor, a reforma agrária não é realizada porque tanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como o INCRA não querem desestabilizar o agronegócio, enquanto isso, “[...] surge assim, um novo tipo de lógica entre o governo Lula e os movimentos sociais e sindicais: um finge que faz a reforma agrária, o outro finge que acredita” (Oliveira, A., 2007, p. 178). Para ele, o que parece ser indicativo é o fato dos movimentos de massas passarem por um período de refluxo diante das políticas compensatórias do atual governo:

A análise deste quadro político parece indicar que o refluxo dos movimentos de massas e o fluxo dos recursos financeiros governamentais, canalizados para as

¹⁰⁵ Oliveira (2010) destaca como atos deliberados em favor dos grileiros, portanto, marca da contrarreforma agrária: 1 - A aprovação do artigo 118 da Lei nº 11.196/05 (a chamada “Medida Provisória do Bem”), que alterou a lei de licitações públicas (Lei nº 8.666/93), “conseguindo a permissão para regularizar, através da venda, àqueles que tinham grilado as terras públicas do Incra na Amazônia Legal com área até 500 hectares” (OLIVEIRA, 2010, p. 312); 2- A assinatura da Medida Provisória 422/08 (Lei nº 11.763/08) que amplia para 15 módulos fiscais (1.500 hectares) a dispensa de licitação e a consequente autorização para a venda aos grileiros das terras do Incra e, por fim, 3- a edição pelo governo da Medida Provisória 458 (Lei nº 11.952/2009): “Ela englobou os princípios da MP 422 e ampliou as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal” (OLIVEIRA, 2010, p. 317).

políticas compensatórias (bolsas de todos os tipos e estilos etc.), estariam aquietando aqueles que lutaram bravamente pela reforma agrária nos últimos 30 anos. Tudo indica que os dois processos se intercambiam. Segundo os dados da CPT, o número de ocupações de terras, que bateu o recorde em 2004, com mais de 76 mil famílias, ficou, em 2006, em 46 mil famílias mobilizadas; em 2007, foram 37 mil e, em 2008, pouco mais de 25 mil. O número de famílias novas que foram para os acampamentos também despencou: em 2003, era um total de 59 mil, enquanto em 2006 foram apenas pouco mais de 10 mil, e em 2008 foram apenas 2.755 famílias (OLIVEIRA, 2010, p. 309).

Ramos Filho (2008, 2012) também avalia que está em curso uma contrarreforma agrária no Brasil, onde a reforma agrária é substituída pelas políticas neoliberais de apoio ao agronegócio, pela implementação da reforma agrária de mercado e pelas políticas de combate à pobreza e miséria.

A análise dos principais componentes da conjuntura agrária atual nos permite, a partir do nosso referencial teórico, inferir que está em curso no Brasil um movimento de contrarreforma cuja operação se dá com a hegemonização das teses do paradigma do capitalismo agrário, desde a academia, passando pelas políticas públicas e chegando até o senso comum. Esta forma de explicar a realidade dá suporte e forja uma legitimidade para a opção dos governos petistas de tornar o Brasil uma referência regional e mundial na produção de *commodities*, nas políticas de combate à pobreza e miséria, bem como na realização dos investimentos de atualização e ampliação da logística no território sob o discurso de maior integração (econômica) regional (RAMOS FILHO, 2012, p. 10).

Fernandes (2013), apesar de reconhecer a precariedade na qual estão submetidas as famílias assentadas e o apoio irrestrito ao agronegócio¹⁰⁶, defende que nos governos de Lula, mesmo diante das contradições, foi realizada uma reforma agrária parcial ou incipiente, apontando alguns avanços, fruto da luta dos movimentos sociais. Nessa avaliação, deixa claro que refuta os apontamentos de Oliveira (2010) de que está em curso uma contrarreforma agrária:

A reforma agrária parcial e a situação de precariedade das famílias assentadas foram denominadas de não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. Entendemos que este deu uma importante contribuição para a reforma agrária, mesmo que incipiente, considerando os dados do II PNRA. Qualificar e ampliar as políticas públicas, além de criar novas, são ações necessárias para uma reforma agrária ampla. Para isso, é preciso optar por um paradigma que considere a importância de uma agricultura camponesa autônoma (FERNANDES, 2013, p. 198).

Os escritos de Carter e Carvalho¹⁰⁷ (2010) estão afinados com a perspectiva de Fernandes (2013). Para eles:

¹⁰⁶“Embora o governo Lula tenha praticado diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, estas não foram suficientes para diminuir os níveis de subalternidade do campesinato ao agronegócio e tampouco para realizar uma reforma agrária plena” (FERNANDES, 2013, p. 193)

¹⁰⁷ Por justiça sublinha-se que na fase de conclusão do presente texto foi acessado um artigo recente de Horácio Martins de Carvalho (2014) intitulado “A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades no campo”. Nele o autor defende a tese de uma contrarreforma agrária em curso e não mais de uma reforma agrária conservadora:

A restauração do regime democrático em 1985 permitiu a eleição de cinco presidentes civis com orientações partidárias e políticas distintas. Todos eles, porém, de José Sarney a Luiz Inácio Lula da Silva, mantiveram de uma forma ou outra uma política agrária conservadora. Embora favoráveis a uma reforma fundiária em duas declarações públicas, na prática todos esses governos implementaram uma política caracterizada por: (1) repartir terras sob pressão social; (2) constituir assentamentos através de um processo jurídico e administrativo lento e complicado; (3) guardar distância diante das violações frequentes dos direitos humanos no campo e a ampla impunidade judicial; (4) favorecer uma distribuição residual de terras, feita em lugares distante e de forma dispersa; e (5) oferecer escasso apoio aos assentamentos, ou facilitá-los apenas em função da pressão dos movimentos sociais (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 291).

Dentro dos movimentos sociais, o debate em torno das duas avaliações sobre o que efetivamente ocorreu nestes anos de governos petistas tem sido objeto de análises, como demonstram as palavras de João Pedro Stédile, liderança nacional do MST, ao refletir sobre a reforma agrária no governo Lula:

Nesse campo o governo Lula não avançou nada. Porque reforma agrária acontece quando são tomadas medidas de Estado que democratizem a propriedade da terra. Temos dados que mostram o contrário: nos últimos seis anos aumentou a concentração da propriedade agrária. O que está em curso no Brasil é uma contrarreforma (STÉDILE Apud OLIVEIRA, 2010, p. 309).

José Odahi Magalhães, Dirigente do MST no Estado do Ceará, defende conforme relato abaixo, assim como Stédile, que está em curso no país uma contrarreforma agrária. Para o entrevistado, qualquer governo que não se proponha a implementar um projeto que rompa com o capitalismo já se configura por si só como um projeto contra, materializando, portanto, a implementação de uma contrarreforma agrária executada nos marcos do capital. Destaca algumas características deste processo no campo cearense, como a política de crédito fundiário e a ação de imobilizar os movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

Olha, eu acho que nós temos uma contrarreforma agrária em vários sentidos né. E o governo, na minha avaliação, tem se comportado como um criador de políticas para barrar mesmo as lutas e o avanço da reforma agrária. A maior política de contrarreforma agrária é a política chamada Crédito Fundiário, que é controlada pelo Banco Mundial. Ela conserva. Então é tudo de ruim entendeu? Eu considero sim, que essas políticas tem sido contrarreforma agrária, com o objetivo de barrar mesmo. Mesmo com pessoas bem intencionadas né, talvez pessoas, mas não como programa de governo¹⁰⁸.

“as classes dominantes no Brasil insistem e defendem a atual estrutura fundiária brasileira marcada historicamente por elevada concentração da terra. E, no âmbito dessa opção política retrógrada, de natureza neoliberal, estimulam não somente as iniciativas das classes dominantes de **contra reforma agrária** como contribuem para a concentração da renda e da riqueza nos país (Ibidem, p. 79. Grifos Nossos).

¹⁰⁸ Entrevista realizada no dia 16 de outubro de 2013, sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

Diante do fio escolhido na trajetória de construção deste item, é mister ressaltar que a compreensão das contradições que permearam as ações sobre a questão agrária nos governos encabeçados pelo PT, a partir da sua chegada ao governo federal em 2003, é determinante, tanto para se refletir sobre o lugar que representa os assentamentos rurais na atualidade, bem como para destrinchar os processos sociais que permeiam a problemática da expulsão de famílias nesses espaços de resistência. Os debates sobre se está em curso uma reforma agrária conservadora ou uma contrarreforma agrária e acerca de como ocorreu até o momento a relação dos movimentos sociais do campo com estes governos são centrais para a presente investigação e, acredita-se ser, em pesquisas que almejem efetivamente contribuir para o avanço da luta pela terra e pela reforma agrária no país. Portanto, o fio da discussão empreendida neste item, a partir dos referidos debates, e os caminhos trilhados no trato com a questão agrária, nortearão a construção no item seguinte sobre os anos do governo Dilma Rousseff.

2.3 O governo Dilma Rousseff (2011 – 2014): ao agronegócio tudo, aos camponeses, a contrarreforma agrária

Companheiras e companheiros, durante o governo do presidente Lula, começamos a construir um novo Brasil. Esta é a obra que quero continuar. Com a clara consciência de que continuar não é repetir. É avançar. Esta é a missão que o presidente Lula, o PT e os partidos aliados colocam em minhas mãos. É este o compromisso de fazer o Brasil seguir mudando que assumo, hoje aqui com vocês e com todo Brasil, que assumo a partir da minha alma e do meu coração. Este é o compromisso que vamos cumprir, com coragem, com determinação, eu e meu companheiro de chapa, Michel Temer, futuro vice-presidente da República (Discurso da Candidata Dilma Rousseff na Convenção do PT após ser homologada sua candidatura à Presidência da República para as eleições de 2010)¹⁰⁹.

A Coligação “Para o Brasil seguir mudando” (PT/PMDB/PSB/PCdoB/PDT/PR/PRB/PTN/PSC/PTC) conseguiu eleger Dilma Vana Rousseff à Presidência da República para o quadriênio 2011-2014. O caminho estava traçado *a priori*, como explicitado no *slogan* da Coligação, bem como no discurso em epígrafe, qual seja: seguir os trilhos deixados pelos governos Lula, seguir mudando, continuar a obra iniciada naqueles governos, o dito novo Brasil. Para o Brasil seguir mudando, como explicitado por diversas vezes no referido discurso, a então candidata enfatizava a importância da Reforma Tributária e da Reforma Política (diga-se de passagem, reformas que não ocorreram até o momento), longe de mencionar a Reforma

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/convencao-pt-discurso-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

Agrária como basilar para que o país possa vir a, efetivamente, iniciar a construção de uma outra sociedade, um outro Brasil.

Como foi explicitado nos itens anteriores que tratam dos governos Lula, especificamente da forma com estes encararam a questão agrária, o dito novo Brasil, na verdade não se construiu. Em linhas gerais, aqueles governos terminaram sem cumprir as metas estipuladas no II PNRA e sem se quer ensaiar uma proposta de elaboração do III Plano; consolidou o apoiou irrestrito ao agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, por meio de vultosas lavas de recursos financeiros; não ousou interferir nos interesses dos latifundiários - ação materializada na não atualização dos índices de produtividade da terra e não revogação de medidas provisórias que criminalizam a luta pela terra, aprovadas no governo FHC. Ao contrário, optou em legalizar a grilagem de terras por meio do mesmo recurso das MPs (OLIVEIRA, 2007, 2010). A contrarreforma agrária anunciada por Thomaz Jr (2003) e defendida nas palavras de Oliveira (2010) marcaram os governos Lula. A concentração fundiária, a barbárie no campo, a produção de *commodities* para exportação, via o modelo agrário/agrícola do agronegócio fundando no pacote da Revolução Verde, ficaram intocados. O dito novo Brasil, não se apresentava de fato. Esse foi o caminho trilhado para o campo brasileiro. Caminhos que a Presidenta Dilma Rousseff prometia se eleita, seguir aprofundando. E, assim o fez, fielmente as suas promessas, como será visto ao longo deste item.

Interessante observar que muitas das ações defendidas e não cumpridas pelos governos Lula, são promessas de campanha da então candidata Dilma Rousseff, quando da divulgação da Resolução sobre as diretrizes de programa de governo 2011-2014.

[...] continuar, intensificar e aprimorar a reforma agrária de modo a dar centralidade ao programa na estratégia de desenvolvimento sustentável do país, com a garantia do cumprimento integral da função social da propriedade, da atualização dos índices de produtividade, do controle do acesso à terra por estrangeiros, da revogação dos atos do governo FHC que criminalizaram os movimentos sociais e com a eliminação dos juros compensatórios nas desapropriações e das políticas complementares de acesso à terra, entre outras medidas, implementação de medida prevista no PNDH-3, de realização de audiência pública prévia ao julgamento de liminar de reintegração de posse (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2010)¹¹⁰.

Aproximando-se do fim do seu primeiro governo neste ano de 2014, não é temerário afirmar que mais uma vez, as medidas anunciadas acima não saíram do papel para a realidade: a função social da terra como reza a Constituição não é respeitada; os índices de produtividade da terra, estipulados nos longínquos anos de 1970 do século passado, não foram atualizados e

¹¹⁰ Resolução sobre as diretrizes de programa 2011/2014. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Congresso%20PT_resolucao_diretrizes%20de%20programa.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

os atos de criminalização dos movimentos sociais não foram revogados. Continuar, intensificar e aprimorar a reforma agrária e implementar as audiências públicas de julgamento de liminar para reintegração de posse da terra não podem ocorrer num contexto onde, as próprias obtenções/desapropriações de novos imóveis rurais para criação de assentamentos, ficaram praticamente paralisadas neste último governo. Segundo o Relatório DATALUTA (2013), apenas 111 e 117 assentamentos rurais foram criados em todo o Brasil em 2011 e 2012, respectivamente. Com apenas 6.318 famílias novas assentadas em 2011 e 4.854 em 2012.

No ano de 2013 o governo conseguiu ter um desempenho ainda mais pífio, com apenas 100 desapropriações, sendo 92 delas assinadas pela presidente no apagar das luzes daquele ano, que geraram menos de cinco mil famílias novas assentadas, segundo dados apresentados pelo MST (2013)¹¹¹. E sobre o ano de 2014, a Comissão Pastoral da Terra (2014, p. 1), é categórica ao ressaltar o desprezo do governo para com o campesinato, indígenas, quilombolas e inúmeros outros sujeitos do campo.

No último ano do primeiro mandato, Dilma Rousseff deixa sua marca na questão agrária: foi a presidenta que menos desapropriou terras e assentou famílias para a Reforma Agrária; menos demarcou os territórios Indígenas, Quilombolas e de diversas populações tradicionais; menos criou Reservas Extrativistas. Em contrapartida, foi a que mais apoiou o agronegócio e os grandes empreendimentos capitalistas. Ao que parece, os sinais do tempo indicam que a mudança não vem do Planalto, vem das Planícies.

Sem preocupar-se com milhares de famílias que estão debaixo da lona preta nos acampamentos espacializados em todo o território brasileiro, a presidente foi coerente com o discurso de campanha, ou seja, a criação de assentamentos já vinha declinando no último governo Lula, no dito novo Brasil, assim Dilma Rousseff apenas seguiu o caminho de rebaixar ainda mais no “Brasil muda mais”.

No campo cearense dados do INCRA até o dia 17/01/2014, apontam que o governo Dilma Rousseff realizou o reconhecimento de 01 Projeto de Assentamento Estadual, entretanto, não tendo sido o imóvel rural obtido no seu governo. Criou 19 assentamentos rurais, sendo 5 em 2011; 5 em 2012 e 9 em 2013. Sendo que destes, apenas 8 tiveram efetivamente a obtenção dos imóveis rurais neste governo, sendo 6 em 2011 e 02 em 2013. Assim, a verdadeira e ínfima reforma agrária propalada por este governo no Ceará, resume-se a: 8 PA's criados, 232 famílias novas assentadas e aproximadamente 12.200 ha desapropriados entre 2011 e 2014. Na Microrregião do Baixo Jaguaribe, até a referida data, não foi criado nenhum PA e muito menos obtido nenhum imóvel rural neste governo (INCRA, 2014).

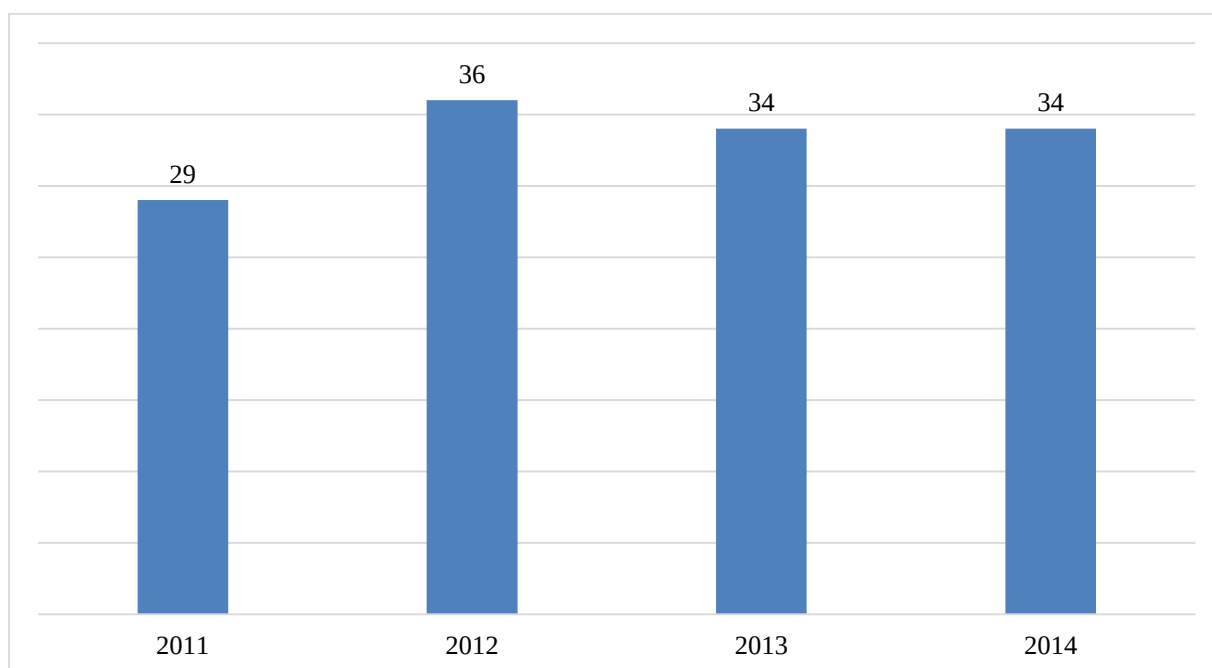
¹¹¹ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15589>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

Enquanto a reforma agrária não é realizada no campo brasileiro nestes anos do governo Dilma Rousseff, os conflitos e a barbárie continuam sendo marcas da produção do espaço agrário, onde o avanço do capital via agronegócio ao encontrar a resistência camponesa, utiliza de várias frentes para manter seu ímpeto insaciável de acumulação: subordina, expropria, ameaça e assassina. Importante assinalar, com base nos estudos de Porto-Gonçalves e Cuin (2013), quando analisam os conflitos no campo brasileiro no ano de 2013 a partir dos registros da CPT, que a ampla maioria dos conflitos é provocado pelos sujeitos sociais ligados ao agronegócio e/ou Poder Público e não pelos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Nas palavras dos autores:

Em 2013 os movimentos sociais foram responsáveis por 244 conflitos (230 Ocupações e 14 Acampamentos), 18,9% do total. Isso diz que 81,1% dos conflitos são provocados pela ação de fazendeiros, grileiros, madeireiros, empresários ou mineradores – Poder Privado - através de assassinatos ou expulsões, ou pela ação do Poder Público, através das ações do Poder Executivo e do Judiciário por meio de prisões e ações de despejo. A violência no campo brasileiro, os dados o confirmam, não vem de baixo (PORTO-GONÇALVES; CUIN, 2013, p. 19).

Até o momento dos escritos aqui expostos, a CPT traz à cena a continuidade histórica da barbárie no campo, quando denuncia que mais 133 pessoas tiveram suas vidas interrompidas, fruto dos conflitos do dito novo Brasil iniciado com os governos Lula e dado continuidade no governo atual da Presidente Dilma Rousseff.

Gráfico 12 – Assassinatos no campo brasileiro (2011-2014)

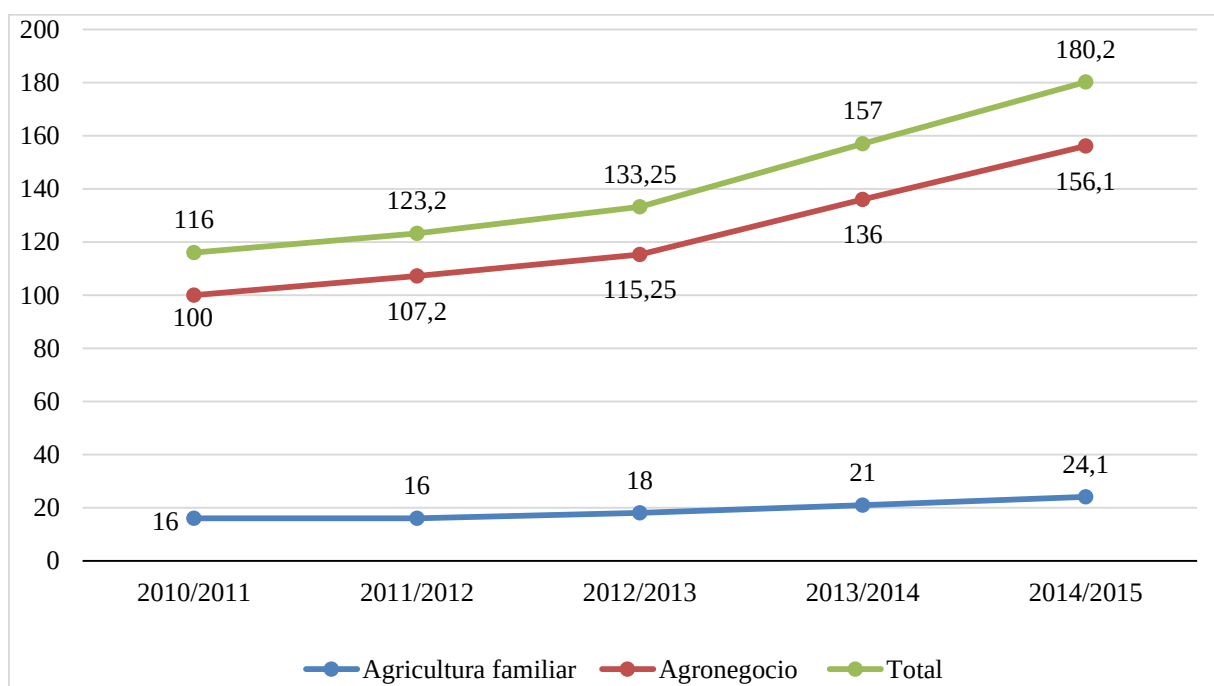


Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2011-2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

É importante registrar, que o refluxo, materializado na queda dos conflitos no campo e no número de pessoas envolvidas, não fez diminuir a violência, onde a média nos últimos quatro anos é de 33 assassinatos, conforme o gráfico acima evidencia.

No tocante ao direcionamento dos recursos para o crédito rural, o governo Dilma foi fiel à tendência iniciada nos governos Lula, onde a cada ano aprofunda e deixa evidente o apoio irrestrito ao agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Nesse governo, o agronegócio sai de 100 para 156 bilhões, enquanto a agricultura familiar de 16 para 24 bilhões apenas, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 13 – Evolução da distribuição dos recursos para o crédito agropecuário nos governos do Lula/Dilma (Bilhões R\$)¹¹²

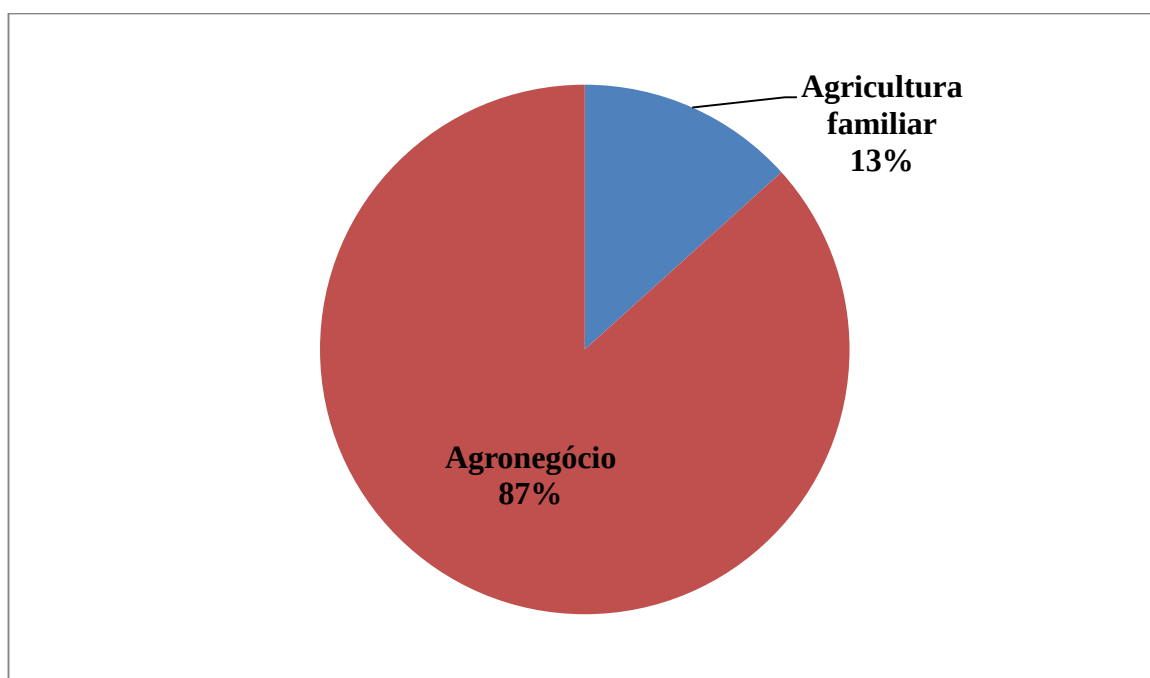


Fonte: MAPA (2010-2014); MDA (2010-2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Como explicitado no gráfico abaixo, quando se faz o somatório dos números referentes aos anos Dilma, conclui-se que 87% do total geral dos recursos destinados ao crédito rural neste país foram para o agronegócio, com incríveis cifras da ordem de 514,55 bilhões de reais, enquanto para a agricultura familiar e camponesa coube apenas 13% ou 79,1 bilhões.

¹¹² No ano agrícola 2002/2003, último dos governos FHC, o Plano Agrícola e Pecuário programou um montante de 24,7 Bilhões, sendo apenas 2,38 Bilhões para a agricultura familiar (MAPA, 2014); (MDA, 2014).

Gráfico 14 – Distribuição dos recursos para o crédito agropecuário no governo Dilma (Bilhões R\$)



Fonte: MAPA (2010-2014); MDA (2010-2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Tal contexto, de desprezo ao potencial e ao papel que exerce a agricultura camponesa na sociedade brasileira, ocorre dentro de um governo que, assim como seu antecessor, reconhece que “a agricultura familiar é um segmento estratégico para o desenvolvimento do país. Além de responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros todos os dias, responde por 38% da renda agropecuária e ocupa quase 75% da mão de obra do campo” (MDA, 2013, p. 7).

Logo no primeiro ano de seu governo, a Presidente Dilma Rousseff, instituiu via Decreto Nº 7.492/2011, o Plano Brasil Sem Miséria, colocando a superação da situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional como ponto central, tema que irá permear todo o mandato. Apesar de reconhecer que vive no campo 47% do público do Brasil Sem Miséria, em nenhum momento elege a reforma agrária como central para o combate do *status quo* dramático encontrado e reconhecido pelo próprio governo, no espaço agrário. Bem como em vez de buscar eliminar qualquer situação de pobreza, o Plano Brasil Sem Miséria destina-se a uma parte dos pobres, somente aqueles com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais). “Aí não se contabiliza a massa dos que vivem do salário mínimo. Estes programas já nascem fracassados, pois buscam mitigar a pobreza produzindo soluções dentro do desenvolvimento do capitalismo a partir de políticas compensatórias” (RAMOS FILHO, 2012, p. 7). Para este autor, a substituição da reforma agrária por programas de combate à

pobreza e à miséria, aliado ao incentivo de tornar o Brasil referência na produção de *commodities*, tirando do foco a condição histórica e estrutural da desigualdade social no país que é a elevada concentração fundiária, faz parte de um processo de contrarreforma agrária.

Neste quadro apresentado até o momento, acerca do tratamento dado ao campo brasileiro pelo primeiro governo Dilma, marcado pela paralização na política de assentamentos, continuada opção pelo agronegócio e a substituição da reforma agrária pelos programas de combate à pobreza extrema ou contrarreforma agrária, algumas perguntas são relevantes: 1) Como fica a situação dos atuais assentamentos neste contexto? Qual a situação operacional e financeira do INCRA, órgão responsável pela implementação da reforma agrária no país? Como vem sendo tratado os programas/políticas criados nos governos Lula, como: o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)? Perguntas estas feitas, haja vista a inclusão produtiva ser um dos eixos do Plano Brasil Sem Miséria e a avaliação do governo após 1 ano do referido Plano, destacar:

Para apoiar famílias em extrema pobreza a produzir mais e melhor e a comercializar seus produtos, ampliou-se a construção de cisternas, a oferta de assistência técnica e extensão rural (ATER), a distribuição de sementes e o fomento, ou seja, recursos para aquisição de insumos necessários à produção. Também foi criado o bolsa verde. Com isso, **mais de 1 milhão de atendimentos foram realizados**, beneficiando membros de 263 mil famílias em extrema pobreza que vivem no campo. Muitas dessas famílias foram atendidas pelo Luz Para Todos e pela ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que garante a compra da produção dos agricultores familiares em extrema pobreza (MDS, 2012, p. 16. Grifos do autor)

Entretanto, o depoimento de Raimundo Cruz Pinto, servidor e ex-superintendente do INCRA, contribui para elucidar e fazer cair por terra o ambiente favorável descrito acima, bem como iniciar as respostas às indagações supramencionadas. Ao ser solicitado a fazer uma avaliação dos entraves/dificuldades na sua gestão à frente do órgão, enfatiza à questão do incipiente orçamento do órgão, haja vista a reforma agrária vir perdendo a batalha para o agronegócio no governo Dilma.

Bom, é, primeiro aspecto que eu entendo, que a gente considera como uma dificuldade inicial, é que a reforma agrária nestes últimos anos ela tem perdido a batalha para o agronegócio. Eu acho que nós temos perdido muito essa batalha e aí você tem um problema orçamentário. Isso impacta em princípio no orçamento, né? do ponto de vista das ações que estão previstos para plano de reforma agrária que a gente não consegue implementar. Entendo que o governo Dilma [...] no princípio do seu governo, nos dois anos do seu governo ela não apostou muito na reforma agrária. Acho que ela até nem acreditava muito [...] Eu entendo que o governo não disponibilizou [...] um orçamento qualitativo. Quando eu digo qualitativo é com ações realmente efetivas. Não só o orçamento para garantir diárias, estou falando de orçamento do ponto de vista da estrutura, do ponto de vista das condições que tem de

implementar nos assentamentos para que eles efetivamente possam ser emancipados na perspectiva da sua autonomia [...] ¹¹³.

Continuando o depoimento, o entrevistado destaca um entrave que vem desde os anos de governos Lula e que permeou todo o governo Dilma Rousseff: a precariedade e a descontinuidade dos serviços de ATER. Segundo ele, um problema determinante para desgastar a gestão e que influenciou na sua decisão de pedir a exoneração da função de superintendente:

Um outro aspecto que eu coloco, aí eu vou falar de uma coisa muito específica [...] o programa de ATER ele foi implementado exatamente no meu primeiro ano de gestão e era um programa, é um programa que eu entendo estratégico e importante. Mas, aquele modelo de programa de ATER, aquela chamada pública que já havia sido aprovada e publicada para eu implementar, na execução, na efetivação dela a gente teve muitas dificuldades. E ali houve um desgaste profundo da minha gestão em relação aos assentados, em relação aos movimentos e em relação as entidades prestadoras do serviço. Então, eu diria pra você que o não sucesso dessa política tão importante foi, talvez, ponto definidor da minha decisão. Porque eu entendo que nós não implementamos essa política, naquele modelo, apesar de ter pego aquele modelo já estabelecido, mas a gente não conseguiu implementar de forma eficiente e gerou um desgaste profundo na minha gestão. Então, ali eu acho que foi um dos pontos, talvez, mais importante na minha decisão final de entregar o cargo [...] Mas, avalio que o governo não tem dado uma prioridade a reforma agrária em nível nacional e obviamente repercute aqui na gestão da superintendência em nível do Ceará ¹¹⁴.

O desgaste relatado nas palavras do entrevistado se relaciona a tentativa de universalizar a ATER a todos os assentamentos rurais federais do Ceará, através de uma chamada pública, iniciada em meados de 2009 e que previa um contrato de três anos, nos moldes da PNATER. Período esse marcado pela precariedade dos serviços, atrasos de pagamentos aos profissionais, burocracia na comprovação dos serviços pelas empresas executoras, entre outros. O desfecho do processo foi com o encerramento dos serviços por volta de junho/2012, onde vários profissionais terceirizados não tiveram seus direitos trabalhistas e salariais atendidos. E o que é mais grave, as famílias assentadas do estado do Ceará ficaram desta data até maio/2014 sem ter seu direito a ATER respeitado. Problemática que será aprofundada nos próximos capítulos quando a abordagem recai nos dois assentamentos escolhidos como estudos de caso da presente investigação.

O descaso do governo Dilma Rousseff no tocante à ATER vai na contramão das afirmações contidas no documento intitulado “Plano Brasil Sem Miséria: 1 ano de resultados”, quando este enaltece a universalização da ATER como ponto positivo no ano de 2012. Como assume o referido documento:

¹¹³Entrevista realizada no dia 14 de janeiro de 2014, na sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

¹¹⁴Entrevista realizada no dia 14 de janeiro de 2014, na sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

A ATER é um dos pilares da estratégia de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria. Para 2012, a meta de contratação de ATER foi antecipada. Com a expansão territorial, a ação chegará a todos os Estados do país. Na região Nordeste e Minas Gerais, 129 mil famílias já estão com assistência técnica garantida (MDS, 2012, p. 17).

Ainda com relação ao depoimento de Raimundo Cruz Pinto, ao ser interrogado sobre se no Brasil está em curso uma contrarreforma agrária ou uma reforma agrária conservadora, principalmente a partir de uma análise da sua gestão à frente do INCRA-Ceará nos anos iniciais do governo Dilma, o mesmo é taxativo em defender o primeiro processo. Citando como materialização da contrarreforma agrária o apoio ao agronegócio, bem como o esfacelamento da estrutura do INCRA em nome de uma suposta descentralização e qualificação das atividades. Contrarreforma agrária que, segundo ele, impede que o órgão execute o apoio às famílias assentadas.

Infelizmente, essa constatação [contrarreforma agrária] para mim ela é verdadeira. Quando você fala que, realmente, o instrumento da desapropriação, ele não é mais prioritário, isso é verdade, ele não é mais prioritário [...] Aí, aliado aos movimentos que não mais pressionam pra fazer desapropriações, meu caro, é contrarreforma. A estrutura do INCRA, o INCRA está sendo esfacelado, quem quiser que não acredite, mas está, a gente sente isso a cada momento, a cada dia [...] Ela é uma contrarreforma, porque ela não está conseguindo dar um passo sequer e está conseguindo, inclusive, é, imobilizar os movimentos, no sentido de fazer um trabalho de pressão social do governo.¹¹⁵

Ao tratar da contrarreforma agrária, o entrevistado, traz um elemento que merece discussão: a ação dos movimentos sociais. Segundo ele, os movimentos não mais pressionam, contribuindo para a efetivação da contrarreforma nos governos do PT. Alinhado a esse posicionamento, está a análise de Sampaio Jr. (2013), quando afirma que, frente ao abandono da reforma agrária pelo PT, as organizações de trabalhadores não conseguiram deflagrar um processo no qual obrigassem o presidente eleito, no caso Lula, a realizar as mudanças prometidas.

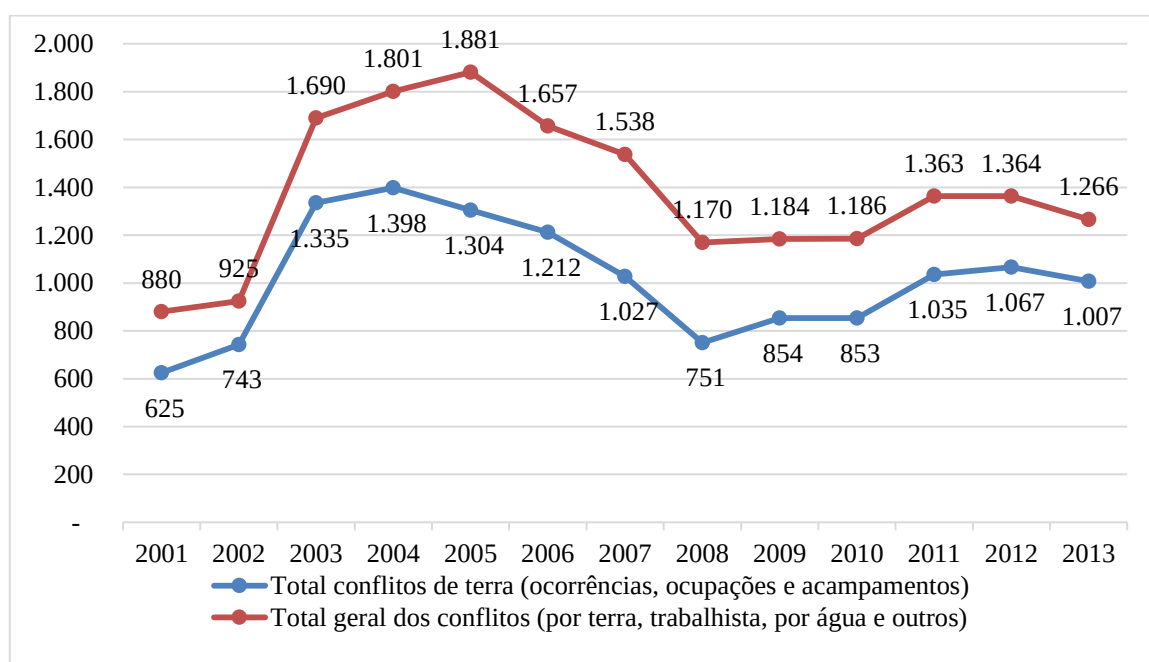
Mesmo mobilizando expressivo contingente de trabalhadores Sem Terra, disciplinadamente organizados em todas as regiões do país [...] a luta pela terra não conseguiu descongelar a reforma agrária. A derrota foi duplamente condicionada. De um lado, os trabalhadores rurais não lograram acumular força necessária para enfrentar o latifúndio. Ao desvincular a luta pela reforma agrária da luta pela revolução brasileira, ou seja, da luta contra o capitalismo dependente, os Sem Terra não conseguiram nem unificar o próprio campo em torno da bandeira da reforma agrária, nem muito menos unificar os trabalhadores do campo e da cidade em torno de uma bandeira comum. Sem unidade de classe, as lutas sociais pulverizam-se em reivindicações corporativas que eram, de uma maneira ou de outra maneira, neutralizadas, seja pela repressão, seja pela cooptação. De outro lado, a burguesia brasileira revelou a sua posição implacável a qualquer alteração que pudesse ameaçar o domínio absoluto do latifúndio sobre o campo, confirmando – mais uma vez – que

¹¹⁵ Entrevista realizada no dia 14 de janeiro de 2014, na sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

um desenvolvimento capitalista controlado pelo capital internacional e baseado na super exploração do trabalho não pode dispensar o latifúndio como viga mestra da organização econômica, social e política no campo (SAMPALTO JR., 2013, p. 228).

O gráfico a seguir explicita a dinâmica dos conflitos no campo brasileiro, demonstrando essa face da questão agrária no país neste início de século XXI. Para uma análise do governo Dilma, optou-se em discriminar os anteriores, para melhor visualização da tendência neste governo até o momento dos escritos neste texto.

Gráfico 15 - Conflitos no campo brasileiro (2001-2013)



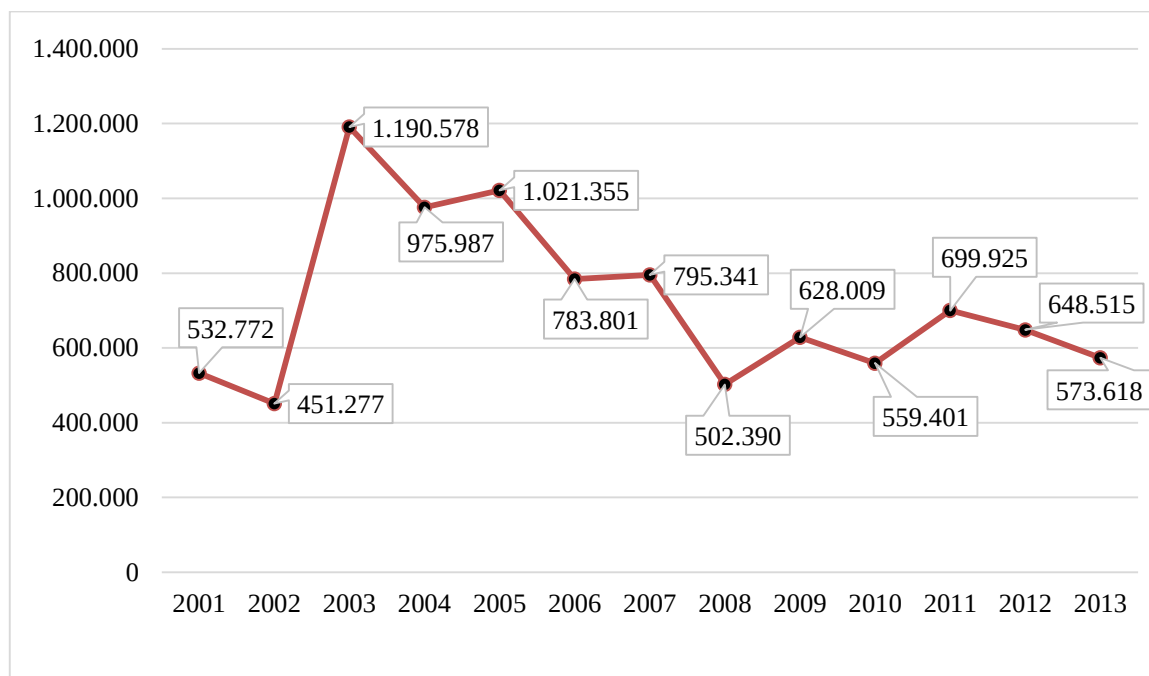
Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2001-2013) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Os dados demonstram algumas tendências estruturais nos 3 anos de governo Dilma Rousseff, quais sejam: a) os conflitos, portanto, as lutas entre explorados e exploradores continuam sendo marcas do espaço agrário no Brasil, com 3.993 casos de 2011 a 2013; b) os anos de 2011 (1.363 casos) e 2012 (1.364), os anos iniciais do governo em tela, predominou uma tentativa de barrar o processo de refluxo, iniciado em 2006 no governo Lula; e c) a tendência que se mantém mais próxima do último ano de governo FHC (925 casos) do que do ápice atingindo em 2005 no governo Lula, com 1.881 mil registros. Isso no tocante ao total geral de conflitos, mas que não se diferencia quando a análise recai, especificamente aos conflitos de terra. O ano de 2011 com 1.035 mil conflitos é superior ao último ano do governo Lula, com 853 casos. Cenário que se mantém, praticamente, em 2012 e 2013. A história

afirmará qual o caminho que será trilhado pelos movimentos sociais, o de dinamizar as lutas ou de refluxo, como vem sendo marcante na relação daqueles com os governos petistas.

O número de pessoas envolvidas nos conflitos no campo neste início de século é tratado no gráfico abaixo, o qual traz dados sobre o total geral de pessoas envolvidas em todos os conflitos: por terra, trabalhista, por água e outros conflitos (conflitos em tempos de seca, política agrícola e garimpo, entre outros). Como explicitado acima, optou-se em reprisar dos dados apresentados em páginas passadas quando da análise dos governos Lula, na tentativa de melhor refletir acerca das tendências nestes anos de governo Dilma Rousseff em relação aos anteriores.

Gráfico 16 - Nº total de pessoas envolvidas nos conflitos no campo brasileiro (2001-2013)

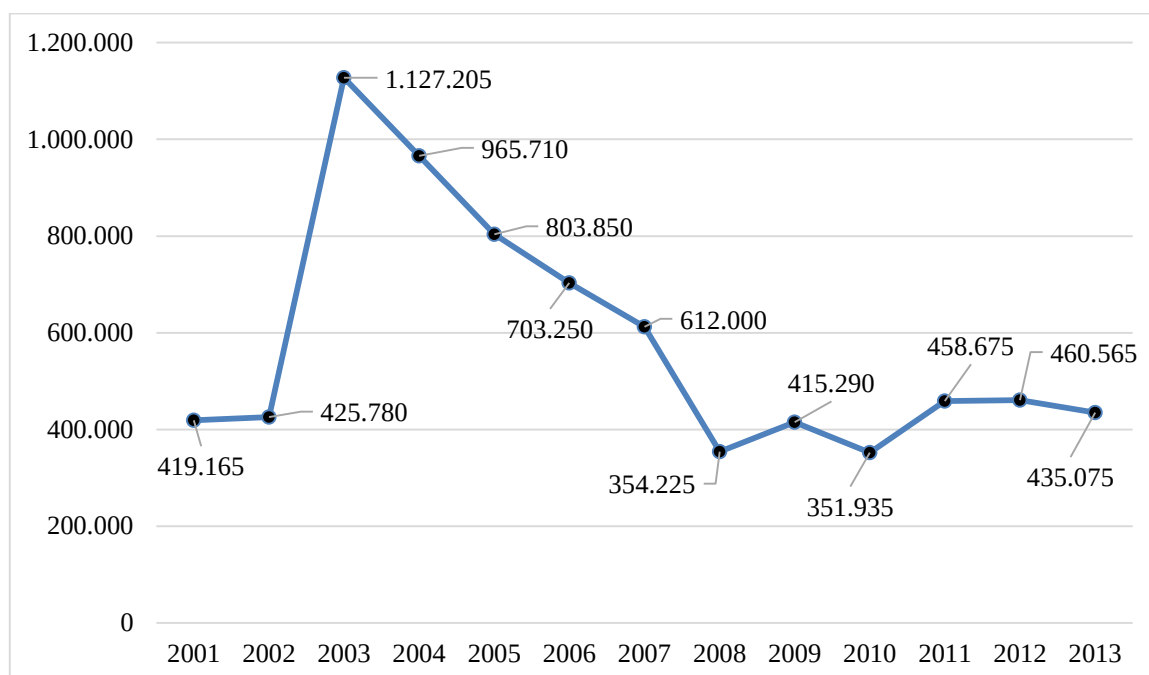


Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2001-2013) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

O quadro do número de pessoas envolvidas em conflitos não deixa pairar dúvidas com relação a duas afirmações: a primeira, que as lutas dos sujeitos do campo continuam. Não obstante, a segunda, é que há uma manutenção do processo de refluxo iniciado no governo Lula. Os anos de 2011, 2012 e 2013 apresentam uma média de 640 mil pessoas envolvidas, muito aquém do 1,2 milhão de pessoas envolvidas em conflitos em 2003, e bem mais próximo dos números registrados em 2002 (532.772 mil).

O total de pessoas envolvidas em conflitos no campo, especificamente em relação aos conflitos de terra (ocorrências, ocupações e acampamentos), é posto em relevo no próximo gráfico.

Gráfico 17 - Nº pessoas envolvidas nos conflitos de terra no campo brasileiro (2001-2013) em milhares



Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2001-2013) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

O cenário não muda entre o governo Dilma em comparação aos últimos anos dos governos Lula, ou seja, apesar de ligeiro aumento de pessoas nos conflitos em 2011, 2012 e 2013, manteve-se nível inferior ao registrado em 2003, quando chegou-se a, aproximadamente, 1,1 milhão de pessoas envolvidas. A média destes três anos foi de cerca de 451 mil pessoas envolvidas, muito próxima aos 2 anos finais dos governos FHC.

Diante deste contexto, no que concerne aos conflitos e pessoas envolvidas, ou seja, a ação dos movimentos sociais e organizações no campo frente os governos petistas, é necessário e relevante explicitar o conflito e a resistência camponesa, entretanto se faz necessário e relevante também refletir e pôr em relevo as consequências do refluxo das lutas de massas, materializada na queda dos índices apresentados até o momento no período mencionado.

O depoimento de Raimundo Cruz Pinto a seguir, apesar de reconhecer a existência da luta dos movimentos sociais e da importância estrutural de uma política de reforma agrária para o Brasil, enfatiza que a ação dos movimentos não tem tido, na atualidade, o poder de pressão que tinha no período dos governos FHC, portanto, o fato do governo Dilma Rousseff não acreditar na reforma agrária, somado ao baixo poder de pressão dos movimentos, da concretude a um contexto onde a referida reforma não é implementada.

Eu não posso acreditar que o governo e, em especial, a Dilma acredita na reforma agrária. Se ela não acreditasse, mas tivesse um grupo fazendo uma pressão e mostrando que esse é o caminho [...] Que pra mim, eu volto a insistir, a reforma agrária é a única política de inclusão. Se realmente for feita, é a maior política de inclusão. Ela [Dilma] não pode incluir só pelo bolsa família [...] a reforma agrária acho que faria esse papel de estruturar as pessoas [...] Mas, ela não acredita, a Dilma não acredita e o PT também deixou de acreditar, de apostar. E, pra completar, os movimentos incluíram e não estão fazendo mais nenhuma pressão sobre isso [...] Olhe, acampar no INCRA, acampar lá em Brasília, eu vou dizer uma palavra bem forte, pra mim é teatro. Eu não acredito mais que seja uma coisa como era antigamente. Por incrível que pareça, na época do FHC fazia muito mais, por quê? Não é porquê ele queria não, porque ele também não acreditava, mas por que a pressão era tão grande que ele tinha que fazer. Agora como não tem mais essa pressão ou tem só uma pressão aparente [...] ¹¹⁶.

O governo Dilma Rousseff segue seu mandato, exatamente como havia prometido em campanha, dando continuidade à construção do dito novo Brasil, construção iniciada no governo Lula. Nesse sentido, o apoio irrestrito ao agronegócio em detrimento da agricultura camponesa é a marca das ações para o campo nesse propagandeado novo Brasil, onde o ranço antigo predominante não permite ser novo, ou seja, o ranço do latifúndio, transmutado de agronegócio, impede o surgimento de uma sociedade em bases efetivamente democrática e emancipada, sem exploradores e explorados. Neste quadro apresentado até o momento, acerca do tratamento dado ao campo brasileiro pelos últimos três governos federais, encabeçados pelo PT, marcado pela contrarreforma agrária, voltar-se-á a uma indagação feita em linhas passadas: como fica a situação dos atuais assentamentos rurais existentes? Qual a relação deste contexto estudado neste capítulo com o processo de expulsão de famílias assentadas? São questões que nortearão as discussões dos próximos capítulos que tratam, especificamente, dos PA's Diamantina e Olga Benário.

¹¹⁶ Entrevista realizada no dia 14 de janeiro de 2014, na sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará

CAPÍTULO III - A REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE (CE) E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PA DIAMANTINA

3.1 A reforma agrária em Tabuleiro do Norte: um bom negócio para os latifundiários

Apesar da criação dos primeiros assentamentos no município de Tabuleiro do Norte ter ocorrido apenas na primeira metade dos anos de 1990, as discussões iniciais em torno da reforma agrária neste município tiveram sua gênese bem antes, no início da década de 1980, com o apoio da Diocese do município de Limoeiro do Norte. As atividades desenvolvidas por esta Diocese, principalmente, pelos representantes da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR)¹¹⁷, foram extremamente relevantes para a divulgação das ideias iniciais sobre a reforma agrária no município de Tabuleiro do Norte.

Atuava nas comunidades rurais deste município, como membros da ACR e ligados a Diocese supracitada, os senhores Manoel Duda da Silva e Francisco Soares da Silveira¹¹⁸, na época camponeses que, posteriormente, se tornariam importantes lideranças do STTR local. Nesse sentido relata Manoel Duda da Silva:

[...] antes de 89, eu tive um trabalho pela a ACR em todo o Nordeste. Através da Diocese, Dom Pompeu Bezerra Bessa era Bispo Diocesano nessa época, arranhou um recurso com o exterior, pra fazer esse projeto, pra gente fazer esse trabalho. Então eu trabalhei desde 75 [1975] até entrar no Sindicato [...] em 89 [1989]. Era um trabalho de conscientização nas comunidades, levando as informações ao povo, que tinha que se lutar pela terra. Porque tinha o anúncio da reforma agrária e muita gente naquela época não sabia o que era reforma agrária né. E, como também não sabia o que era o INCRA né. O INCRA era uma instituição que existia. O povo pensava que era só aquela questão de se pagar o papel do INCRA, pagar o papel quem tinha uma propriedadizinha, pagar anualmente aquela taxa. Mas, o INCRA era uma instituição que deveria trabalhar em defesa da terra pra quem não tinha. Aí então, com esse contato que eu fazia nas comunidades, a gente levava conscientização ao povo, pra que aonde tinha terra, terra sobrando, como a gente via aqui no município de Tabuleiro essa fazenda Charneca e essa fazenda Barra do Feijão, que toda vida a gente vendo pessoas trabalhando pagando renda né, do jeito que o patrão exigia. E aí, começou esse trabalho na ACR, a Diocese arcava com duas pessoas, era eu e Chico Silveira [Francisco Soares da Silveira] [...] era nós dois andando nas comunidades e marcando reuniões em outros Estados [...]¹¹⁹.

¹¹⁷ Entidade Vinculada a CNBB, com atuação no Nordeste brasileiro.

¹¹⁸ Ex - Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tabuleiro do Norte e militante em prol da reforma agrária desde fins da década de 1970 até meados dos anos de 1990.

¹¹⁹ Entrevista realizada no dia 23 de abril de 2011, PA Barra do Feijão, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

Na mesma perspectiva histórica do depoimento acima, está o relato de Francisco Soares da Silveira, ao descrever sua atuação no trabalho de base nas comunidades rurais do município de Tabuleiro do Norte, com forte vinculação com a Diocese, seja através da ACR, seja como membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Tabuleiro do Norte.

[...] comecei a participar dos movimentos populares, do movimento sindical, movimento da Diocese, das pastorais da Diocese. Depois entrei no movimento chamado ACR, Animação dos Cristãos no Meio Rural. Com isso eu fazia um trabalho de comunidade aqui na Diocese de Limoeiro do Norte, no município de Tabuleiro. E sempre eu ia a Recife participar da Assembleia da ACR [...]. E o nosso trabalho era um trabalho de conscientização de trabalhadores rurais. E de conscientização dos cristãos, das pessoas que gostavam da Igreja, gostavam da religião e se conscientizar para ter uma vida digna, para lutar pela sua cidadania [...]. Nessas alturas, veio logo a ideia da luta pela terra [...]¹²⁰.

Assim, na condição de representantes da ACR e atuando na Diocese, Manoel Duda da Silva e Francisco Soares da Silveira prestaram um relevante trabalho no campo do município de Tabuleiro do Norte e estiveram presentes em vários eventos importantes em diversos Estados brasileiros. E, no retorno para o município, divulgavam as ideias e discussões ocorridas nos referidos eventos, em algumas comunidades rurais. Entre as ideias, estava a de luta pela terra, a reforma agrária. Dentre os vários eventos citados nos depoimentos, pode-se destacar a participação de Francisco Soares da Silveira no I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Curitiba, no ano de 1985, como bem relatou o mesmo.

O encontro de Curitiba eu fui levado daqui pela CPT de Fortaleza, fomos de ônibus, fomos lá pra esse encontro, que tinha, parece que eram 1500 pessoas. Fizemos passeatas por dentro de Curitiba, se instalemos lá no galpão que tinha lá, dormimos no Colégio dos Pinhães. Me lembro muito bem dos Padres que tinha lá. E o movimento era esse, a conversa era essa, a luta por reforma agrária, com condições de vida, melhoria dos trabalhadores no campo. E como era que eu trazia [...] essas informações? Eu trazia através de folhetos. Eu estudava os folhetos, pegava mais ou menos o que eu via lá, quando chegava aqui em Tabuleiro, que a gente participava dos movimentos das comunidades, nas reuniões de comunidades, aí eu ia repassar o que foi que aconteceu no movimento, movimento de Sem Terras em Curitiba, qual eram os objetivos, por que a gente foi, qual era a finalidade¹²¹.

Francisco Cesar Gondim, ex-dirigente da FETRAECE e na época da entrevista Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) – Microrregião do Baixo Jaguaribe, convergindo com a linha do resgate histórico realizado nos

¹²⁰Entrevista realizada no dia 04 de junho de 2011, na residência do entrevistado, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹²¹Entrevista realizada no dia 04 de junho de 2011, na residência do entrevistado, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

depoimentos até o momento, destaca o pioneirismo do trabalho realizado pela Diocese do município de Limoeiro do Norte no município de Tabuleiro do Norte, principalmente, com relação às atividades desenvolvidas pela ACR e pelo Movimento de Educação de Base (MEB), afirmando: “a única discussão que eu tenho notícia que houve de reforma agrária era através da Igreja, da ACR e depois veio o MEB também¹²²”.

É consenso entre os entrevistados até o momento citados, que a temática da reforma agrária só ganha força efetivamente no STTR de Tabuleiro do Norte a partir do fim da década de 1980 e, principalmente, nos anos de 1990. Neste período, o papel principal que até então era desempenhado pela Diocese de Limoeiro do Norte passa a ser exercido pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tabuleiro do Norte. Papel desempenhado por esta organização, com a chegada de um novo grupo político ligado ao Partido dos Trabalhadores nascente em nível municipal, que saiu vitorioso nas eleições para a Diretoria em fins dos anos de 1980. Nova Diretoria que contava, justamente, com Manoel Duda da Silva na condição de Presidente do STTR e Francisco Soares da Silveira como um dos membros. Ao ser perguntado sobre as discussões no STTR acerca da reforma agrária antes da chegada da nova Diretoria eleita, Manoel Duda da Silva enfatiza que essa não era discutida até então dentro do STTR local, bem como o tema causou desconfiança nos latifundiários:

Não se falava em INCRA, falava no INCRA só no pagamento, era uma coisa distante. Muitos políticos em Tabuleiro, quando a gente anunciava a questão de desapropriar terra, muitos deles diziam que isso era uma ação querendo tomar as terras dos proprietários, querendo tomar, e a gente explicava nas reuniões que num era tomar. A gente queria é dividir a terra para quem não tinha e o INCRA a obrigação era indenizar, ele indenizava e pagava, mas o povo não acreditava né, foi muito difícil¹²³.

Chega-se a meados de 1990 com o STTR de Tabuleiro do Norte adotando uma nova postura frente ao campo, ou seja, total envolvimento com a mobilização dos camponeses Sem Terra, visando reivindicar à desapropriação de imóveis rurais em prol da reforma agrária. Entretanto, vale salientar, como descreve Francisco Soares da Silveira, a luta era encaminhada por meios pacíficos, ou seja, a reforma agrária negociada com o latifundiário e sem conflitos está na gênese das primeiras discussões levadas a cabo pelo STTR. Para Manoel Duda da Silva, o desinteresse pela discussão e mobilização pela Reforma Agrária antes dos anos de 1980 em Tabuleiro do Norte, devia-se ao papel positivo que o latifundiário exercia no imaginário dos próprios trabalhadores Sem Terra e dos políticos.

¹²²Entrevista realizada no dia 11 de junho de 2011, na residência do entrevistado, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹²³Entrevista realizada no dia 23 de abril de 2011, PA Barra do Feijão, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

Segundo o mesmo, de 1989 a 1992, foi realizado pelo STTR um trabalho de divulgação da reforma agrária nas comunidades rurais do município, para justamente desconstruir a ideia de que o latifúndio, a grande propriedade privada, era algo intocável. Apesar de ser uma reforma agrária negociada, sem conflitos, os sindicalistas fazem um trabalho relevante, sensibilizando as famílias e pondo em relevo o estado de exploração e subordinação às quais estavam sendo submetidas pelos latifundiários. Assim, no desenrolar histórico, materializa-se efetivamente a primeira experiência de reforma agrária em Tabuleiro do Norte e na Microrregião do Baixo Jaguaribe, com a obtenção em 1994, via desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e sob a responsabilidade do INCRA, de dois latifúndios que originariam os PA's: Barra do Feijão e Charneca. O primeiro, espacializado totalmente neste município, o segundo, com parte de suas terras em Tabuleiro do Norte, mas oficialmente tido como pertencente ao município de São João do Jaguaribe.

Os dois latifúndios foram obtidos em 1994, mas somente em 24 de março de 1995 ocorreria a imissão da posse em ato político na sede da Fazenda Charneca, tanto desta fazenda como da Fazenda Barra do Feijão. Ato que contou com a presença do então Presidente da República a época, Fernando Henrique Cardoso e do Governador do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati.

Segundo Manoel Duda da Silva, após a desapropriação das referidas fazendas e construção do Assentamento Barra do Feijão e do Assentamento Charneca, o STTR de Tabuleiro do Norte continuou mobilizado em prol da reforma agrária. Segundo o mesmo, na época o STTR realizou um levantamento das famílias Sem Terra em todo o município, tendo assim uma ideia da real necessidade da reforma agrária, onde foram cadastradas, segundo ele, aproximadamente, 700 famílias. Também passaram a pesquisar os latifúndios existentes em Tabuleiro do Norte que atendessem a legislação do INCRA para a realização da desapropriação. Portanto, se for levado em conta que apenas 217 famílias tinham sido assentadas nestes dois assentamentos criados, percebe-se que a quantidade de famílias Sem Terra exigia outras desapropriações.

Assim, através da ação do STTR foi desapropriado mais um latifúndio, dividido e originando mais dois assentamentos neste município no ano 1998: Assentamento Groelândia e o Assentamento Lagoa Grande II, com capacidade para assentar 64 e 95 famílias, respectivamente. Totalizando assim, 376 famílias nos quatro assentamentos existentes, mas como afirmado anteriormente, o público estimado de Sem Terra, segundo Manoel Duda da Silva, era de aproximadamente 700 famílias. Estes números garantiam, na época, somente 50%

da demanda por reforma agrária no município. Um novo assentamento, PA Diamantina, só seria criado em Tabuleiro do Norte 6 anos depois, em 2004, já no governo Lula. Este com capacidade para 30 famílias, portanto, muito aquém da demanda levantada pelo STTR.

Nesse processo histórico foi criado, portanto, no município de Tabuleiro do Norte quatro assentamentos rurais, fruto de desapropriações efetuadas pelo INCRA e encampadas pelo STTR e FETRAECE, com uma capacidade total de assentar 289 famílias. Neste bojo, dois processos são bastante visíveis neste município: de um lado a paralisia da criação de PA's nos últimos 12 anos e, de outro, o elevado número de expulsões de camponeses assentados nos assentamentos existentes, chegando a 292 famílias desde 1995, conforme está registrado no quadro 3 do primeiro capítulo. Expulsão e queda na criação de PA's que ocorre num contexto totalmente adverso, tanto no período FHC, como a partir dos governos Lula.

Portanto, não pode ser perdido de vista que o contexto de criação dos PA's em Tabuleiro do Norte se deu nos governos FHC. Este tinha interesse em apoiar a reforma agrária sem conflitos como forma de enfrentamento a ação de luta via ocupações realizadas, principalmente, pelo MST. Assim, não é de se estranhar que FHC privilegiasse a reforma agrária negociada na Microrregião do Baixo Jaguaribe. Em Tabuleiro do Norte, 3 dos 4 PA's tiveram seus imóveis obtidos no primeiro mandato de FHC, exatamente o período da forte política de assentamentos empreendida, no lugar de uma efetiva reforma agrária (FERNANDES, 2004).

No segundo governo Cardoso, marcado pela forte criminalização e violência contra os movimentos sociais, ocorre uma redução do processo de criação de assentamentos rurais. Isso se reflete em Tabuleiro do Norte, que só vai ser contemplado com seu quarto e último assentamento no início dos anos de 2000, com o Assentamento Diamantina (2004). Passaram-se praticamente cerca de seis anos para a desapropriação de um novo latifúndio neste município e desde 2004, ou seja, durante os últimos 11 anos de governos petistas não houveram mais desapropriações e criação de assentamentos rurais federais neste município.

Marilu Moreira de Souza, Assessora da FETRAECE, avalia que a reforma agrária não foi prioridade ainda do Estado brasileiro, mesmo nos oito anos de governos Lula, enfatizando que apesar dos avanços em termos de recursos (PRONAF), ocorreu uma paralisia nas desapropriações de novas áreas, realidade visível em Tabuleiro do Norte. Algumas discussões sobre o assunto, ocorrem apenas no âmbito da aquisição de terras via a Política Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), a qual serve muito mais aos interesses dos grandes latifundiários do que aos interesses dos camponeses, como afirma OLIVEIRA (2005, p. 360): “o acesso a terra através do crédito fundiário pelos camponeses, envolveu esses em uma dívida a ser paga em até

20 anos, e premiou os proprietários de terra rentistas com o pagamento à vista do imóvel”. Para a referida autora, na realidade a PNCF, a qual denomina de “reforma agrária de mercado”, age como uma verdadeira contrarreforma agrária no Ceará, onde o Estado brasileiro em parceria com o Banco Mundial, são os agentes responsáveis pela promoção da expropriação camponesa ao executar tal política.

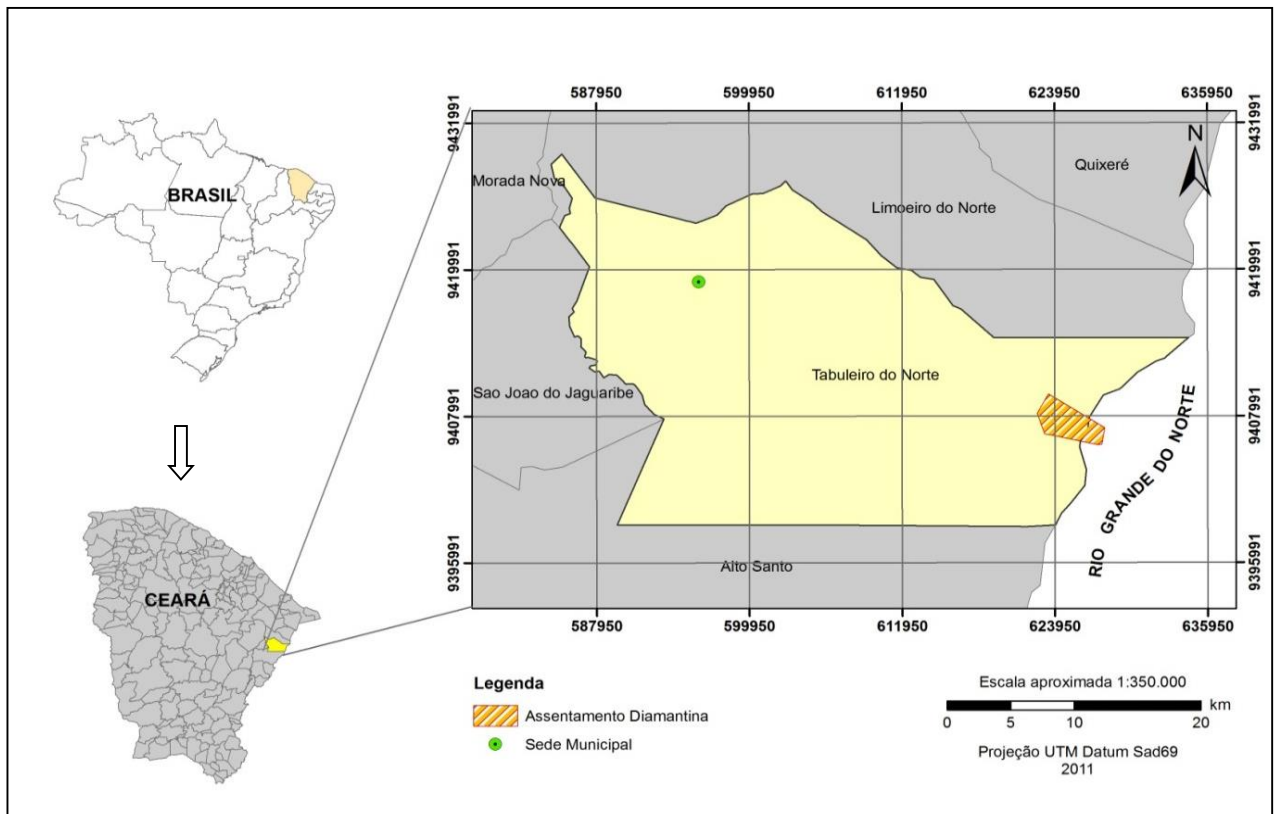
Neste contexto, acredita-se ser necessário refletir sobre o que escreve Fernandes (2010), quando afirmou que: “o Estado caminha a reboque dos movimentos sociais” na implantação da reforma agrária. Portanto, o caso de Tabuleiro do Norte é emblemático, apesar da ausência de luta (acampamentos/ocupações), ocorreu mobilização e um forte apoio do STTR nos anos de 1990¹²⁴, reduzindo-se esse papel de articulador do campesinato em prol da reforma agrária nos anos 2000. Como o Estado não tem interesse em realizar a reforma agrária, o que ocorreu? O acesso a terra pelos camponeses sem terra neste município não continuou avançando, ou seja, em um governo de um Presidente eleito pelos trabalhadores, de um Partido que se apresentava como dos trabalhadores e com forte apoio dos movimentos sociais para sua eleição em 2003, o desempenho dos governos petistas no município de Tabuleiro do Norte, no tocante a áreas desapropriadas para fins de reforma agrária foi, inegavelmente, muito aquém dos governos FHC, paradoxalmente, esse radicalmente contrário a reforma agrária e o campesinato.

3.2 A gênese do PA Diamantina: a reforma agrária negociada com o latifundiário

Localizado no município de Tabuleiro do Norte, Microrregião do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará, distante da Capital Fortaleza aproximadamente 260 quilômetros, o PA Diamantina, com capacidade para assentar 30 famílias, ocupa uma área de 1.218,27 ha dos municípios de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará e Governador Dix-Sept Rosado, Estado do Rio Grande do Norte.

¹²⁴ A importância da mobilização do STTR de Tabuleiro do Norte até fins dos anos de 1990 neste município e na microrregião do Baixo Jaguaribe, mesmo em meio a todas as contradições da reforma agrária negociada, ou seja, sem romper com os interesses dos latifundiários rentistas, teve seus pontos altos, no sentido de expor a divisão e disputas de classes. Um exemplo foi um conflito entre camponeses assentados e a força policial, enviada pelo Governado a época Tasso Jereissati. A manifestação dos camponeses assentados foi realizada em maio/1998 sob a liderança dos STTR's da microrregião do Baixo Jaguaribe, na BR-116, altura do Distrito de Peixe Gordo, neste município. Na ocasião, houve repressão violenta, por parte dos policiais sobre os camponeses, com vários feridos, entre mulheres e idosos. Momento marcante, foi a ação do Padre da cidade de Tabuleiro do Norte, que abriu a Igreja e durante toda a noite passou a receber camponeses feridos, confusos, atordoados devido o conflito.

Mapa 1 – Localização do PA Diamantina



Fonte: Base cartográfica do IBGE. Org.: Claudemir Martins Cosme; Luiz Carlos Chaves (2014)



Figura 01 – Vista do PA Diamantina. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

De acordo com lideranças sindicais do município de Limoeiro do Norte¹²⁵, o PA Diamantina é fruto de um longo sonho alimentado por algumas famílias Sem Terra da Comunidade de Sucupira na Chapada do Apodi no município de Limoeiro do Norte. Estas almejavam obter, como na fala das lideranças e dos camponeses, “um pedaço de terra para plantar e viver dignamente”. Organizadas na Delegacia Sindical da referida comunidade, as famílias solicitaram ao STTR deste município o apoio para a desapropriação de algum imóvel rural, com o objetivo de construir um assentamento de reforma agrária. Portanto, apesar do acesso das famílias a terra ter sido materializada somente no ano de 2004, é importante ressaltar que o sonho é antigo, com as primeiras discussões, mesmo incipientes, tendo origem em fins dos anos de 1980. Essa iniciativa atravessou toda a década de 1990, sendo concretizada somente em 2003, com a escolha e a desapropriação da Fazenda Diamantina, como pode-se constatar na fala do representante do STTR de Limoeiro do Norte, o senhor Ananias Secundo Silva¹²⁶, quando afirma que:

Primeiro dizer que ali foi um trabalho da Delegacia Sindical nossa, lá da Sucupira né. Que na década de 80 [1980], final da década de 80 e toda a década de 90 [1990], alguns trabalhadores viram aquela propriedade lá da Diamantina e se interessaram para ocupar. E aí a única organização que tinha na época era a nossa Delegacia, Delegacia Sindical lá da Sucupira. E procuraram o Sindicato e pediram, perguntaram, desafiaram o Sindicato para iniciar esse trabalho. Como nós já éramos Diretores na época aqui do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, dissemos que sim e iniciamos o trabalho. Esse trabalho foi muito longo, foi de muitas reuniões [...] ¹²⁷.

É importante frisar também, com base no depoimento da liderança sindical citada acima, que as famílias não tinham definido qual seria o imóvel rural a ser desapropriado nos primeiros anos de mobilizações, ou seja, existiam vários latifúndios naquela região da Chapada do Apodi, mas o acesso aos proprietários para a negociação era muito difícil. Os traços da reforma agrária negociada já neste início são visíveis, pois, em vez de fazer a luta via ocupação, esperavam

¹²⁵ Oficialmente no INCRA o PA Diamantina é reconhecido como do município de Tabuleiro do Norte. Entretanto, atualmente uma discussão, vindo desde os primeiros meses de criação do PA Diamantina, continua a gerar prejuízos/traumas nas famílias camponesas assentadas: trata-se da localização do PA, se no município de Tabuleiro do Norte ou em Limoeiro do Norte. Nesse sentido, inicia-se este item trazendo depoimentos de Sindicalistas do STTR do Município de Limoeiro do Norte que historicamente encamparam a mobilização inicial para a gestão do PA e após a desapropriação é que ficam sabendo que o imóvel pertence a Tabuleiro do Norte, passando a atuar o STTR deste município. Mudança traumática para as famílias que tinham a identificação com o município de Limoeiro do Norte e são obrigadas a relacionar-se com o município de Tabuleiro do Norte. Fato que será melhor abordado ao longo deste item.

¹²⁶ Na época da entrevista (2011) exercia a função de Secretário dos Assalariados Rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte-Ce. Sindicalista que participou ativamente das mobilizações das famílias e desapropriação da Fazenda Diamantina.

¹²⁷ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2011, sede do STTR, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

encontrar o proprietário para uma possível negociação. Era o respeito ao latifundiário e a visão da propriedade privada capitalista da terra como uma entidade intocada.

A decisão pelo imóvel rural que resultaria no atual PA Diamantina ganhou concretude, somente no ano de 1997, com a chegada de Xisto Lima de Góis¹²⁸ a ser morador de condição e, conseqüentemente, gerente da Fazenda Diamantina. Portanto, devido o referido gerente fazer parte do grupo de famílias que estavam interessadas e mobilizadas para a obtenção de terra na Comunidade de Sucupira, fato que facilitou o acesso aos proprietários do imóvel. A referida fazenda entrou nos planos dos camponeses sem terra, conforme relata o sindicalista, o Sr. Ananias Secundo Silva no trecho a seguir, quando aborda o histórico de mobilização das famílias:

Começou até antes da desapropriação do DNOCS¹²⁹ em cima da Chapada. A desapropriação do DNOCS em cima da Chapada foi em 1987. Os trabalhos de organização começaram antes né, isso na década de 80. Na década de 90 ele acelerou mais [...]. Não existia um acesso da gente ao proprietário. Com a chegada do Xisto, que é da comunidade, a ser gerente desta fazenda né, melhorou a gente negociar. E aí começou também a haver uma vontade ou desejo, como quer que seja, do proprietário de conversar com essa organização. E aí foi como começou. Agora, quando o INCRA veio chegar lá foi, foi depois de 2000 né, entendeu. O INCRA veio fazer o assentamento. E até aí foi todo o acompanhamento [...] do Sindicato de Limoeiro do Norte¹³⁰.

A ex-assentada Maria do Socorro Freira da Silva¹³¹, relata como se deu esse processo descrito até o momento.

Eu conheço isso aqui desde 79 [1979]. Quando a gente veio morar aqui próximo, já conhecia essa propriedade. Quando foi em 97 [1997], nós viemos morar aqui, eu já era casada, a gente veio morar aqui na propriedade. E como os donos daqui queriam essa propriedade pra um fim que era plantio de cajueiro, que não deu certo, aí então, o senhor conversou com meu esposo, que se ele achasse venda podia vender a propriedade. Comunica a ele que é pra fazer negócio. Como a gente não adquiriu a venda da propriedade, o meu esposo conversou com ele sobre desapropriar pra fazer aqui um assentamento. A gente já via assentamento aqui na região né, perto. Aí sentamos, ele foi de acordo, comunicou aos advogados dele. Daí por diante, a gente já ficou na responsabilidade de procurar pessoas, fazer reunião, saber quem é queria

¹²⁸ Participou ativamente na mediação entre o proprietário e o INCRA visando a desapropriação do imóvel rural. Foi um dos primeiros assentados cadastrados pelo INCRA. Foi assassinado há cerca de 2 anos nas proximidades do referido PA num crime com características de pistolagem. Fato este que tem sido comum na realidade da Microrregião do Baixo Jaguaribe, conforme observa Bezerra (2014, p. 4) apoiado em Cavalcante (2004): o que mais chama atenção na violência ocorrida nessa região, por sua vez, é o papel de destaque dos inúmeros crimes de pistolagem estabelecidos como prática comum na resolução de conflitos. O que explica em parte a associação quase que automática da região do Baixo Jaguaribe como uma verdadeira terra de pistoleiro, ou seja, uma marca própria da região.

¹²⁹ O entrevistado está se reportando as desapropriações de imóveis para a construção do Distrito de Irrigação Jaguaribe Apodi (DIJA) na Chapada do Apodi, em 1985 (FREITAS, 2010).

¹³⁰ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2011, sede do STTR, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

¹³¹ Viúva do falecido Xisto Lima de Góis, na época da entrevista era assentada. Logo após o assassinato do esposo que ocorreu nas medições do PA Diamantina, a mesma deixou a comunidade. Durante anos que esteve assentada contribui bastante para a construção e organização do assentamento.

morar. E o sindicato ajudou. Num houve conflito né, conflito nenhum, foi tudo amigável. As famílias que vieram, vieram da Sucupira, vieram do São Gerardo, foi famílias aqui de perto. De Limoeiro também, pessoas que moravam mais próximos a Limoeiro, que se interessaram e chegaram até aqui¹³².

O depoimento acima é emblemático por trazer os registros que caracterizam a reforma agrária negociada, pois confirma que o processo de desapropriação se deu em comum acordo com o proprietário e, mais, dentro dos interesses deste de fazer negócio com a terra, marca do rentismo do capitalismo brasileiro (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2001). Ou seja, uma reforma agrária sem ferir os interesses do latifundiário, característica comum a todos os assentamentos do município de Tabuleiro do Norte e da grande maioria dos assentamentos especializados na Microrregião do Baixo Jaguaribe. Um fato é determinante para isso, como bem ressaltou a referida assentada, qual seja: o imóvel não apresentava potencial para o desenvolvimento da cajucultura, por isso, os proprietários não fizeram nenhuma objeção a desapropriação do mesmo para fins de reforma agrária, pelo contrário, concordaram plenamente com a desapropriação ao se sentirem insatisfeito pela impossibilidade de desenvolver o negócio com a terra.

Nesse sentido, o depoimento de Rafran Guimarães Pinto¹³³, técnico de ATER no momento da entrevista, confirma que o processo de desapropriação e criação do Assentamento Diamantina segue o mesmo rito dos assentamentos de Tabuleiro do Norte, ou seja, apresenta as mesmas características das demais desapropriações ocorridas neste município, que são, principalmente: a não ocorrência de conflitos, ocupações e/ou acampamentos, tendo a mesma se dado de forma negociada com o proprietário e com o apoio da Organização Sindical Rural. Ressaltando também, a insatisfação dos proprietários do imóvel, com relação a não potencialidade do mesmo para os fins desejados que era a cajucultura.

O depoimento de Xisto Lima de Góis reforça a ideia da insatisfação dos proprietários com relação às potencialidades do imóvel, favorecendo assim, a concordância destes com a desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária. E mais, fica claro como a reforma agrária negociada, atende aos interesses do latifundiário rentista, que ao não encontrar preço melhor no mercado, opta em obter a renda da terra através da indenização do INCRA, onde no caso em tela foi de R\$ 160.814,77 mil reais. O latifundiário decide pela desapropriação e não os camponeses ou mesmo o INCRA:

Tava de acordo a vender pra quem quisesse. Aí como eu num achei o preço que ele queria, aí eu resolvi desapropriar pelo INCRA, aí foi desapropriado. Não houve nada, nada, foi de acordo com ele. Até ele mandou todos os papel, como eu já apresentei,

¹³² Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2011, PA Diamantina, Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹³³ Entrevista realizada em 06 de junho de 2011, na residência do entrevistador, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

até que você viu aqui os papel que ele passou. Ele [latifundiário] resolveu a vender a fazenda, porque ele queria pra plantio de cajueiro e ele fez uma análise e num deu cajueiro, aí ele resolveu a desapropriar, a vender¹³⁴.

O depoente faz remeter as elucidativas reflexões de Galeano (2012), ao apontar, de modo ironicamente é obvio, que um dos remédios propostos pelos Estados Unidos para os problemas na América Latina, está o de chamar os próprios latifundiários para fazer a reforma agrária, fato no qual se percebe perfeitamente no caso da reforma agrária negociada em Tabuleiro do Norte e no Baixo Jaguaribe.

O sistema se expressa numa linguagem surreal [...] convoca os latifundiários para fazer a reforma agrária e a oligarquia para pôr em prática a justiça social. A luta de classes não existe – decreta-se -, sobretudo por culpa dos agentes forâneos que a incitam, mas em troca existem as classes sociais, e à opressão de umas pelas outras dá-se o nome de estilo ocidental de vida (GALEANO, 2012, p. 24).

No caso em tela, em vez de penalizar o latifúndio, o latifundiário é quem decide pela reforma agrária, ele é convocado para efetivar ela, como bem salienta o autor acima. É neste contexto que atuou o agente mediador, no caso o STTR de Limoeiro do Norte. Atuou sem fermentar a ocorrência de conflitos sociais entre os Sem Terra e os proprietários do imóvel. Ou seja, as negociações se deram de forma pacífica e em comum acordo com o proprietário do imóvel, não ocorrendo, portanto, a luta pela terra, na forma de ocupação e acampamento no imóvel.

Carter e Carvalho (2010), ao analisar o processo de reforma agrária no Brasil, destacam que os impactos sobre os grandes proprietários foram, no geral, positivos ou neutros. Pois a forma de distribuição de terras tendeu a favorecer os interesses destes. Para os referidos autores, a atitude conciliatória é predominante, seja na relação dos latifundiários com os trabalhadores Sem Terra e/ou com o Estado, pois a distribuição de terras neste contexto tem sempre um caráter residual. Nesta perspectiva, eles afirmam:

A reforma agrária conservadora é pautada por um instinto conciliador que busca apaziguar os conflitos rurais sem ferir os interesses dominantes no campo. Nessas circunstâncias, o governo reage às lutas por terra sem ter um projeto claro de mudança fundiária e, com isso, predomina a lógica de implantar os assentamentos onde for mais fácil para o Estado e menos inconveniente para os latifundiários. Assim, a distribuição de terras acaba sendo residual. Na prática isso se observa pela tendência a repartir terras em áreas remotas e despojadas, de preferência nas regiões da fronteira agrícola, acompanhada pela dispersão territorial dos assentamentos (CARTER e CARVALHO, 2010, p. 294).

¹³⁴ Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

No ano de 2002, mais especificamente no dia 25 de novembro, foi concluído o Relatório Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Diamantina, de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Superintendência Regional do Ceará. O mesmo tinha por objetivo fiscalizar preliminarmente o imóvel rural, descrevendo-o nos seus vários aspectos (uso da propriedade, posse, condições físico naturais, caracterização da área de influência do imóvel, entre outros), visando classifica-lo como produtivo ou improdutivo conforme a legislação em vigor. Portanto, atesta se o imóvel era passível de desapropriação, bem como comprovar se o mesmo era viável para fins de implantação de um assentamento rural para os trabalhadores Sem Terra.

Outro documento acessado no levantamento de dados para esta pesquisa foi o Laudo de Vistoria e Avaliação da Fazenda Diamantina, concluído em 20 de fevereiro de 2004, por uma equipe técnica do INCRA. Este aborda a vistoria e avaliação do imóvel rural após o mesmo ser declarado improdutivo, portanto, destinado para a reforma agrária. Segundo o referido Laudo, o imóvel foi declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo Decreto Presidencial nº 4.872, no dia 06, de novembro de 2003, sendo publicado no Diário Oficial da União no dia 07 de novembro de 2003. De acordo com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA), a imissão de posse ocorreu em 11 de agosto de 2004 e a criação do assentamento se deu em 27 de setembro do mesmo ano, através da Portaria/INCRA/SR-02/Nº 035. A partir desta data e, principalmente, durante o ano de 2005, conforme os registros fotográficos a seguir, dá-se a construção das moradias em meio a um quadro de extrema precariedade.



Figura 02 – PA Diamantina - Construção das moradias no ano de 2005. Foto: Rafran Guimarães Pinto, trabalho de campo da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), 2005



Figura 03 – PA Diamantina - Momento de reflexão e união das famílias durante a construção das moradias no ano de 2005. Foto: Rafran Guimarães Pinto, Trabalho de campo da ATES, 2005.

Com relação aos movimentos sociais e/ou organizações sociais em luta pela terra que atuaram no processo de gênese do Assentamento Diamantina, como se pode perceber até o momento, está a Organização Sindical Rural. Durante todo o processo de mobilização e, praticamente, até o fim da desapropriação, teve papel preponderante o STTR do município de Limoeiro do Norte. Entretanto, a partir da desapropriação, entra em cena o STTR do município de Tabuleiro do Norte, fato esse que se fará entender mais adiante. Consta no Relatório Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Diamantina (2002), a solicitação da vistoria do imóvel feita pela FETRAECE, atendendo ao pleito do STTR de Limoeiro do Norte, que em 04/04/2001, tinha enviado um ofício a mesma, buscando solucionar a demanda de trabalhadores rurais Sem Terra neste município.

O assentado Veridiano de Araújo, na época da entrevista presidente da Associação Comunitária existente no Assentamento Diamantina, ressalta o total apoio do STTR de Limoeiro do Norte inicialmente e ainda na atualidade. Ao ser perguntando sobre quem apoiou a luta das famílias para a desapropriação do imóvel, o mesmo afirma:

Foi o Sindicato de Limoeiro. O Sindicato de Limoeiro foi a principal força lá do pessoal né. Depois de desapropriada o Sindicato de Limoeiro se afastou total, porque num tinha nada de Limoeiro a terra [...] mas hoje a gente ainda continua usando o Sindicato, nossas coisas é no Sindicato de Limoeiro¹³⁵.

Entretanto, ocorreu um fato que mudou radicalmente os rumos do Assentamento Diamantina e que até hoje afeta diretamente o cotidiano das famílias, qual seja: a saída do STTR de Limoeiro e a entrada do STTR de Tabuleiro do Norte como entidade representativa das famílias assentadas. Fato este, fruto de uma redefinição acerca da localização territorial do imóvel rural após o processo de georreferenciamento da área. Até este momento, pensava-se, tanto os assentados, como as lideranças do STTR de Limoeiro do Norte, que a Fazenda Diamantina estava localizada no município de Limoeiro do Norte, mas segundo o INCRA, a mesma localizava-se no território do município de Tabuleiro do Norte. Na Ata da Assembleia da Associação do PA Diamantina, do dia 27 de abril de 2005, está registrada a decepção dos representantes do STTR de Limoeiro do Norte diante desta mudança inesperada:

Sra. Elisomar [Servidora do INCRA] se inscreveu para passar algumas informações que no momento não era do conhecimento dos assentados e dos outros representantes ali presentes. A Sra. Elisomar explicou para a assembleia que a área do Assentamento Diamantina não pertencia ao município de Limoeiro do Norte, e sim ao município de Tabuleiro do Norte. Essas informações prestadas gerou descontentamento aos representantes do Sindicato de Limoeiro do Norte e que os mesmos gostariam de

¹³⁵ Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará. A época já exercia a função de Presidente da Associação.

verificar a localização exata do Assentamento Diamantina. Fez necessário que a Sra. Elisomar mostrasse um mapa do espaço geográfico do assentamento. Em seguida o Sr. Zé Gomes do Sindicato de Limoeiro do Norte demonstrou toda a sua insatisfação em relação a localização do assentamento e que todo o empenho do sindicato teria sido em vão. Em seguida o outro representante do Sindicato de Limoeiro do Norte o Sr. Ananias falou do seu empenho [...] que não importava o que tinha passado, mas que não importava. Mas que também o Sindicato de Limoeiro do Norte não tinha mais nenhuma obrigação com aquela área de assentamento, mas mesmo assim continuaria contribuindo no que fosse possível. O Sr. Raimundo Costa representante do Sindicato de Tabuleiro do Norte fez alguns esclarecimentos [...] que o Sindicato de Tabuleiro do Norte continuaria empenhado em ajudar aquele assentamento.

O STTR de Limoeiro do Norte que havia participado de todo o processo e no qual tinha todo o reconhecimento das famílias assentadas, praticamente, é convidado a se retirar do processo, assumindo assim o STTR de Tabuleiro do Norte, que até então, não tinha nenhuma ligação com o Assentamento, conforme nos afirma o representante do STTR de Limoeiro do Norte, João Ribeiro da Costa¹³⁶:

[...] o que a gente via, o que era discutido é que Limoeiro não tinha nenhum assentamento. Como na realidade, até hoje existe uma discussão muito grande. Porque a gente fez esse trabalho no início, nós fizemos várias reuniões e discutimos. Trouxemos o INCRA pra cá, pra discutir como fazer esse assentamento. E vendo as dificuldades por causa da questão do acesso, devido ser muito longe e as estradas ser muito ruim [...]. Sempre teve uma dificuldade, era um desafio muito grande, mas com tudo isso, a gente continuou trabalhando e foi fazendo. Houve a desapropriação e quando inicia o projeto aí veio à discussão. O INCRA dizendo que aquela área não era Limoeiro, mas era Tabuleiro. Então tirou a gente, vamos dizer assim, tirou a gente da frente do trabalho. Passou a ser o Sindicato de Tabuleiro, quando não tinha sido feito nada ainda até aquele momento pelo Sindicato de Tabuleiro. Eles num tinha se manifestado em nada. Aí eles começaram a dizer que a sede do imóvel era Tabuleiro. Então aí tirou a gente do foco do trabalho né [...] ¹³⁷.

Em depoimento, o assentado Veridiano de Araújo, ao recordar o dia da decisão sobre a mudança de STTR, explicita todo o descontentamento das famílias diante do fato, afirmando que atualmente esse ainda é um motivo de discussão entre as famílias. A fala do mesmo deixa evidente o que seria mais grave face tal mudança territorial, ou seja, não estaria apenas mudando a mediação, mas a mudança afetava diretamente a questão de qual administração municipal ficaria a responsabilidade sobre o PA. Noutras palavras, as famílias que tinham total ligação histórica com as lideranças e o Poder Público Municipal de Limoeiro do Norte teriam agora que se relacionar com Tabuleiro do Norte. Problema que será abordado em item posterior.

Numa última reunião que teve de recursos e tudo, foi o Sindicato de Tabuleiro, foi o Sindicato de Limoeiro e os técnicos do INCRA chegaram e mostraram o mapa, dizendo que lá num era Limoeiro, era só Tabuleiro e Governador Dix-Sept Rosado né[...]. O que, que acontece. A gente se sente um pouco prejudicado né, por não ser de Limoeiro. Devido o nosso acesso, as nossas coisas tudo é por Limoeiro né [...]. As

¹³⁶A época da entrevista exercia a função de Presidente do STTR de Limoeiro do Norte-Ce.

¹³⁷Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2011, sede do STTR, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

famílias se sentiram prejudicada, ficaram meio, até um pouco revoltadas e teimam né, até hoje teimam que tem parte de Limoeiro. Pelos mapas antigos da propriedade, eu num sei que mudou o território, sei lá. Pelos documentos antigos da propriedade diz ainda que é Limoeiro, tem áreas de Limoeiro né. E hoje nós somos atendidos algumas coisinhas por Limoeiro né. Tabuleiro, num sei o que foi. O prefeito não tem interesse, num sei se é que a comunidade é pequena. Apesar de tá dizendo no território que é de Tabuleiro, nós não temos apoio de Tabuleiro¹³⁸.

Acredita-se que o depoimento a seguir de Xisto Lima de Góis, seja uma pista bastante esclarecedora à polêmica decisão do INCRA de mudança de localização do imóvel rural, haja vista as famílias mais antigas do Assentamento Diamantina, afirmam categoricamente que o mesmo sempre foi conhecido como pertencente a Limoeiro do Norte, haja visto todos os serviços, como por exemplo, as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) eram realizadas por técnicos deste município. O fato relatado pelo entrevistado traz à tona uma decisão política que pode ter mudado o curso da história do PA, quando a Prefeita na época de Limoeiro do Norte se recusa a assinar um documento, espécie de carta de apoio/recomendação para a desapropriação do imóvel, e o Prefeito de Tabuleiro de pronto fica a disposição para assinar o mesmo.

Era Limoeiro do Norte. Quando foi pra desapropriar aqui era Limoeiro do Norte. A Prefeita aqui era Arivan [Prefeita de Limoeiro do Norte]. Ai eu falei pra Arivan: eu tô fazendo um assentamento aqui no Carrasco Grande, eu queria que você assinasse aqui pra desapropriação. Ela disse: “Limoeiro do Norte num tem precisão de assentamento não, eu num assino não”. Ai eu digo: Como você não assina, eu vou adquirir quem assine. Um dia eu fui [...] no São Gerardo, aí ele [Prefeito de Tabuleiro do Norte] tava lá. Ai eu disse: “O Maiard [Prefeito de Tabuleiro do Norte] eu queria que você desse uma força pra mim, numa desapropriação aqui, porque eu tô achando dificuldade que não tô achando quem assine essa desapropriação”. Ai ele disse: “Onde é que fica?” Eu digo: “fica aqui, é, lá é a maior parte, 20% é Tabuleiro e 80% é Limoeiro do Norte”. Ele disse: ‘se ela [Prefeita de Limoeiro do Norte] não assinar, pode contar comigo que eu assino [...]’. Ai eu levei ao conhecimento dele e ele assinou e ficou que nem Tabuleiro do Norte¹³⁹.

O Sindicalista do STTR de Limoeiro do Norte, Ananias Secundo Silva, convergindo com o depoimento acima, também relata que tudo convergia para que aquele imóvel fosse localizado em Limoeiro do Norte, mas que a ação do Prefeito de Tabuleiro do Norte foi determinante para a mudança:

[...] até o próprio proprietário tinha ela como Limoeiro. Me salvo engano, mas até o documento do patrão, da propriedade era Limoeiro. Só que quando o INCRA né, foi fazer todo o estudo, aí viu que as divisas, ela fica numa divisa né, Ceará com o Rio Grande do Norte, aí foi que descobriram, segundo o INCRA [...] descobriu que aquela área seria Tabuleiro [...]. Aí chama o INCRA, também queria repassar, era intenção do INCRA repassar, até por que o próprio prefeito né, o próprio prefeito da época foi quem se interessou a assinar o projeto do assentamento como Tabuleiro, o prefeito de

¹³⁸Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte

¹³⁹Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará

Tabuleiro. E aí nós também não fizemos nenhuma questão, passamos para Tabuleiro. A nossa felicidade é, até quem está lá no assentamento que chegou depois, reconhecem o trabalho de Limoeiro. E, portanto, pra nós é o que a gente queria era os trabalhadores com a propriedade, com as terras. É o que nós queremos né, queríamos e queremos mais¹⁴⁰.

O dado concreto é que esse processo da mudança na localização do imóvel ainda causa prejuízos e traumas nas famílias assentadas, tanto político como cultural. Os traumas de ordem cultural foram materializados no impacto negativo ao sentimento de pertencimento ao lugar, violado com a mudança brusca e imposta pelo INCRA. Politicamente, a mudança trouxe prejuízos consideráveis. Mesmo pertencendo oficialmente a Tabuleiro do Norte, praticamente, os poucos e precários serviços/políticas que chegam ao PA são oriundos da Administração de Limoeiro do Norte, ficando assim as famílias sem saber a quem fazer suas reivindicações. Bem como o STTR de Tabuleiro do Norte não vem atendendo a contento as famílias. Maria do Socorro Freira da Silva, na época assentada, atualmente, ex-assentada, resume todo o contexto apresentado acima, enaltecendo até mesmo a desistência de algumas famílias devido a mudança de localização:

Bem, essa reunião do martelo batido mesmo, foi lá na sede, debaixo do Juazeiro lá da sede. Ela veio [representante do INCRA], veio promotor, veio uma porção de pessoas de Fortaleza. Aí veio Sindicato de Limoeiro, Sindicato de Tabuleiro. Aí foi aí onde ficou certo, que Limoeiro podia deixar de mão, que num era parte dele. Aí foi quando desanimou. Aí desanimou mesmo. Porque quando passou pro Sindicato de Tabuleiro, não, não ajudou muito não. Era muito difícil, até pra gente se comunicar. Que Limoeiro, você sabe que nós tamo aqui, tamos em Limoeiro. É bem ligeirinho. Já em Tabuleiro, foi tudo muito difícil, muito difícil mesmo. O pessoal que tava aqui ficou todo mundo muito triste, quando nós descobrimos que isso aqui pertencia a Tabuleiro. Muitos já começou a desistir, porque aí surgiu às conversas, que precisava transferir título e tudo mais. Aí aquele pessoal que já era de Limoeiro, “não é mais fácil eu sair e não transferir título”. Aí já começou a desandar. Foi triste, muita gente ficou triste [...] nós queria que fosse Limoeiro [...] ainda hoje muita gente diz “isso aqui era pra ser Limoeiro, era pra ser o coração de Limoeiro esse assentamento”¹⁴¹.

3.3 A trajetória do camponês assentado do PA Diamantina

O campesinato brasileiro é caracterizado por diversas formas diante da multiplicidade de situações e fatores históricos que marcaram a construção do espaço agrário deste país. São várias as denominações e autodenominações (CARVALHO, 2005). Aqui será tratada uma denominação específica, qual seja: o camponês assentado. A importância de reconhecer esse sujeito social, não apenas como assentado, mas como camponês assentado, está ancorada nas

¹⁴⁰Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2011, sede do STTR, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

¹⁴¹Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2011, PA Diamantina, Tabuleiro do Norte, Ceará.

reflexões do referido autor, quando afirma que “a categoria assentado foi mais utilizada pelas instituições governamentais que pelos agricultores [...]. Ao ser caracterizados como assentados, prevalece a ação do Estado que prefere considerar-lhes como beneficiários, ou seja, como objeto e não como sujeitos” (CARVALHO, 2005, p. 154).

Assim, mesmo quando cita-se apenas assentado ao longo deste texto, leia-se camponês assentado, numa perspectiva de romper o processo advertido acima, bem como pôr em relevo o seu caráter de classe ou como bem destacou Almeida (2006): apesar de alguns camponeses não lutarem e assim não terem cortado a cerca e/ou nem entenderem a luta a partir de um mesmo formato, essa distinção não anula sua identidade e sua consciência de classe, por conseguinte, seu *habitus* de classe camponesa em meio a diversidade da luta. “É, portanto, uma identidade tecida ao lado de uma gama de outras diferenças” (ALMEIDA, 2006, p. 352).

A trajetória de vida dos camponeses assentados até a chegada no PA Diamantina é marcada por relações sociais de produção onde predominou ou combinou-se pobreza, precarização, exploração, expulsão, expropriação e sujeição da renda da terra ao capital. Relações na maioria dos casos marcadas pela dominação/exploração do camponês pelo patrão (latifundiário capitalista rentista). A ampla maioria dos assentados entrevistados afirmaram ter experiência com a agricultura desde a infância, bem como também, confirmam que viviam das atividades agropecuárias no momento imediatamente anterior à vinda para o PA, seja na condição de diarista, arrendatário, membro de unidade de produção familiar camponesa, morador de condição, entre outros. Como afirma Martins (2003b, p. 52),

[...] os candidatos a assentamento e a clientela da reforma agrária constituem a massa residual de um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas, da desagregação de velhas relações de trabalho, de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas.

Os termos clientes e candidatos utilizados pelo autor acima se pode aplicar ao caso do PA Diamantina, onde não houve luta. Entretanto, o ponto central que merece atenção nos seus escritos é quando realça que o assentado faz parte de uma massa descartada pelo sistema e que chegam aos assentamentos com histórias de vida diversas e quase sempre marcadas pela precarização e privação, que ao se depararem com a realidade extremamente perversa e degradante nos PA's dão continuidade a via cruzes, chegando a gerar conflitos profundos e desorganização nas comunidades, atingindo o ápice quando os assentados são obrigados a deixar a terra. Nesse sentido o próprio Martins (2003b, p. 35) adverte:

Essa característica diversificada da clientela do programa de reforma agrária, que faz dela uma categoria residual de vários setores da economia, pode ser um dos fatores de referência do modo como vive a sua experiência. E referência, também, das tensões e conflitos nos assentamentos, dos problemas de abandono da terra e repasse de lotes e outras formas de desorganização social.

O assentado Ariosvaldo Gonçalves da Silva, há 4 anos e 3 meses no PA Diamantina, ampara as afirmações do autor acima. Quando ao ser solicitado para falar da sua trajetória de vida antes da chegada ao PA, deixa evidente a precariedade vivenciada em tempos de morador de condição ou, conforme ele explicita, um tipo de escravidão:

Muito tempo nós tivemos sendo morador dos outros [...] dezoito anos. Ai depois dos dezoito anos o rapaz [proprietário] faleceu aí a mulher lá foi e vendeu tudo, aí eu vim embora para cá pro assentamento [...]. É uma coisa muito precária, é uma coisa muito sofrida. A pessoa sempre trabalha, é quase um tipo de escravidão, tá entendendo? Ai foi questão deu vim pra cá, que nem o pessoal falava que o INCRA sempre ajudava, aí nesse período, durante esse período que estou aqui eu num tenho nada de ajuda do INCRA não [...]¹⁴².

Moradores de condição em latifúndios é fato histórico no espaço agrário brasileiro desde a colonização, sendo sujeitos sociais relevantes nas fazendas de gado e na cultura do algodão (ANDRADE, 2005). A reflexão deste autor sobre as relações sociais de trabalho entre estes e os senhores-de-engenho, fornece uma luz para compreender o contexto apresentado acima com relação a trajetória de vida do assentado do PA Diamantina. Para Andrade (2005), esses trabalhadores tinham permissão para fazer suas moradias e pequenos roçados e em troca eram obrigados a trabalharem nas fazendas a baixo preço ou mesmo gratuitamente, caracterizando uma forma de extrair a renda da terra em trabalho do camponês. “A insegurança era uma constante na vida dos moradores, uma vez que o proprietário, por qualquer motivo ou sem nenhum motivo, podia expulsá-los das terras que ocupavam. Isso se dava frequentemente devido a choques de interesses ou a problemas de família [...]” (Ibidem, p. 95). Nesse sentido, Moreira e Targino (1997), destacam o caráter interpessoal da relação entre morador e patrão, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelo primeiro: “era um acordo desigual porque podia ser rompido a qualquer momento pelo proprietário da terra, enquanto que o rompimento por parte do trabalhador só podia ocorrer se ele não tivesse em débito com o patrão” (Ibidem, p. 45). Mitidiero Jr. (2008), afirma ter uma variedade de situações definidoras do morador de condição, bem como de denominações: cambãozeiros, eiteiros, catingueiros, foreiros, agregados, entre outros. Para Diniz (2008, p. 44), “as relações de trabalho que passaram a

¹⁴²Entrevista realizada no dia 09 de março de 2014, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

predominar nos sertões do Ceará foram à de camponês/morador-de-condição e a de proprietário de terra”.

O arrendamento é outra relação social de produção presente na história dos camponeses assentados. Nesse sentido está o relato da assentada Isabel Cristina Costa Freitas: “a gente vivia na Sucupira, terra a gente não tinha. Se quisesse plantar era alugada a terra né, arrendado como se diz e tinha que ser muito pouco, terra arrendada pra muita gente, ai nós viemos”. O assentado Francisco das Chagas Pereira, nessa mesma perspectiva afirma que desde sua infância “trabalhava com [o] pai [...] morava no Rio Grande [RN], trabalhava nos terrenos dos outros arrendado. Ai eu sempre fui gostando daquele serviço, da agricultura [...] eu sempre com a esperança, [de] um dia eu arrumo um terreno para eu trabalhar pra mim”¹⁴³.

As dificuldades explicitadas no primeiro depoimento, no tocante ao pagamento da renda da terra (aluguel) e mesmo assim, na incipiente disponibilidade de terras para a produção, é traduzida na esperança explicitada no segundo depoimento. Esperança de um dia “arrumar” um terreno com diz o camponês depoente, ou seja, ter acesso à posse da terra e livrar-se do pagamento da renda, da exploração, da obrigação imposta pelo fazendeiro rentista.

A figura do diarista é bastante comum nos depoimentos colhidos. Vale salientar, que o PA Diamantina está encravado literalmente em meio ao agronegócio da fruticultura irrigada na Chapada do Apodi. As grandes empresas, nacionais e transnacionais, a exemplo da Frutacor¹⁴⁴ e *Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda*¹⁴⁵, estão terroritorializadas no entorno do PA, oferecendo trabalho assalariado e/ou eventuais jornadas diárias em condições precárias, trabalhos insalubres na manipulação de agrotóxicos, atraindo uma leva de camponeses, entre eles os assentados em questão. Trabalha-se aqui com a concepção de trabalho acessório como elemento que caracteriza a produção da unidade camponesa, ou seja, o assalariamento de algum membro da família temporariamente é uma saída para os camponeses, num quadro de ausência de possibilidade de suprir suas necessidades apenas com o seu trabalho na unidade familiar camponesa (OLIVEIRA, 2001b).

¹⁴³Entrevista realizada no dia 09 de março de 2014, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁴⁴Empresa nacional onde o proprietário é acusado de envolvimento no assassinato da liderança camponesa José Maria do Tomé. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/28238>>. Acesso em 01 mai. 2014.

¹⁴⁵ Iniciou sua produção em fins do século XIX na região da Califórnia (EUA). Atualmente, a matriz localiza-se em Miami, sendo um libanês o sócio majoritário. Sua atuação, com produção e sede estratégica, atende todos os continentes, atingindo cerca de 58 países. Iniciou sua produção no Brasil em fins da década de 1980 no Rio Grande do Norte e, em 2000 e 2001, duas áreas no Ceará: em Quixeré (melão) e Limoeiro do Norte (abacaxi). A empresa tem contribuído para o desencadeamento de problemas diversos, dentre os quais a destruição de comunidades e o trabalho precarizado, com graves consequências para a sociedade e o ambiente (FREITAS, 2010, p. 124).

O assentado Benegildo Ferreira de Oliveira, há 1,5 anos no PA, destaca a trajetória de Sem Terra, a dificuldade de se trabalhar na terra dos outros e as obrigações a que são submetidos, bem como a relação de desconfiança entre o patrão e o trabalhador (diarista) até sua chegada ao assentamento.

É, a minha vida foi assim, só trabalhei em terras dos outros. Difícil né? Você vai trabalhar, diária né, uma coisa tipo obrigado. Tem aquele horário de pegar e de largar e tudo. É tudo naquele horarizinho. Muitos deles, proprietários, ficavam ali no pé direito né, num larga, parece que num confiava no trabalhador né [...] trabalhei parte no Rio Grande [RN] e também trabalhei parte no Ceará. [No] município de Ato Santo [CE] eu trabalhei um temporal ali, era agricultura também, diarista direto. Trabalhei em vários tipos de serviços, trabalhei de corte de lenha, de desmatamento, de plantação de cajueiro, essas coisas. Todo tempo, até um dia eu vim aqui passear aqui na casa do meu sobrinho ali, aí tinha essas terras aqui, sobrando aqui, ele me falou que era bom, aí me coloquei. Só que aqui as coisas também num é muito fácil não¹⁴⁶.

Oliveira (2005), analisando os assentamentos rurais no Ceará, afirma que os camponeses utilizam-se da diária, do assalariamento, da proletarização como relações de trabalho transitórias, como forma de garantia da sua condição camponesa.

Raros são os casos em que o assentado do PA Diamantina tem origem urbana quando da decisão de vir para o mesmo. O depoimento de Francisco Arlindo Alves Fernandes, há 2 anos e meio no assentamento, explicita a experiência urbana na trajetória das famílias assentadas, mesmo sendo o único caso entre os entrevistados, em que vivia como proletário urbano no momento imediatamente anterior a vinda para o PA. Entretanto, ressalta-se aqui que o mesmo destacou sua infância e juventude ligadas ao campo até sua ida para a capital cearense Fortaleza.

Antes deu vim pra cá eu morava em Fortaleza. Trabalhava numa microempresa lá, trabalhei treze anos. Eu entrei como operário lá, sofri uma acidente há três anos. Inclusive, eu sou deficiente físico hoje. Minha responsabilidade começou a aumentar [...] eu era o cabeça na empresa né. Mas, aí não me valorizaram. Pra eles, assim, o salário era como se fosse o mesmo salário do operador, mas as minhas responsabilidades aumentou. Eu decidir vim embora pra cá. Vim aqui umas férias, meu irmão já tava residindo aqui com um sítio de banana no início que o senhor viu que era muito bom né. Um poço com muita água que era no começo. Aí eu vim embora, me animei. Eles falando que o INCRA ia dar assistência né pra gente. Eu fui, vim embora, larguei meu emprego lá e vim embora, pensando que, realmente, o INCRA ia dar né, assistência a gente. Mas, até hoje, já tá com dois anos e meio, eu vim prá e agora se a gente num cria um criarzinho, uma galinha, uma ovelha, uma vaca, alguma coisa pra ir sobrevivendo, da parte do INCRA né, praticamente, abandonou a gente. Só veio aqui uma vez, mas só promessa, só promessa. Disse que esse governo cortou todas as verbas dos assentamentos e aí a gente num sabe como vai ficar, né, agora¹⁴⁷.

¹⁴⁶Entrevista realizada no dia 09 de março de 2014, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará

¹⁴⁷Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2013, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará

Os depoimentos neste item mostram que os assentados estão há 2, 3 até 4 anos na comunidade, ou melhor, chegaram ao PA ao longo dos dez anos de história do mesmo em períodos diferenciados. É a dinâmica de entra e sai de famílias. No entanto, é preciso abrir um parêntese para destacar que, durante a pesquisa, não foi constatado no PA Diamantina o processo de venda de lotes. Os camponeses assentados, frente a profunda precariedade não tem tido a oportunidade de reprodução básica, ou seja, de adquirir bens, formar culturas agrícolas e rebanhos e/ou construir estruturas físicas (silos, currais, apriscos, armazéns, etc.), que façam com que no momento da decisão de deixar a terra ocorra alguma negociação com aqueles que chegam. Dessa maneira, a maioria dos camponeses assentados no PA Diamantina estão atuando na lógica da perda/prejuízo, como destaca Almeida (2006). Portanto, ao deixar a comunidade simplesmente saem com a família e alguns poucos objetos pessoais ou no máximo um transporte em péssimo estado de conservação (motocicleta, uma carroça a tração animal ou mesmo um automóvel). Os que chegam, encontram os lotes e as moradias vazias, muitas vezes, com problemas no tocante a dívidas com a empresa fornecedora da energia elétrica, moradias em péssimas condições, lotes totalmente abandonados, e logo se instalam, inexistindo, desse modo, a necessidade e a figura do agregado. São, geralmente, indicados por um parente ou mesmo um conhecido que estimula a vinda de outros camponeses na esperança de, como eles dizem, “encher o assentamento, encher as casas e quem sabe o INCRA olhe por nós”. Ou mesmo, são assentados que já passaram pela comunidade e que desistiram anos ou meses atrás e que recebem uma nova chance da comunidade e retornam na esperança de, desta vez, conseguir permanecer na terra. Assim, os que chegam marcam um momento/motivo de alegria e ao passarem pelo crivo da assembleia e depois de cumprido o tempo de experiência exigido a documentação segue para o INCRA para a efetivação do cadastro.

Por fim, como pôde ser visto ao longo dos depoimentos, a trajetória dos camponeses assentados do PA Diamantina é marcada em sua maioria, de um lado, pela condição de Sem Terra ou acesso precário a esta, pela ligação com campo ao longo da vida, pelas condições de exploração e subordinação do trabalho camponês ao capital, na figura do patrão que extrai a renda da terra nas diversas formas apresentadas. Do outro, pela esperança materializada na vinda para o assentamento, que aos poucos cede frente aos anos de extrema dificuldade na dura realidade vivenciada pelas famílias. Resta saber se a referida esperança e a capacidade de reenraizamento deste camponês assentado sobrevive ao modelo como está sendo implementado os assentamentos rurais. O próximo item, que tratará do contexto vivenciado pelas famílias no Assentamento Diamantina, será fundamental para contribuir na elucidação desta questão.

3.4 A precariedade como marca do PA Diamantina

Diversos estudos têm apontado numa perspectiva de reconhecer as melhores condições de vida das famílias camponesas assentadas quando comparadas com a situação destas anteriormente ao assentamento¹⁴⁸. Nesse sentido, os autores enfatizam que o assentamento proporciona o acesso a algumas necessidades fundamentais ao ser humano, como por exemplo, a moradia. A pesquisa Leite et. al. (2004), é um exemplo emblemático, haja vista ser um trabalho em âmbito nacional sobre os assentamentos rurais, onde destaca a importância da construção dos mesmos, enumerando uma série de impactos positivos quando da comparação supracitada (antes e depois da condição de assentados).

Concorda-se aqui plenamente com tal constatação, bem como discorda-se frontalmente com aqueles que querem, pejorativa e ideologicamente, mesmo pregando a necessidade de uma suposta neutralidade na análise do campo brasileiro, desclassificar a reforma agrária, ao afirmar que os assentamentos rurais são reprodutores da miséria ou mesmo “favelas rurais”, deixando de afirmar que o problema não são os assentamentos em si, mas a contrarreforma agrária que os geram. Reporta-se aqui, as palavras dos autores a seguir, que falam em prosperidade, sustentabilidade, qualificação das atividades produtivas, agenda para o campo, mas esquecem de citar para quem pregam todos esses processos. Esquecem que na produção científica não existe neutralidade e, muito menos, quando o trato é a questão agrária neste país.

Ao contrário daquilo que se imaginava, a reforma agrária teve pouca influência nesse desenvolvimento [o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira]. Como a primavera democrática e a urbanização que tomou conta do mundo, além das profundas transformações, aquela política de Estado saiu de cena, pois seus pressupostos deixaram de existir. Por que então gastamos milhões de reais com assentamentos que apenas reproduzem a miséria? Por que não investir em novas alternativas, baseadas na qualificação e na sustentabilidade dos pequenos agricultores? É necessário e urgente animar um debate franco e aberto sobre as transformações no campo brasileiro – longe dos mitos e das falácias, apartidário, baseado na leitura real do desenvolvimento agrário, e não de ideais fora do lugar. É necessário discutir sem patrulhamentos ideológicos, e sem academicismo livresco ou os saudosistas delírios urbanos. Discutida honestamente, constrói-se uma agenda do século XXI para a agropecuária, capaz de contribuir ainda mais para a prosperidade do Brasil (GRAZIANO; NAVARRO (2012) APUD SAMPAIO JR., 2013, p. 219).

Parte-se aqui da defesa de que apenas a comparação entre a situação de antes e de depois do assentamento rural, para mensuração dos processos positivos causados pela construção destes na vida das famílias é frágil, haja vista uma parte das famílias ao chegarem nos assentamentos vir de uma condição, geralmente, de grande pauperização, fruto dos diversos

¹⁴⁸ Leite (2013); Medeiros (2003); Moreira e Targino (2007); Alencar (2006), entre outros.

descartes ao longo da trajetória anterior. Muitas famílias “[...] chegam ao assentamento desprovidas de quase tudo. Os que não têm algum tipo de acúmulo apresentam dificuldade em permanecer, sobretudo nos momentos iniciais, quando ainda não foram concedidos os créditos de implantação” (BRUNO; MEDEIROS, 2000, p. 49). Portanto, a moradia de alvenaria, a energia elétrica, a aquisição de eletrodomésticos e/ou de um transporte (motocicleta), entre outros, é tido como melhoria e, realmente é, frente à situação de miserabilidade de algumas famílias quando da chegada ao PA, mas não pode ser parâmetro principal para medir a qualidade da reforma agrária no Brasil. Bem como, critica-se os arautos em defesa do agronegócio que põe a reforma agrária como obsoleta frente às transformações no campo brasileiro nas últimas décadas, a exemplo dos autores do fragmento citado acima.

O depoimento de Raimundo Cruz Pinto, servidor e ex-superintendente do INCRA, põe em relevo uma problemática bem mais profunda com relação aos assentamentos na atualidade. Segundo ele, está se configurando uma crise no modelo de assentamento implantado, mesmo com melhorias quando se compara a situação do assentado de antes com a de depois do PA. Para ele, a independência das famílias camponesas assentadas não está sendo alcançada, ou seja, não há sustentabilidade social e econômica para o campesinato no formato que está sendo implementada a reforma agrária. Contribuindo para tal contexto, tanto o Estado e os governos ao optarem pelo agronegócio, como os movimentos sociais do campo que perderam seu poder de pressão ao longo dos últimos anos de governos petistas, acrescenta.

O contexto de crise do modelo de assentamento descrito é bem mais dramático e profundo no caso do PA Diamantina. Prestes a completar 10 anos da sua criação em setembro próximo (ano de 2014), o mesmo possui como marca histórica o estado de precariedade e privações pelo que passam as famílias ao longo dos anos, impossibilitando qualquer tentativa de independência mínima das famílias camponesas, ao contrário reforçando relações de subordinação como será explicitado ao longo deste item. Referido estado de precariedade e privações é reconhecido pelo próprio INCRA, quando da entrevista com a servidora do órgão na época, atualmente aposentada da função, Maria Elisomar Maia¹⁴⁹, que acompanhava os PA's nas Microrregiões do Baixo e Médio Jaguaribe. Depoimento alertando para a relação entre a desistência de famílias e as precárias condições de acesso a água e estradas:

Quanto ao imóvel ele não tinha nenhuma infraestrutura. O recurso hídrico que tinha lá era um cacimbão. Mas não tinha nenhuma infraestrutura lá [...]. A parte de cercas, elas estavam muito depreciada [...] tanto é que, quando nós começamos a selecionar o pessoal pra lá, e eu acho que o grande índice de desistência dos cadastrados para o

¹⁴⁹ Servidora atualmente aposentada do INCRA-Ceará. Durante anos acompanhou os PA's do Baixo e Médio Jaguaribe. Acompanhou de perto os processos que criaram o PA Diamantina.

Projeto Diamantina se dá, em função do começo, da falta de recursos hídricos e, principalmente, da questão de acesso [estradas] ao Diamantina. Ou o INCRA toma uma posição muito séria de priorizar a estrada até o assentamento Diamantina ou então esse índice de desistência vai continuar. Vai continuar, porque se não tiver um acesso lá, as famílias não tem a menor condição. Ficam lá aqueles que têm, assim, um maior desejo de continuar ali, mas é uma situação muito crítica. Teve uma época que nós [INCRA] saímos daqui pra fazer um trabalho lá, num carro tracionado e não se chegou lá. Eu vejo que o problema maior de Diamantina é a questão do acesso¹⁵⁰.

As problemáticas referentes a questão da água e da via de acesso foram mazelas que acompanharam as famílias por vários anos. Com relação ao acesso a água, a equipe técnica responsável pelo Relatório Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Diamantina (2002), apesar de reconhecer a boa fertilidade dos solos e as ótimas condições ambientais, já havia feito ressalvas no tocante à construção do assentamento, diante da escassez hídrica no imóvel rural a ser desapropriado. Afirmando que:

[...] para a criação de um projeto de assentamento neste imóvel, há necessidades básicas e imediatas das seguintes ações; a) construção imediata das habitações; b) criação de **infraestrutura de água** e de energia, sendo que esta última, acha-se distante cerca de 06 km da sede da propriedade; c) seleção rigorosa das famílias interessadas, levando-se em conta que as mesmas são obrigadas a residirem e explorarem diretamente a área, com sua força de trabalho; d) desenvolver um plano de manejo sustentado da área, com vista a conservação do meio ambiente (INCRA, 2002, p. 14. Grifos Nossos).

Com relação à escassez hídrica, a equipe técnica do INCRA responsável pela avaliação do imóvel, aponta uma possível solução para o problema, em curto prazo. Solução esta ligada a proximidade do imóvel da bacia do Açude Público do Castanhão, existindo assim, possibilidades técnicas para construção de uma adutora para abastecimento do mesmo. O relatório aponta que a solução hídrica também é essencial para a parte produtiva do assentamento, ao sugerir que:

Caso esta deficiência hídrica seja suprida, a possibilidade de irrigação por micro aspersão ou gotejamento é real, sendo este um potencial importantíssimo a ser explorado no plantio de fruteiras, tais como banana, laranja, maracujá e mamão. A horticultura também, poderá ser praticada, haja vista as boas condições dos solos predominantes (INCRA, 2002, p. 13).

Portanto, a referida equipe técnica responsável pelo relatório deixa claro a necessidade das medidas essenciais para viabilizar a construção do assentamento no imóvel rural, ou seja, haveria que ser executada de imediato algumas ações básicas, que caso não fossem feitas, inviabilizariam a criação do PA.

¹⁵⁰Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2011, sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

Importante ressaltar que se remete aqui ao ano de 2004-2005, em pleno primeiro governo Lula, onde conforme já foi explicitado em outra parte deste texto, a opção pelo agronegócio e uma possível contrarreforma agrária apresentava-se como cenário já bastante evidente. Assim, diante deste contexto político nacional desfavorável ao campesinato, a questão da inexistência de infraestrutura hídrica no PA, mesmo sendo apontada sua resolução como condição elementar para a criação do Assentamento Diamantina pelo próprio INCRA, foi um problema que acompanhou as famílias por longos seis anos, sendo solucionada, em parte, como explicitará mais adiante, apenas em 2010. Essa longa espera é afirmada, dentre outras fontes, nos registros do Livro de Atas da Associação, onde na ata do dia 13 de outubro de 2008, 4 anos após a criação do PA, está registrado as discussões sobre essa questão, conforme trecho a seguir:

De início o senhor presidente saudou a todos os presentes e passou as seguintes pautas: 1ª pauta sobre o poço profundo [...] No que se refere a primeira pauta sobre o poço profundo. O senhor presidente falou da nossa grande dificuldade de água potável para o consumo humano [...] Ficou decidido fazer abaixo assinado ao INCRA mais ofício junto com cópia de ata já que desde 2005 o INCRA nos diz que tem dinheiro para [perfurar um] poço profundo.

Durante esse período, as famílias ficaram expostas as condições degradantes sem água mesmo para as necessidades básicas e, em momentos mais graves, reforçaram a subordinação e as relações clientelistas, ao ter que requisitar, seja a políticos locais ou mesmo as próprias empresas do agronegócio instaladas no entorno do PA, a vinda de caminhão-pipa para abastecer a comunidade.

José Antônio dos Santos, Assessor da FETRAECE, esteve presente em uma reunião no Assentamento Diamantina, juntamente com o INCRA, com o objetivo de discutir os problemas enfrentados pelos camponeses assentados. Evento este que tinha como ponto de discussão a questão da ausência de água para o abastecimento das famílias. É mister registrar que quando se afirma a inexistência de acesso a água para as famílias, leia-se falta de estrutura hídrica para armazenar esse recurso em tempos de boas precipitações ou mesmo de acessar o aquífero subterrâneo localizado na Chapada do Apodi. Em depoimento, o assessor da FETRAECE supramencionado, resalta a grande dificuldade das famílias para ter acesso à água, onde era necessário percorrer mais de 4 quilômetros de distância do assentamento. Realidade que o faz afirmar que não entende como o INCRA constrói um assentamento nessas condições, conforme trecho abaixo.

Eu estive em Diamantina duas vezes. Primeiro, quando eu acompanhava o programa de ATES no convênio INCRA pelo SEBRAE, eu era assessor do SEBRAE na época. Então, nós estávamos fazendo uma visita aos assentamentos. Exatamente para fazer uma avaliação do trabalho da assessoria técnica. Posteriormente, nós estivemos lá,

inclusive com o INCRA, por solicitação de uma das entidades que faz parte da rede cearense de ATER, que a FETRAECE coordena. Exatamente para tentar encontrar uma alternativa para viabilizar água, água para consumo humano que lá não tinha. Eu só sei que lá foi construído um poço a partir dessa visita. Nós fizemos uma ação política junto a Superintendência do INCRA e o INCRA mandou perfurar um poço artesiano lá. Eu num sei em que situação está hoje. Mas você imagine o camarada lá pra encontrar água, eu não me lembro bem a distância, mas era mais de quatro quilômetros de distância do assentamento. Então como você vai construir um assentamento em cima de uma chapada [...] que não segura água em cima, a água tá muito profunda e as pessoas não teriam como morar lá em cima. Então nós fomos lá pra ver isso. Era uma situação que eu achei muito delicada, ficamos muito preocupados. Transmitimos essa preocupação, primeiramente, internamente aqui na FETRAECE, que politicamente negociou com o INCRA do Ceará e o governo para tentar minimizar aquela questão da água pra aquele povo que lá estava¹⁵¹.



Figura 04 – PA Diamantina – Abastecimento d'água por um caminhão-pipa pertencente a uma empresa do agronegócio instalada na Chapada do Apodi em 2008. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo na elaboração do PDA, 2008.

¹⁵¹Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2011, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.



Figura 05 – PA Diamantina – Perfuração de poço profundo para abastecimento humano em 2009. Foto: Rafran Guimarães Pinto, Trabalho de campo da ATES, 2009.

Portanto, somente em 2010 é concluída a perfuração de um poço profundo no Assentamento, garantindo acesso à água apenas para consumo humano em detrimento das atividades produtivas irrigadas. Até o momento da conclusão do presente texto (janeiro/2015) as famílias assentadas não obtiveram acesso à infraestrutura que possibilite o desenvolvimento da irrigação no PA. Entretanto, algumas famílias, com recursos e esforços próprios, sem apoio do INCRA e/ou de qualquer outro órgão, perfuraram poços rasos em seus lotes e passaram a desenvolver a agricultura irrigada, principalmente a produção de banana, hortaliças e culturas forrageiras. Impressiona a perseverança camponesa frente aos obstáculos, utilizando da sabedoria, conforme os registros fotográficos a seguir, os assentados enfrentam a questão da ausência de água para irrigação, fabricando os próprios meios para a perfuração dos poços. Entretanto, um trabalho bastante penoso, pois exige grande força física dos membros da unidade familiar camponesa.



Figura 06 – PA Diamantina – Perfuração de forma artesanal de poço para fins de irrigação em 2013. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.



Figura 07 – PA Diamantina – Perfuração de forma artesanal de poço para fins de irrigação em 2013. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.



Figura 08 – PA Diamantina – Perfuração de forma artesanal de poço para fins de irrigação em 2013. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

Entretanto, como nos últimos 3 anos, o Estado do Ceará vem passando por períodos de seca, ou seja, baixas precipitações, os poços rasos secaram causando graves prejuízos as famílias, conforme o depoimento do assentado Antônio de Oliveira Lima.

Peguemos esses dois anos de seca. A gente tem vontade, a gente acostumado a trabalhar na fruticultura, a gente plantou um pedacinho, a gente plantou dois anos ai, fazia só plantar e ninguém colheu nada. Ficava vendo se acaba tudo no sol, secando tudo e a gente vive por aqui mesmo só levando. Ai, eu tava colhendo agora umas bananazinhas ali, três quilos, dava pra comprar a feira, o preço tava bom. Isso agora se acabou, as águas secou tudo. A gente trabalhemos com uns pocinhos artesanal ai você viu, você teve de ver. Aquela fé, tem uma aguinha pra se manter, aguar ao menos umas hortazinhas, um pé de feijão. Água se for profunda não tem capacidade de ter um poço profundo né, de trabalhar com poço profundo. Ninguém tem condições de nenhum, cavar nenhum rasinho, ainda mais um profundo pra trabalhar né. Aí tamos por aqui, mas pelejando e esperando que vai melhorar né. Se Deus abençoe, no próximo ano vem um tempo bom, a gente vai se arremediando aqui né¹⁵².

O entrevistado supracitado, ao ser perguntado sobre como viabilizou o plantio irrigado no assentamento, põe em relevo a precariedade na qual vive as famílias, destacando a fome e os momentos de angústia diante das dificuldades enfrentadas; enaltecendo mais uma vez a problemática das famílias não ter acesso a água para fins de irrigação de forma que garanta a produção: “[...] teve dia que fui trabalhar ali cercando, já a bananazinha plantada, eu saia

¹⁵²Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2013, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

chorando aqui. Teve um dia que eu chorei lá na cerca, amarrando lá, olhando lá pras bananas, com aquela fé depois de um ano. Eu nem deixei merenda pros meus filhos e nem levei pra comer lá, acredita?”¹⁵³.

A problemática do não acesso à água, ou melhor, a infraestrutura (poço e equipamentos) para fins de irrigação por todas as famílias, além de gerar problemas de ordem econômica, também tem provocado conflitos internos. Em uma das visitas de campo constatou-se que algumas famílias passaram a utilizar o poço profundo, que era exclusivamente para consumo humano, para fins de irrigação, gerando conflitos no tocante à divisão da taxa para pagamento do consumo da energia elétrica.

É preciso realçar a contradição vivenciada pelas famílias no PA Diamantina no tocante à questão hídrica. O PA está localizado na Chapada do Apodi, região conhecida tanto pela potencialidade com relação as águas subterrâneas presentes no Aquífero Jandaíra¹⁵⁴, uma riqueza natural, apontada nos levantamentos iniciais do INCRA como uma alternativa para a viabilização da implantação do assentamento, através da perfuração de poços, como pelo relevo plano, sem movimentação e solos férteis. Levando em conta a primeira característica (águas subterrâneas) é possível afirmar que as famílias não realizam a produção irrigada não por que o problema seja a falta de água, mas de recursos para garantir toda infraestrutura (poço e equipamentos) como citado acima. Já a segunda característica que deveria ser vista como potencialidade, por ter um relevo plano propício para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, transforma-se em um problema, pois em épocas de fortes precipitações ocorrem alagamentos com graves prejuízos nas lavouras e rebanhos. Outro grave problema relaciona-se a via de acesso ao Assentamento Diamantina e que trouxe dificuldades de todas as ordens e que acompanharam as famílias por vários anos. Os registros fotográficos a seguir dão a dimensão da gravidade. Várias são as expressões colhidas nos depoimentos acerca dos anos de invernos rigorosos: “as famílias ficavam ilhadas”; “não tinha como sair pra nada”; “era muito sofrimento”.

¹⁵³Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2013, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁵⁴ A Chapada é constituída de arenitos da Formação Açu e calcários da Formação Jandaíra, sendo este último responsável pela cobertura da parte superior da Chapada, proporcionando a formação de solos do tipo cambissolos. A permoporosidade das rochas sedimentares permite a infiltração d'água durante as chuvas, contribuindo para a alimentação do Aquífero Jandaíra (SOUZA; OLIVEIRA; GRANGEIRO, 2002; COSTA, 2009).



Figura 09 – PA Diamantina – Principal estrada de acesso a comunidade em condição precária em 2009. Foto: Rafran Guimarães Pinto, Trabalho de campo da ATES, 2009.



Figura 10 – PA Diamantina – Principal estrada de acesso a comunidade em condição precária em 2009. Foto: Rafran Guimarães Pinto, Trabalho de campo da ATES, 2009.

Neste sentido, há uma falha no Relatório Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Diamantina (2002), no momento de apontar as necessidades básicas a serem sanadas pelo

INCRA visando a implantação de um assentamento rural no imóvel, ao não destacar a problemática da via de acesso. São cerca de 12 km da sede do PA a comunidade de Sucupira, onde as crianças estudam, as pessoas são atendidas no posto de saúde, entre outros serviços. Entretanto, de acordo com alguns depoimentos de sujeitos que participaram ativamente de todo o processo de mobilização e desapropriação do imóvel, a questão da estrada já era um problema na época das primeiras reuniões com o INCRA, bem como este órgão havia afirmado nas reuniões que o projeto de reforma da estrada estava incluído nas prioridades para viabilizar a criação do PA.

O ex-assentado Raimundo Nonato da Silva Brito, que viveu no PA de 2005 a 2008, período crítico com relação a problemática tratada, relata as dificuldades enfrentadas para garantir a educação para as crianças:

Rapaz as maiores dificuldades realmente foi o seguinte. Primeiro, foi o colégio das crianças, que nós não tinha uma estrada né. As crianças vinha pra escola e voltava a pé, é 12 km da aqui acolá, daqui pro Assentamento. O que, que acontecia, nós ia, quando chovia, o caminho não passava transporte nenhum [...] ¹⁵⁵.

Edson Fernandes de Sousa, ex-assentado, ao ser perguntado sobre os problemas existentes no assentamento na época que esteve assentado, relata a precariedade vivenciada pelas famílias com relação à estrada de acesso.

Era demais. Num tinha como a gente andar não, num tinha como a gente sair nem de casa na época do inverno. Melhorou? A época do inverno lá rapaz, olhe, eu toda vida tive com uma moto velha, às vezes deixava quase na saída de casa e vinha pra Sucupira de pé, num tinha estrada. A moto velha só atolava, só era empurrar pra dentro do mato e lá ficava. Aí você avalie uma doença assim imediata, uma doença numa criança e mesmo num adulto, pra tirar de lá numa época dessa, como era que podia sair, né? Como era que podia sair com uma pessoa lá muito doente? Num tinha condições, num tinha estrada, até pra você andar de pé era ruim ¹⁵⁶.

Maria Antônia da Silva, ex-assentada, também ao ser questionada sobre as estradas de acesso, afirma que a questão da localização territorial agravava a situação, haja vista as famílias ficarem entre as duas Administrações Municipais à espera de uma solução que não vinha: “Sempre tinha prometimento [...] prometia [...] o INCRA ia fazer, aí ficava nesse jogo [...] “não quem vai fazer é o prefeito de Limoeiro” [...] não “quem vai fazer é o prefeito de Tabuleiro”. E nós ficava a Deus dará, nunca saía” ¹⁵⁷. Diversos são os depoimentos que destacam o vai-e-vem

¹⁵⁵ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, comunidade de Sucupira, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

¹⁵⁶ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, comunidade de Km 60, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

¹⁵⁷ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, comunidade de São Gerardo, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

das famílias entre um e outro poder municipal em busca de solucionar o problema. Contexto que ia minando a resistência, as esperanças, a utopia das famílias camponesas, fazendo com que dezenas e dezenas de famílias fossem expulsas neste período, saindo com “uma mão na frente e outra atrás”, como afirmam alguns assentados e ex-assentados.

Portanto, em anos com boas precipitações as famílias sofriam com as inundações, pois não existia redes de drenagem, já em anos de seca a problemática era a falta de infraestrutura de irrigação. A problemática da estrada só viria a ser sanada por volta do ano 2011, depois de anos de promessas, seja do INCRA, das duas administrações municipais, vereadores de ambos os municípios. Mais uma vez, a Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte, no lugar do poder Municipal de Tabuleiro do Norte, foi quem arcou com a responsabilidade e realizou um trabalho de reforma na estrada que liga o Assentamento Diamantina a Comunidade de Sucupira, município de Limoeiro do Norte.

Ao ser indagado sobre qual a avaliação da execução da reforma agrária nos últimos oito anos pelo INCRA-Ceará, tomando o Assentamento Diamantina como centro das reflexões, José Antônio dos Santos, Assessor da FETRAECE, ressalta o grave equívoco de se desapropriar imóveis como a Fazenda Diamantina e não proporcionar as condições mínimas necessárias para as famílias viverem e produzirem seu sustento, além de gerar excedentes para a comercialização. Entretanto, afirma ser uma responsabilidade do INCRA a sua viabilização, haja vista ter sido o mesmo, transformado em um assentamento da reforma agrária, conforme depoimento a seguir.

Ali é a prova concreta de uma construção de um assentamento que não vai se viabilizar. Então é você querer tirar de si o problema, escondendo ele em algum lugar. E aí, acharam lá Diamantina. Uma fazenda que é boa, mas se fizer irrigação. A irrigação lá não está tão longe, mas não chegou lá. A estrada quando eu fui lá, se chovesse não chegava, era um sacrifício muito grande. Energia quando eu andei lá tava chegando, as casas tava chegando. Mas olha, bem mais precioso pra se viver é a água [...] não tinha. A água que tinha próximo era salobra. Uma água de qualidade ruim. Na nossa avaliação, é o tipo do imóvel que não se adequa a realidade da reforma agrária, não presta pra colocar famílias pra viverem lá e de lá tirar seu sustento e, inclusive, gerar excedentes. É muito complicado a situação de lá. Eu acho que fosse nos tempos de hoje, talvez, aquilo ali não tivesse passado pra reforma agrária [...] lá não é adequado pra reforma agrária. Para reforma agrária eu acho que Diamantina foi um equívoco. Agora, já que virou assentamento, eu acho que é um dever do governo. É um dever do INCRA viabilizar aquilo ali, ou pelo menos gerar as condições mínimas para que isso venha a ocorrer¹⁵⁸.

O PA Diamantina está localizado na Chapada do Apodi, espaço em disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Espaço marcado pelos processos observados por

¹⁵⁸Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2011, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

Oliveira (2001b): a territorialização e a monopolização do território pelo capital, haja vista as características físico-ambientais (de solo, água e clima) serem excelentes para o desenvolvimento do agronegócio, no caso, a fruticultura irrigada. Nesse sentido, algumas indagações são necessárias: por que as empresas do agronegócio disputam cada palmo de terra na Chapada do Apodi, mas não se viabiliza nesse espaço um assentamento rural? Ou seja: por que um imóvel rural, que está encravado em meio a essas riquezas naturais não é ideal para a construção de um PA? A questão é de opção política por parte do governo pelo agronegócio ou pelo campesinato ou as condições naturais do imóvel determinam a sua inviabilidade para a reforma agrária? Defende-se aqui que o cerne da questão está na decisão política, ou seja, o problema não está no imóvel rural que não serve a priori para a construção de um PA, mas sim, a opção tomada pelo Estado e governos petistas pelo agronegócio em detrimento da reforma agrária e do campesinato.

Para Sampaio Jr. (2013), o interesse da reforma agrária neoliberal dos governos Lula/Dilma não reside em desconcentrar a estrutura fundiária, mas apenas empurrar o problema para frente, evitando assim “[...] o risco imediato de uma conflagração no campo, pelo isolamento dos homens pobres em regiões remotas do país” (SAMPAIO JR, 2013, p. 227). Para ele este processo, de manter o isolamento dos pobres de forma dispersa, está sendo bem-sucedido, fato comprovado na realidade em estudo, onde os PA’s geralmente estão em locais inacessíveis, isolados, invisibilizados. Neste bojo, verifica-se que a reforma agrária no governo Lula foi regida por dois princípios: “não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa ajudar o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está, definitivamente, acoplada a expansão do agronegócio nesse país” (OLIVEIRA, A., 2007, p. 176).

Acredita-se que as reflexões destes autores lançam luz a reflexão sobre o PA Diamantina. Primeiro pelo isolamento imposto as famílias. Segundo pela serventia ao agronegócio, em ter por perto famílias assentadas que precisam, cada vez mais, do trabalho acessório para manter-se na condição de camponeses assentados, ou seja, mão-de-obra para as empresas do agronegócio na Chapada do Apodi, além da renda da terra paga ao latifundiário proprietário do imóvel rural desapropriado.

A questão da produção e geração de renda no PA Diamantina, diante do contexto apresentado de ausência de condições para desenvolver atividades agropecuárias irrigadas, torna-se um entrave para a permanência dos assentados na terra, bem como impossibilita os mesmos de viverem somente do trabalho familiar na unidade de produção, obrigando-os a

recorrer as relações de trabalho diversas: diarista, parceria, assalariamento temporário, principalmente, nas empresas do agronegócio e outras fazendas próximas ao assentamento. O assentado Antônio Marcos Ferreira dos Santos, ao analisar a questão da proibição pelo INCRA das famílias realizarem algum tipo de trabalho acessório fora do assentamento, é enfático ao ser perguntado se existe condições de se ter renda mínima dentro do mesmo:

Tem nada. Isso aí é uma coisa que o governo inventou, mas num se bate de jeito nenhum. Que eles botaram o pessoal aqui, nunca ajudaram em nada e ainda queria que o pessoal num trabalhasse fora. Mas, futuramente, o pessoal tem que se virá por fora, quem quer ficar fica, quem num quer, sai porque num aguenta né. [Tem que] caçar um serviço fora. Porque num tem serviço aqui [...]¹⁵⁹.

Portanto, percebe-se que o trabalho acessório funciona como uma das condições para a permanência das famílias no assentamento. O relato do assentado Francisco Arlindo Alves Fernandes, resume o quadro apresentado, ao afirmar que algumas famílias com outras rendas (serviço público com professores, aposentadoria, motorista etc.) ainda conseguem sobreviver, bem como alguns que chegaram no PA em condições financeiras melhores, mas a dificuldade é relatada pela maioria das famílias.

Olha, a principal dificuldade aqui é renda. Aqui num tem renda [...] Aqui tem uns que se viram na mata né, derrubando mata, tirando mourão, estaca, essas coisas e outros vão trabalhar fora né. E como eu tenho esse poço aqui e minha mulher tem uma renda eu ainda tô me mantendo por aqui. Mas, se não fosse isso eu tava trabalhando fora, me deslocando pras empresas na Chapada ali, no Chapadão pra trabalhar. Mas, atividade mesmo aqui não tem não. Não tem. Só o gado, algumas pessoas que criam gado e ovelha e caprino. Mas, assim, de renda, renda de você plantar e colher num tem não¹⁶⁰.

Contribui para o agravamento da questão de acesso a renda, a realidade na qual a maioria das famílias, mesmo estando há 2, 3, 4, 5 anos no assentamento, ainda não tiveram seus cadastros homologados pelo INCRA. Do total de 24 assentados atualmente no PA Diamantina, apenas 05 tem seus registros regularizados no SIPRA/INCRA, justamente os remanescentes desde os primeiros anos do PA, os outros 19 aguardavam a efetivação dos seus cadastros pelo órgão. Isso representa um grande problema, por inviabilizar vários processos de geração de renda, a exemplo, dos créditos instalação do próprio órgão¹⁶¹. Estes são liberados para os

¹⁵⁹Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará

¹⁶⁰Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2013, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará

¹⁶¹ O Crédito Instalação consiste no provimento de recursos financeiros sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária [...] com o objetivo de suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de suas unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento, o Crédito Instalação é concedido nas seguintes modalidades: apoio inicial, aquisição/material de construção, fomento, adicional Semiárido, recuperação de materiais de construção, reabilitação de crédito

assentados cadastrados, dentre várias modalidades, estão os direcionados para fomentar as atividades iniciais das famílias na produção agropecuária.

Salienta-se também aqui, que as famílias do PA Diamantina estão completando uma década sem nenhum apoio financeiro no tocante aos recursos para o financiamento. Está-se reportando aqui aos créditos do PRONAF, tão propagandeado pelos defensores dos governos petistas como o grande avanço, mas que as famílias do PA Diamantina não participaram deste novo Brasil, como apregoado no item que avalia os governos Lula/Dilma. Acerca de 3 anos, está tramitando um projeto no âmbito do PRONAF A para as famílias que possuem seus cadastros regularizados, mas até o momento desta escrita a realidade é de 10 anos sem crédito. Não está se advogando que a chegada do PRONAF resolveria os problemas de renda no PA, até porque se trata de uma política nos moldes neoliberais como asseverou A. Oliveira (2007), apenas trazendo a superfície o descaso dos governos petista, através do INCRA, confirmando a hipótese de que os grandes avanços propalados nestes últimos 12 anos, muitas vezes, não passaram de letra morta nos planos, programas, leis, e decretos.

Entretanto, é preciso abrir um parêntese para destacar que as famílias assentadas no PA Diamantina, em meio a todo o quadro de precariedade, omissão do Estado e dos governos, possui, ou melhor, talvez o mais acertado é dizer que possuíam suas experiências de resistência no tocante à produção, buscando de diversas formas driblar as dificuldades. Desde o início do PA, dentro das suas possibilidades, os assentados desenvolvem atividades agropecuárias diversificadas, principalmente, para o consumo familiar, comercializando alguns poucos produtos, em anos melhores, como o caso da produção irrigada de banana realizada a duras penas com esforço próprio e sem infraestrutura nenhuma. Dentre as atividades mais desenvolvidas ao longo dos anos, estão: a fruticultura irrigada como já citada, exclusivamente, a produção de banana; a apicultura; criação de caprinos e ovinos; bovinocultura de leite; a produção de grãos (feijão e milho) e criação de aves.

Quando afirma-se que possuíam suas experiências está se reportando aqui a experiência do sistema de organização e produção no PA que se dá de forma mista, ou seja, nos assentamentos “há diferenças também no processo de uso e posse da terra e no processo produtivo. Há assentamentos parcelados e não parcelados ou uma combinação das duas formas, conhecida como assentamento misto” (ALENCAR, 1998, p. 47). No caso do Estado do Ceará,

a forma de organização econômico-social predominante nos assentamentos rurais é o sistema misto de produção (MIRANDA, ACUNÃ e TAVARES, 2010).

No caso do Assentamento Diamantina, uma experiência bastante positiva era a produção coletiva, mesmo com todas as dificuldades. Era fato relevante a presença do rebanho coletivo de caprinos e bovinos: experiência que não se encontra mais após anos de escassez, ou seja, os duros golpes sofridos pelos assentados face a contrarreforma agrária levaram a escombros as experiências coletivas.



Figura 11 – PA Diamantina - Rebanho caprino coletivo em 2008. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo para elaboração do PDA, 2008.



Figura 12 – PA Diamantina – Rebanho bovino coletivo em 2008. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo para elaboração do PDA, 2008.

O PA Diamantina não foi parcelado oficialmente pelo INCRA, entretanto os próprios assentados definiram suas áreas individuais para a exploração, onde existiam, concomitantemente com as áreas individuais, as áreas coletivas ou comunitárias, ou seja, ocorria a forma mista de exploração da terra, conforme pode-se perceber no depoimento do assentado Veridiano de Araújo em meados de 2011:

Ele tá no sentido misto né. Tem nossas áreas coletiva né e tem as áreas individual. Por que é difícil, é difícil trabalhar o coletivo né. A gente já tentou muito, tenta puxar. Que logo também as coisas do governo eles pede que puxe pra ser mais pro coletivo né. Mais mesmo assim num tem jeito de num ter o individualismo. Então a gente resolveu fazer, tirar um lote pra cada um, lotear, pra quem puder ir cercando e trabalhar no coletivo, tem outros lotes que a gente deixou pra trabalhar o coletivo¹⁶².

O assentado José Jevazio Guimarães, ao falar da organização mista do assentamento, enfatiza a importância do trabalho coletivo para a manutenção e continuidade do assentamento:

¹⁶²Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte.

Ela é assim, ela é um pouquinho do coletivo, tem um pouquinho do coletivo e tem um pouquinho do individual. É as duas coisas. O coletivo tem um e o morador tem outro, sua área individual [...] O coletivo é o seguinte, tem um gadin, tem uma criaçãozinha de bode, tudo pouquinho, mais tem né. Aí então se é o seguinte, nós faz o coletivo assim: tem a necessidade pra dar de comer o animal, tem de buscar um, tem de vacinar, a gente faz o coletivo [...] cerca [...] a cerca é no coletivo [...]. Esse coletivo é o seguinte, ele serve, olhe, que nem um tempo desse os meninos venderam uns bichos, venderam um pouquinho pra ver se analisava um pouquinho da estrada pra passar ao menos com as crianças pra ir pro colégio [...] aplicaram nas estradas, botaram uma carradinha de brita [...] é assim, quando precisa, quando precisa eles tiram [...]. É pra gastar dentro do coletivo mesmo. Rapaz, no meu entender e sempre eu aconselho os outros, o coletivo é uma das coisas melhor dentro do assentamento, por que sem o coletivo nós não somos ninguém [...] no que você tá fazendo o coletivo você tá ajudando, você ajuda o assentamento e ajuda a nós mesmo né, que ali é uma reserva [...] Uma bomba dá o prego, precisa de uma viagem tem o coletivo ali [...]¹⁶³.

Além da questão da posse e uso da terra, consequentemente, a produção ser organizada de forma mista, é importante destacar que todas as famílias têm ou tinha o dever de todo sábado realizar o que para eles é chamado de dia coletivo, ou seja, uma vez por semana as famílias se reúnem para a realização de tarefas diversas no assentamento, como por exemplo: recuperar as cercas e a estrada, fazer a limpeza da agrovila, entre outros, conforme nos descreve a, hoje, ex-assentada Maria do Socorro Freire da Silva:

Nós temos coletivo. Nós temos o gado né, temos a criação e os nossos serviços que é prestado todos os sábados a bem da propriedade, que é coletivo. Agente só para um pouquinho na parte invernosa, quando o inverno também é muito pesado. Agente deixa de mão o coletivo em bem da propriedade, por que o período de inverno é muito dificultoso. Aí a gente já parte também pra agricultura né, por que muitos é individual, a gente já deixa essa parte pra o agricultor, o que vai plantar, ele ficar mais a vontade. Mesmo que ele vai ganhar o pão fora na semana, já no sábado e no domingo ele tá pro dele né. Têm as duas coisas, nós temos o coletivo e temos o individual¹⁶⁴.

Após anos de desprezo, abandono e numa situação degradante, precariedade materializada principalmente, nas ausências de ATER permanente e do cadastramento das famílias que chegam para serem assentadas, o coletivo no PA Diamantina não resistiu e praticamente sucumbiu. As palavras do assentado Antonio de Oliveira Lima corroboram com o descrito:

[...] a gente tem que ser realista. Pra ser sincero, até isso [coletivo] aí também tá fraco. Tá assim, o pessoal tá sem força né. Um diz assim: “rapaz to com um ano, dois, to com três, to com quatro”. Eu mesmo to com quatro anos [sem cadastro no INCRA]. A gente até desisti de coletivo. A gente num vai não. Por que a gente diz: rapaz, a gente vai fazer esse esforço aí, vai pra, fazer um coletivo, mas a gente sabe que num tá valendo nada aquilo. Aqui nós tamos, eu tou aqui, mas o INCRA não sabe que eu to aí. Eu num sou cadastrado lá no INCRA né. Aí as vezes a gente até desisti né. [...] a associação, também, tá um pouco atrasada aí [...] nós se achemos abandonados. Uns vão pro lado, outros pro outro pra puder ganhar um alimento. Outros, no dia de sábado,

¹⁶³ Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁶⁴ Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

que é o dia coletivo, tão é ganhando uma diária lá fora né, outros tão chegando do trabalho. Isso aí, essa parte, também, tá meio atrasado, tem que ser realista né [...] ¹⁶⁵.

Diante do quadro de precariedade resisti minimamente aos trancos apenas a produção individual daqueles que permanecem, muito incipientemente, agravada por três anos de seca que assola o Estado do Ceará: a produção é prejudicada sobremaneira, mas é preciso ressaltar que as famílias que ficam resistem, sendo que algum excedente é comercializado com atravessadores, pois, é fato que o PNAE e o PAA, programas tidos como avanços nos últimos anos, não chegaram a realidade do PA Diamantina.



Figura 13 – PA Diamantina – Produção de grãos (feijão) em lote individual em 2013. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

¹⁶⁵ Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2013, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.



Figura 14 – PA Diamantina – Bovinocultura de leite individual em 2013. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.



Figura 15 – PA Diamantina – Apicultura em 2008. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo na elaboração do PDA, 2008.

Retornando a discussão sobre o quadro de precariedade vivenciado pelos camponeses assentados é importante analisar o acesso aos serviços básicos de saúde e educação. As dificuldades de acesso a estes acompanharam e acompanham as famílias, sendo oferecidos com dificuldades até os dias atuais. Primeiro, pela questão da estrada, que ao não possibilitar praticamente o tráfego durante o inverno, como já foi citado nos relatos dos entrevistados, impossibilitava os estudantes de irem as aulas normalmente e o deslocamento de pacientes para serem atendidos na Comunidade de Sucupira, no município de Limoeiro do Norte, onde são localiza-se a escola e o posto de saúde que oferecem os serviços de educação e saúde as famílias do PA. Uma segunda dificuldade é, justamente, a questão da mudança de localização do imóvel, já tratada em páginas anteriores.

Percebe-se, que os serviços que chegaram e chegam no assentamento, mesmo precários, são oriundos do Poder Público Municipal de Limoeiro do Norte, incluído, saúde¹⁶⁶ e educação. A Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte, que em tese seria a responsável pelo PA ser oficialmente deste município, não assume a frente dos processos, motivo pelo qual estes ocorrem com constrangimentos, como relata o assentado Antônio de Oliveira Lima:

Rapaz a gente tem que torcer que não adoeça. Aqui não tem essa, como se diz, esse apoio de saúde aqui não tem. A gente vai pra Sucupira [Limoeiro do Norte] ali quando adoece uma mãe aqui, uma criança, vai pra Sucupira. Já teve umas polêmicas que aqui era município de Tabuleiro e a gente aqui só é beneficiado com Limoeiro. Aí já teve gente lá que foi barrado, que tinha que ir pra [comunidade de] Pedra Preta [Tabuleiro do Norte]. Ai é mais longe, a necessidade é maior. Mas ai o Veridiano [Presidente da Associação] já teve conversando com o pessoal lá fora, com a Secretaria de Saúde [...] Mas aqui Agente de Saúde num existe não. Nunca teve. Quatro anos aqui nunca andou Agente de Saúde aqui. Temos não¹⁶⁷.

Na ocasião de uma das visitas para a presente pesquisa, oportunizou presenciar a passagem de uma equipe de profissionais da saúde do Município de Limoeiro do Norte, fato não recorrente, pois não existe atendimento programado no PA, onde numa conversa sem ser gravada, um membro da equipe tratou da não obrigação deste município com as famílias, mostrando preocupação devido à administração de Tabuleiro do Norte não arcar com as responsabilidades perante o PA.

Outro problema que contribui estruturalmente para materializar o quadro de precariedade no PA Diamantina é a inexistência de serviços de ATER ao longo destes 10 anos. A PNATER, apesar de ser uma política pública e constar nos documentos oficiais relacionados ao campo, que a ATER é um dos serviços primordiais, a realidade aponta que não passa mais

¹⁶⁶A precariedade com relação aos serviços de saúde é de tal ordem que o acompanhamento de Agente de Saúde é inexistente na comunidade.

¹⁶⁷Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2013, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

uma vez de letra morta. Não apenas para os camponeses do PA Diamantina, mas para a ampla maioria dos camponeses assentados no Estado do Ceará. Nesses três governos petistas, assim como seus anteriores (FHC), foram anos de descaso, como: inúmeros períodos de descontinuidades dos serviços; atrasos nas liberações de recursos e pagamentos para as equipes de profissionais; inoperância do INCRA para executar os serviços; elaboração de chamada pública ou contratos com planejamentos/metast fora da realidade das famílias; ausência de uma integração entre os órgãos, a exemplo, instituições oficiais de crédito, secretarias de agriculturas, INCRA, EMATERCE, SDA, visando dar agilidade as demandas oriundas das famílias; entre outros. Culminando para um longo período de paralização, entre junho/2012 a maio/2014, onde as famílias assentadas nos assentamentos rurais do Ceará ficaram sem nenhum tipo de ATER.

O depoimento do assentado Veridiano de Araújo é bastante esclarecedor e confirma o contexto apresentado acima, ao tocar na questão da descontinuidade constante dos serviços de ATER no ano de 2011¹⁶⁸. Ressalta também os prejuízos para as famílias assentadas:

Todo ano tem um grande problema que é mudança disso, de governo, entrada de ano e existe aquelas quebra de contrato, que é onde prejudica muito o assentamento né. Que ninguém vai trabalhar de graça e manter uma empresa de assistência técnica de graça. Então, essa quebra de contrato, agora mesmo esse ano acho que já vai com quatro, cinco meses é muito prejudicial pra gente né. Quando a gente quer o apoio deles a gente vem aqui a Tabuleiro né, dessa equipe técnica que é quem apoia a gente lá. A gente vem a Tabuleiro e eles tão aqui pra apoiar. Só que eles têm essa grande dificuldade. Tem essas quebras de contrato todo ano e isso dificulta muito pra gente, fica muito ruim pro assentamento sem essa assistência técnica, quando tem essas quebras de contrato e todo ano vem tendo¹⁶⁹.

Com base na análise feita por José Antônio dos Santos, Assessor da FETRAECE, quando faz referência a ATER durante os oito anos dos governos Lula, pode-se destacar que mesmo com a aprovação da PNATER, ocorreu descontinuidade dos contratos,

¹⁶⁸ Reportagem do dia 25 de março de 2011, do site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) denuncia a descontinuidade de assistência técnica para a reforma agrária no Estado Ceará: **“Assentados ocupam INCRA por assistência técnica no Ceará”**. Cerca de 200 trabalhadores assentados organizados pelo MST e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará, ocuparam nesta quinta-feira a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Fortaleza, no Ceará. Também participaram da ocupação técnicos agrícolas. O protesto cobra a liberação de recursos para assistência técnica nos assentamentos de Reforma Agrária, que está atrasado desde dezembro de 2010. “Só vamos sair do Incra quando a situação for resolvida”, afirma Antônio Ivoneide, da Coordenação Estadual do MST. A demora na liberação de recursos para o pagamento dos técnicos prejudica os trabalhadores assentados, principalmente nesse período de chuvas, que impõe maiores dificuldades à produção de alimentos. Os movimentos do campo pedem também uma reunião com a bancada de parlamentares do Ceará no Congresso Federal para discutir o orçamento da Reforma Agrária e a situação do Incra. No Ceará, há 400 assentamentos rurais, com 26 mil famílias assentadas. Mais de 200 profissionais da assistência técnica, como agrônomos, técnicos agropecuários, zootecnistas, assistentes sociais e pedagogos atuam nos assentamentos de Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/11455>>. Acesso em 07 jul. 2011.

¹⁶⁹ Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte

consequentemente, gerando prejuízos para famílias assentadas, como já salientou o assentado anteriormente:

A assistência técnica foi de qualidade, mas não foi continuada e isso causou grandes transtornos para os agricultores assentados e as agricultoras. O governo tentou através de solicitação dos movimentos e nós da FETRAECE, juntos com a CONTAG, fizemos um esforço muito grande político. O governo conseguiu aprovar no Congresso Nacional uma Lei de ATER. Só que a Lei de ATER, mesmo assim não está resolvendo, porque os instrumentos que ela se utiliza de chamadas públicas, são instrumentos que não resolvem. Por quê? Porque nós não acreditamos em assistência técnica que tem data pra começar e tem data pra terminar nos contratos. Extensão rural é um processo contínuo, educativo e, essencialmente, comprometido [...]. Agora, a gente também tem que entender que, assistência técnica, ela por si só não vai resolver o problema [...], há necessidades que as políticas públicas sejam disponibilizadas para que cheguem a essas famílias e elas possam usufruir destas políticas públicas. E muitas das políticas públicas não chegaram [...] ¹⁷⁰.

O depoimento do assentado Antônio de Oliveira Lima, evidencia a importância da presença da equipe de profissionais de ATER junto às famílias, bem como deixa claro a consequência e o sentimento que envolve os assentados nestes anos que o Estado e os governos petistas, através do INCRA, não respeitaram e descumpriram a Lei (PNATER) que eles próprios elaboraram e aprovaram: “Nós aqui somos jogados aí que nem o vento, a folha no vento, no ar” ¹⁷¹. Depoimento esse que materializa as reflexões daqueles que defendem que está em curso uma reforma agrária neoliberal nos governos petistas.

Ao reduzir o programa agrário à mera distribuição de lotes de terra e providências de regularização da propriedade de posseiros, ignorando propositalmente a necessidade de dar ao assentado assistência técnica, comercial e financeira, os beneficiários da reforma agrária na sua grande maioria nunca superaram o estado de penúria e extrema instabilidade, permanecendo sempre vulneráveis aos ataques do latifúndio e da especulação fundiária. Perpetua-se, assim, o padrão histórico de expansão e ocupação da fronteira agrícola, de acordo com o qual o homem pobre abre a picada e prepara o terreno para a chegada do grande capital (SAMPAIO JR., 2013, p. 227-228).

Neste momento de produção do presente texto, o INCRA está iniciado a implementação da ATER em alguns assentamentos do Ceará, entre eles, uma parte dos PA's da Microrregião do Baixo Jaguaribe, sendo incluído os assentamentos de Tabuleiro do Norte. Mas, as informações colhidas em diálogos junto a técnicos que estão trabalhando no momento não são as melhores, haja vista, os problemas persistirem, como por exemplo, os profissionais com dois e até três meses de salários atrasados, inviabilizando a prestação dos serviços com qualidade. Portanto, além de tratar-se de uma licitação que não universaliza a ATER para todas as famílias, sendo isso uma promessa do INCRA para ser efetivada até o final deste ano (2014), permanece

¹⁷⁰Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2011, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

¹⁷¹Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2013, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará

a precariedade das ações de ATER no Ceará. Reginaldo Ferreira de Lima, um dos técnicos que compõe a equipe que prestará ATER aqui na referida Microrregião, ao tratar do tempo de descontinuidade e a perspectiva de retorno, já mostrava-se preocupado no que iria encontrar nos PA's, bem como os prejuízos causados as famílias durante o período sem os profissionais em campo:

Rapaz, eu avalio, assim, que os assentamentos estão perdidos. E, quando a gente falou que ia voltar [...] ia ter uma chamada pública, a gente reuniu os assentamentos aqui da região, e eles ficaram muito felizes porque disse que a assistência técnica precisa voltar, eles estão perdidos, sem apoio ao crédito, sem apoio a nada. Aqui [...] precisamente pra Tabuleiro, nem a EMATERCE. Segundo eles [da EMATERCE] não podem estar entrando muito na questão dos assentamentos e aí eles [os assentados] ficam totalmente desassistidos. Porque técnico do INCRA vem a assentamento, praticamente, uma vez no ano e quando vem é pra fazer chamada de assentado que saiu e assentado que entrou e eles estão totalmente soltos e perdidos aí. Eu não sei como é que, a gente vai começar de novo, como é que vai trabalhar, por onde, quando começar uma nova assistência técnica, se começar¹⁷².

Para concluir esse item, faz-se necessário citar uma questão que demonstra por si só, o descaso para com a reforma agrária neste país, ou melhor, a opção em realizar um movimento de contrarreforma agrária, como anunciado por Thomaz Jr. (2003) acerca do governo Lula em seu início e defendido por Oliveira (2010). O PA Diamantina completa 10 anos sem nenhum tipo de planejamento, ou seja, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), defendido pelo próprio INCRA como essencial para os assentamentos, foi elaborado em 2008, mas o órgão até a última visita na comunidade em março/2014 não havia dado nenhum retorno acerca do documento. Não se trata aqui da crença irrefutável no planejamento e na fé no Estado¹⁷³, onde a partir destes sairá à solução para os problemas estruturais vivenciados pelos camponeses assentados, mas, mais uma vez, por em relevo o descaso, o descumprimento entre o escrito e dito e o realizado pelos governos nestes últimos anos no Brasil, com relação ao campo, especialmente, quando a questão é a reforma agrária.

O assentado Veridiano de Araújo, que na época da discussão do PDA já era Presidente da Associação Comunitária do assentamento e participou da construção do mesmo, deixa evidente seu desapontamento com o descaso e ineficiência do INCRA, em não dar nenhuma

¹⁷²Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2014, na residência do entrevistador, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁷³ É preciso levar em conta a crítica formulada por Carlos (2004), acerca do planejamento na sociedade capitalista. Mesmo a autora tratando especificamente do Planejamento urbana, acredita-se ser possível pensar o campo. Para ela, na Geografia estabelece-se uma tendência de substituição da crítica ao planejamento pela aposta nele como consequência necessária para superar as situações de conflito e como possibilidade de transformação do mundo. Com isso, encobre-se a questão de que os fatores de manutenção das relações de produção degeneram e deterioram a vida humana (CARLOS, 2004, p. 305).

resposta sobre o documento. Documento esse, segundo ele, de extrema importância para a comunidade, como pode ser visto abaixo:

O PDA foi bastante importante. Foi pro INCRA pra ser aprovado, nunca voltou e a gente precisa né! Porque tudo parte dele né, do PDA. Toda questão a gente botou ali no PDA. Nossos sonhos, nossas expectativas, toda nossa esperança [...] passamos em grupo, todos né, pro PDA. E não tivemos resposta até agora nenhuma do INCRA. Já faz dois anos, três anos [...] ¹⁷⁴.

O quadro de precariedade vivenciado pelos camponeses assentados frente ao abandono a que estão submetidos pelos governos das três esferas, assim como, a burocracia e a ineficiência do Estado, quando a ação visa atender ao campesinato, faz cair por terra a tese de que está em curso uma reforma agrária conservadora e que os governos Lula/Dilma romperam com o ideário neoliberal. Ao contrário, a degradante realidade nos assentamentos rurais materializa a contrarreforma agrária, assim como, o apoio ao avanço avassalador do agronegócio, devastando tudo e todos no seu caminhar insaciável por lucro, demonstram a continuidade das políticas neoliberais nos últimos 12 anos.

3.5 A expulsão camponesa no PA Diamantina: uma das faces da contrarreforma agrária em curso

Segundo Oliveira (2001b), o desenvolvimento capitalista se dá na produção de suas próprias contradições, onde o capital cria o trabalho assalariado, pela expropriação e, concomitantemente, (re)cria o trabalho familiar camponês, para que sua produção (do capital) possa ocorrer por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Dentro deste arcabouço teórico, do desenvolvimento contraditório, desigual e combinado do capital e seu caráter rentista, é que se busca compreender a questão agrária no Brasil, consequentemente, a reforma agrária, a discussão dos assentamentos rurais e a expulsão de camponeses destes. Nesse sentido, as palavras de Fernandes (2010), na epígrafe introdutória deste trabalho, as quais se faz questão de reproduzir a seguir, são pistas para refletir acerca da questão da expulsão camponesa nos assentamentos:

A precariedade da reforma agrária e das políticas agrícolas para o setor camponês – marca iniludível de todos os governos que assumiram o Estado brasileiro – está expulsando famílias assentadas. No lugar dessas famílias excluídas surgem novas famílias assentadas. O problema não se resolve em si, se reproduz em si (Ibidem, p. 192).

¹⁷⁴ Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte.

A realidade do PA Diamantina dá concretude as palavras do autor, pois o que se constata é uma expulsão de camponeses assentados e no lugar destes expulsos, novos camponeses assentados surgem para ocupar a vaga, ou melhor, a terra do assentamento. Nesse processo é mister fazer a seguinte indagação: como ler essa reforma agrária a partir da lente do desenvolvimento contraditório do capital aludido acima? A resposta a essa indagação passa pelo entendimento de que a reforma agrária nos moldes como está sendo executada, e o PA Diamantina é um claro exemplo, atende totalmente os anseios do capitalista rentista no tocante à produção do capital, através da extração da renda da terra absoluta, realizada por meio da indenização no ato de desapropriação do imóvel para a reforma agrária. Nesse ponto, os escritos de Martins (1981) são esclarecedores quando, ao criticar a reforma agrária distributivista afirma que na sociedade capitalista “a propriedade fundiária não se concentra nem se divide sem a mediação do capital” (Ibidem, p. 168), bem como assevera que: “[...] é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada, pois no capital e no trabalho assalariado” (Ibidem, p. 170). Esse é um pressuposto basilar para se entender a dinâmica no Estado na construção dos assentamentos rurais frente as indenizações garantidas aos latifundiários e pagas pelo INCRA, ou seja, a produção do capital via renda da terra, ainda hoje, é um mecanismo que dinamiza sobremaneira o modo de produção capitalista no Brasil.

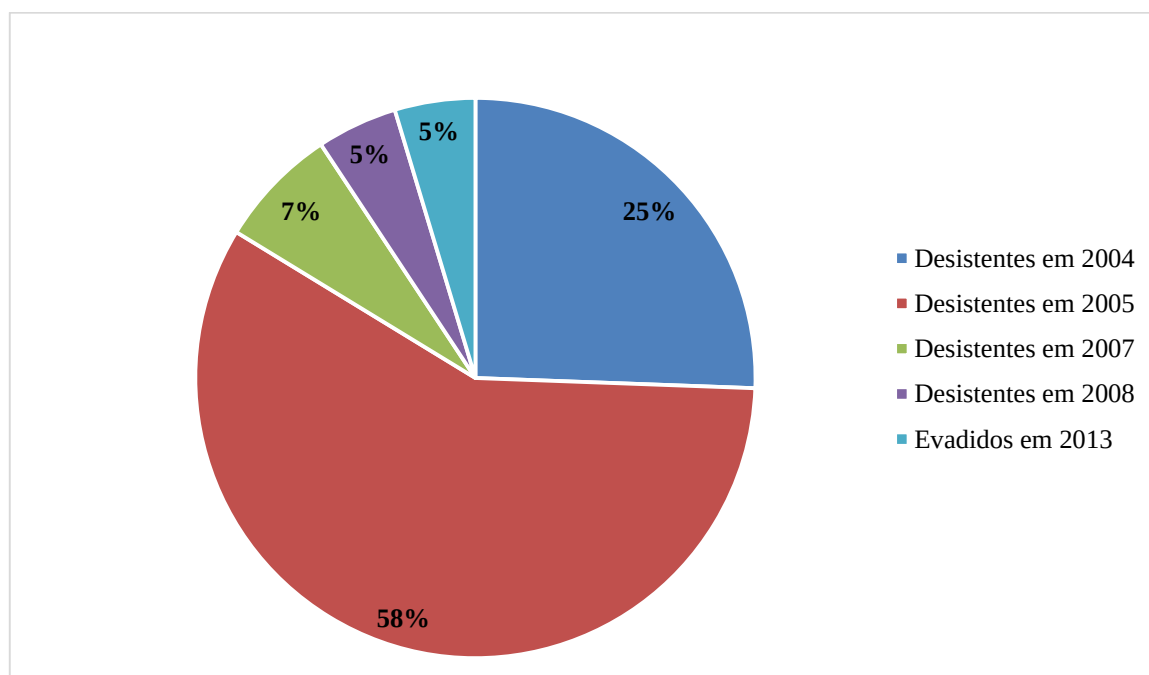
Nesse contexto, a reforma agrária implementada no país, seja via a luta pela terra, seja pela negociação, ao materializar a construção do atual modelo de assentamento alimenta o rentismo com a indenização - mesmo sendo uma parte paga em Títulos da Dívida Agrária (TDA) resgatáveis em até 20 anos, no caso da terra nua, e as benfeitorias em dinheiro. Ao passar desta fase de proporcionar a produção do capital com a indenização, ou seja, com a apropriação da renda absoluta da terra pelo capital, o assentamento perde a razão de ser para o Estado, pois o capital já foi beneficiado. Dito de outra forma: o Estado já cumpriu seu papel de atender os interesses dos proprietários e nesse momento tem início a agonia dos camponeses assentados ao se depararem com a situação de precariedade e abandono que leva uma ampla maioria a deixar a terra, como será visto aqui no caso do PA Diamantina.

Os dados apresentados a seguir, foram resultados de um trabalho detalhado sobre o histórico de famílias assentadas no Assentamento Diamantina com foco, principalmente, no levantamento de dados sobre as famílias expulsas: quantificação e periodização desse processo. Os referidos dados foram obtidos a partir do Sistema de Informações de Projetos de Reforma

Agrária (SIPRA/INCRA); por meio de pesquisas no Livro de Registro de Atas da Associação do referido Assentamento; contatos com as famílias assentadas mais antigas e as ex-assentadas, além dos técnicos que trabalharam na ATER e os que ainda prestam os serviços de ATER no Assentamento. Através da análise dos mesmos, foi possível mensurar a dimensão do problema da expulsão dos camponeses assentados.

Inicialmente foi constatado que as primeiras famílias homologadas pelo INCRA para serem assentadas no PA ocorreram no final do ano de 2004. No referido ano, ocorreram quatro datas diferentes de homologação das mesmas, quais sejam: em 22/10, 09/11, 30/11 e 06/12, com 24, 6, 9 e 4 famílias homologadas, respectivamente, totalizando 43 famílias. Ao analisar os dados de famílias desistentes e a relação de beneficiários do SIPRA/INCRA, constatou-se que 100% das famílias homologadas inicialmente pelo INCRA em 2004 deixaram o PA ao longo dos anos, sendo 41 desistências e 2 evasões. O gráfico a seguir, explicita como ocorreram estes processos ao longo dos anos.

Gráfico 18 – Desistência e evasão das famílias homologadas em 2004



Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Ao analisar o gráfico acima, verifica-se que do total geral de 43 famílias desistentes/evadidas, em relação às homologadas em 2004, o ano de 2005 é o que apresenta o maior índice de desistência, com 58% das famílias, seguido pelo ano de 2004, com 25% das famílias desistentes. Por fim, os anos de 2007 e 2008 com, 7% e 5%, respectivamente e apenas

5% a evasão, em 2013. É importante destacar que o ano de 2005 foi quando se iniciou o trabalho de construção das moradias, conforme está registrado no Livro de Atas da Associação do Assentamento, no trecho da Ata do dia 08 de julho de 2005: “[...] dando continuidade foi levantado o nome de uma pessoa responsável pelo material e estabelecer um horário para entregar este material. Ficou acertado que um topógrafo irá demarcar a área das casas no dia 15 (quinze) de julho de 2005 (dois mil e cinco) [...]”.

A maioria das famílias foram homologadas em outubro do ano de 2004, aproximadamente 56% das homologadas deste ano. Ou seja, cerca de 8 meses depois, em julho de 2005 conforme ata acima, ainda estava sendo discutida a questão da vinda de um topógrafo para a demarcação dos locais para a construção das moradias, demonstrando a lentidão do processo. Lentidão fruto da burocratização e inoperância do INCRA, como o estudo de Carter e Carvalho (2010) destaca, quando se refere à lentidão e a burocratização dos processos administrativos na criação dos assentamentos rurais:

Mesmo com a pressão social, os procedimentos burocráticos de implantação de um assentamento podem durar vários anos. A velocidade do processo varia em grande medida segundo a vontade política do governo e a ocorrência de entraves judiciais. Na média nacional, a demora entre o início da mobilização pela terra e a desapropriação do imóvel é de quatro anos. Durante esse tempo devem-se cumprir diversos ritos administrativos que vão desde a vistoria formal de uma fazenda para sua caracterização como latifúndio até a assinatura do decreto presidencial que desapropria a área por interesse social para fins de reforma agrária. O Poder Judiciário pode interromper esse processo a qualquer momento a partir de recursos impetrados pelo proprietário da terra. Tudo isso reflete o fato de que uma reforma agrária conservadora é feita sob uma arquitetura legal e burocrática desenhada para proteger os interesses dos grandes proprietários antes que favorecer a redistribuição da terra (Ibidem, p. 292).

José Fábio da Silva Oliveira, um dos assentados com cadastro homologado em 2004, teve duas passagens pelo assentamento, ou seja, duas entradas e duas desistências, sendo a primeira ocorrida no ano de 2005. Ao ser indagado sobre como era à vida das famílias neste período e quais os problemas que as mesmas tinham que atravessar, ressalta o processo lento de construção das moradias e a ausência de apoio do INCRA às famílias.

Quando a gente chegou lá só era mato, nós começamos arrancando de chibanca, limpar o canto das casas lá. Demorou lá muito para chegar algo, quando eu saí de lá não tinha nem começado ainda, quando eu saí a primeira vez, não tinha nem começo de casa lá, só mato. As reuniões eram feitas lá na sede, hoje onde é a sede do assentamento, uma casinha da fazenda lá em cima. Nós ía de manhã e vinha a tarde, todo santo dia, nós ia de bicicleta, ninguém tinha moto na época, de carroça com compadre Xisto, era uma dificuldade medonha. Arrancar tronco de chibanca pra limpar o canto das casas. A dificuldade de acesso que não tinha, pra gente não tinha transporte pra levar. Falta de recursos que o INCRA também num dava assistência também, era cada qual por conta própria. Tudo isso era dificuldade pra gente [...], estrada em péssima qualidade [...], a água consumível não [tinha], só mesmo pra

construção de casas tinha, lá na frente, lá na fazenda. Pra beber tinha que ser levada daqui ou pegada lá no Sítio do Góis [...]. Eu sai de lá num tinha começado nem a encostar material pras casas¹⁷⁵.

Maria do Socorro Freire da Silva, assentada no momento deste depoimento e, atualmente, ex-assentada, ao descrever o período de construção das moradias, enfatiza a extrema dificuldade pelo que passou as famílias nos anos iniciais (2004-2005), privadas de condições mínimas, como por exemplo, acesso à água para o consumo, uma necessidade básica.

Pois bem, umas famílias que vinha da Sucupira, esses vinham, trabalhavam aqui o dia, a tarde ia voltando. E outros, que nem outros que vieram de Limoeiro, não, esses se arrancharam aqui debaixo deste pé de Juazeiro, era debaixo deste pé de Juazeiro e mais umas Juremas que tinha aqui pra trás. Ficaram parece que três famílias aqui [...]. Estes vieram de morada e construíram a casa e só foram buscar as coisas, ficaram todo tempo era aí debaixo [das árvores]. Nunca faltavam, era dificilmente fechar, como se diz aqui, de dia e de noite tinha gente aqui [...]. Foi muito difícil viu [...] porque, quando as famílias vinham, muitas vez vinha só o homem, num vinha a mulher, aí a gente diz no popular, duas panelas né. Aí já muito pobre, houve muita dificuldade aqui dentro. A dificuldade da água, que era água salgada [...] além da água ser limitada, era salgada. Aí tinha pra construção, [mas] num tinha pra beber [...]. Era muito sofrido, eles sofreram muito, os primeiros fundador dessas casas [...] eles sofreram. Tudo foi com sacrifício, num foi nada de graça não, tudo foi com muito suor, com muita garra, com força de vontade mesmo, se num tivesse sido, nós num tinha chegado onde chegamos não¹⁷⁶.

Com base nos depoimentos das famílias, tem-se a dimensão da precariedade das condições de vida nas quais o INCRA assentou as mesmas, deixando claro que o imóvel desapropriado não possuía as condições mínimas para viabilizar a construção de um assentamento rural, conseqüentemente, era necessário uma intervenção inicial urgente do órgão, algo que não ocorreu. E o que agravou mais a situação foram: a longa espera, a lentidão do processo para construção das moradias, onde as famílias foram homologadas nos últimos meses de 2004 e no segundo semestre de 2005 ainda não tinham sequer construído suas casas. Um longo tempo de espera numa situação totalmente degradante para a vida humana, como resume Antônio Marcos Ferreira dos Santos, assentado atualmente, “período muito difícil né. Que nessa época num tinha água nem pra beber e nem pra construir uma casa dessas [...]”¹⁷⁷.

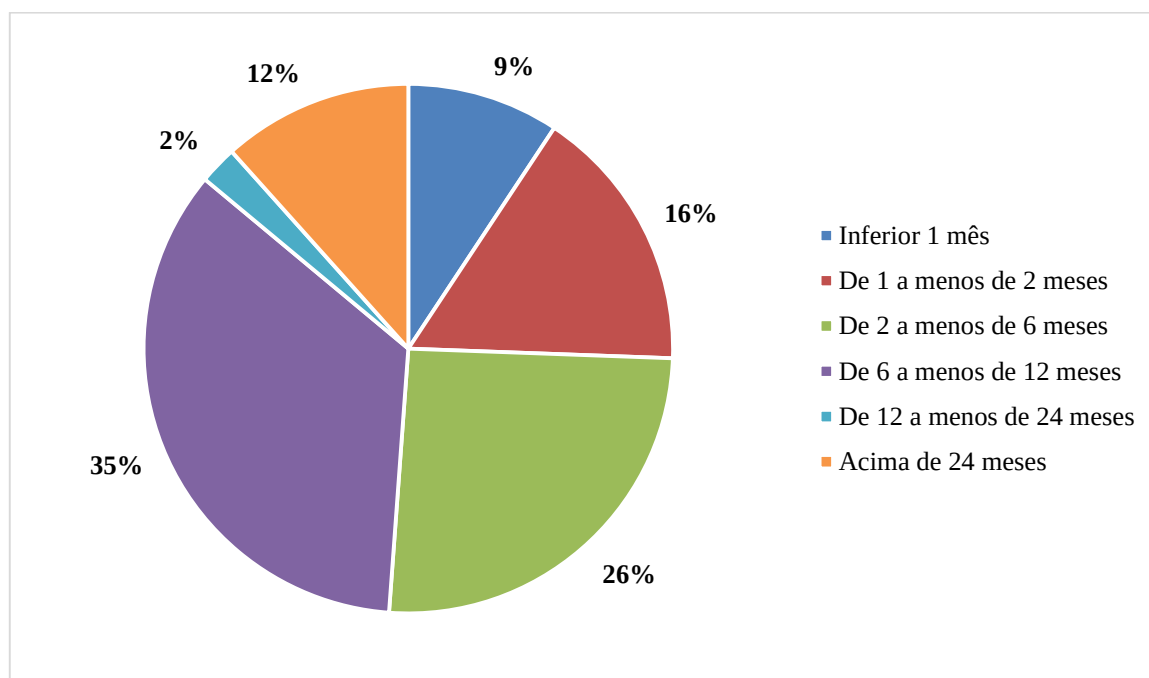
O tempo de permanência no assentamento das famílias homologadas e, posteriormente, que desistiram/evadiram, também fez parte das análises dos dados, demonstrado no gráfico 17, com relação ainda as famílias homologadas em 2004.

¹⁷⁵ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, Comunidade de Sucupira, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

¹⁷⁶ Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁷⁷ Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

Gráfico 19 - Tempo de permanência no assentamento das famílias homologadas em 2004

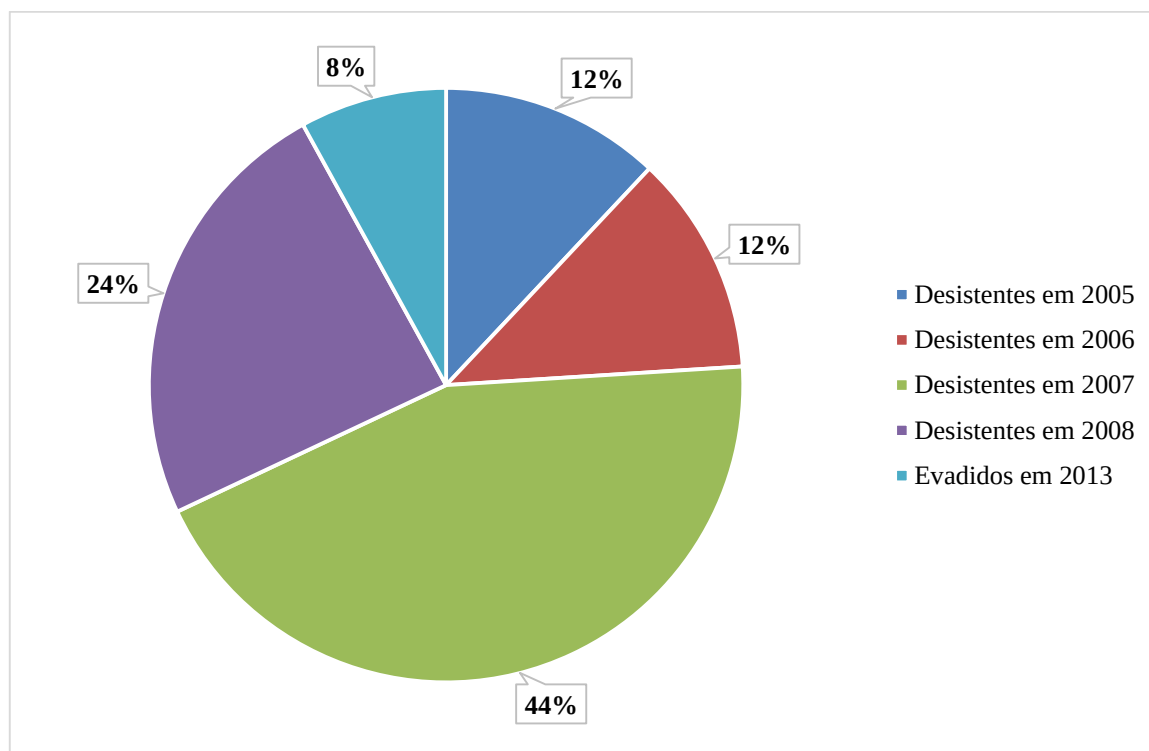


Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014

Ao analisar o gráfico acima, pode-se concluir que 35% das famílias homologadas permaneceram no assentamento de 6 a menos de 12 meses; 2% de 12 a menos de 24 meses e que 12% delas permaneceram mais de 24 meses, ou seja, somando estes três percentuais percebe-se que 49% das famílias permaneceram, ao menos, mais de 6 meses assentadas. E que, na outra ponta, 51% permaneceram menos de seis meses no assentamento. Esse foi exatamente o período onde se inicia a construção das moradias com todo o quadro de dificuldade já citado anteriormente, ou seja, 51% das famílias deixam o PA nesse período com menos de 6 meses, enquanto 49% seguiram resistindo.

Ao analisar os dados referentes aos cadastros homologados pelo INCRA durante o ano de 2005, temos um total geral de 28 famílias. Homologações essas, realizadas em quatro datas diferentes: 24/06 com 17 famílias homologadas; 28/06, 01 família apenas; 11/08, 6 famílias e, por fim, 4 famílias em 07/10. Destas 28 famílias homologadas em 2005, apenas 3 delas permanecem ainda hoje no assentamento, ou seja, 25 famílias (89%) engrossam a lista de desistentes (23) e evadidos (2).

Gráfico 20 – Desistência e evasão das famílias homologadas em 2005

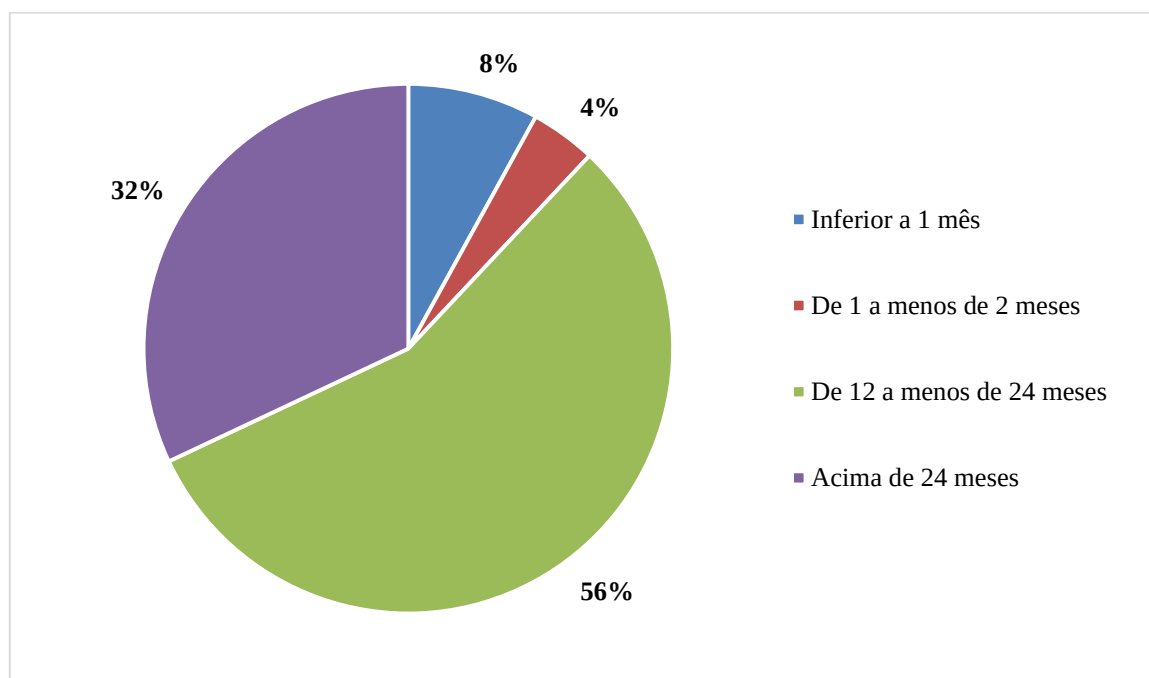


Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

O gráfico acima aponta o ano de 2007 com a mais elevada taxa de desistência neste grupo de famílias cadastradas no ano de 2005, atingindo um percentual de 44% (11 desistências). 2008 é um ano que também concentra bastante desistentes, onde cerca de 24% deixam a comunidade, seguido pelo ano de 2005 e 2006, com 12 % cada e, por fim, 2009 e 2010, com apenas 4% cada e 2013 com 8% de evasão. O contexto verificado neste período do ano de 2007 é o das moradias já concluídas, mas com um precário abastecimento de água para o consumo, onde as famílias eram atendidas por carros-pipa, assim mesmo com enorme dificuldade.

O próximo Gráfico, evidencia o tempo de permanência no assentamento das famílias homologadas no ano de 2005.

Gráfico 21 - Tempo de permanência no assentamento das famílias homologadas em 2005



Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

A partir dos dados apresentados no gráfico, constata-se que 56% das famílias homologadas no ano de 2005, permaneceram de 12 a 24 meses e que 32% delas, resistiram mais de 24 meses. Somando os dois índices, temos 88%, ou seja, uma ampla maioria das famílias sobreviveram na terra pelo menos 12 meses e um índice baixo de apenas 12%, que permaneceram menos de 2 meses no assentamento. Acredita-se que, em meio à tamanha precariedade, 88% das famílias permaneceram pelos menos 12 meses, representa um forte indicativo do compromisso e desejo das famílias em permanecer na terra.

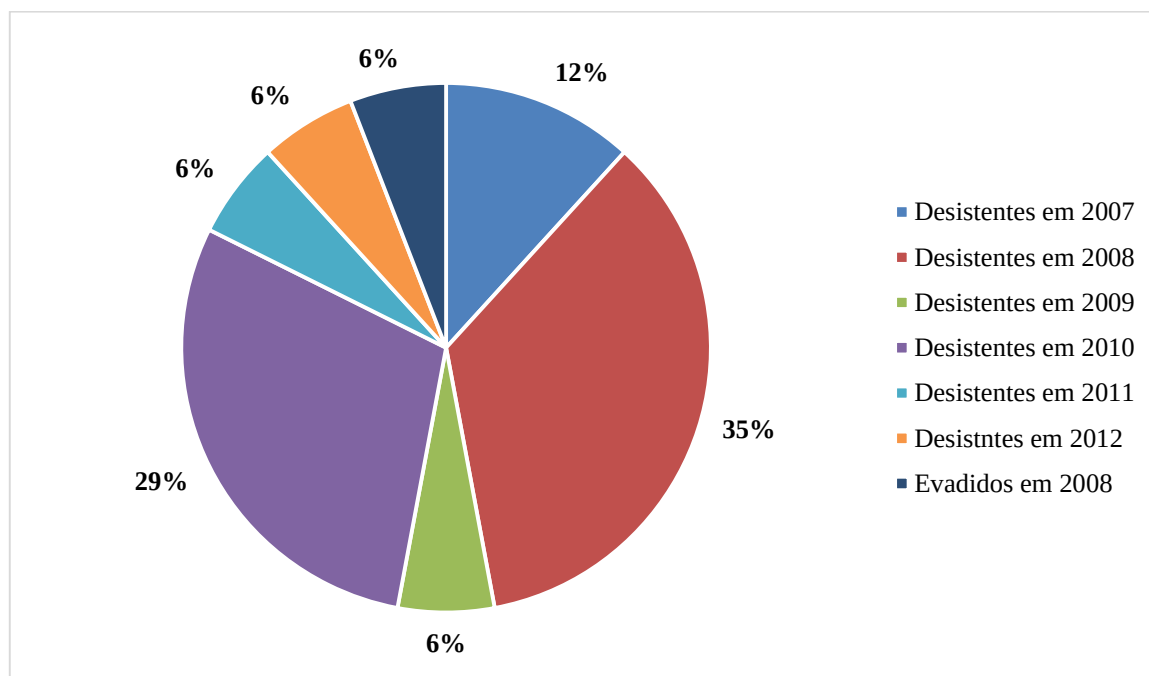
O ano de 2006 foi marcado por um número muito baixo de homologações, onde apenas 3 famílias foram cadastradas pelo INCRA. Destas, apenas 1 família permanece no assentamento e 2 desistiram já em 2007, tendo 1 ficado 4 meses e a outra 11 meses na condição de assentadas. Vale salientar que a única que permanece assentada já desistiu uma vez e ao arrepender-se retornou ao assentamento, sendo aceita pela comunidade.

Em 2007 o INCRA retoma as homologações com 18 novas famílias cadastradas no Assentamento Diamantina. Destas, 16 desistiram e 1 evadiu-se¹⁷⁸, ou seja, aproximadamente 95%, 17 famílias das 18 homologadas em 2007 deixaram a comunidade, permanecendo apenas

¹⁷⁸ No sistema do INCRA consta que 8 assentados evadiram-se em 2013. Nas realidade, a partir do diálogo com as famílias percebeu-se que os processos de evasão/desistência foram bem antes. Ocorre que o INCRA demora bastante para atualização dos dados, por isso, apesar de trabalhar neste item com os dados oficiais, sempre que a realidade acusa o equívoco do dados/datas, segue-se aqui as informações colhidas em campo.

1 assentada atualmente. O gráfico a seguir demonstra como se efetivou esse processo ao longo dos anos.

Gráfico 22 – Desistência e evasão das famílias homologadas em 2007

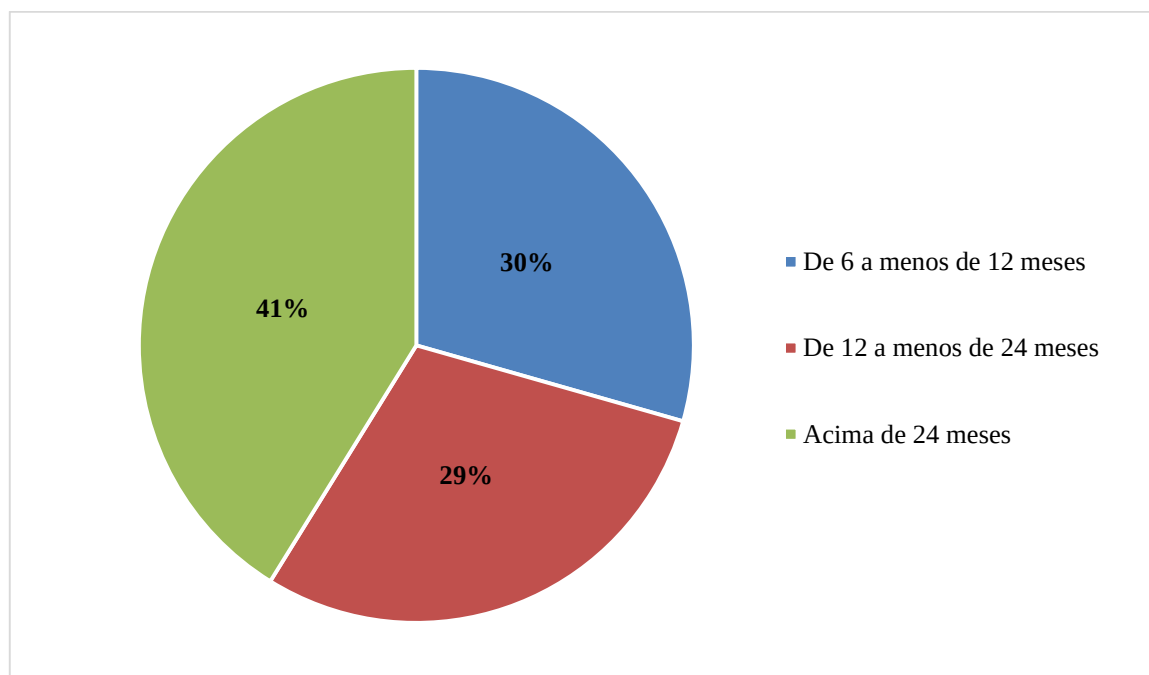


Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Pode-se visualizar através do referido gráfico, uma grande concentração de desistências de famílias no ano de 2008, com 35% dos casos. Seguido do ano de 2010, com 29%. Ficando o ano de 2007 com 12%, 2009, 2011 e 2012 com apenas 6% cada e 2008 apresentando 6% de evasão. É relevante ressaltar que o ano de 2008 é marcado ainda por graves problemas de acesso a água para o consumo humano, continuando o atendimento através de carros-pipa, isso de forma bastante precária e demorada, conforme relatos das famílias e anotações do diário de qualquer tipo de planejamento, como ainda não existe, para a comunidade. Como ressaltado nesse texto, o PDA foi elaborado, mas não foi dado nenhum parecer final pelo INCRA, estando o mesmo em alguma gaveta do órgão desde 2008.

O gráfico a seguir, explicita o tempo de permanência dessas famílias desistentes, que foram cadastradas no ano de 2007.

Gráfico 23 - Tempo de permanência no assentamento das famílias homologadas em 2007



Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014

O desejo das famílias em permanecer na terra, em meio a todas as dificuldades já elencadas ao longo deste texto, se faz presente também ao analisar os dados do gráfico acima, referente ao ano de 2007. Ou seja, 70% das famílias resistiram na terra ao menos 12 meses, E 41% mais de 24 meses, mostrando um indicativo forte de que existia nas famílias um desejo de permanecer na terra.

Com isso chega-se ao ano de 2008 e o que se percebe é que o INCRA paralisa mais uma vez as homologações, assim como o fez em 2006. Nenhuma família foi homologada naquele ano (2008). Paralisa que continua em 2009 com apenas 01 família homologada, que veio a desistir no mesmo ano. Nos anos pós 2009 até a presente data¹⁷⁹ ocorreu uma paralisia total. A única homologação em 2009 foi a última efetuada no PA Diamantina até então. Diante de tal fato, indaga-se: Qual o motivo do INCRA não realizar novas homologações, se existem no assentamento famílias que estão há 4 anos à espera do órgão para efetivar seus cadastros?

Maria Elisomar Maia, servidora aposentada do INCRA, ao ser questionada sobre esses fatos, deixa evidente a incapacidade operacional do órgão, com relação ao quadro de servidores ser insuficiente para atender a demanda dos assentamentos do Ceará¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Foi tido acesso aos dados do SIPRA/INCRA da Superintendência do Ceará até janeiro/2014.

¹⁸⁰ Sobre o desmantelamento sofrido pelo órgão responsável em executar a reforma agrária no Brasil e o reflexo nos assentamentos implantados, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) divulgou um artigo no dia 15 de abril de 2011, intitulado “A crise do INCRA”, no qual faz a seguinte afirmação: “A crise do Incra, que se expressa no acúmulo de anomalias e déficits diversos e profundos [...é uma crise essencialmente política agravada

[...] o INCRA, seu quadro está diminuindo todo ano em função das aposentadorias. Fez um concurso público mas que não atendeu a demanda ainda [...]. O quadro de servidores que o INCRA tem hoje, ele não tem condições de dar assistência aos quatrocentos e tantos projetos que nós temos hoje [...]¹⁸¹.

Raimundo Cruz Pinto, servidor e ex-superintendente INCRA, ao ser questionado sobre o quadro vivenciado pelo PA Diamantina, especialmente, no tocante ao cadastramento de famílias, mais uma vez remete-se a ideia de uma contrarreforma agrária. Para ele, tudo parece está sendo pensado e arquitetado dentro do governo para não dá certo a implementação das decisões que possibilitem solucionar os problemas nos assentamentos.

Não justifica de novo, que depois de tantos anos, dez anos depois, o pessoal não tenha PDA [...]. É porque, às vezes, eu acho que é proposital, sabe? Por maior esforço que a gente faça, a gente não consegue fazer, acontecer. Ai eu tô falando de PDA, eu tô falando dos projetos, dos cadastros. É uma coisa que vem emperrada, você se esforça, você toma a decisão, mas ela não se efetiva, entendeu? Então, eu digo assim, eu acho que as coisas são pensadas pra não acontecer. Outro ponto da minha decisão [Pedido exoneração do cargo superintendente]. O que é que eu tô fazendo nessa cadeia? Se eu tomo uma decisão e depois de três ou quatro meses eu vou lá e as coisas não aconteceram. Não existe uma decisão política maior né, dos governos de fazer. Porque por maior esforço, por maior compromisso que você tenha, você não consegue efetivar depois¹⁸².

Esses depoimentos apenas fortalece a tese de que a contrarreforma agrária é orquestrada de dentro do Estado e seus governos, frente uma postura político-ideológica historicamente avessa ao campesinato, não sendo diferente nas administrações petistas. Como bem afirma Carvalho (2014), a concepção dominante é aquela que acredita no fim do campesinato, portanto, não há espaço e nem motivos para estruturar o INCRA e realizar a reforma agrária. Os assentamentos neste bojo são vistos de forma assistencial e funcional ao agronegócio e ao modelo urbano-industrial de sociedade imperante, seja fornecendo mão-de-obra para a indústria e o agronegócio, seja alimento para baratear os salários do proletariado nos centros urbanos. Assim, “nessa onda dominante conservadora, os governos se apequenam perante os interesses de classe das empresas do agronegócio fazendo coro com eles nos discursos reacionários de

por problemas de gestão. É política porque o fundamento da “reforma agrária” no Brasil desde sempre tem sido a proposta de responder precariamente às lutas dos trabalhadores pelo acesso à terra, de forma consentida (e lucrativa) pelo latifúndio, preponderantemente fora das áreas consolidadas do agronegócio, e sem a alteração da estrutura de posse e uso da terra [...]. Em síntese, as justas e legítimas lutas dos trabalhadores por reforma agrária forçam a criação de assentamentos. No entanto, graças ao contexto de anomalias institucionais, esses assentamentos são transformados em aglomerados de famílias sob precárias condições de acesso a direitos, serviços, fomento e infraestrutura. Enquanto isso os latifundiários enchem os bolsos. Nesses termos, há que se refletir sobre as lutas por orçamentos mais robustos para o Incra, pois, com a legislação e jurisprudências vigentes, isso significa mais assentados lumpenizados, e mais latifundiário endinheirado”. Disponível em: <<http://www.reformaagraria.net/node/752>>. Acesso em 08 mai. 2014.

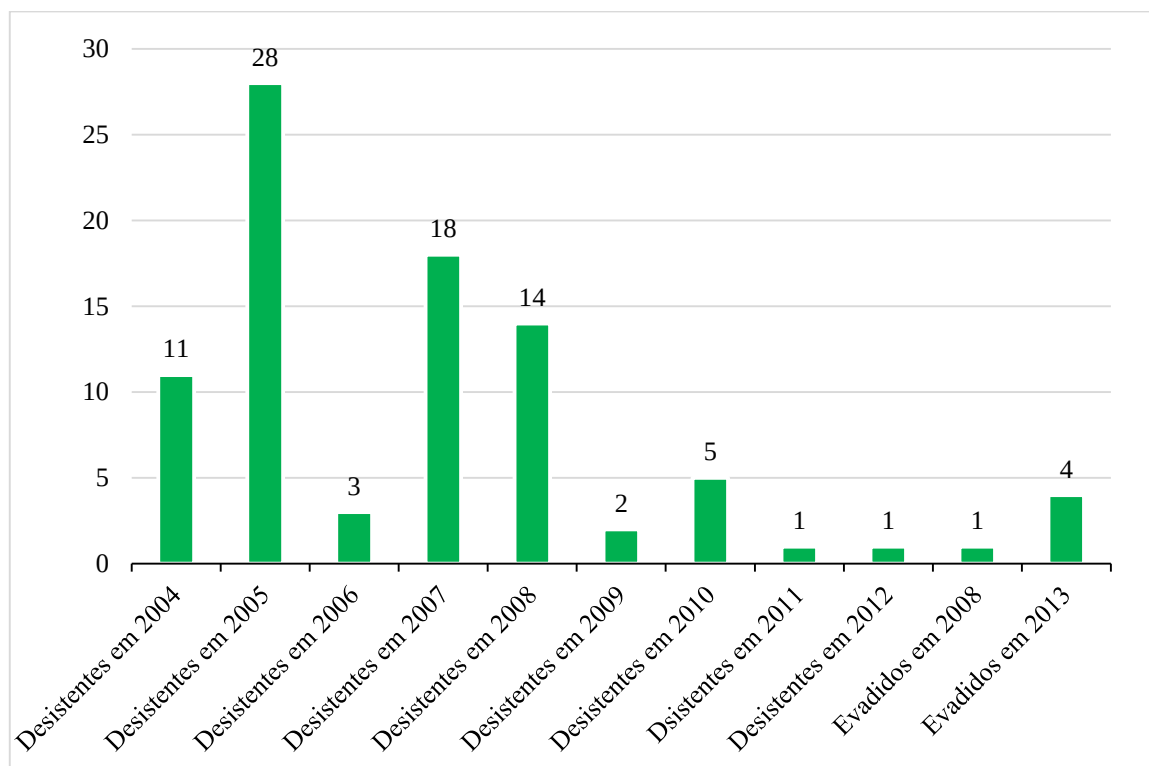
¹⁸¹Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2011, sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

¹⁸²Entrevista realizada no dia 14 de janeiro de 2014, na sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará

negação da realização da reforma agrária no país [...] agem em favor de medidas de contra reforma agrária” (CARVALHO, 2014, p. 80).

Ao realizar uma síntese geral dos números até o momento apresentados neste item, sobre as famílias homologadas e desistentes/evadidas no Assentamento Diamantina, o quadro após quase 10 anos de criação (2004 - 2014), é o seguinte: o Assentamento tem a capacidade para 30 famílias, sendo que 93 famílias foram homologadas oficialmente pelo INCRA, onde 88 desistiram/evadiram-se, ou seja, uma elevada marca de 94,6%, enquanto apenas 5 famílias permanecem no assentamento.

Gráfico 24 – Histórico geral de desistentes/evadidos no PA Diamantina (2004-2014)

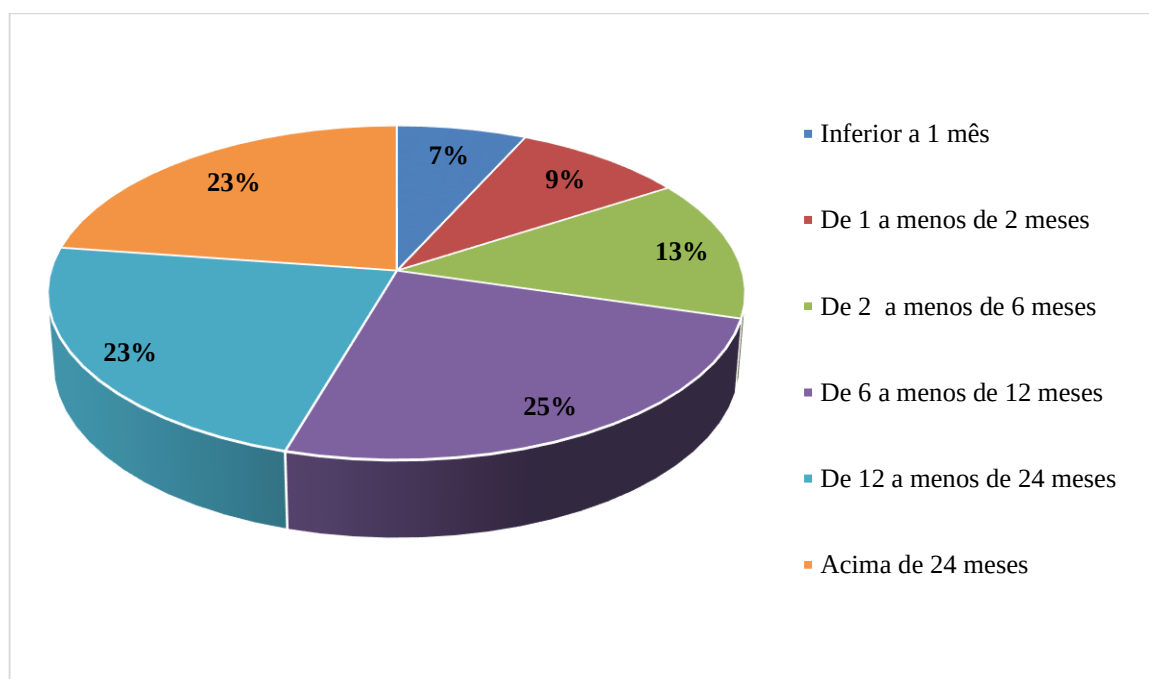


Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Ao analisar os dados acima, visualiza-se que os anos iniciais apresentam-se como aqueles onde tiveram maiores índices de desistências, destacando-se o ano de 2005, com 28 casos; 2007 com 18 casos; 2008 com 14 e 2004 com 11. Entretanto, é preciso ressaltar que a partir de 2008 não foi homologado cadastros pelo INCRA, praticamente, sendo o último em 2009. E o movimento continua como será demonstrado mais a frente, quando se leva em conta as famílias que estão e passaram pelo PA sem entrar nas estatísticas/sistema do órgão.

O gráfico a seguir, apresenta uma informação bastante relevante, pois está relacionado ao tempo de permanência das famílias desistentes no assentamento em todo o período de análise.

Gráfico 25 – Histórico geral do tempo de permanência no assentamento das famílias homologadas (2004-2014)



Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

O gráfico acima revela, quando do somatório dos intervalos (De 12 a menos de 24 meses e acima de 24 meses), que 46% das famílias resistiram no assentamento por um período superior a 12 meses. E que 71% (somatório de todos os intervalos acima de 6 meses) permaneceram enfrentando o quadro de perversa precariedade, pelo menos, mais de 6 meses. Portanto, uma minoria (29%) destas famílias desistentes/evadidas ficaram no assentamento por um período inferior a 6 meses. É importante lembrar que o período de experiência, estipulado no PA para as novas famílias que se candidatam a vaga de assentadas, é de 3 meses, ou seja, a maioria das famílias desistentes conseguiram e bem, cumprir o prazo mínimo estipulado. Ou seja, não resta dúvida que o desejo da maioria absoluta das famílias desistentes era de permanecer na terra, conforme os percentuais apresentados.

É importante ressaltar, mais uma vez, que esses números expostos são dados oficiais do INCRA. Entretanto, um processo invisível aos olhos do referido órgão, mas presente na realidade dos assentamentos rurais vem ocorrendo, qual seja: a entrada e saída permanente de assentados, sem ao menos serem cadastrados no banco de dados da reforma agrária, resultado

do sucateamento que passa o órgão que não realiza funções básicas e mínimas como a homologação de famílias assentadas. Conforme a última visita de campo (em 2014) constatou-se que no PA Diamantina havia 24 famílias assentadas, sendo que destas, apenas 05 eram cadastradas oficialmente. As demais estão no PA há anos, esperando o órgão para efetivar o cadastro. Diante desta realidade não oficializada que a pesquisa tem revelado, é preciso registrar que essas 19 famílias que estão assentadas, mas não foram homologadas, sendo que para o INCRA elas não existem, não estão nos bancos de dados do órgão, consequentemente, são invisíveis aos olhos das diversas instituições públicas. Estão assentadas, mas não contam, não existem oficialmente. Repetindo o que disse um assentado em depoimento, *“estão jogados como folha ao vento”*, portanto, não tem direito a nenhum acesso a políticas públicas que exija a comprovação da condição de agricultores. Nesse contexto, é preciso registrar que não se trata apenas de um dado, mas da história de dezenas de camponeses que tem sido simplesmente esquecidos e invisibilizados, não apenas nas estatísticas, mas que tem ficado a margem e que essa investigação objetiva contribuir para fazer emergir.

Assim, ao acrescentar os dados colhidos, junto aos documentos da associação e depoimentos sobre assentados que “passaram” pelo assentamento, os números da evasão oficiais, que já são preocupantes, se tornam ainda mais. Ou seja, com base em análises do Livro de Atas, bem como de relatos de famílias assentadas, chegou-se a um número de 50 assentados que passaram pelo PA Diamantina sem registros no sistema oficial do INCRA¹⁸³. Portanto, na realidade não foram apenas 93 famílias, como oficialmente está registrado no órgão, mas 143 famílias já estiveram no PA Diamantina, sendo que destas, contabilizou-se 119 expulsões e, que apenas 24 estão no assentamento atualmente¹⁸⁴. Como diria Galeano (2012, p. 243), “o desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”. Noutras palavras, o propalado novo desenvolvimento do campo tem deixado uma massa camponesa à deriva, não sendo diferente nos assentamentos rurais.

Ao comparar os números do assentamento objeto desta investigação com outras realidades, pode-se afirmar que os mesmos são mais que preocupantes. Gonzalez (2010),

¹⁸³ A metodologia para assegurar rigorosidade na contagem e não haver sobreposição de números de famílias expulsas se deu da seguinte forma: com a lista de desistentes/evadidos e a relação de todos os homologados nos 10 anos no PA Diamantina do SIPRA/INCRA em mãos, foi realizada uma conferência/comparação com o livro de Atas e o livro contendo a assinatura dos assentados presentes nas Assembleias Gerais, bem como, contou-se com o auxílio de assentados com longo tempo na comunidade. Se um nome estava no livro de presença e não estava nas listas do órgão e a partir da confirmação dos assentados, constatava-se que era mais um assentado que havia passado pela comunidade sem registros no SIPRA/INCRA. Com esta metodologia foi possível contabilizar de forma bastante aproximada e sem sobreposições de dados os assentados que ao longo de 10 anos passaram pelo PA sem serem cadastrados oficialmente no SIPRA/INCRA.

¹⁸⁴ São dados bastante voláteis, pois os processos de entrada e saída de assentados ocorrem com frequência.

pesquisando a construção de um assentamento no litoral do Nordeste, constata o fenômeno da rotatividade de famílias, mas nada comparado ao caso do Assentamento Diamantina, quando a autora afirma que “a rotatividade no assentamento foi relativamente alta, e em 2002 um terço das 30 famílias originais havia deixado a comunidade” (GONZALEZ, 2010, p. 355). Bem como está muito acima, tanto da média nacional de 22% registrado em 1992 (PAULILO, 1994), como do percentual apresentado por Bruno e Medeiros (2000), de 20,3% para os assentamentos constituídos por pressão da organização sindical rural ou mesmo do índice de evasão para o Estado do Ceará (21,1%), para a região Nordeste (17,9%) e para o Brasil (26,2%) (BRUNO e MEDEIROS, 2000).

Dentre as várias perguntas realizadas aos sujeitos entrevistados, sejam assentados, servidores do INCRA, representantes de movimentos sociais e organizações não governamentais, representantes do poder público municipal, entre outros a que se teve contato na presente pesquisa, uma foi basilar: “Qual ou quais o(s) motivo(s) que levam os assentados a desistir/abandonar o assentamento?”.

O assentado do PA Diamantina, Antônio Marcos Ferreira dos Santos, é taxativo ao afirmar os motivos que levam as famílias, como ele mesmo diz, a “*sair do assentamento*”:

Rapaz, sai por tanta coisa. Sai de estrada que num tem, sai de escola que num tem, sai da saúde que num tem, sai de recursos que aqui dentro num tem e trabalho também, né? Se você num tem renda dentro do assentamento, como é que você vai viver, tem que sair mesmo [...] A dificuldade é grande [...] ¹⁸⁵.

Antônio Cleudo de Lima, ex-assentado, assim resume os motivos que levaram a sua família a tomar essa decisão.

Para desistir, eu acho que cada um tem um problema. Alguns não falam porque num sabe se expressar, outros falam mais, às vezes, exageram no problema. Basicamente, o problema hoje lá é estrada. Falta de recursos, que não tem o recurso pra pessoas sobreviverem lá dentro. E mais presença, tem que ter mais presença do INCRA. Se não tiver presença do INCRA não vai pra frente. Porque se cada vez que o INCRA vem, se ele viesse a cada seis meses no mínimo, pelo menos seis meses, vai animando aquelas pessoas. Se viesse, o cara tá com seis meses [...]: faz o cadastro daquele cara, que ele vai criar gosto, o cara vai pensar: “não hoje eu sou assentado, eu tenho a minha terra”. Ele pode fazer um trabalho coletivo mais animado, ele pode participar das coisas com mais vontade, porque ele já tá sabendo que ele é assentado. Agora o que não tem cabimento é o cara com mais de ano, morando dentro do assentamento, trabalhando, fazendo o trabalho coletivo, e ele ainda num é assentado. Se chegar a vir um projeto o cara ainda não é assentado, não tem condições [...] ¹⁸⁶.

¹⁸⁵ Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁸⁶ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, Comunidade de Sucupira, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

Nessa mesma linha de raciocínio, a ex-assentada Maria Antônia da Silva ressalta no trecho abaixo a precariedade vivida pelas famílias assentadas, elencando desde a questão da saúde, a problemática da via de acesso, renda, educação, como causas para a desistência da sua família. Mesmo afirmando a vontade que tinha de ficar na terra, a precariedade, obrigou-a a sair do assentamento.

O que me fez desistir só foi isso ai, só foi a estrada, a escola das crianças que era difícil, assistência de saúde que não tinha e trabalho que lá não tinha. Aí meu esposo trabalhava fora, passava a semana aqui trabalhando e eu passava a semana só. Aí pra voltar pra casa era aquela dificuldade, se saí de manhã chegava de tarde, se sair de tarde chegava meia-noite. Ai ele já tinha trabalhado dois anos deste jeito, ele disse que num dava, ai procurou a sair de lá. Mas se tivesse estrada eu ainda tava lá, apesar das dificuldades que continua ainda, dificuldades lá, nós ainda estava lá ainda. Eu gosto, gostava não, eu gosto de lá é um canto assim, pra mim, é um canto calmo, num vem de briga, de confusão, de cachaça, eu achava muito bom¹⁸⁷.

Francisco Gleirton Silva Oliveira, também ex-assentado, evidência a precariedade da política de reforma agrária, materializada na inexistência de serviços básicos essenciais para a construção e fortalecimento de qualquer comunidade rural, não sendo diferente no caso de um assentamento rural:

Devido o recurso lá ser pouco. Pra gente ganhar tinha que sair pra ganhar fora. Se tivesse um recurso lá dentro, eu digo que muitas famílias tava lá e não tinham desistido, que nem eu falei. Se fizesse o projeto [...] a maioria das pessoas lá voltavam de novo. Que num tem estrada, num tem ganho lá dentro, se tivesse um ganho e a estrada fosse boa a dificuldade fica mais pouco. Os postos de saúde muito longe, num tem estrada, se pegar um inverno grande não roda, ai uma doença, uma pessoa pegar uma doença, num tem pra onde correr¹⁸⁸.

Raimundo Nonato da Silva Brito, ex-assentado, destaca também a falta de condições de trabalho e geração de renda dentro do assentamento, como causas principais para a sua desistência, conforme depoimento a seguir.

Foi o motivo financeiro que nós não tinha, nós tava sem recurso, não tinha onde trabalhar. Porque se a gente fosse trabalhar na terra, pra plantar no próximo ano, nós não tinha como. Porque não tinha comida, faltava o alimento, faltava a roupa, faltava o café, faltava tudo né. Era a situação financeira que fez eu desistir do assentamento, foi isso. Porque se nós tivesse tido um apoio, tivesse chegado um cara, batido na tecla lá, “ta aqui, vocês vão ter dois mil reais ou três” para limpar aquela terra, produzir; embora que fosse um empréstimo, a gente tinha enfrentado a situação, que nós já estava prejudicado. Nós tiremos do nosso bolso pra gastar ali dentro. Eu falo nós, porque não foi só eu, foi eu e meus colegas, que começamos ali. Todos nós tiremos do bolso pra gastar aqui dentro, todos nós, num foi só eu não, aí então, quando a gente viu que não ia ter mais condições, ai nós tivemos que trabalhar fora [...] eu ia passar seis meses lá fora, saia no mês de outubro, ia trabalhar outubro, novembro e dezembro

¹⁸⁷ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, comunidade de São Gerardo, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁸⁸ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, Comunidade de São Gerardo, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

e janeiro. Em janeiro eu vinha, eu ganhava uma ponta boa, fazia minhas terras e ia plantar [...]¹⁸⁹.

Diante dos relatos até o momento dos ex-assentados, acredita-se ser importante relembrar a letra do II PNRA, quando apregoava “Um novo modelo de reforma agrária”, orientada para a viabilidade e apoio as famílias assentadas. No caso do Assentamento Diamantina, o trecho acima contido do documento não passa de letra morta, algo que as famílias não tiveram acesso em nenhum momento nesses 10 anos, ou quando obtiveram foi de forma bastante precária, após muitos anos de espera, como por exemplo, questões básicas, como o acesso a água para o consumo humano, acesso a saúde, educação e ATER.

Francisco Arlindo Alves Fernandes, assentado há 2,5 anos no PA e ainda sem ter tido se quer o cadastrado homologado, ao ser perguntado o que leva as famílias a deixar a comunidade, evidencia o descaso do governo:

Rapaz, as famílias desistem acho, que é por abandono do próprio INCRA né. Porque elas chegam pensando que é uma coisa e quando passa dois meses, três, tem pessoas aqui que passou foi três anos e foi embora, num teve nenhuma assistência do governo. Ai vai embora, vai embora. Porque a maioria fica aqui, que nem eu lhe falei, num tem renda, vão trabalhar nas firmas ali na Chapada ali [...] onde tem agricultura irrigada, ai como a distância é muito longe, que é quarenta quilômetros, ai se for ficar pra ir e vindo não tem condições, ai elas vão tudo embora [...]. Vão morar tudo no Cabeça Preta que é próximo de Limoeiro né. Que fica mais perto das empresas e passa o transporte para pegar, levar pro trabalho e trazer todo o dia e aqui as empresas não dá o transporte. Então, as pessoas tem que se deslocar pra onde tem emprego né, migrar pra onde tem emprego porque aqui num tem não¹⁹⁰.

Os depoimentos são categóricos ao destacarem que as causas que determinam a elevada desistência das famílias são: os problemas estruturais do assentamento historicamente, os quais permanecem em grande parte na atualidade. Na ampla maioria dos depoimentos os assentados e ex-assentados destacam múltiplas causas, ou seja, eles no mesmo depoimento sempre enumeram obstáculos diversos em detrimento de um problema específico. Não obstante, é preciso destacar que no PA Diamantina o número de 24 assentados atualmente, bem próximo da capacidade do PA, se manteve praticamente constante nos últimos 2 anos até o mês de dezembro/2014, com algumas oscilações para mais ou para menos. Entretanto, dois fatos trágicos ocorreram no PA Diamantina: dois assentados que não eram cadastrados foram assassinados na sede do próprio PA, nos dias 10 e 11 do referido mês. Mais uma tragédia com características de pistolagem e sem causas conhecidas até o momento¹⁹¹ que fez com que

¹⁸⁹ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, Comunidade de Sucupira, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

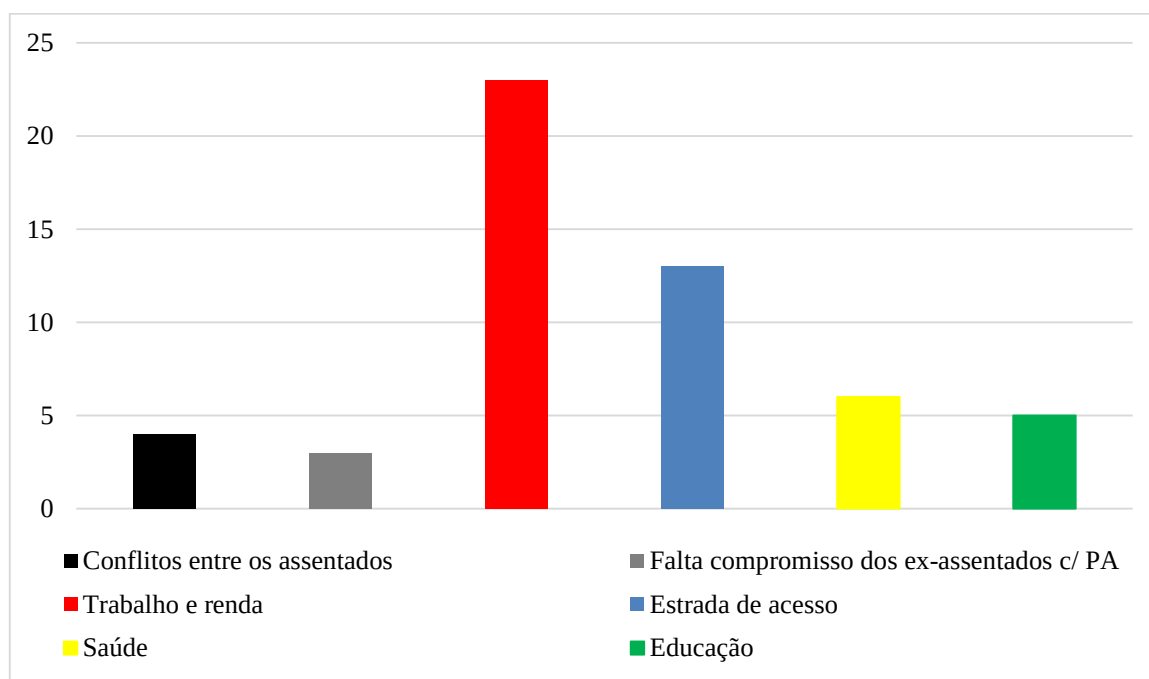
¹⁹⁰ Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2013, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará

¹⁹¹ A pistolagem no Baixo Jaguaribe é fato bastante presente como já ressaltado, inclusive, através do trabalho de Bezerra (2014).

algumas famílias deixassem a comunidade, principalmente parentes das vítimas. Sublinha-se que até este momento não havia sido registrado causalidade explicativa entre algum tipo de violência ou conflito dentro do PA e a decisão dos ex-assentados de deixarem a comunidade.

O gráfico a seguir traz as maiores dificuldades elencadas por estes sujeitos e que são tidas por eles como as determinantes para a decisão dos “*assentados saírem*”, como afirmam.

Gráfico 26 – Causas determinantes para a desistência/evasão na visão dos assentados e ex-assentados do PA Diamantina



Fonte: Trabalho de campo (2014). Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Assim, entre os problemas existentes na história do PA Diamantina, segundo os assentados e os expulsos (desistentes e evadidos) estão: conflitos internos entre os assentados; a dificuldade de acesso a trabalho (desenvolvimento de atividades produtivas), consequentemente, a renda pelas famílias; precários e às vezes inexistentes serviços básicos de saúde e educação e as péssimas condições da estrada principal de acesso à comunidade. Contudo, as questões do acesso (estrada) e da geração de renda são cruciais como se pode perceber no gráfico acima. Importante salientar que por trás da ausência de renda e trabalho, algumas vezes é destacado o drama da fome que atinge as famílias em momentos de maior gravidade, configurando um quadro de degradação humana profunda.

O depoimento de Sueli Paz Pinheiro André a seguir, ex-assentada e atualmente Coordenadora da Secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais da FETRAECE, enfatiza de forma bastante clara, as diversas privações pelo que passam as famílias assentadas, onde na

busca de condições melhores, que às vezes, são até piores, é a única opção para os ex-assentados.

A desistência ela acontece em todos os assentamentos né. E aí, não é generalizado, mas em todo o assentamento acontece a desistência. No que eu moro já desisti várias pessoas e entrou outras. É a falta mesmo das políticas não chegarem lá, se chega, chega de forma errada, não é do jeito que era pra ser aplicado. E, com isso, o pessoal não vai poder trabalhar fora pra ganhar nada, tem que viver do próprio assentamento, sabe [...] outro tipo de trabalho você não pode fazer. Então, o pessoal se vê, nesta seca dos diabos, sem dinheiro, sem ter como produzir porque não tem irrigação, quando inventa uma irrigação a energia é muito cara, não dá para pagar, tem assentado que tem consciência disso, então já era a irrigação. E vai viver de quê? Muita gente é falta mesmo de condições pra ficar lá. Aí procura outros meios, procura sair, as vezes, até pra coisas pior, mas, atrás de trabalhar e de ganhar alguma coisa pra viver. Porque é assim, quando eu entrei no assentamento eu não queria sobreviver, mas viver. E é isso que as famílias querem. Não é sobreviver, sobreviver você sobrevive em qualquer canto. É viver, ter uma vida de paz, é ter uma vida boa, é ter uma vida de segurança, saudável. É acordar de manhã e saber que vou ter alimentação pra dar aos meus filhos e pros meus animais, pra minhas plantas, enfim, ter água. Você sabe que em muitos assentamentos não existe água. Logo, seca tudo, fica naquele sufoco, carro-pipa. Por que tem carro-pipa nos assentamentos? E tem. A nossa região é conhecida muito por carro-pipa de água de péssima qualidade, pega em qualquer canto pra deixar lá. Por que se tem carro-pipa? Será se eu tivesse água boa, tinha carro-pipa? Aí, você diz, Sueli, mas tem cisterna. Sim, mas cisterna vai dar pra uma família grande manter tudo? [...] Terras boas. Será que eu vou ter terras boas para plantar? Então, é isso [...] que eu vejo, tá entendendo [...] Por que que não fica? Por que eu ainda vejo, do jeito que tá nós vamos ter inúmeras desistências. Inúmeras desistência [...] Pra você ter uma ideia a própria educação, né verdade. Nós não temos nada da educação do campo. Levamos, bota nossas filhas pra onde tem na cidade grande, naqueles ônibus, naqueles transportes correndo risco de vida, de péssima qualidade, pra levar até a cidade as crianças né. Caso de crianças que até já caíram do carro né...os carros, as vezes, em péssimas condições. “Ah, é por que vocês aceitam”. Fazer o quê? Sabe que tá na lei que é o ônibus, carro fechado...e lá eles tem uma visão diferenciada da importância que se tem de ser assentado, a importância que tem no trabalho rural [...] ¹⁹².

Nesse quadro é preciso refletir sobre o que afirma Martins (2003b). Para ele, as famílias têm um tempo de tolerância às dificuldades visando conseguir o reenraizamento na nova condição, agora de assentados. Caso esse tempo seja demasiadamente grande, elas podem desistir. O referido autor ao tratar da questão do reenraizamento, tomando como exemplo, os agentes financeiros e as dificuldades que estes promovem com o modelo de crédito para a reforma agrária, é visto aqui como uma via teórica que possibilita relacionar suas ideias com outras dificuldades enfrentadas pelas famílias do Assentamento Diamantina. Assim, ele afirma:

Um dos problemas é, sem dúvida, nos vários assentamentos, o conjunto de dificuldades de uma inserção social que não flui automaticamente do ato de assentar e do acesso à terra. O sistema financeiro, mesmo quando atua como agente do programa federal de reforma agrária, atua autonomamente, com diretrizes próprias, de mercado (financeiro), orientadas para o lucro. Atua, portanto, como fator de concentração fundiária, em direção oposta à das diretrizes da reforma. É possível que parte dos desistentes e dos que optam pela revenda de terras, mesmo sendo ilegal, no

¹⁹²Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2014, na sede da FETRAECE, município de Fortaleza, Ceará.

fundo revelem uma compreensão desse conjunto de dificuldades. Uma compreensão em grande parte demarcada pela redução progressiva do tempo que subjetivamente podem tolerar como tempo necessário para o reenraizamento (MARTINS, 2003b, p. 44).

As condições precárias nos assentamentos são sentidas de múltiplas formas pelos camponeses. Com certeza existem outras tantas mazelas que afligem e degradam a vida nesses espaços de resistência do campesinato. Não obstante, é importante lembrar as palavras de Marx (2013, p. 78): “[...] na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [...] deve substituir-se a ambos”. Apesar de estar tratando do enigma da forma-mercadoria os escritos do autor podem subsidiar a análise nas ciências sociais e, no caso aqui, dos depoimentos dos sujeitos que vivenciam o drama da contrarreforma agrária brasileira. Como bem demonstra Harvey (2013, p. 78), ao analisar a passagem supracitada: “[...] o problema da ciência social é que, com ela, não podemos isolar e conduzir experimentos controlados em laboratório, então temos, ao contrário, de usar o poder da abstração para chegar a formas científicas similares de compreensão”.

Ou seja, existem com certeza, dezenas de outros entraves que causam a expulsão e que poderiam ser citados pelas famílias ou mesmo nos diversos estudos, como os resenhados no primeiro capítulo, apresentam diversas causas para os processos de desistência, evasão, saídas, entre outros. No entanto, é mister sublinhar que a questão não deve ser pulverizada nesse ou naquele outro problema para justificar o processo da expulsão camponesa, mas sim, entender que o fenômeno é produto da ordem estrutural do sistema, haja vista se tratar de uma política de contrarreforma agrária levada a cabo por um Estado que tem ligações viscerais com a classe dos proprietários dos meios de produção, nesse caso os latifundiários rentistas, consequentemente, com a produção e reprodução ampliada do capital via agronegócio e um total desprezo pelas classes exploradas, aqui o campesinato.

Não é de hoje que o campesinato tem recebido um tratamento com desprezo. “Nas formações econômicas e sociais dominadas-hegemonizadas pelo modo de produção capitalista têm predominado o desprezo e a discriminação social com relação aos camponeses” (CARVALHO, 2012, p. 1). Nesse contexto, até o momento apresentado sobre a realidade do Assentamento Diamantina, é claro o desprezo do Estado/governo brasileiro para com o campesinato e a reforma agrária. Nesse sentido, é preciso ter em mente, que esta realidade não reside apenas na ação do governo federal, mas também, pela ausência de políticas públicas de responsabilidade dos poderes públicos das esferas municipais e estaduais (CARTER, 2010; MARTINS, 2003b). Desprezo este, fundamental para transforma-los (Estado/governos) nos agentes principais causadores do processo de expulsão dos camponeses assentados. Não se trata

de resolver um problema particular como a estrada de acesso, a escola, a saúde ou todos eles em conjunto se não se extirpa as relações de dominação e a opção de classe. Nessa conjuntura política totalmente adversa ao campesinato, onde a reforma agrária é centralizada no Estado, é preciso ter em conta que, como afirma Mascaro (2013, p. 31), a forma política estatal é uma engrenagem necessária a reprodução do capital, que “[...] nasce da produção capitalista, da exploração do trabalho assalariado, da conversão de todas as coisas e pessoas em mercadorias”. Nessa realidade, centrar a reforma agrária nesse Estado, é dar continuidade aos impasses nos assentamentos e o tratamento que reproduz a exploração e a marginalização dos camponeses.

Com isso, em meio ao desenvolvimento contraditório, desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro, o que se percebe quando a centralidade da análise é o campesinato assentado, é que continua a predominar no Estado e nos governos petistas uma visão depreciativa acerca do campesinato, fundada na convicção do seu fim inexorável. Pensamento muito mais fruto da produção teórica de intelectuais que teimam, erroneamente ou por convicções político-ideológicas de classes antagônicas ao campesinato, em negar a sua permanência, o seu lugar e o papel que historicamente exercem nas sociedades nos diversos períodos da história, não sendo diferente atualmente. Portanto, um Estado totalmente subordinado aos latifundiários capitalistas rentistas, e que tem, portanto, clara opção pelo agronegócio como modelo para o campo em detrimento do campesinato e de uma efetiva política de reforma agrária. Nesse contexto, os camponeses assentados no PA Diamantina, de sujeitos sociais que são, passam a beneficiários do Estado, como defendeu Carvalho (2005). Passivos à espera do Estado ou do processo de expulsão que faz engrossar a massa descartável sem serventia momentânea aos interesses do capital. A advertência pertinente de Pereira (2006), quando critica a transformação dos sujeitos, os assentados, em meros beneficiários, e os direitos em apenas singelos benefícios via políticas públicas, aplica-se em absoluto no caso dos assentados em questão do PA Diamantina.

Nesse movimento, duas possibilidades se abrem aos camponeses assentados expulsos: a proletarianização ou continuar a longa caminhada em busca de entrar e permanecer na terra. Esta última opção, de forma diversa e adversa, tem sido trilhada por eles, como se verá no próximo item.

3.6 Os caminhos trilhados: qual o destino dos assentados do PA Diamantina expulsos da terra?

No bojo da discussão sobre a expulsão do campesinato assentado surge em relevo indagações como: a expulsão gera a expropriação, ou seja, a proletarização desses camponeses assentados expulsos? Ou eles estariam retornando/engajando-se na luta enquanto Sem terra ou mesmo dando continuidade à sua condição de camponeses retornando a realidades vividas até mesmo anterior a vinda para o assentamento?

Assim, discutir o destino dos camponeses expulsos da terra talvez seja um dos pontos mais instigantes desta investigação, ao mesmo tempo mais desafiador para este pesquisador. Instigante e desafiador porque vem à mente o debate sobre o propalado fim do campesinato. Tanto a tradição dos estudos marxistas como entre os neoliberais existiu a crença que os camponeses estavam fadados ao desaparecimento em decorrência, principalmente, de uma suposta incapacidade de transformar a unidade de produção camponesa num negócio rentável. Tese essa que não se confirma historicamente, haja vista, por exemplo, sua presença constante nos principais conflitos do século XX (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

O desafio torna-se maior pelos limites impostos no trabalho de campo, no sentido de localizar esses sujeitos expulsos que residiam desde comunidades rurais próximas ao Assentamento Diamantina, as mais distantes deste. Na oportunidade foi possível entrevistar 14 ex-assentados, mesmo em meio a todas essas limitações da empreitada, possibilitando uma relevante discussão aqui realizada e dos resultados os quais ora se apresenta.

Destarte, contrariando aqueles que insistem em falar no fim do campesinato, o que não é o caso do presente trabalho, as reflexões de Shanin (1983) mostram-se bastante atuais e são primordiais para encaminhar a presente discussão, quando afirma ser o campesinato “La classe incómoda”, onde “*em casi todos los países “el pueblo” [...] es sinónimo de “los campesinos”; “la cultura nacional” específica se corresponde intimamente “con la cultura campesina”*” (Ibidem, p. 274). E mais, continua o autor: “*día a día, los campesinos hacen que los economistas se lamentem, que los políticos suden y que los estrategas maldigam, destruyendo sus planes e profecias em todo el mundo [...]*” (Idem). Reflexões que podem ser aplicadas para subsidiar a leitura da realidade do campo brasileiro, frente a um campesinato que historicamente vem resistindo bravamente e contrariando as teorias que profetizam seu desaparecimento. Prova disso, é que um movimento social camponês, o MST, adentra a segunda década do século XXI

como sendo um, ou pode-se afirmar, o protagonista principal das lutas sociais no Brasil (CARTER, 2010).

Nessa conjuntura, a travessia forçada de assentado a ex-assentado ante as precárias condições impostas e vivenciadas por anos a fio é vista aqui como uma face que pode contribuir para conformar a histórica longa marcha do campesinato brasileiro para entrar e permanecer na terra como tão bem escreveu Oliveira (2001a). Expulsão que se transforma em momento de angústia para o camponês assentado ao se ver obrigado a deixar a terra e assim abandonar provisoriamente o sonho alimentado muitas vezes por toda a vida, mas que não interrompe a marcha em busca de entrar novamente na terra e assim tentar permanecer. Trajetórias de vida que propiciou encontrar ex-assentados do PA Diamantina em diversas realidades, como: moradores de condição; em “palmos de terras”, como gostam de falar os próprios camponeses, adquiridos posteriormente com muito sacrifício ou mesmo doados, onde o espaço é apenas para levantar uma humilde casa de taipa em situação de extrema penúria e com destino ainda incerto; em trabalhos sazonais, como nas empresas do agronegócio da fruticultura irrigada da Chapada do Apodi.

Edson Fernandes de Sousa foi um dos ex-assentados encontrados, tendo passado quase dois anos no PA Diamantina entre os anos de 2006 e 2008. Na época da entrevista residia em uma comunidade rural a 16 km da sede do assentamento, em uma humilde casa de taipa, de comodidade bem inferior a casa de alvenaria do PA é verdade.



Figura 16 – Casa de taipa do ex-assentado do PA Diamantina. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo da monografia, 2011.

Realidade que não o impede de afirmar que as condições são melhores do que as vivenciadas nos anos que passou no assentamento. Perguntado sobre como foi a vida após deixar o assentamento o mesmo evidenciou as dificuldades enfrentadas tanto de saúde, como sem condições de moradia, onde atualmente a esposa estava trabalhando em uma empresa transnacional do agronegócio da fruticultura irrigada e ele encontrava-se na condição de Sem Terra:

Rapaz, quando eu sai do assentamento eu tive problema de doença, né, problema de saúde [...]; deste tempo pra cá eu num trabalhei mais [...]; a minha vida aqui é fazendo negócio [venda e troca de animais], a minha mulher trabalha na Delmont [...] vim morar aqui no Km 60 [comunidade rural], vim morar aqui no meu barraquin aqui [...] eu sai de lá eu num tinha um barraco pra morar [...]¹⁹³.

Maria da Silva Moura, também ex-assentada e na época da entrevista moradora de uma comunidade rural a 12 km da sede do PA, mesmo retornando a condição de Sem Terra afirma: “assim, até hoje eu ainda não perdi, assim, o sonho de criar porque eu gosto muito de bicho [...] eu amo os bichos”. Entretanto, para manter-se camponeses, mesmo Sem Terra, o esposo passa a trabalhar sazonalmente nas empresas do agronegócio, conforme relato a seguir:

[...] a gente não tem terra, temos a nossa casa [...] tamos continuando, meu esposo é empregado, ganha um salário mínimo e a gente sobrevive. É melhor do que lá, porque a maioria das vezes a gente já nem tinha mais feira lá no assentamento e também não tinha dinheiro pra poder fazer uma nova feira. O INCRA, ele não dá muitas condições da gente sobreviver no assentamento [...] a gente já entra no assentamento com as mãos vazias, não tem muitas condições [...]¹⁹⁴.

Esses dois depoimentos são emblemáticos, pois demonstram a funcionalidade que a contrarreforma agrária tem para o agronegócio, ou seja, boa parte das famílias assentadas em condições precárias no PA Diamantina, como as que foram expulsas e hoje estão em minifúndios ou em outras condições de acesso a terra, oferecem sazonalmente algum membro para vender sua força de trabalho nas empresas do agronegócio. Em alguns casos, o assalariamento e em outros um trabalho acessório como forma de viabilizar a unidade de produção de produção familiar camponesa como bem destacou Oliveira (2001b, p. 57): “essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades”. Vale salientar aqui, que apesar da condição de Sem

¹⁹³ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, comunidade de Km 60, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

¹⁹⁴ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, comunidade de Sucupira, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

Terra explicitada, as famílias expulsas, geralmente, possuem um pequeno quintal onde desenvolvem a criação de pequenos animais, geralmente, aves e o cultivo de fruteiras, ervas medicinais, hortaliças ou mesmo passam a arrendar terras e/ou fazer parcerias em épocas de bons invernos.

Maria Antônia da Silva representa outra família ex-assentada. Em seu depoimento destaca seu retorno a situação de moradora de condição em uma comunidade acerca de 6 km da sede do PA: “Depois que eu saí de lá eu ainda, tou morando aqui, tá com dois anos que ainda moro aqui na fazenda de seu Adelino, cuidando de criação, plantando, tô achando muito bom aqui”.

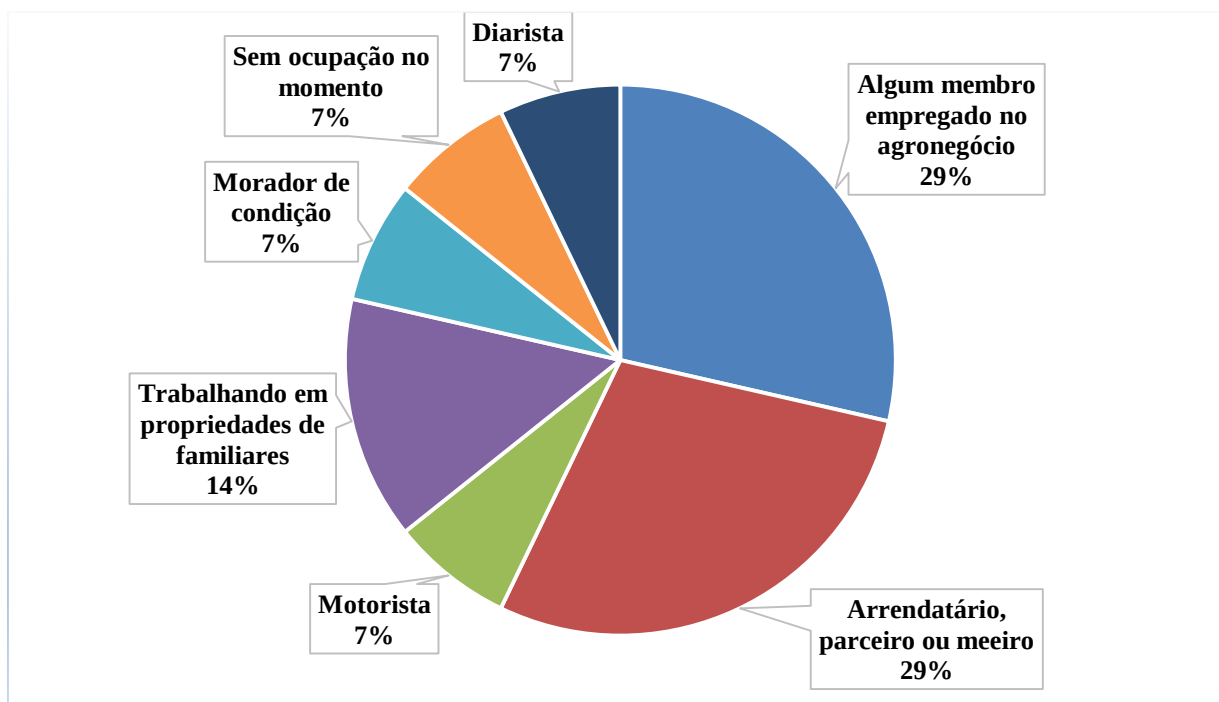
Um ponto comum dos três depoimentos é a sensação de que a nova condição é melhor do que a situação anterior no assentamento, onde os períodos de extremas dificuldades são lembrados com bastante tristeza. Entretanto, todos também convergem para afirmar que numa suposta situação diferente do que a vivenciada no PA, onde tivessem as condições efetivas de viver dignamente, tinham ficado na comunidade, recordando com alegria o desejo e o sonho do acesso a terra em outra oportunidade mais favorável. Noutros termos, mesmo em condições as mais diversas os ex-assentados quase sempre demonstram que alimentam ainda o sonho de conquistar e permanecer na terra, até mesmo um possível retorno a um assentamento num futuro próximo, onde o cenário pode ser outro bem melhor, idealizam. Nesse sentido, o relato do ex-assentado, Santos Birambreques Costa, que passou cerca de oito meses no PA Diamantina e na época do depoimento residia numa comunidade rural a 12 km do mesmo, é bastante ilustrativo do retorno a estrada em busca de entrar e permanecer na terra:

Olha, quando eu sai do assentamento eu voltei a vida de antes né. Voltei a não ter mais terra né, sem terra, sou sem terra como eu era né. Quando eu tava lá dentro eu tinha terra, praticamente posso dizer que era meu. Mais quando eu sai, fiquei sem nada de novo né, voltei a estaca zero. Mas eu tou devagarzinho. A minha vida tá se erguendo devagar né. Quem sabe Deus num vai mim dar outra oportunidade, daqui pra lá né, residir novamente num assentamento, isso quem vai dizer é o tempo¹⁹⁵.

De forma resumida, um dado relevante que merece ser destacado é que dos 14 ex-assentados entrevistados do PA Diamantina, todos continuavam residindo no campo, em comunidades rurais próximas ao assentamento e a ampla maioria possui alguma forma de ligação com a terra, mesmo em condições incertas e relações de trabalho marcadas pela exploração. O Gráfico a seguir traz em síntese o destino trilhado por eles no tocante às relações de trabalho desenvolvidas no momento das entrevistas.

¹⁹⁵ Entrevista realizada no dia 05 de junho de 2011, comunidade de Sucupira, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

Gráfico 27 – Situação ocupacional das 14 famílias ex-assentadas do PA Diamantina



Fonte: Trabalho de campo – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

É preciso destacar que se pode encontrar membros familiares que desenvolvem diferentes atividades, que aparecem descritas no gráfico, ou seja, numa mesma família pode ter um membro atuando nas empresas do agronegócio ao passo que outro membro é diarista, por exemplo. O mais importante é que prosseguindo na marcha que marca o campesinato brasileiro, negam na prática a teoria que insiste em negá-los. Como bem assinalou Paulino e Almeida (2010), acerca do debate da permanência camponesa na história atual: “[...] o fundamental para esses que se recriam na contemporaneidade como camponeses, não é o ser camponês, mas o caráter da existência social. Pois é essa existência social enquanto modo de vida, que tem garantido a resistência camponesa no mundo” (Ibidem, p, 57). Dentro desta perspectiva é que se observa que os camponeses expulsos do PA Diamantina buscam a todo custo não perder os elementos que dão concretude a sua existência social e caracterizam sua condição social de classe camponesa. Portanto, buscam de diversas maneiras continuar existindo, seja na condição de Sem terra, diarista, empregados sazonais, sempre tendo em mente o sonho de ter outra oportunidade para adentrar e enfim permanecer na terra ou como diria o poeta Zé Ramalho: *“sonham com melhores tempos idos”*.

3.7 A Organização Sindical Rural e as famílias no PA Diamantina: o que os desligam?

Diante do quadro até o momento apresentado acerca do Assentamento Diamantina, de extrema precariedade e elevado processo de expulsão de famílias assentadas, é mister refletir sobre a relação entre os assentados e a organização sindical rural. A história de gestação deste PA e a fala dos diversos sujeitos envolvidos nos processos remetem a uma proximidade dos camponeses assentados com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE). Uma proximidade que foi bastante estreita nos primeiros anos e que foi perdendo força com o passar do tempo.

Nesse sentido, o subtítulo deste item “o que os desligam?” dá o mote para a discussão, onde buscar-se-á demonstrar que não existe atualmente uma sólida relação ao ponto de poder afirmar ser o STTR/FETRAECE legítimos representantes dos camponeses assentados, por isso se afirmar que há apenas uma proximidade na relação. Se as ações daqueles foram relevantes para a mobilização e desapropriação do imóvel, ao longo dos anos foi reduzindo-se sobremaneira, até se chegar atualmente numa ausência quase que total de relacionamento.

Num contexto onde as ações do Estado e dos governos no Brasil para o campesinato, historicamente, sempre foram frutos da pressão dos movimentos e organizações sociais em luta, em vez de uma ação propositiva dos governantes (ALMEIDA, 2006; FERNANDES, 2010; MITIDIERO JR, 2011), não restam dúvidas, que a própria construção dos assentamentos rurais, bem como a sua estruturação só podem advir destas pressão da luta, caso contrário, passa-se a observar o abandono e a precariedade a disposição do campesinato assentado, conseqüentemente, a expulsão como visto de forma galopante no PA Diamantina.

Por conseguinte indaga-se: como tem atuado a organização sindical rural nestes anos de governos petistas no tocante às demandas e necessidades oriundas do campesinato assentado? Sampaio Jr (2013) dá uma luz quando observa que o esquecimento da causa da reforma agrária e das reformas sociais pelo PT não deve ser visto como um problema de ordem moral, mas como um produto de decisão política num cenário de não mobilização dos movimentos e organizações sociais frente às opções tomadas por estes governos.

Na realidade, na hora da verdade, quando ficou claro que o Brasil continuaria sob a rígida tutela dos organismos internacionais, que o governo Lula promoveria uma nova rodada de reformas liberais e que a agenda de reformas seria abandonada, as organizações dos trabalhadores não deflagraram um processo de mobilização social capaz de reverter a correlação de forças e obrigar o presidente eleito a realizar as

mudanças prometidas. Um contexto histórico extraordinariamente adverso levou a grande maioria dos trabalhadores a sancionar o movimento de capitulação do alto comando petista (SAMPAIO JR., 2013, p. 228).

Neste cenário e processos que contribuíram para dar sustentáculo aos governos petistas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com suas federações e sindicatos, devido sua importância histórica na organização dos trabalhadores rurais, exerceu e exerce um papel negativo no relacionamento com os governos petistas. Negativo haja vista quando não avançou na pressão radical contra as ações dos referidos governos em priorizar abertamente o agronegócio em detrimento do campesinato e de uma reforma agrária em prol e sob o controle deste. Assertiva essa amparada na realidade referente a reforma agrária construída pelas ações dos STTR/FETRAECE na Microrregião do Baixio Jaguaribe, quando se compara os anos de Fernando Henrique Cardoso e os anos dos governos do PT. Com todas as contradições e limites da reforma agrária negociada, tratou-se de um processo com forte e relevante protagonismo da Organização Sindical Rural quando da mobilização dos trabalhadores rurais sem terra para pressionar os governos para criação dos PA's, assim como na organização e conquistas visando a estruturação dos assentamentos recém-criados. Realidade que foi diminuindo significativamente com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao governo federal, conforme atesta a queda drástica no número de desapropriações. As palavras de Sueli Paz Pinheiro André, ex-assentada, atualmente Coordenadora da Secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais da FETRAECE, são elucidativas e bastante coerentes:

Nós reconhecemos que quando a gente elegeu [Lula] a gente recuou né. Deu uma parada, isso foi visto né. E aí agora é que a gente tá pensando o que o próprio Lula dizia: “Se querem alguma coisa, vai para as ruas”. Então, qual é o nosso trabalho que a gente tá agora pensando: é ter a visão e ter a clareza, nós temos que ir pras ruas. Se não for vai continuar do mesmo jeito, pode ser o governo que nós botar lá, qualquer um que a gente colocar lá. Se nós não tiver essa consciência, essa concepção [...] os movimentos sociais, eu tou falando geral, vai continuar do mesmo jeito e nós não podemos deixar [...]. O trabalho que nós tamos fazendo, O Grito da Terra e tudo, é com essa visão. Vamos fazer o que tiver que fazer senão nada vai sair do papel.

Este depoimento é relevante para refletir acerca da oportunidade histórica que parece ter sido perdida quando a Organização Sindical Rural não aproveitou o poder do campesinato mobilizado em torno dela e a capilaridade da organização por todo o território nacional para deflagrar lutas radicais pressionando os governos por reforma agrária e de negação ao modelo agrário/agrícola do agronegócio. Noutras palavras, a Organização Sindical Rural não aproveitou as armas e a força política do campesinato, como enaltece o autor a seguir.

Sin embargo, el campesinato tiene varias armas sociopolíticas: su condición de principal productor de alimentos, la dispersión de su asentamiento en las áreas

rurales y su preponderancia numérica. Su monopolio de producción de alimentos ha tenido una importancia crucial en tiempos de crisis. Las vastas áreas rurales pueden llegar a concertirse en una plaza fuerte y la fuerza numérica puede, también, llegar a inclinar la balanza a su favor (SHANIN, 1983, p. 292)

Fatos que não fogem da realidade brasileira, a qual a produção da maior parte dos alimentos vem da agricultura camponesa e sendo a classe camponesa numericamente bastante expressiva, diversa culturalmente e presente em todo o país.

Se o impacto negativo do abrandamento das ações foi sentido nas desapropriações, também foi e está sendo notória no baixo engajamento junto às famílias assentadas quando se observa a relação entre o STTR do município de Tabuleiro do Norte e o PA Diamantina. Antônio de Oliveira Lima, assentado há quatro anos, ao ser perguntado sobre quais entidades, organizações e/ou movimentos sociais que atualmente vem apoiando as famílias, é taxativo:

Só Deus mesmo. Aqui num tem apoio de nada não. Aqui nós num tem órgão que dê aqui um apoio, patrocine alguma coisa pra nós aqui [...] nós num tem visite de vereador, nem de prefeito, nem de candidato. Mas, a política vem ai né no próximo ano. Talvez apareça um Deputado aqui dando uma de bondoso. Mas até agora mesmo ninguém ver nós aqui não¹⁹⁶.

Maria do Socorro Freire da Silva, assentada na época do depoimento e atualmente ex-assentada, na mesma linha do depoimento acima assevera “[...] de dizer assim, o Sindicato de Tabuleiro marcou uma reunião com o Assentamento, veio, palestrou, prometeu, conversou, to mentindo? Nunca, nunca. Do meu conhecimento nunca eles vieram aqui não. Projeto deles aqui dentro, eles nunca vem aqui não [...]”¹⁹⁷. O que se observa é que a relação assentados-STTR ficou restritiva a ações de mediação com foco nos programas e políticas governamentais no tradicional modo assistencialista (benefícios previdenciários), como bem atesta o assentado Veridiano de Araújo: “[...] o Sindicato de Tabuleiro praticamente a gente num tem apoio deles não, muito pouco [...] A gente já levou eles em algum evento, participaram no início, demora, passa um ano. A gente quando vai precisar de um auxílio, de uma coisa, a gente procura o Sindicato de Limoeiro”¹⁹⁸.

É preciso destacar que, no caso particular da Microrregião do Baixo Jaguaribe, talvez do Estado do Ceará, onde o município de Tabuleiro do Norte é caso exemplar, a empresa contratada para prestar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às famílias assentadas¹⁹⁹, as lideranças sindicais que comandam o STTR local e o os políticos e dirigentes

¹⁹⁶ Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2013, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁹⁷ Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁹⁸ Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2011, PA Diamantina, município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

¹⁹⁹ Atualmente o Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (IRDSS) é a empresa responsável pelos serviços de ATER aos assentamentos da microrregião do Baixo Jaguaribe. Trata-se de uma

que fazem o Partido dos Trabalhadores no município, estão unificados em um mesmo grupo desde o início dos anos 1990, onde em alguns casos, são os mesmos sujeitos que ocupam cargos diversos de comando simultaneamente no partido, na empresa e no STTR. Realidade bem semelhante é vista em nível estadual, onde boa parte dos dirigentes sindicais e assessores que comandam a FETRAECE são filiados ao PT, bem como alguns também possuem fortes vínculos ou mesmo fazem parte de empresas prestadoras dos serviços de ATER no Estado do Ceará. Nesse imbricamento de relações políticas é que se entende o depoimento de Rafran Guimarães Pinto, ex-técnico de ATER, quando perguntando sobre a relação do STTR/FETRAECE com os assentamentos no Baixo Jaguaribe. Afirma ele que existe uma lacuna de atuação da organização sindical devido à ligação estreita entre empresa e os STTR's:

Com relação ao papel dos órgãos mediadores, a gente vê o seguinte: a gente [empresa de ATER] por ter o mesmo pensamento e por ter uma grande afinidade, muitas vezes o INCRA, diz que “Ah, os técnicos tão lá, então os técnicos tá representando a gente”. Aí os movimentos sociais dizem: “não, os meninos [Técnicos de ATER] tão lá, os meninos representam a gente”. Então, essa representação de certa forma fica um pouco sem acontecer. Por quê? Porque a gente [Técnicos de ATER] chega com as propostas lá no INCRA do que tem que ser feito, chega lá o INCRA não executa, não faz. O sindicato pergunta como é que tá, a gente mostra né e fica por isso. Num vai muitos papéis pra que isso seja cobrado. Num tá nas pautas, são coisas pequenas, teoricamente pequenas, que não estão na pauta de reivindicação dos movimentos sociais como: Grito da Terra; Marcha das Margaridas e tudo mais. É, avaliando foi feito muita coisa, mais precisa-se afinar mais a viola e brigar, cobrar e representar melhor, porque dá para ser feito isso²⁰⁰.

A partir desta conjuntura, é que se entende o refluxo das ações da Organização Sindical Rural no poder de pressionar os governos petistas, que não apenas abandonou a reforma agrária, mas dá continuidade a histórica contrarreforma agrária no Brasil. Nesse processo, no qual não se percebe os limites/separação entre o que seja a referida Organização Sindical e o PT e ligada a estas as empresas de ATER, observa-se um total alinhamento do discurso das lideranças sindicais, dos técnicos e do partido com relação às propaladas melhorias para o campo, como: a utilização do conceito de agricultura familiar em detrimento de agricultura camponesa utilizada pela FETRAECE num dos seus principais eventos anuais: “*A feira cearense da Agricultura Familiar*”, conforme o cartaz de divulgação abaixo da sua sétima edição no ano de 2014²⁰¹:

empresa que, como outros nomes (Terra Viva e depois COOTAP), foi criada por iniciativa do PT local e desde meados dos anos 1990 atua junto as famílias assentadas com estreitos vínculos com os STTR's desta microrregião.

²⁰⁰ Entrevista realizada em 06 de junho de 2011, na residência do entrevistador, município de Tabuleiro do Norte, Ceará

²⁰¹ Disponível em: <http://www.fetraece.org.br/noticias_detalhes.php?cod_noticia=15#.VK6RE3vI9b0>. Acesso em: 01 jan. 2015.



O alinhamento é percebido também quando as lideranças sindicais fazem coro com o governo ao sublinhar o aumento dos recursos do PRONAF e defendem o que denominam de Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), título e conteúdo idêntico ao que o MDA divulga no seu Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS). Ou mesmo quando a organização sindical defende uma reforma agrária negociada sem pôr em relevo as contradições de classe diametralmente antagônicas no campo, escolhendo sim, a via do diálogo sem maiores pressões ou “*sem pôr o povo nas ruas*” como no depoimento linhas atrás da própria sindicalista. Um caminho por dentro do desenvolvimento sustentável e solidário irrealizável, pois não toca nas contradições do modo de produção capitalista, ao contrário, contribui para escamotear os conflitos e os interesses de classes.

Nesse sentido, mostram-se extremamente frágeis as ações sindicais atualmente frente aos problemas estruturais nos assentamentos rurais e que mereciam mobilizações massivas que não ocorreram nos últimos anos, visando sanar os referidos problemas, como: a falta, descontinuidade e precariedade dos serviços de ATER no estado, o sucateamento do INCRA, a opção do governo pelo agronegócio, materializada no Ceará, nos perímetros irrigados e o abandono a própria sorte das famílias assentadas em situações perversas de dificuldades (as irregulares precipitações nos últimos anos no Ceará agravam sobremaneira o quadro). Realidade de refluxo e calmaria da Organização Sindical Rural no seu poder de pressionar os governos petistas que, com certeza, contribui para aprofundar a precariedade vivida nos assentamentos rurais, consequentemente, para que a expulsão do campesinato assentado caminhe a passos largos, a exemplo do PA Diamantina.

Assim, a centralidade da crítica aqui caminha em sintonia com os escritos de Grzybowski (2013), que embora tenha sido realizado no início dos anos de 1990 mostram-se bastante atuais para analisar os períodos dos governos petistas e a relação destes com os movimentos e organizações sociais do campo:

O momento que se vive hoje no Brasil é, acima de tudo, de crise da mediação dos movimentos sociais, particularmente dos movimentos rurais. Crise que se exprime como crise dos projetos políticos. Certos modos de pensar e de ‘politizar’ as lutas dos trabalhadores rurais foram derrotados na evolução política recente. Uma das constâncias no pensar a questão e propor soluções ao campo partia de uma perspectiva “desenvolvimentista”, identificando nos “latifúndios” o atraso para a rápida expansão capitalista e, portanto, para o socialismo. A reforma agrária proposta não se assentava nas demandas dos trabalhadores, mas numa suposta necessidade de desenvolvimento (Ibidem, p. 346).

Discurso e prática, tanto das organizações e movimentos sociais como dos governos petistas permeadas por uma ideologia do progresso que buscam incessante e insistentemente um dito novo desenvolvimento. Para o autor acima, uma possível saída para a crise do atual modelo de desenvolvimento, produto do modelo modernizador da agricultura nas últimas décadas:

“[...] não necessariamente será baseada em maior justiça social, maior participação social e maior sustentabilidade ecológica. O risco é exatamente aprofundar a integração seletiva de trabalhadores, marginalizando um contingente ainda maior da população rural, com a adoção de tecnologias que, na perspectiva neoliberal, façam valer a “vantagem comparativa” do país: o uso de seus recursos naturais, num verdadeiro “dumping ecológico” (GRZYBOWSKI, 2013, p. 348).

Ao contrário, defende o referido autor, que os movimentos populares rurais, e aqui ele destaca também a CONTAG, estão frente a uma urgência: a de construir alternativas com base nas suas vidas, necessidades e seu trabalho, pois, “a “crise” atual dos movimentos pode ser uma crise das formas, mas o essencial é preservar a possibilidade de os trabalhadores rurais

continuarem em seu processo de constituição como sujeitos políticos coletivos” (GRZYBOWSKI, 2013, p. 349). Realidade que não tem sido vista na relação dos camponeses assentados do PA Diamantina e a Organização Sindical Rural. Um processo que mais tende ao desligamento destes do que a construção de um sujeito social coletivo preparado para a luta de classes visando superarem a conjuntura em que se encontram. Enquanto isso a contrarreforma agrária segue implacavelmente expulsando os camponeses assentados.

CAPÍTULO IV - A REFORMA AGRÁRIA EM RUSSAS (CE) E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PA OLGA BENÁRIO

4.1 A reforma agrária em Russas: da negociação com o latifundiário, a ocupação do latifúndio

Como será visto neste item, a história da reforma agrária no município de Russas pode ser dividida em dois momentos. O primeiro, iniciado em meados dos anos de 1990, foi marcado pela reforma agrária negociada com o latifundiário, seguindo a mesma linha ocorrida no município de Tabuleiro do Norte, tendo na Organização Sindical Rural o protagonismo das ações de mediação. O segundo, ocorre com a chegada do MST a Microrregião do Baixo Jaguaribe, inaugurando as experiências de luta via ocupação da terra, que se consolida no início dos anos 2000. Ou seja, uma reforma agrária que, se não conseguia romper totalmente com o poder dos latifundiários rentistas, contrasta em boa medida com os seus interesses, pondo em relevo os conflitos de classes entre o campesinato e os latifundiários capitalistas rentistas. É preciso destacar, que estes processos, a partir do surgimento do MST, se dão de forma articulada, permeados tanto por contradições/disputas em alguns momentos, como por parcerias/articulações em outros, entre o STTR local e o MST.

O depoimento do sindicalista Cristóvão Alves de Lima, Ex-Presidente do STTR do município de Russas, é relevante para caracterizar o primeiro momento histórico, ao destacar como era do interesse dos latifundiários a venda de terras para o INCRA, bem como, já traz a questão central desta pesquisa, ao levantar a hipótese da relação entre reforma agrária negociada e o fato de muitos assentados deixarem os PA's. Ao ser perguntado sobre a ocorrência de conflitos nos processos de desapropriação dos imóveis rurais no município de Russas, afirma:

Não, pelo contrário, é como eu disse o proprietário aqui ofereceu as terras né para o INCRA e procuraram o Sindicato. Com exceção no caso da Lagoa Grande que a gente primeiramente fez uma reunião lá, tinha muitos moradores lá que já trabalhavam na propriedade né [...]. Isso aí foram uma iniciativa deles e agente encampou. Os outros já foi antecipado tudo pelos proprietários e a gente fez uma discussão com os trabalhadores [...]. Mas nunca houve conflito né de trabalhadores que queria que a terra fosse desapropriada e o proprietários não se rebelaram contra isso. Era uma oferta mais por parte dos proprietários do que propriamente dos trabalhadores querendo. Acho que por conta disso talvez é que muitos trabalhadores deixaram a terra né, não se fixaram realmente nas propriedades [...]²⁰²

²⁰²Entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2014, na sede do STTR, município de Russas, Ceará.

O depoimento de José Eudes Maciel a seguir, Secretário Geral do STTR de Russas, é emblemático para caracterizar a reforma agrária negociada, quando explicita que “[...] no município de Russas foram desapropriadas várias fazendas, mas não teve o conflito. Sempre era chamado o Sindicato pra ir vistoriar junto com o INCRA né. O INCRA solicitava que a gente fosse e o dono da terra tava lá presente [...]”²⁰³. Vale salientar, tratava-se do primeiro mandato de FHC, o qual era caracterizado pelas ações antipopular e neoliberal em relação a reforma agrária (ALENTEJANO, 2004).

Ao ser indagado sobre as características dos imóveis rurais desapropriados para fins de Reforma Agrária em Russas, principalmente, com relação a dúvida se eram ou não improdutivos, quem eram os proprietários e onde moravam e sobre as famílias que vieram ser assentadas, o sindicalista Cristovão Alves de Lima, traz informações relevantes que sustentam o caráter rentista do capitalismo no campo brasileiro, conforme defendem Martins (1981) e Oliveira (2001b).

Bom, pelo que eu sei era assim, Lagoa Grande²⁰⁴, por exemplo, que é a Fazenda Mundo Novo [PA Mundo Novo], o proprietário morava em Fortaleza né e tinha lá o seu [...] morador que era o encarregado, o chefe lá, uma pessoa que era responsável pela propriedade né, um administrador da fazenda. Então, no caso tinha muitas pessoas [parceiros/arrendatários] da Lagoa Grande que plantavam lá nessa propriedade [...]. Era em forma de meia, contando que era rendeiro né, rendeiro lá na propriedade. Então, essa aí foi das que deu menos trabalho porque já tinha muita gente trabalhando lá na propriedade e eles ficaram lá né [...] Nas [do PA] Cajazeiras já era uma propriedade assim mais isolada porque ela fica muito escondida né e só tinha um morador mesmo que era o vaqueiro lá que cuidava, que o patrão também morava na cidade e tinha a propriedade. Primeiro, a história dos empréstimos que fizeram [...] na época, muito dinheiro investido e aí depois [...] já num tinha mais como tocar a propriedade e se desfizeram né. Mas aí foi que levamos gente de vários cantos e aí contando que essas pessoas não moravam na propriedade né, no caso das Cajazeiras. [O PA] Santa Fé também é dívida de outro empresário também que não morava aqui e que tinha a terra lá pra, como é que se diz assim, pra ter acesso aos empréstimos né, quer dizer, pegar os investimentos. Aí quando colocou à disposição aí foi feito esse trabalho mesmo que a gente já citou de reunir as famílias né pra saber se era viável, se era interessante pra eles e aí [...] as pessoas de lá também era pouca gente que morava lá né, alguns, lá tinha uns dois ou três, mas era pouca gente, aí também foi gente de outras comunidades e hoje também tá muito assim, muito, deixa muito a desejar né [...] muitas casas abandonadas né. Mas, na verdade é que não houve assim nenhum processo de resistência por parte [dos proprietários], muito pelo contrário, houve foi oferta de terra né [...] daí pra frente continuou né. Acho que até hoje num existe nenhuma, pelos menos aqui em Russas, nunca existiu assim uma questão de conflito né, de conflito de trabalhador com proprietário [...]”²⁰⁵.

O depoimento acima é revelador para perceber as diversas formas de apropriação da renda da terra pelo capital, conforme os escritos de Martins (1981). Para esse autor, “comprando

²⁰³Entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2014, na sede do STTR, município de Russas, Ceará.

²⁰⁴Comunidade do município de Russas onde está localizado o PA Mundo Novo.

²⁰⁵Entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2014, na sede do STTR, município de Russas, Ceará.

a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra (Ibidem, p. 177). Exatamente o que explica a realidade do depoimento, onde o latifundiário rentista subordina o trabalho familiar camponês nas relações de produção, no caso o arrendamento e a parceria, bem como, ao vender a terra para a realização da reforma agrária, abocanha a renda da terra de uma só vez. Por isso, conforme assevera Martins (1981), a reforma agrária como mera distribuição de terra, sem atacar o caráter rentista, não causa “nenhuma infelicidade ao capitalista” (Ibidem, p. 168).

No município de Russas, nesse contexto apresentado acima, de 1996 a 2014, foram criados 11 Projetos de Assentamentos Federais, conforme já foi explicitado no quadro 3 no primeiro capítulo, com capacidade para 463 famílias e atualmente contando com 313 assentados efetivamente. Entretanto, números oficiais do SIPRA/INCRA registam que 438 famílias desistiram ou evadiram-se na linguagem do órgão. Os últimos PA's criados nesta Microrregião estão localizados neste município e foram substancialmente através da luta empreendida pelo MST nos últimos anos.

Os dados e depoimentos colhidos apontam que a sequência de desapropriações e criações dos 11 PA's, foi inaugurada com: o PA Mundo Novo, seguido por Cajazeiras e Santa Fé, todos em 1996, e em 1997, Malacacheta/Boa vista. De 1997 a 2002, justamente o período do segundo governo FHC, o município de Russas só teria mais 01 obtenção, sendo criado em 2003, o PA Croata/Jandaíra, totalizando 5 PA nos governos FHC. Estes cinco PA's tiveram a Organização Sindical Rural, no caso, o STTR local como protagonista dos processos de mediação junto às famílias.

Entretanto, como já foi ressaltado em outra parte deste trabalho, o MST faz, principalmente, duas tentativas para obter êxito na espacialização do movimento no Baixo Jaguaribe. No município de Russas, especialmente, a primeira tentativa ocorreu em 1996. Quando das negociações para desapropriação do imóvel rural que resultaria no PA Mundo Novo e, a segunda, em 2004, na ocupação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR), dando origem ao PA Bernardo Marim II, conforme relato de José Ricardo de Oliveira Cassundé:

O primeiro assentamento feito pelo MST em Russas foi o Assentamento Mundo Novo localizado na comunidade de Lagoa Grande. Hoje o atual Assentamento Mundo Novo com 76 famílias. Então foi feita uma ocupação muito grande da antiga fazenda. E neste período, com 2 anos na frente o MST, teve essa dificuldade de dar conta dessa região e nós retornamos a Russas em 2004 né, contra o Eldorado dos Carajás, realmente protestando justamente em abril de 2004, foi aí onde que o MST fez, acho que 27 ocupações em abril de 2004 e a gente surgiu em Russas na ocupação do Tabuleiro de Russas [...]. Em várias discussões com as Universidades, com a Igreja

local, Paróquia de Limoeiro, Diocese de Limoeiro, a gente fazia uma grande discussão e a Universidade dizia que a gente não tinha capacidade de ocupar o Tabuleiro de Russas né. E a gente fez a primeira ocupação para resgatar o MST nesta região em 2004, a gente fez uma ocupação onde todas as brigadas estavam, nós trouxemos muitos militantes do estado, fizemos trabalho de base nas cidades de Jaguaruana, de Limoeiro, de Morada Nova, de Russas e Palhano. Então, nessas regiões, nós fomos chamar famílias de todas essas regiões pra fazer essa ocupação no Tabuleiro de Russas. De lá foi que a gente conseguiu né 240 hectares dentro do Tabuleiro de Russas como área pra reforma agrária e a Fazenda Capecé que era do antigo fazendeiro Edson Queiroz em Russas né, com 2.822 hectares. Aí de lá pra cá foi que a gente foi fazendo trabalho de base, fizemos a ocupação do Luiz Carlos, fizemos a ocupação né do Olga Benário, do Patativa do Assaré no Palhano né e fizemos o trabalho de base para ocupação do Riacho das Melancias né, que o MST chama hoje ele de Olga Benário né [...]²⁰⁶.

Na primeira tentativa do Movimento sem êxito, como destaca anteriormente o entrevistado, já ocorreram as primeiras tensões e disputas entre o MST e o STTR local. Disputas e tensões estas que tiveram como cerne, o processo de criação do PA Mundo Novo, conforme depoimentos colhidos. Neste bojo, José Ricardo de Oliveira Cassundé, Coordenador Estadual do MST, deixa evidente as contradições e conflitos que atravessam as relações entre o MST e a Organização Sindical Rural no Ceará e, em especial, no Baixo Jaguaribe, enfocando que os mesmos são oriundos, justamente, das especificidades que diferenciam os projetos encampados pelo Movimento e pela Organização.

Na nossa região, por exemplo, nós temos dificuldades mesmo, porque são disputas de projetos [...] Nós não temos boas relações com os sindicatos. Primeiro porque é uma das regiões do estado que tem a maior disputa FETRAECE-MST por projetos, por lutas, por tudo. Por quê? Porque historicamente pessoas se apoderam dessas estâncias, desses espaços e não se construiu uma boa aliança, são classes trabalhadoras, são assentamentos, mas a gente não tem essa boa relação. Na região, a relação talvez mais estreita é com o de Russas [...]²⁰⁷.

Nos anos 2000, ocorre a segunda tentativa do MST encampar a luta no Baixo Jaguaribe, desta vez obtendo êxito ao assumir o protagonismo da criação dos assentamentos rurais em Russas que antes pertencia ao STTR. Nos anos dos governos Lula, foram criado os outros 6 PA's no município, com 2 obtenções em 2005 e 4 em 2008, onde o MST participou ativamente em 4 delas, criando os PA's: Bernardo Marim II, Luiz Carlos, Olga Benário e Riacho das Melancias. Portanto, com a ocupação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR) em 2004 e, posterior, criação do PA Bernardo Marim II, o MST passa definitivamente a fazer a luta pela terra no Baixo Jaguaribe via ocupações e acampamentos. No depoimento de José Ricardo de Oliveira Cassundé é possível perceber o rompimento com a prática de negociar com o latifundiário, como até então se efetivava na criação dos assentamentos.

²⁰⁶Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

²⁰⁷Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

De fato o processo de ocupação a gente ver como uma forma que o MST trabalha como contra o latifundiário mesmo, contra a concentração da terra, contra a propriedade privada e esse é o histórico da ocupação. Eu acho que é uma forma de se fazer cada um que vai contra a propriedade privada se sentir sujeito da sua comunidade: olhe eu sou fruto do processo de luta, eu estava na luta contra a propriedade privada, contra esse fazendeiro, que naquela madrugada ela foi desconcentrada. Então, a gente faz um grande grito e pergunta de quem é esta terra e naquela madrugada esse grito ecoa como liberdade aos camponeses, como forma de acesso a terra a partir de um processo de luta contra a negação de uma lei que é a da reforma agrária de dar o acesso a terra, qualquer ela improdutiva e que não tá acessível aos trabalhadores. Pra mim o significado da ocupação tem essa característica de dizer a terra é nossa e por um processo de luta. Não teve terra pelo correio, não teve reforma agrária doada, assinada em cartório e recebida ou esperada né. Então, a reforma agrária pra gente a partir da ocupação, como movimento político, tem essa cara, de luta para se garantir o acesso, essa é a diferença²⁰⁸.

Fernandes (1999) explicita e defende a necessidade da ocupação como forma de pressionar os governos para que, efetivamente, a reforma agrária possa acontecer, onde segundo ele, acampar sem realizar a ocupação dificilmente a luta obterá êxito em transformar o latifúndio em assentamentos rurais. Nas palavras do autor percebe-se também a diferenciação entre o ato de ocupar e o de acampar:

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos Sem Terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças. Também podem ser a primeira ação da famílias ou podem ser a reprodução dessa ação por diversas vezes. Há experiências em que o acampamento é lugar de mobilização para pressionar o governo na desapropriação de terras. Todavia, em suas experiências, os Sem Terra compreenderam que acampar sem ocupar, dificilmente leva a conquista da terra. A ocupação da terra é um trunfo nas negociações. Muitos acampamentos ficaram anos nas beiras das rodovias sem que os trabalhadores conseguissem ser assentados. Somente com a ocupação, obtiveram êxito na luta (FERNANDES, 1999, p. 282).

Além das ocupações dos latifúndios, o MST passa a fazer a luta ocupando a prefeitura municipal, fato até então, não ocorrido nesta microrregião. Assim, se até então as famílias eram beneficiárias da reforma agrária, a exemplo do PA Diamantina, onde esperam passivamente pelo Estado e os governos, com as ações deste Movimento, os camponeses assentados passam a serem sujeitos sociais protagonistas da luta pela implementação dos PA's. Como nos relata Luiz Eduardo de Souza, assentado e membro da Direção Estadual do MST no Ceará, acerca das

²⁰⁸Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

transformações nas relações de poder no município de Russas, após as ocupações que o Movimento realizou, especialmente, na sede da Prefeitura Municipal deste município em 2013.

Hoje nós temos uma relação de respeito. Respeito esse que foi estabelecido a partir da ocupação dos assentamentos, do movimento na prefeitura, inclusive, nesse ano [2013]. Porque, até estão nós tínhamos uma relação de desrespeito, de descaso, da falta de reconhecimento, da falta de políticas públicas básicas como: transporte escolar, como acessibilidade, como saúde, educação né, como a participação nos programas governamentais para os camponeses, como o seguro safra, como o programa água para todos, como o programa luz para todos né. Então, alguns programas que, inclusive, que já existem, que já estão estabelecidos, governamentais e que o município implementa, os assentamentos eram excluídos, eles eram retirados dos programas. E hoje, nós temos, estamos num processo de negociação da pauta, inclusive, do assentamento Olga Benário, graças a ocupação. Não foi por a boa vontade do governo ou por ser um governo municipal mais progressista. Não. É por que o nosso movimento se organizou, ocupou a prefeitura. Então, a nossa relação é a relação de pressão popular, monitoramento de nossa pauta né. E claro, e sempre reconhecendo quando a pauta é atendida²⁰⁹.

O depoimento acima converge com os escritos de Fernandes (1999), quando este enaltece a ocupação como forma dos movimentos sociais desafiar o Estado e suas ações, que tem caráter apenas de atenuar os processos de expropriação e exploração sem ferir os interesses dos capitalistas em geral. Contudo, é preciso destacar que mesmo com a atuação do MST no Baixo Jaguaribe, não foi criado nenhum PA durante o governo Dilma Rousseff, ao passo que o agronegócio segue sua busca desenfreada por lucro a qualquer custo: expropriando e subordinando a agricultura camponesa, através de um modelo agrário e agrícola marcado pela: quimificação e contaminação, concentração e especulação fundiária, grilagem de terras e assassinato. Modelo esse amplamente apoiado e custeado pelo Estado (FREITAS, 2010; RIGOTTO, 2011; BEZERRA, 2012).

É este o contexto do espaço agrário no município de Russas, bem como, em todo o Baixo Jaguaribe, marcado, por um lado, pela ação do MST no sentido de dinamizar a luta pela reforma agrária via ocupação/acampamentos, por outro, pela mediação da reforma agrária negociada efetivada pelos STTR's, bem como não se pode deixar de registrar o avanço do agronegócio nesta microrregião, seja expropriando, seja subordinando a agricultura familiar camponesa. A reforma agrária até então, praticamente, realizada pelos latifundiários, quando ofereciam seus imensos latifúndios ao INCRA para serem desapropriados, passa a ser objeto, também, de luta do campesinato. O PA Olga Benário é fruto e se insere no movimento contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo jaguaribano, como será abordado no próximo item.

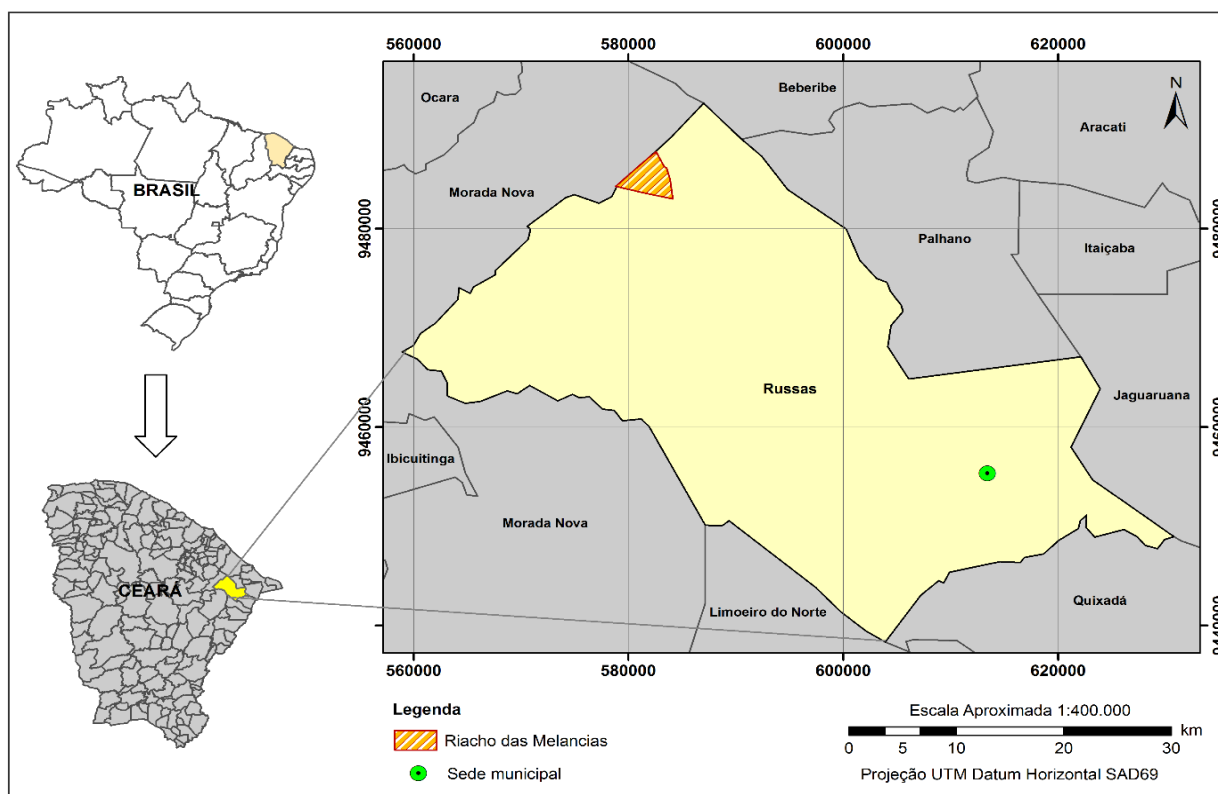
²⁰⁹Entrevista realizada no dia 17 de outubro de 2013, sede do INCRA, município de Fortaleza, Ceará.

4.2 A luta para a gestão do PA Olga Benário: o protagonismo do sujeito Sem Terra

[...] terra é mais do que terra. Esse símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio da mudança, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver! (BALDUÍNO, 2004, p. 24-25).

Com uma área de 1.178,80 ha e capacidade para assentar 15 famílias, o PA Olga Benário está localizado no município de Russas, microrregião do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará, distante da Capital Fortaleza, aproximadamente 120 quilômetros.

Mapa 2 – Localização do PA Olga Benário



Fonte: Base cartográfica do IBGE. Org.: Claudemir Martins Cosme; Luiz Carlos Chaves (2014)



Figura 17 – Vista do PA Olga Benário. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

A compreensão do processo de gestão do PA Olga Benário passa pelas contradições que marcam a produção do espaço agrário do Baixo Jaguaribe, haja vista este nascer também, como afirmou Fernandes (1999), dentro de uma lógica marcada pela: indignação, revolta, necessidade, interesse, consciência, identidade, experiência e resistência camponesa. Consciência e resistência ao vínculo estreito e espúrio entre o agronegócio e o Estado brasileiro em todas as esferas de governo. Nasce, também, da certeza de que terra é mais que terra: é liberdade, dignidade, alegria, participação. É algo que está ligado visceralmente a vida, como está escrito na epígrafe do fragmento tão bem pensado por Balduino (2004).

Soares (1999), já apontava em seus estudos, em fins da década de 1990, as transformações espaciais em curso no Baixo Jaguaribe, levadas a cabo pelo planejamento estatal, no sentido de transformá-lo num pólo agroindustrial centrado na fruticultura irrigada em detrimento da lógica da produção do espaço rizícola predominante até então. Projeto esse, onde a competitividade e a produtividade são tomados por parâmetros internacionais, na busca da acumulação do capital. Sendo que o grande capital foi eleito como o único a ter as credenciais para efetivar tal projeto (SOARES, 1999). Seguindo esse raciocínio, Elias (2002) afirmava não vislumbrar otimismo no dito desenvolvimento sustentável prometido nos programas

governamentais e pelos teóricos neoliberais, ressaltando a tendência ao beneficiamento do setor empresarial agroexportador, excluindo o produtor de base familiar.

De fato, o prognóstico feito pelos autores acima, é exatamente o que vem ocorrendo nos anos 2000 no Baixo Jaguaribe. O Estado Brasileiro e seus últimos governos, do municipal ao federal, atuam fortemente no sentido de transformar o espaço agrário jaguaribano em referência do agronegócio da fruticultura irrigada, atrelado aos interesses do grande capital transnacional em detrimento de possibilitar condições para o protagonismo camponês e, muito menos, de implementar uma política de reforma agrária (FREITAS, 2010; RIGOTTO, 2011; BEZERRA, 2012).

É nesse e a partir desse contexto, desfavorável ao campesinato e de forte hegemonia do agronegócio no Baixo Jaguaribe, que a gestação do PA Olga Benário é pensada e acontece. O depoimento de José Ricardo de Oliveira Cassundé, que participou desde o início dos processos de luta para a criação do PA, traz elementos importantes acerca das discussões iniciais:

De fato tudo começou a partir de uma reunião que a gente teve na comunidade do Piauí. A Associação do Piauí comentava sobre a negação da água que passava no canal próximo e a gente como dirigente do MST foi convidado pra participar dessa reunião, pra orientá-los como fazer o enfrentamento [...]. Porque que eles não tinham adutora? Porque que eles não tinham caixa d'água? Aí nesta ocasião a gente colocou que era do MST e tudo e foi nessa ocasião que um rapaz falou da fazenda Riacho das Melancias. “Ah! vocês é que chamam o pessoal e convida o pessoal para ocupar a terra? Vocês sabem que aqui tem uma terra bem grande nesta região”. Então, começou a partir dessa conversa com um trabalhador na comunidade de Piauí né. A partir daí a gente começou o trabalho de base²¹⁰.

O depoimento traz exatamente o momento inicial a partir do qual, se daria o processo de organização, levado a cabo pelo MST, visando a desapropriação da Fazenda Riacho das Melancias, que viria a ser transformada no PA Olga Benário. Foi afirmado no início deste item que a compreensão do processo de gestação do referido assentamento passava pelas contradições que marcam a produção do espaço agrário do Baixo Jaguaribe. O relato supracitado, cita a luta pela água de um canal, como ponto inicial para o MST tomar conhecimento do referido latifúndio. Trata-se do dito Canal da Integração ou da desintegração como afirmam os movimentos sociais, que faz parte das políticas públicas direcionadas aos recursos hídricos no Ceará, com a realização de grandes obras de engenharia, como a Construção do Açude Público do Castanhão (ELIAS, 2002).

²¹⁰Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará.



Figura 18 – Morada Nova – Canal da Integração. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

Obras estas, que visam, além do abastecimento urbano da região metropolitana de Fortaleza e dos empreendimentos no Complexo Portuário e Industrial do Pecém, atender o agronegócio na Microrregião do Baixo Jaguaribe. Os assentamentos rurais e diversas comunidades que ficam localizadas próximas ao canal e até tiveram terras desapropriadas para a construção do mesmo, não têm permissão e, muito menos, infraestrutura para acessar os recursos hídricos, como é o caso da Comunidade de Piauí, vizinha ao PA Olga Benário. As famílias assentadas não usufruem desta água, ficando fora do banquete do propalado desenvolvimento e progresso que permeiam os discursos que tentam justificar a necessidade destas grandes obras no Ceará. Portanto, foram as próprias contradições da produção do espaço agrário jaguaribano que ensejaram inicialmente as mobilizações para a criação do PA Olga Benário, conforme continua o relato de José Ricardo de Oliveira Cassundé.

A gente reuniu enquanto MST na região e dividiu um coletivo pra discutir primeiro: quem eram as pessoas do canal, quem eram as pessoas que estavam no assentamento mais próximo chamado Amazonas, que estavam como agregados, quem eram as pessoas do Distrito de Lagoa Grande que moravam em casas de barro, quem eram os moradores da Lagoa Grande que trabalhavam né no agronegócio, no Tabuleiro de Russas como um todo. E a gente começou a selecionar esses segmentos. Então, a gente fez o trabalho de base nessas comunidades. Não trabalhávamos a data. Inicialmente

as pessoas teriam muito medo, porque nós teríamos um comentário que o fazendeiro era muito ignorante, era muito bruto, era um capataz que tratava muito mal as pessoas quando eram funcionários. Então, as pessoas tinham muito medo e falavam que ele andava armado, as pessoas que queriam caça lá não tinha direito que ele era muito bruto, tudo mais, então, teria esse receio²¹¹.

O fragmento supracitado destaca o que já foi mencionado em outras partes deste texto, a questão da violência no campo, da impunidade e violações de direitos no espaço agrário brasileiro, quando o entrevistado afirma que as pessoas tinham medo. Apesar do histórico de não haver conflitos violentos na reforma agrária no Baixo Jaguaribe, a pistolagem corre solta seja no campo, seja na cidade: o assassinato do líder comunitário José Maria do Tomé tornou-se um símbolo da tragédia da terra, vítima da barbárie que está imbricada na questão agrária brasileira, não sendo, portanto, diferente no Estado do Ceará. O assentado Francisco Leandro Ribeiro, que também participou da luta desde o seu início, relata detalhes das reuniões que antecederam a ocupação do latifúndio.

Nas primeiras reuniões foi no Assentamento Amazonas, lá conhecida como a Casa Branca do Assentamento Amazonas. Tivemos base dumas dez reuniões com os representantes do Movimento [MST]. E, esse imóvel foi escolhido pelo Movimento, já pelo fato de ser tão explorado pelo dono, que desmata tudo, que só queria desmatar e não tava produzindo mais nada. Ai o Movimento escolheu [...] essa fazenda. Perguntou a nós se nós concordávamos em vir para essa comunidade, fazer o assentamento numa comunidade e a gente aceitou. Viemos olhar e se agradamos e hoje tamos aqui²¹².

De acordo com Fernandes (2010), a práxis do MST inicia com o trabalho de base, ou seja, a formação de grupos de famílias e sua interligação com outros grupos que desejam participar do mesmo acampamento, conforme o ocorrido neste caso. Os trabalhos de base são, assim como os acampamentos e as ocupações, um espaço de socialização política, onde, na troca de experiências, os camponeses “conscientizam-se da condição de expropriados e explorados e constroem sua identidade de Sem Terra” (FERNANDES, 2010, p. 180). A partir deste trabalho de base é que algumas famílias decidiram participar da ocupação, como pode ser visto no relato a seguir da assentada Erlandia Rabelo da Silva:

Assim, das reuniões eu participei de duas né. E aquela coisa. Eu achei um pouco estranho, assim, no assentamento que eu morava não tinha essas coisas, assim, de organicidade. Teve muita, muita dificuldade minha de aceitar, eu num queria vim. Ai com o tempo depois eles me convenceram, meu marido me convenceu e a gente acabou vindo²¹³.

²¹¹Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

²¹² Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

²¹³Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

Cumprida a etapa dos trabalhos de base, na noite do dia 19 de outubro de 2009, as famílias marcharam para a ocupação da Fazenda Riacho das Melancias. José Ricardo de Oliveira Cassundé destaca a solidariedade de assentados, que um dia participaram da luta e, como princípio do MST, devem lutar para que outras famílias Sem Terra tenham a possibilidade de ter o acesso a terra.

De fato, a ocupação na madrugada a gente saiu com um ônibus que saía de próximo da Lagoa Grande com alguns companheiros de outros assentamentos porque a política do MST né: quando chegar na terra lembra de quem quer chegar. Essa é uma tarefa nossa de quem ocupou uma terra, conquistou, como lembrar de quem vai chegar. Isso é fruto e princípio do MST de ajudar os companheiros também a conquistar a terra. Então, nós tivemos companheiros da comunidade do Rosa Luxemburgo em Jaguaruana, companheiros da comunidade Bernardo Marinho II em Russas, companheiros da comunidade Patativa do Assaré do Palhano e companheiros da comunidade Oziel Alves em Potiretama. Que todos na mesma madrugada né se juntamos em Russas e viemos com o ônibus. Juntamos com é, inúmeras pessoas de moto que saíram da comunidade de Amazonas²¹⁴. O trator, a comunidade do Amazonas emprestou o trator, a gente veio com todas as bagagens, panelas e sacos, lonas, forquilhas, tudo que foi possível para a gente montar o acampamento, a gente trouxe naquela madrugada. Então, a gente se encontrou em um ponto de encontro na estrada mais próximo, talvez um dois quilômetros antes de chegar na área, a partir daí o carro do movimento, eu na frente com algumas bandeiras, com muitos gritos de ordem. A gente perguntava: “De quem é essa terra?”; “Ocupar o latifúndio”; Terra para quem nela trabalha”; e daí a gente foi em caminhada nestes dois quilômetros com bandeiras, baldes, panelas, motos e cantando. Ao chegar na porteira a gente quebra o cadeado e faz o grito realmente: “De quem é esta terra? É nossa”. Então, inicialmente, a gente fica a bandeira, alguém já trazia um pau muito forte pra gente fincar a bandeira né no mastro mais alto possível, se constrói duas fogueiras em frente a primeira casa que a gente encontra né. Se faz o primeiro café coletivo com toda a companheirada, cantamos muitas músicas e damos realmente esse significado do que é ocupação, do que é ocupar um latifúndio, do que é a terra conquistada para quem nela trabalha né²¹⁵.

Importante, ressaltar destas palavras, o fato dos trabalhadores Sem Terra serem protagonistas da ação de ocupação e não apenas beneficiários passivos à espera da boa vontade do Estado e dos governos em realizar a reforma agrária. Para Caldart (2004), o MST incomoda não apenas pelo fato de trazer para a arena política a questão agrária, mas pelos sujeitos sociais que faz entrar em cena.

A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas principalmente, os personagens que faz entrar em cena, e os valores que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas (CALDART, 2004, p. 27)

²¹⁴ Projeto de Assentamento Amazonas I e II, ligados a Organização Sindical Rural, localiza-se há poucos quilômetros da sede do PA Olga Benário. Várias famílias que participaram da ocupação eram oriundas daquele assentamento, conforme será relatado no próximo item sobre a trajetória das famílias assentadas.

²¹⁵Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará.



Figura 19 – PA Olga Benário – Marcha das famílias para ocupação em 2009. Foto: José Ricardo de Oliveira Cassundé, MST, 2009.

No fragmento a seguir, da assentada Erlandia Rabelo da Silva, fica evidente o processo de transformação que a luta proporciona nos sujeitos que dela participam. Como diz a autora acima, um novo personagem entra em cena, qual seja: um sujeito social que quer ser protagonista, que se encontra e se constrói na luta.

Aí, na noite da ocupação foi uma coisa, assim, muito, pra mim, nervosa, já sou nervosa. Eu via que era muita gente, aquela coisa, eu disse: meu Deus pra que tudo isso. Eu não sabia que existia essas coisas de pessoas ajudarem umas às outras né, de comunidades inteiras saírem das suas casas pra vim ajudar uma a outra, outras famílias a ocupar um assentamento né, uma área. Aí assim, eu fiquei assustada quando eu vi, quando cheguei e vi, mas um pouco animada, que era todo mundo cantando, soltando fogos, aquela coisa diferente que eu nunca tinha visto na vida. Aí, ao chegar aqui na madrugada, cada qual procurando um cantinho pra dormir, tudo no escuro né, eu com uma criança pequena, grávida, é, assustada né, porque eu não entendia o que tava acontecendo. No outro dia, quando eu acordei, aí todo mundo se reuniu, uma coisa que eu nunca esqueci, foi quando no outro dia que hastearam a bandeira do Movimento e todo mundo foi lá cantar, né, o hino, eu ri, sabe. Eu disse: “Pra que isso?”. Com o passar do tempo eu lembrando, meu Deus do céu, que absurdo eu fiz, né, de ri de uma coisa assim tão! Pra mim, hoje em dia, cantar o hino me deixa toda arrepiada [...] Até hoje eu ainda, toda vez que eu canto o hino eu fico emocionada, assim, arrepio toda. Foi muito bom, assim, assustei bastante, mas com o tempo eu fui me acostumando [...] Primeiro dia, primeiro de tudo, assim, banheiro. Porque, tinha que [...] organiza tudo [...] fazer banheiro de lona. Muita coisa, comida era uma coisa, eu tava com uma criança pequena e pra cozinhar pra muita gente. Aí tinha que sair, pedindo informação a um e a outro, que eu não conhecia ninguém mesmo,

praticamente ninguém. É, o que fazia? Como era que eu ia fazer pra pegar leite pro meu filho e tudo. Aí aquela coisa, assim, estranha, tanta gente ali, eu ficava quetinha, que eu sempre ficava no meu canto, ficava me perguntando: Será que eu tava fazendo a coisa certa, de ter saído da minha casa, num canto estável que eu tava, pra vim me enfiar aqui nesse lugar, no meu do nada, do mato, com uma criança pequena? Será que aqui vai ter futuro, né? Pensei muitas vezes. Até hoje estou aqui, até hoje lutando. E, se Deus quiser, quero continuar²¹⁶.

O depoimento traz também a face da precariedade que o Sem Terra tem que enfrentar durante a ocupação: o escuro (falta de energia); a falta de banheiro; o estado de gravidez da mãe e um filho pequeno. São situações que não podem deixar de ser sublinhadas, impostas e enfrentadas pelos camponeses Sem Terra no processo de luta. O assentado Francisco Leandro Ribeiro descreve como foi o encontro com o latifundiário no dia posterior a noite da ocupação, haja vista o mesmo estar no imóvel naquela madrugada da ocupação. Encontro este que ocorreu apenas pela manhã do dia seguinte e não teve conflitos, mesmo destacando que o capataz estava armado.

A gente tava na casa de farinha [...] ele chegou mais ou menos umas dez horas pra onze horas [...] ele perguntou quem era os líderes? Disse que não existia líder, existia ali todo mundo era os líderes, todo mundo tava igual ali, não existia líder pra mandar em ninguém e dizer o que fazer não. Aí ele começou a dizer coisas com alguns de nossos companheiros, chamando de desentendido, essas coisas. E começou junto com o capanga dele, o capanga dele armado [...] a gente acuou um pouquinho, mas aí depois começemos a conversar, íele disse que ia atrás dos direitos dele e a gente disse que podia ir. Aí ele foi, falou com o INCRA, o INCRA passou algumas coisas pra ele que a gente não sabe o que foi, sei que quando foi com três dias ele se retirou da fazenda²¹⁷.

Apesar de algumas ameaças e intimidações, a ocupação e toda a fase acampamento das famílias no PA Olga Benário ocorreu sem que houvesse conflitos violentos com o latifundiário, como relata José Ricardo de Oliveira Cassundé.

Mas de fato houve somente desses desgastes, houve comentários lá fora, algumas ameaças, depois a gente teve alguns tiros nas madrugadas, algumas pedras jogadas nas casas que isso também amedrontou as famílias por uns dias, mas depois a gente também com a nossa equipe também se preparamos [...] pra realmente ver que a gente também estava preparado pra lutar pela terra [...] Pra quem saia fora se ele encontrava tinha algumas ameaças, mas era fora do imóvel²¹⁸.

É importante destacar que a ocupação por parte do MST ocorreu como forma de pressionar visando a agilização do processo de desapropriação do imóvel, ou seja, já existia o pedido ao INCRA e o processo já havia iniciado, mas de forma bastante lenta. Algumas datas são importante e constam no Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel (INCRA, 2009):

²¹⁶Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

²¹⁷Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

²¹⁸Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, na sua residência, município de Limoeiro do Norte, Ceará.

- 22 a 25 de junho e 19 de agosto de 2007: imóvel é vistoriado e classificado como Grande Propriedade Improdutiva (1.178,80 ha);
- 05 de junho de 2008: o imóvel foi declarado de interesse social, para fins de reforma agrária (obtenção);
- 06 de junho de 2008: Sai a publicação no Diário Oficial da União (DOU);
- 10 de março de 2009: o proprietário é informado por ofício da data da vistoria e avaliação do imóvel;
- 16 de março de 2009: início do trabalho de vistoria e avaliação do imóvel;
- 06 de abril de 2009: Conclusão do Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel.
- 26

Diante da morosidade do processo, conforme pode ser visto, onde da publicação no DOU a comunicação por ofício ao proprietário lá se vão 9 meses. Realidade que faz o MST resolver fazer a ocupação. Seria mais um assentamento conquistado pelo Movimento em vez de uma ação propositiva do Estado. Mesmo com a pressão do MST através da ocupação, a criação do PA Olga Benário ocorre apenas em 26/02/2010, 10 meses depois da conclusão do Laudo de Vistoria e Avaliação do imóvel. E as primeiras famílias, segundo dados do INCRA (2014), só foram homologadas em 20/08/2010, ou seja, 1 ano e 4 meses do referido laudo e seis meses da criação do PA. Durante todo esse período as famílias ficaram, como ainda encontram-se, em um estado de precariedade profunda. Realidade que fez com que fosse minado a resistência de muitas famílias que deixaram o assentamento antes mesmo de serem cadastradas. Por exemplo, por um período de aproximadamente 1 ano 12 famílias resistiram na ocupação à espera do INCRA para cadastros, liberação da construção das moradias e créditos iniciais, processos que não ocorreram até este momento. Aos poucos estas famílias foram deixando, ou melhor, sendo obrigadas a deixarem o PA, frente ao estado degradante agravado pela longa espera pelo Estado e os governos, um contexto que remete ao que afirma Mitidiero Jr. (2011, p. 07):

O Estado é quem dita os passos e as técnicas para o assentamento das famílias. É nesses processos que os problemas tomam corpo, como por exemplo: morosidade no processo de desapropriação; lentidão das demandas que se dão no âmbito judicial; demora na demarcação dos lotes e construção das casas; lentidão na materialização de outras infraestruturas necessárias; descompasso no sistema de créditos – quando existem – dos programas de assistência técnica e assistência a comercialização, o que dificulta efetivamente a construção do assentamento em uma área de produção agropecuária.

Sendo a luta pela terra, via a ocupação realizada pelo MST, entendida aqui como um movimento característico da insubordinação camponesa nos termos defendido por Martins (1981), não se pode esquecer que o Estado exerce um papel central no tocante ao emperramento das possíveis conquistas da luta. No caso do Ceará, Alencar (1998) traz contribuições relevantes ao discutir a gestão dos assentamentos rurais neste modelo centralizador na figura do Estado. A crítica do autor é quando no processo de gestão os assentados não exercem o verdadeiro poder de decisão. Para ele, o grande desafio nos assentamento rurais do Ceará é no sentido de se realizar uma gestão do território, pois o que se tem visto é uma gestão do lugar ou no máximo uma gestão do espaço:

Este é o desafio da maioria dos assentamentos rurais de reforma agrária no Ceará, quer sejam eles vinculados aos Governos Estadual ou Federal: fazer a gestão do território. A natureza da administração dos assentamentos é a gestão do lugar e quando muito, poucos conseguem fazer uma gestão do espaço. Desconheço dentre os assentamentos do Ceará, quicá do Brasil, um que faça a gestão do território, uma vez que os assentamentos hoje representam uma extensão de um Estado “desenvolvimentista conservador”, e funcionando muito mais como uma unidade jurídica ainda dependente do Estado, do que como uma unidade de produção gerenciada pelo e para os assentados. (ALENCAR, 1998, p. 3).

Para ele, o Estado inibi qualquer possibilidade das famílias assentadas decidirem sobre o seu devir, ou seja, de exercer o poder de decisão dentro do assentamento, portanto, sendo retirado deles qualquer oportunidade de vim a serem os reais protagonistas, de realizar uma gestão do território, sendo as decisões tomadas em última instância pelo próprio Estado aliciador, conforme trecho a seguir.

Porém, os assentados ainda não realizam uma gestão do território, pois estes ainda não são os detentores do poder nos assentamentos. Os assentados, hoje, têm um poder simbólico, de aparência, porque, na prática, tudo passa pelo crivo do Estado, pela mediação do Estado; quem decide, em última instância, quem dá a última palavra é o Estado. Isso passa, inclusive, pelo título da terra, porque com a titulação alguns, arames farpados da sujeição seriam cortados, e seria iniciada a “destruição” do Estado aliciador. Isso porque, somente quando os assentados tiverem o poder de decidir quem manda e como manda, com o título na mão do espaço rural assentamento, ai ocorrerá uma gestão do território (ALENCAR, 1998, p. 171.)

Nessa perspectiva, o caminho apontado por Alentejano (2007) parece ser o mais adequado para se pensar acerca dos processos de luta e resistência camponesa nos assentamentos rurais e assim dinamizar ainda mais estas, quando evidencia as amarras que o capital consegue impor atualmente a luta. Assim, é preciso enaltecer que o ato de desapropriar um imóvel rural improdutivo como a Fazenda Riacho das Melancias, mesmo sendo produto da luta do MST, longe de ser uma penalização aplicada ao capital, na verdade o premia com a

apropriação da renda da terra, neste caso investigado na ordem de R\$ 367.273,62 reais de indenização do imóvel (INCRA, 2009). Preço que pode aumentar, uma vez que o latifundiário está com ação correndo em justiça contestando a referida indenização.

Foi presenciada uma das etapas da referida ação judicial, quando ficou patente dois pontos: a ânsia do latifundiário rentista por mais renda e a agilidade do Estado em atender seus interesses. Em um dos momentos de campo no PA Olga Benário, os assentados e o presente pesquisador foram surpreendidos pela chegada em comboio de um grupo de pessoas: tratava-se do latifundiário, seu filho e um jagunço, mais um Perito Federal e um engenheiro agrônomo contratado pelo latifundiário, conforme registros fotográficos a seguir. O objetivo era uma reavaliação do imóvel rural, com a medição do tamanho da propriedade, das benfeitorias, dos açudes etc. Esse foi um momento ímpar para a pesquisa, pois possibilitou ficar diante do fiel movimento de sujeição da renda da terra ao capital, bem como visualizar a sintonia do Estado com o latifundiário e a atuação ágil daquele quando está em jogo os interesses deste, ou seja, num PA que após mais de 4 anos, nem as moradias foram construídas, o Estado atua velozmente para reavaliar o imóvel. A aliança do atraso entre capital, terra e Estado, de que fala Martins (1999), reina majestosamente também nos dias de hoje com a reforma agrária, que mais premia do que puni o latifúndio, uma contrarreforma agrária nos termos de García (1970).

Portanto, em meio às contradições engendradas pela luta, o capital ainda consegue encontrar um caminho para dominar e subordinar a renda e submeter camponeses assentados a seus ditames, como assevera Alentejano (2007)



Figura 20 – PA Olga Benário - Chegada em comboio do Perito Federal, do Latifundiário e do Engenheiro Agrônomo no PA Olga Benário para reavaliar o latifúndio. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.



Figura 21 – PA Olga Benário - Reavaliação de um dos açudes do imóvel. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.



Figura 22 – PA Olga Benário - Medição da parede de um dos açudes pelo pela equipe de reavaliação. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.



Figura 23 – PA Olga Benário – O grupo divergindo acerca do tamanho do imóvel indenizado. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

4.3 A trajetória dos camponeses assentados do PA Olga Benário

O PA Olga Benário, tem capacidade para assentar 15 famílias, sendo que oficialmente consta na Relação de Beneficiários apenas 6 famílias assentadas e foi confirmado em trabalho de campo a presença de apenas 5 na última visita para essa pesquisa. Destas, pôde se constatar que todas tinham experiência com atividades agrícolas ao longo da vida, bem como no momento anterior à vinda para o PA, apenas uma família afirmou que não estava ligada à agricultura, mas com membros trabalhando como assalariados no ramo da construção civil.

Não diferente do PA Diamantina, são histórias de sujeitos que marcham em burca da terra, alguns já oriundos de outro assentamento, o PA Amazonas, ou mesmo outro acampamento como no caso a seguir. São sujeitos que compõe um amplo número de indivíduos descartados pelo sistema como diz Martins (2003b), marcados por processos de exploração diversos. O assentado Edilberto de Souza Marinho, relata que antes de vir para o PA estava acampado em um acampamento do próprio MST, no município circunvizinho de Potiretama, estado do Ceará, e que ao não obter êxito no mesmo foi convidado a vir ser assentado no Assentamento Olga Benário:

Bem, eu fiquei sabendo do acampamento lá em Potiretama né. Tinha o acampamento lá aí convidaram pra me ir pro acampamento. Eu fui lá visitar o acampamento, aí me convidaram, eu chamei minha esposa pra nós ir, nós fomos, aí ficamos, passemos muita dificuldade lá, mas aguentemos [...] Os outros desistiram todo mundo. Aí ficou eu e ela. Aí pra vim pra cá pro Olga Benário, nós viemos ver a terra, que já tinha vaga né. E lá no assentamento saiu todo mundo, aí ficou só eu e ela. Aí o menino do MST disse: “Edilberto, tem lá no, em Russas, tem um assentamento lá, tem vaga lá. Se você quiserem ir olhar a terra lá, se quiserem ir pra lá”. Que o MST não deixa o Sem Terra Sem Terra né. Aí nós viemos olhar a terra, viemos e se agradei da terra, terra boa mesmo, aí eu fui e vim. Vim e tô aqui, graças a Deus, tô achando bom²¹⁹.

Indagado sobre sua experiência com as atividades agropecuárias este entrevistado destaca sua ligação histórica com o campo, mesmo apresentando algumas experiências de relações de trabalho no ramo industrial. É taxativo ao explicitar a relação de exploração, a qual chama de escravidão, quando era trabalhador assalariado numa relação exploratória junto a um parente.

Sempre fui de agricultura mesmo. Trabalhava com meu pai só na agricultura [...] Mas eu passei quatro anos aqui em Russas. Me empreguei na Dakota também aí quatro anos. Trabalhei de cerâmica, bem dois anos de cerâmica também. Aí voltei pra lá de novo, mas toda vida foi em agricultura mesmo. Aí voltei pra lá e lá fiquei trabalhando pro meu tio, tratorizando terra no trator dele, trabalhando de empregado pra ele né, sendo escravo pro tio né.

²¹⁹Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

Já o assentado Joel Ângelo Pimenta, explicita toda a trajetória ligada ao campo, desde as relações de trabalho com o fazendeiro na condição de assentado no PA Amazonas, que faz extrema com o PA Olga Benário. Portanto, já era filho de assentado quando da vinda para este último e conhecia um pouco da dinâmica da reforma agrária.

[...] a minha vida antes de ir pro Olga Benário eu já morava em assentamento né. Já morava área rural. Sempre nossa família morou em área rural em que a gente sempre desenvolveu trabalhos na agricultura né. Nós quando morávamos no São João do Aruaru a gente percorria 20 quilômetros que era pra plantação de plantar lavouras, plantar o feijão, o algodão e tudo. Até o Assentamento hoje que é chamado Amazonas a gente também plantava nesse assentamento quando era do fazendeiro, do Falcão né, nós trabalhava lá. Nós vinha nos transportes que era carroça e bicicleta que tinha na época. E sempre a minha vida foi dentro da agricultura junto dos meus pais e meus irmãos também né, que é o Jeová e o Jeovani né, sempre desenvolveu atividades nesse sentido²²⁰.

Perguntado sobre o(s) motivos que o levou a vir para o Assentamento Olga Benário, o depoente evidencia a curiosidade em conhecer a luta encampada pelo MST

Pronto. É, uma, uma das coisas que eu vim, que eu vim pro Riacho das Melancias foi mesmo pela questão da curiosidade, vim por curiosidade do momento. Por causa que falavam de tanta coisa boa, tanta coisa que o pessoal fazia, que lutava, que buscava é, que buscava conquistar alguma coisa lá fora e que só fazia as coisas através da luta né, na mobilização, que é a mobilização de massas né, que o pessoal vão sai de suas casas e vão buscar os seus direitos. Aí a minha ida para o Riacho das Melancias foi muito nesse sentido né, da curiosidade. Mesmo também lutando pra questão da terra e tudo né. Por causa que, quando você ocupa uma terra improdutiva você está ocupando mais um latifúndio né. Que é daí que a gente vai conseguindo é, conquistar a terra e partir daí conseguindo conquistar outras coisas pra você e para os demais né. Que é daí onde faz a ação coletiva de todos²²¹.

O sentimento de curiosidade que motivou a ida do assentado acima para o movimento é tratado por Caldart (2004), quando afirma que “há também aquelas pessoas para as quais o MST é uma referência que mistura sentimentos, causando, sobretudo espanto, uma sensação de estranhamento e de que algo não está bem explicado: afinal, o que querem eles?” (Ibidem, p. 26). Foi tentando descobrir e responder a essa pergunta o que parece ter motivado o ingresso do assentado aludido na luta, hoje sendo o mesmo um militante ativo do Movimento, representando o assentamento em outros espaços de luta.

O assentado Francisco Leandro Ribeiro, ilustra a diversidade de experiências dos Sem Terras, aqui retratada, onde já se citou origem em acampamentos, em assentamentos e este,

²²⁰Entrevista realizada no dia 13 de agosto de 2013, sede PA Bernardo Marim II, Município de Russas, Ceará. A entrevista com o mesmo foi realizada em outro PA devido o assentado em questão participar ativamente da militância do MST, sendo necessário, portanto, o presente pesquisador se deslocar ao referido PA para realizar a entrevista, onde o mesmo estava desenvolvendo os trabalhos.

²²¹Entrevista realizada no dia 13 de agosto de 2013, sede PA Bernardo Marim II, Município de Russas, Ceará.

vindo de uma experiência da construção civil. Entretanto, a ampla maioria do tempo de vida teve ligado as experiências com o campo. Obteve o conhecimento da existência do PA Olga Benário quando estava de férias da empresa na qual era operário em um momento de visita familiar no PA Amazonas. Nas palavras do entrevistado, ao ser questionado sobre a sua experiência anterior ao PA, assim descreve:

Rapaz, eu morava na comunidade de Zacarias, município de Ocara [Ceará]. Eu trabalho na firma conhecida por Andrade [Gutierrez], trabalhei um bom período. Vim de férias pro Assentamento Amazonas, lá pra casa da minha cunhada, acabei conhecendo a liderança do Movimento. Ele me convidou pra vim pro assentamento [Olga Benário], a gente teve algumas reuniões lá no assentamento, na casa branca lá do Assentamento Amazonas. Eu trabalhava na agricultura ajudando meu pai até eu casar, quando eu casei aí o Canal da Integração passou bem próximo da minha casa aí fui eu me empreguei na firma e de lá pra cá eu vim trabalhando até eu ver que num dava pra me, não tava dando mais e recebi esse convite e até hoje to aqui no assentamento²²².

A decisão de vir para o Movimento, de lutar pela terra está relacionada a exploração a qual vinha passando na referida empresa, quando afirma que vivia trabalhando para os outros; bem como também a distância da família e a falta de perspectiva de melhorar as condições de vida, determinaram o retorno ao campo. Mesmo em meio a uma precariedade imensa, o depoente mostra que as condições anteriores a vinda para o PA eram piores e avalia como bastante positiva sua decisão em vir para o Olga Benário e as transformações pessoais pelas quais vem passando a partir do engajamento no MST:

Como família eu acho que eu virei mais pai. Aquele paizão, eu não era um pai. Era o pai, mas não era esse paizão que acompanhava o filho, que acompanhava algumas decisões, o colégio, essas coisas. Eu era mais o trabalho na firma [Empresa], dava mais atenção a firma de que próprio a minha família. Hoje o Movimento me ensinou essa parte de ter mais compreensão com a família, dar mais tempo os meus filhos e ficar mais unido. Isso foi que o Movimento trouxe pra gente e ensinou a gente. Sinceramente que, a vida que eu tinha antes eu não queria, não quero mais pra me, prefiro continuar nesta que tou. Com certeza, por que antes eu trabalhava pros outros e agora eu trabalho pra me. Isso já é um ponto inicial da coisa. Cê trabalhar pra você, você vai a hora que você achar que dá pra você ir, você não tem aquela coisa obrigado do horário, do momento. Eu vou, faço as minhas coisas lá, ajudo o companheiro, o companheiro ajuda a gente. É por aí.

As palavras do assentado dão concretude aos escritos de Paulino e Almeida (2010), quando estas tratam o campesinato como uma relação não capitalista e a propriedade privada familiar da terra como instrumento de vida e trabalho. Ou seja, a mudança na vida destes sujeitos, recém saídos da lógica da sociedade urbana-industrial, e que tiveram suas vidas (re)construídas na luta do MST, como no caso aqui específico, relaciona umbilicalmente: o

²²²Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede do PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

acesso a terra com a família e o trabalho. Portanto, pode-se afirmar que, em meio as contradições e as armadilhas forjadas pelo Estado e o capital, o assentamento rural proporciona, mesmo em condições hostis para os assentados, “[...] o reencontro da classe camponesa e de sua lógica organizativa fundamentada na tríade família, trabalho e terra” (PAULINO; ALMEIDA, p. 53).

Em linhas gerais, pode-se perceber a diversidade de experiências dos camponeses assentados antes da vinda para a luta, além da história de perambulação em busca de entrar na terra. No item a seguir será tratado os anos após a criação do PA, demonstrando o quadro de precariedade a que estão sujeitos os camponeses assentados.

4.4 Resistência e precariedade como marcas no PA Olga Benário

Toda a história do PA Olga Benário, desde as primeiras discussões ao momento atual, deu-se nos governos do PT à frente da República. Sendo a sua criação, ocorrida no último ano do governo Lula e percorrendo os quase quatro anos do governo Dilma Rousseff. Como já foi explicitado em outras partes deste trabalho, estes governos decidiram muito cedo a quem servir, ou seja, foi dado continuidade, assim como vinha sendo feito nos governos FHC, ao apoio irrestrito ao agronegócio em detrimento do campesinato e de uma ampla e massiva reforma agrária que desse autonomia aos camponeses. Ou melhor, a opção foi pela contrarreforma agrária no Brasil (THOMAZ JR, 2003; OLIVEIRA, 2010).

Tido como um dos maiores expoente na discussão da reforma agrária no Brasil, José Gomes da Silva (2013), já afirmava em meados dos anos de 1990 que a contrarreforma agrária materializava-se no Brasil em: matanças indiscriminadas contra lideranças e dirigentes de organizações camponesas num contexto de extrema impunidade. Acerca dos assentamentos, afirmava que “uma proposta popular e democrática não deve impor modelos e limitações à iniciativa dos trabalhadores rurais em escolherem a forma que melhor convier para os assentamentos em que irão viver” (SILVA, 2013, p. 220). Neste bojo, qualquer caminho fora desta realidade, que venha a isolar os assentados “dá tempo a contrarreforma para organizar-se e bloquear todo o processo” (SILVA, 2013, p. 221).

A realidade do PA Olga Benário, mesmo num contexto de luta e resistência dos camponeses assentados, tem como marca maior o ambiente hostil e o estado de precariedade a qual os mesmos são submetidos, onde predomina exatamente o isolamento a que se refere o autor acima, caracterizando a contrarreforma agrária em curso. Em fevereiro último (ano de

2014), o PA completou 4 anos de criação, e até o fechamento deste texto, nem sequer as moradias para as famílias haviam sido iniciadas. Ao longo destes anos, as famílias assentadas ficaram em moradias antigas e na casa de farinha da Fazenda, sendo que no período de ocupação do imóvel este espaço foi utilizado de forma coletiva, com divisórias marcadas pela lona preta.



Figura 24 – PA Olga Benário – Casa de Farinha do imóvel desapropriado utilizada na ocupação pelas famílias, 2013. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.



Figura 25 – PA Olga Benário – Casa antiga do latifúndio utilizada atualmente como moradia, 2013. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

O depoimento de José Ricardo de Oliveira Cassundé, Coordenador Estadual do MST no Ceará (Setor de Produção), resume o quadro de precariedade vivenciado pelas famílias frente ao não cumprimento de medidas básicas para a criação do PA, a exemplo das moradias:

De fato, por isso que eu digo que o Riacho das Melancias é uma comunidade de resistência e de muita superação. Os únicos processos vinculados ao INCRA como direito aos assentados se resume em emissão de posse e cadastro das famílias. Historicamente nós não tivemos PDA [Plano de Desenvolvimento do Assentamento], historicamente não foi feito nem o PEA [Projeto de Exploração Anual], historicamente não se tem uma discussão é, quando construiremos as moradias. Já tivemos de ter nove famílias, onde o INCRA poderia ter priorizado as discussões das moradias, onde o INCRA poderia ter priorizado as discussões dos créditos iniciais. Então nós não temos. As únicas coisas que a gente tem conseguido é fortalecer a questão da horticultura, como é que eles produzem pelo menos em regime de sequeiro agora a horta. Um poço que foi uma conquista do MST na luta de abril, que a gente tem conseguido, foi a única conquista que a gente conseguiu cavar um poço pela SOHIDRA com muita dificuldade. Mas, historicamente não se tem uma discussão de quando será construída as moradias, quando será aplicado o crédito apoio inicial, nem fomento, nem nada. É muita dificuldade, porque nós estamos, talvez, com quase um ano que não recebe mais nenhuma cesta básica né. E é uma garantia de que enquanto é pré-assentamento, que não constrói casa, que não se aplica créditos iniciais, você receber pelo menos uma cesta básica. Então, de fato, é só mais uma das comunidades em que não é prioridade pra reforma agrária para o INCRA. Mas as famílias continuam resistindo. Então tá o descaso²²³.

Como não se construiu sequer as moradias ainda, este fato já dá a dimensão dos problemas no PA Olga Benário. O relato acima explicita, a exemplo do que vem ocorrendo no PA Diamantina, que o assentamento em questão não possui também seu PDA. Os créditos de instalação, fundamentais nos anos iniciais em que o Sem Terra agora na condição de assentado vivencia uma situação de extrema vulnerabilidade em todas as dimensões da unidade de produção familiar camponesa, sequer foram liberados. O que chegou do INCRA para os assentados do PA Olga Benário foram algumas míseras cestas básicas. Tal realidade, de não liberação dos créditos iniciais assegurados em normas e leis do próprio INCRA, tem consequências nefastas para o processo de geração de renda, ou seja, a própria produção de alimentos para garantir a segurança alimentar e nutricional é afetada. Sendo aprofundada pelo não envio pelo INCRA de cestas básicas regulamente.

Em meio ao quadro de total abandono e adversidade, os assentados buscam alternativa de sobrevivência e resistência. Não sendo diferente do PA Diamantina, procuram organizar o assentamento de forma mista: entre trabalhos e atividades coletivas e individuais, e com isso vão criando meios, dentro da sabedoria e persistência camponesa para driblar os percalços. Uma das experiências é a horticultura agroecológica desenvolvida por uma família, mas que já fomenta o interesse em outras. Horta que garante a produção de algum alimento sadio (livre

²²³Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2013, no município de Limoeiro do Norte, Ceará.

de agroquímicos) para a mesma, bem como se inicia uma comercialização mesmo que incipiente, mas relevante para obter alguma renda, longe do ideal, mas que garante o processo de resistência menos precarizado. Outras atividades produtivas, como a criação de pequenos animais (galinhas, porcos, ovelhas), plantio de grão (feijão), colheita de castanha, faz parte do processo de resistência e da policultura que caracteriza na unidade familiar camponesa, onde sem recursos financeiros os camponeses criam suas estratégias visando saciar a fome que bate à porta nesses tempos de lutas.



Figura 26 – PA Olga Benário – Produção agroecológica individual, 2013. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.



Figura 27 – PA Olga Benário – Produção agroecológica individual, 2013. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

A questão do acesso a trabalho e renda é posta como a grande dificuldade enfrentada pelas famílias e estas buscam de todas as formas solucionar este entrave, a exemplo da produção agroecológica registrada acima. Dificuldade que tem gerado vários tipos de conflitos entre os assentados que ficam e os que decidem pelo trabalho fora do PA. Outro conflito que marca esse contexto relaciona-se a questão da retirada de madeira, ou seja, em meio à fome, muitas vezes a opção é pelo meio mais fácil: desmatar e vender a lenha, o que pode gerar processos de degradação ambiental profundos. Conforme os depoimentos de ex-assentados, o assentamento era visto como um excelente local para viver, mas as dificuldades de trabalho e acesso a renda foram fatores determinantes para a expulsão dos mesmos. Como ressaltou Bruno e Medeiros (2000), a falta de apoio e planejamento por parte do Estado deixa as famílias assentadas em estado de vulnerabilidade. Nessa esteira, Mitidiero Jr. (2011, p. 7) afirma:

É na materialização da conquista da terra que emergem uma série de dilemas que, a meu ver, devem ser encarados de frente pelos pesquisadores, movimentos sociais e pelo Estado, uma vez que problemas socioeconômicos marcam o processo de efetivação dos assentamentos em todo o Brasil. Sendo que o trabalho na terra e a produção de alimentos, a princípio objetivos elementares da luta pela terra e da realização da reforma agrária, aparecem como grandes gargalos na transmutação de Sem Terra a assentado.

Os serviços básicos, como saúde e educação, por exemplo, são acessados de forma bastante precária, representando grandes problemas para aqueles que resistem. O relato da assentada Erlandia Rabelo da Silva evidencia esse quadro. Mesmo reconhecendo alguns pontos/períodos positivos em anos iniciais, logo conclui com uma avaliação de extrema dificuldade.

O acesso à saúde é bom né. Tem médico todos os meses no Sitio Piauí. Tem médico durante a semana toda na Lagoa Grande num postinho de saúde. Tem Agente de Saúde. Tem. O problema é, por que de um tempo pra cá, como se, por exemplo, negócio de marcação de exames tá tudo parado, esse é que é o problema. Mas, teve um tempo pra trás que era tudo muito bem, saúde tava ótimo, assim, de ambulância na hora que você precisasse vinha buscar, vinha deixar na hora que fosse. Mas, de um tempo pra cá, num é nem só aqui pro Assentamento, era a região né. Num tem negócio, está tudo parado, não tem exame marcado nenhum. Aí fica difícil né. Porque doença num espera. A gente tem que se virar para fazer um exame. Médico até que tem. Consulta, passa o remédio. E se tiver que fazer um exame como é que faz? Se não tiver dinheiro para fazer particular você tem que esperar. Ano que vem talvez tem que fazer esses exames [...] Se tivesse era pra fazer em Russas, mas tá tudo parado [...] É porque é assim, a gente consulta aqui no Sitio Piauí ou ali na Lagoa Grande no postinho e eles encaminham pra fazer em Russas os exames ou alguma coisa que precisa. Mas, o problema é que são esses exames, não tem nada pra fazer exame, tá tudo parado: ultrassom, raio x. Eu, por exemplo, precisei agora de fazer endoscopia, é, raio x da coluna, ultrassom e não tá tendo. Ano que vem elas disseram. Ano que vem talvez quem sabe e não é certeza. Precisei ir pra Fortaleza, [pra] casa de familiares, pra fazer esses exames, porque é uma coisa que não podia esperar. Aí é triste isso viu. Porque se a gente num fizer alguma coisa, a gente adoce e, se Deus num, assim, até morrer, morre, se precisando da saúde desse jeito né²²⁴.

A questão do não cumprimento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), como já foi amplamente exposto neste trabalho, agrava profundamente a situação dos camponeses assentados. Destes 4 anos de criação do PA Olga Benário, há dois as famílias passaram sem nenhum tipo de ATER. Esse gargalho é tido como um problema estrutural que está imbricado e aprofunda todos os outros citados acima, bem como inviabiliza a chegada de outros programas e/ou políticas relevantes, como o PAA e o PNAE, que passam longe das famílias do PA Olga Benário. Perguntada sobre se as famílias possuem estes serviços, a assentada Antônia Jeovaneide Alves de Moura faz um relato da situação, que não difere do que já foi explicitado no caso do PA Diamantina, sublinhando os atrasos de recursos para as equipes de ATER e a descontinuidade, paralização e inexistência dos serviços por longos períodos.

Bom aqui, assim, eu acho, praticamente nós não temos. Porque, o que que acontecesse, a assistência técnica aqui, é, trabalharam, trabalharam e não receberam. Hoje, pra gente, é pedir que volte ou que pelo menos eles legalizem, porque nós sabemos que é um direito nosso, temos que ir pra luta. Então, vai depender da nossa luta, o que tá sendo resultado dela, pra gente saber como é que isso vai caminhar,

²²⁴Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

porque praticamente nós não temos. Porque, se o INCRA, o governo, não sei quem é que paga ou não paga, que nem eles trabalharam um monte de vez aqui de graça, os coitados vinham, chegavam aqui era compartilhando com um pouco que a gente já tinha. E a gente recebe de braços abertos. Com maior carinho, maior prazer, porque é uma coisa que nós precisamos. Então, assim, mas, eles trabalhando e dizendo assim: “Que Deus ajude que eles mim paguem”. Como não pagaram, agora na luta é que vai ser resolvido como é que vai ser, se vamos ter ou se não vamos, vai depender da nossa luta²²⁵.

A avaliação pelas famílias no tocante às ações do INCRA, em meio ao contexto apresentado acima, são no sentido de enfocar o abandono, um sentimento que é compartilhado por todos os entrevistados. Senão, veja-se o relato do assentado Francisco Leandro Ribeiro:

Rapaz, na minha avaliação é precária. Porque não tão mais dando atenção [...]. Esse ano só veio uma vez aqui no nosso assentamento. Ficou praticamente abandonado. Num sei por que que o governo não dá mais assistência pra eles [INCRA]. O INCRA abandonou nós e não libera projetos, não libera nada. Fica naquela coisa, naquele jogo, joga um pro outro e quem fica prejudicado é a comunidade [...] INCRA mesmo aqui na comunidade num chegou até agora só nada, praticamente, nada, nada mesmo. Assistência técnica ele cortou e o que a gente recebeu aqui foi só umas cestinhas, uns três meses e foi cortado. A gente não recebeu mais nada do INCRA. Casa não saiu, nem a casa, o fomento. Projeto nenhum do INCRA foi liberado, porque eles, a burocracia que tem, a papelada e eles num liberaram nada²²⁶.

A problemática do cadastramento das famílias ganha corpo na avaliação do referido órgão nas palavras da assentada Antônia Jeovaneide Alves de Moura:

[...] o INCRA aqui, sinceramente, desde que eu cheguei aqui até agora, nós tivemos, duas visitas, eu acho, do INCRA. Mas, aquela coisa, uma visita que a gente tem que tá ligando e dizendo, tou precisando fazer o cadastro, to precisando legalizar, to precisando mudar Jeovaneide, é, transferir fulano, o cadastro de fulano do acampamento José Maria para o Olga Benário. Que é outra coisa que também tá andando a passo de tartaruga. Sinceramente, eu acho, que o INCRA aqui com a nossa comunidade tá andando muito devagar, num tá de boa qualidade não.²²⁷

Diante deste quadro de extrema precariedade no qual se encontram as famílias assentadas, tanto do PA Diamantina como do PA Olga Benário, dá base para a leitura de Wanderley (1996, p. 15), quando afirma que “o acesso a terra foi aqui [no Brasil] doloroso e restrito, do que resultou [...] as características principais do campesinato brasileiro em sua origem: a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial”. Nesse cenário, o caminho teórico que melhor explica tal realidade reside nos apontamentos de Oliveira (2010), quando este defende que está em curso no Brasil uma contrarreforma agrária. Sendo a precariedade vivenciada pelos camponeses assentados uma das faces que alicerça a estratégia desta contrarreforma orquestrada pelo Estado e governos

²²⁵Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

²²⁶Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

²²⁷Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

historicamente. No item a seguir, será aprofundado esse caminho teórico ao tratar-se da expulsão de assentados no PA Olga Benário.

4.5 A expulsão camponesa no PA Olga Benário: uma das faces da contrarreforma agrária em curso

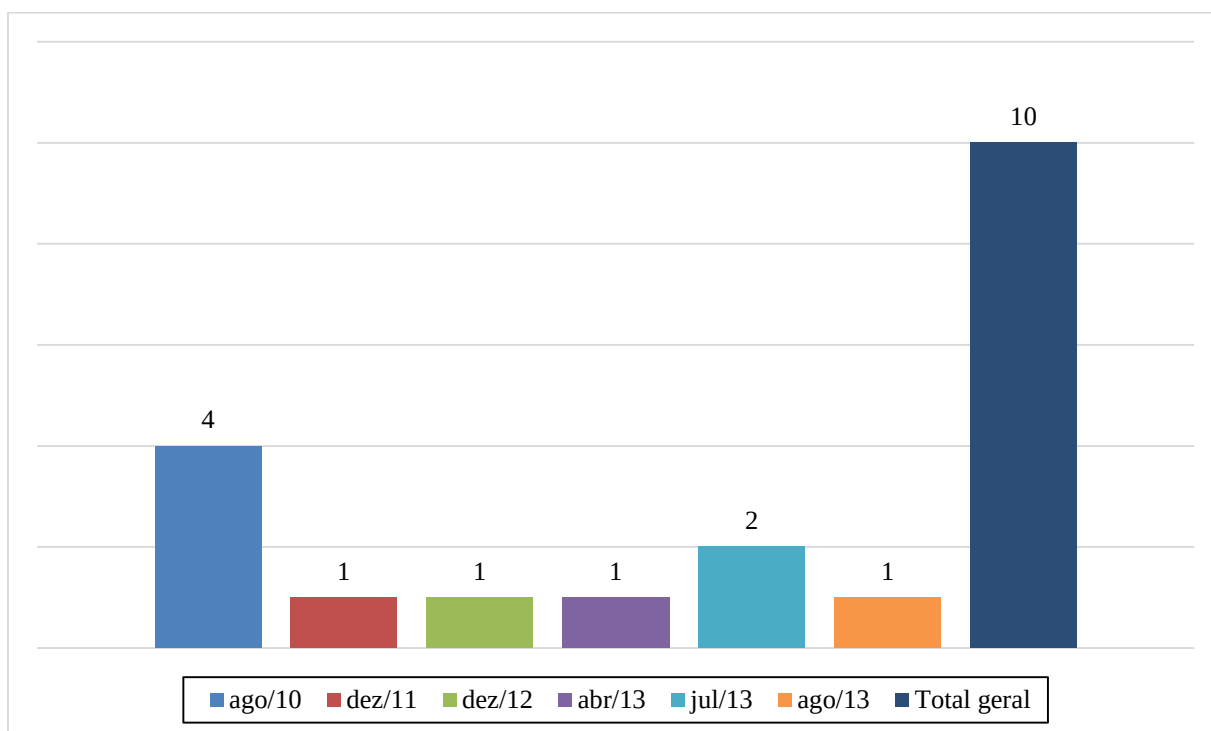
No prefácio do livro “*O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa*”, de autoria de Larissa Mies Bombardi, Plínio de Arrumada Sampaio, ao se reportar aos camponeses que resistem após décadas nas experiências de reforma agrária mais antiga do Estado de São Paulo (Bairro reforma agrária), afirma:

Em várias ocasiões, adversários da reforma agrária criticaram o fato de que a maioria dos primeiros beneficiários abandonou o projeto. Pudera! [...] privados [...] de qualquer ajuda dos serviços agrícolas do Estado, acossados por intermediários implacáveis, a desistência de alguns não pode causar espanto” (SAMPAIO apud BOMBARDI, 2004, p. 16).

Escritos que, infelizmente, não perderam a validade e poder explicativo quando a questão é a reforma agrária nestes últimos 12 anos.

De acordo com os dados oficiais do SIPRA/INCRA (2014), no PA Olga Benário consta na Relação de Beneficiários (RBs) de 17/01/2014, apenas 6 famílias assentadas cadastradas. Destas, na última visita de campo, foi constatado que apenas 5 continuavam assentadas. Desde a sua criação em 26/02/2010 até o fechamento do presente texto, o INCRA havia homologado somente o cadastro de 10 família assentadas. Homologações que, historicamente, ocorreram em cinco datas diferentes, conforme gráfico 28.

Gráfico 28 – Histórico das homologações de cadastros no PA Olga Benário (2010-2014)



Fonte: INCRA (2014) – Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Dos 4 assentados²²⁸ homologados em 08/2010, apenas 1 permanece assentado, os outros 3 constam nos dados do INCRA como evadidos em 31/10/2013, ou seja, cerca de 3 anos depois da homologação; 01 assentado foi homologado em 12/2011 e que permanece assentado; 01 assentado homologado em 12/2012 e evadido em 31/10/2013, 10 meses depois; 1 homologado em 04/2013 que permanece assentado; 02 em 07/2013, sendo 1 evasão no mesmo ano, com 6 meses de permanência; por fim, 1 em 08/2013 que permanece. Resumindo, houveram 10 homologações, com 5 evasões, ou seja, 50% das famílias oficialmente cadastradas deixaram o PA.

Diante destes números, uma pergunta pode ser feita: por que apenas 4 famílias tiveram seus cadastros homologados no primeiro processo em 2010 e ao longo dos anos apenas 10 assentados foram cadastrados oficialmente? Os depoimentos dos assentados e o conhecimento da atuação precária do INCRA não deixam dúvidas: as 12 famílias do período da ocupação foram vencidas pela morosidade e burocracia. Algumas deixaram o PA frente os meses massacrantes sem renda, sem casa, sem trabalho, sem autorização ambiental para explorar a terra. Sem nenhum tipo de apoio: imperava a incerteza e a fome batia à porta a todo momento.

²²⁸ Leia-se famílias assentadas que tiveram seus cadastros homologados no SIPRA/INCRA.

Outras famílias não tiveram melhor sorte quando no momento do cadastro surgiram empecilhos, a exemplo da falta de documentos. À espera de um retorno do órgão e a efetivação do cadastro em outra oportunidade leva um longo tempo que não foi suportado pelas famílias. Todos esses fatos foram conformando uma realidade de extrema dificuldade no PA Olga Benário, o que desembocou em apenas 4 cadastramentos no primeiro momento e 10 ao longo destes mais de 4 anos de criação do mesmo.

Entretanto, com base em depoimentos e pesquisa junto ao Livro de Atas de reuniões do assentamento, foi possível constatar que, além dos 10 assentados oficialmente cadastrados, ao menos 23 assentados teriam passado pelo assentamento, sem terem seus cadastros homologados pelo órgão, totalizando-se, portanto, 33 assentados. Assim, neste contexto, onde apenas 5 permanecem no PA, tem-se um processo de 75% dos assentados evadidos.

Rafael Fernandes da Silva Pereira, ex-assentado, ao ser indagado sobre os motivos que o levaram a tomar a decisão de deixar a comunidade, é taxativo ao mostrar a precariedade no tocante à renda, conseqüentemente, as dificuldades para garantir a alimentação. Além dos conflitos, proporcionados pela situação hostil, quando foi obrigado a trabalhar fora para obter renda, gerando mal-estar com os outros assentados que optavam em ficar no PA e não sair para a realização de trabalho.

Porque lá eu não ia morrer de fome, né. Aí eu achei melhor procurar outro meio de vida né. Não ia, é, ficar com fome nem eu e a mulher. Se não fosse meu pai e minha mãe me dando de comer e de um tudo, é, tinha papocando lá, né? Agora se lá tivesse um meio de vida, assim, pra pessoa ir levando né, ai dava pra pessoa ter experimentado por mais tempo, né? Mas num tinha nada. E os outros assentados, se você for trabalhar como eu comecei a trabalhar fora com meus pais né, ai num deixaram, só por que eu passava o dia né, trabalhando, não aceitaram né. Esse foi o meu motivo de sair.²²⁹

Na mesma linha do relato acima, está o depoimento do também ex-assentado, Francisco Mozanildo Solon Pereira, que elenca a falta de recursos financeiros aliada a proibição em retirar madeira como o motivo central que o levou a deixar a comunidade:

As dificuldades lá, o recurso que a gente não tinha, não tinha recurso. Não pela manutenção, porque o pessoal do MST ainda conseguia as cestas básicas. Mas esse negócio, que a pessoa, meu pai num é aposentado, minha mãe não era, eu sozinho ali, num tinha como tirar lenha né, era até proibido. Aliás, ainda é ainda, não tinha a guia né, não tinha coisado a liberação ainda do desmatamento. Aí foi isso aí que fez eu desistir de lá, só isso aí mesmo²³⁰.

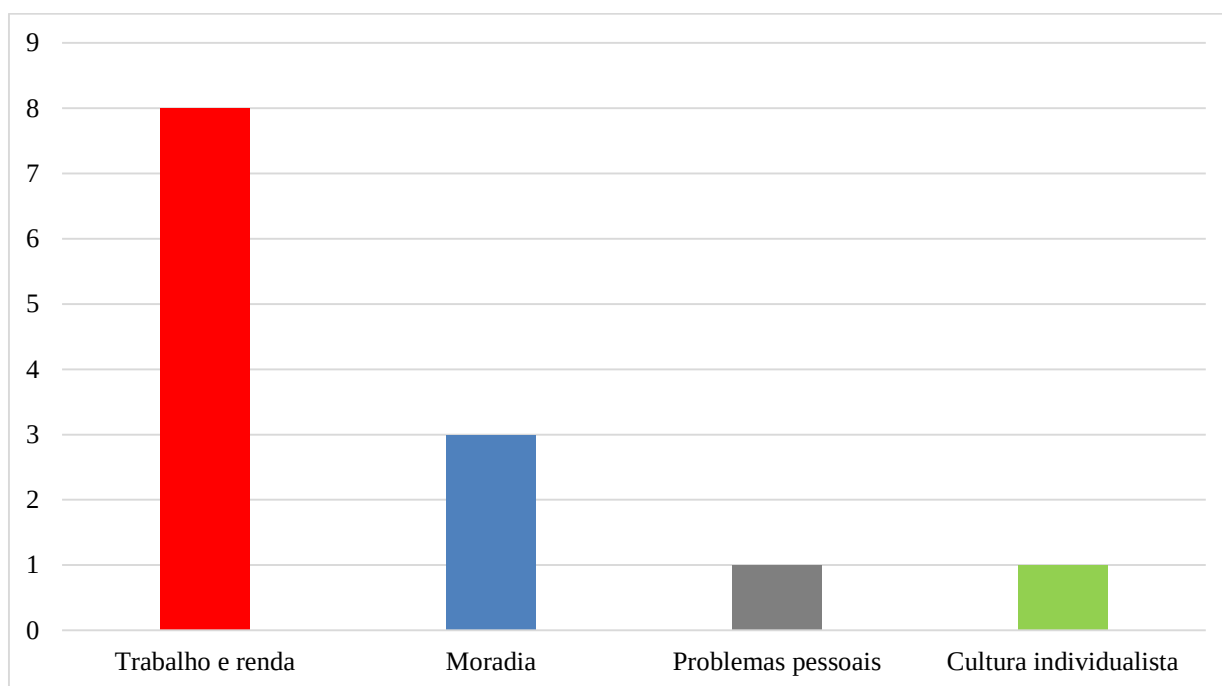
Outro ex-assentado, Enilton da Silva Souza, traz à tona o desânimo em ver outras famílias desistindo, o que o levou a fazer o mesmo caminho frente às dificuldades, citando a

²²⁹Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

²³⁰Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

questão das moradias como a maior delas: “rapaz, principalmente as casas né. As famílias estavam desistindo. A gente fica desaminado né, porque quanto mais famílias, mais a gente fica animado né, as famílias tava desistindo a gente fica desanimado também”²³¹. O Gráfico a seguir explicita as principais causas que, segundo os camponeses assentados e ex-assentados, determinam a decisão das famílias em sair do assentamento.

Gráfico 29 – Causas determinantes para a desistência/evasão na visão dos assentados e ex-assentados do PA Olga Benário



Fonte: Trabalho de campo (2014). Org.: Claudemir Martins Cosme, 2014.

Como foi destacada no caso dos depoimentos do PA Diamantina, também no Olga Benário a questão da dificuldade do acesso ao trabalho e renda, ou seja, do desenvolvimento de práticas produtivas, é visto como a principal causa para a evasão/desistências. Dificuldade que é produto de situações diversas como: a não autorização por parte dos órgãos ambientais para o desenvolvimento de atividades agropecuárias; situação de escassos recursos das famílias ao chegarem no PA; não acesso aos créditos iniciais do INCRA; ausência de ATER. A questão da não construção das moradias, inexistentes ainda nesses primeiros dias de 2015, é destacada como um dos motivos principais também. A suposta cultura individualista²³² dos assentados,

²³¹Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

²³² Como bem observou o Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no momento da defesa da presente dissertação, é preciso problematizar essa suposta ideia de que os camponeses assentados possuem uma cultura individualista que deveria ser destruída em nome de uma suposta ideia coletivista. Na realidade, o mais coerente para compreender que a produção individual faz parte da cultura camponesa, o que não elimina as experiências coletivas

algo que merece ser aprofundado em futuros trabalhos e que não foi dado conta nesta investigação, e problemas pessoais alheios ao assentamento são causas isoladas.

Como já foi observado, as causas são múltiplas, sendo a precarização lida e sentida de modos diversos por cada assentado. O importante é abstrair desta realidade social o movimento geral da ação dos sujeitos que, nas relações sociais, têm produzido um espaço agrário relegando o campesinato assentado a situações degradantes. Nesse sentido, os escritos de Gonçalves (2004, p. 94) são elucidativos, quando critica o abandono das famílias pelo Estado, afirmando que com a conquista dos assentamentos, “os assentados enfrentam um universo de escassez que comprometem a sua própria reprodução como assentados e a reprodução do seu espaço de morada e de trabalho [...] sendo desafiado a permanecer na terra sem nenhum tipo de recurso especial [...]”.

Almeida (2006) defende que devido à presença da renda da terra, há três caminhos para diferenciação do campesinato: 1 - atuar na lógica da acumulação; 2 - na lógica da sua reprodução; e, por fim, 3 - na lógica da perda/prejuízo. Para ela, os camponeses assentados, quando muito, estão conseguindo atuar na lógica da reprodução, haja visto os mecanismos de sujeição da renda da terra ao capital estarem permanentemente atuando. E nessa reprodução, as ações dos fundos públicos são primordiais (programas sociais, aposentadoria, créditos, entre outros). Entretanto, a autora assevera que boa parte dos camponeses assentados está atuando na lógica da perda, o que aumenta o risco da expropriação camponesa nos assentamentos rurais. Nas palavras da autora:

Encontramos, entretanto, boa parte atuando na lógica da perda, em razão das péssimas condições dos assentamentos, inclusive referente a questão agrônômica, uma vez que as terras da “reforma agrária” têm sido as “improdutivas”, ou seja, as pirambeiras e os arenosos que, acrescida da falta de assistência técnica, da distância dos centros consumidores etc., têm gerado sucessivas perdas de lavoura, aumentando o risco de expropriação (ALMEIDA, 2006, p. 315).

Nessa conjuntura, uma reflexão é relevante: se a ação do Estado e dos governos com relação à reforma agrária, em vez de proporcionar as condições para que as famílias camponesas assentadas permaneçam na terra, está, por omissão, contribuindo para que a expulsão destas ocorra nos assentamentos rurais, qual reforma agrária tem sido implementada no Brasil? Se no lugar de permanecer na terra as famílias são expulsas, ao serem obrigadas pela realidade degradante a que são expostas, estar-se-á diante da continuidade do processo de contrarreforma

que permeiam suas ações nos assentamentos rurais. Entende-se que este é um tema que merece atenção de outras pesquisas e maiores aprofundamentos.

agrária, e não de reforma agrária conservadora, incipiente ou parcial, no Brasil dos governos petistas.

Destarte, no atual contexto, de hegemonia do agronegócio no campo deste país e da configuração de uma contrarreforma agrária, a seguinte tese ganha cada vez mais sustentação empírica: de que o acesso à terra nos assentamentos rurais no formato atual de reforma agrária centrada no Estado pode estar sendo, contraditoriamente, o início do processo de expulsão do camponês assentado da terra, extirpando qualquer possibilidade de esperança de construção do território camponês nessas frações do território capitalista brasileiro.

4.6 Os caminhos trilhados: qual o destino dos assentados do PA Olga Benário expulsos da terra?

A discussão empreendida no presente item segue o arcabouço teórico já refletido no item 3.6, quando se discutiu os caminhos trilhados pelos assentados do PA Diamantina na difícil travessia forçada entre o sonho da terra e a expulsão do assentamento. Portanto, não existe diferença no caso dos ex-assentados do PA Olga Benário com relação ao PA Diamantina, mesmo com as especificidades que os diferenciam: o primeiro, um assentamento fruto da luta pela terra, pondo em relevo o antagonismo de classes; o segundo, resultado de uma negociação que muito atendeu aos interesses do latifundiário e encobriu as contradições de classes. O que se busca explicitar aqui é que mesmo nesse cenário diferenciado, a expulsão camponesa, produto da contrarreforma agrária brasileira, é implacável, tanto em um, como no outro: um momento perverso frente ao estado de degradação, material e subjetiva, que atinge o sujeito assentado e que tem marcado as vidas dos assentados nos dois PA's.

Deste modo, se na reforma agrária negociada, a exemplo do PA Diamantina, o campesinato é (re)criado e depois da expulsão ele insiste em permanecer existindo, seguindo sua longa marcha em busca da terra em outros lugares. Na reforma agrária à reboque da luta dos camponeses, como no Olga Benário, esta (re)criação camponesa e a insistência deste sujeito em continuar existindo enquanto tal, mesmo após a expulsão, é mais explícita. Dito de outra maneira, o que se procura demonstrar neste item é que, a teimosia do campesinato em entrar e permanecer na terra o faz uma classe em luta constante para não deixar de existir, mesmo após a expulsão promovida pela contrarreforma agrária. Processo este que contraria os teóricos que, erroneamente ou os arautos com interesses ideológicos ligados às classes exploradoras

(primordialmente aos interesses dos capitalistas rentistas do agronegócio), bradam aos quatro cantos o desaparecimento desta classe.

Teimosia e luta que não é eliminada com o processo perverso da expulsão do assentamento, como se demonstrou no caso do PA Diamantina, e que ficará mais nítido no caso do Assentamento Olga Benário, pois é justamente no campo, em outro assentamento rural, que foi encontrado três dos quatro entrevistados e ex-assentados do Assentamento Olga Benário.

Francisco Mozanildo Solon Pereira, ex-assentado, descreve a longa marcha após a expulsão da terra do PA para a ela retornar posteriormente em outro lugar. Teimosia obstinada que o fez, mesmo passando pelo assalariamento temporário em empresas do ramo industrial na região metropolitana da capital cearense, realizar duas tentativas para retornar a terra em dois outros assentamentos. Hoje ele vive no PA Amazonas, na condição de agregado, ou seja, em pouco mais de dois anos, ele havia passado em três assentamentos (PA Olga Benário, Assentamento do Crédito Fundiário e o PA Amazonas).

Eu vim logo aqui pro Assentamento Amazonas. Daqui fui pra Pacajus [município da região metropolitana de Fortaleza] trabalhar na Juca Bráz. Ai passei, 2010 e voltei em agosto de 2011. Aí eu vim pra cá, até hoje estou aqui [PA Amazonas]. Fui pro Assentamento Água Doce aqui também [...] tava nesse entra e sai, que lá é a compra de terra [Crédito Fundiário]. Ai passei oito meses [...] aí disseram que o nome dos que tinham saído [evadidos] que tava na escritura não saia de jeito nenhum, que tava na justiça, aí eu fui também saí, que eu não ia caçar problema com ninguém, confusão com ninguém, aí sai lá também²³³.

A trajetória dos assentados expulsos em busca da terra faz lembrar o que observa Paulino (2012, p. 327) ao discutir as trajetórias e estratégias camponesas. Apesar de estar discutindo a gestão própria dos seus sítios, a reflexão da autora subsidia o contexto em análise: “considerando-se que o processo de territorialização camponesa é um *continuum*, marcado por lutas permanentes para assegurar a sua condição de classe, o insucesso de uma empreitada não deve ser tomado como o fim de uma trajetória”. Ou seja, ao deixar a terra do assentamento, não significa o fim trágico deste camponês, como *a priori* pode decretar alguém. Como tem mostrado o caso em questão, esses camponeses estão na sua trajetória contínua, recomeçando sempre em outro lugar.

Outro ex-assentado do PA Olga Benário, Enilton da Silva Souza, na mesma linha deste depoente, demonstra a trajetória pós-assentamento quando descreve a sua saga como camponês sem terra que envereda pela cidade temporariamente para logo em seguida à terra retornar: “Fui trabalhar nas firmas, ali na Tijuca, passei seis meses lá. De lá voltei, fui pra Horizonte. Tô aqui

²³³ Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

de novo [PA Amazonas]”. Perguntado sobre a sua relação com a agricultura, deixa evidente a ligação umbilical com esta e a negatividade em ter que ir para cidade em busca de emprego na indústria (firma nas suas palavras), em vez de ficar no campo:

Sempre trabalhei desde criança [na agricultura]. Mais eu acho melhor assentamento, acho melhor na agricultura do que tá em empresa. O caba vai porque se obriga a ir, tem família. Ninguém vai deixar os fí da gente e a mulher da gente passando fome. O caba se obriga a ir. Mas eu adoro assentamento”²³⁴.

Mesmo passando pelo processo de expulsão do assentamento e percorrendo caminhos que os levaram à vida e a lógica da sociedade urbana-industrial, que ora é apresentada de forma naturalizada por alguns teóricos e políticos como caminho inevitável²³⁵ em detrimento de continuar no campo como camponeses, os ex-assentados voltaram a terra, justamente para um outro assentamento, na condição de agregados. Processo que fortalece as palavras de Moura (1988, p. 17), quando afirmou que “[...] os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam a extinção. É mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista”. Nesse sentido, continua a autora: “ocorre que o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro, é resultado do próprio capitalismo que não o extingue” (Ibidem, p. 19).

Rafael Fernandes da Silva Pereira, ex-assentado e morando atualmente em um minifúndio pertencente aos pais nas proximidades do PA Olga Benário, não foge da trajetória de vida dos dois depoentes acima, ao ser expulso da terra e a ela retornar posteriormente, conforme o depoimento a seguir: “Depois que eu saí de lá [PA Olga Benário] trabalhei um ano e seis meses numa granja em Beberibe, aí depois sai de lá e comecei a trabalhar em Fortaleza, passei mais seis meses trabalhando lá [...] Hoje eu moro com meus pais e trabalho na agricultura. A terra é do meu pai mesmo [...]”²³⁶.

Na *via crucis* que caracteriza o campesinato brasileiro em busca de entrar e permanecer na terra, não sendo diferente como se vem demonstrando acerca do campesinato assentado expulso e que teima em continuar essa jornada, acredita-se não ser errôneo defender que o campesinato historicamente é tratado e passa a engrossar a massa de humanos descartáveis que

²³⁴ Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

²³⁵ Uma crítica a ideologia moderno-colonizadora a qual chamou de o mito da urbanização do mundo é feita acertadamente por Porto-Gonçalves (2012, p. 181) ao afirmar: “Assim, mais do que o fato de a humanidade ser urbana vivemos como se devêssemos ser urbanizados! A urbanização é vista como um destino nos múltiplos sentidos que a palavra comporta”. Para ele, o rural nessa perspectiva é visto como forma pré-moderna e inferior de existência que deve ser superado pela industrialização, consequentemente, urbanização.

²³⁶ Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

se avolumam na sociedade capitalista. Uma sujeitos sociais que simplesmente, em algum momento, não tem serventia ao capital e passa a viver um estágio mais avançado do processo desumanizador. Nesse sentido, Martins (2004, p. 81) assevera:

O essencial da pobreza moderna e capitalista está na transformação do homem em coisa, na sua desumanização. Na sociedade capitalista é pobre quem é pobre de humanidade. Quando a pobreza material e alimentar o atinge, estamos apenas em face da extrema exacerbação da coisificação do ser humano: ele se tornou descartável, sua vida já nem mesmo vale o bocado de comida que come – a máquina da produção de riqueza não tem para ele lugar e não o tem sobretudo porque o priva de participação no universo utópico da esperança.

A reflexão de Carvalho (2012) corrobora como a leitura acima, quando se explicita o descarte do campesinato nos discursos, práticas e decisões políticas hegemônicas, a exemplo da contrarreforma agrária, que expulsa parte deste campesinato da terra dos assentamentos rurais e o deixa à deriva entre a cidade e o campo. Para ele, historicamente o campesinato tem sofrido perseguições de toda ordem (políticas, sociais, opressões ideológicas e religiosas), nos diferentes períodos da história humana, onde a marca do tratamento foi o desdém e a humilhação. Não sendo diferente na história brasileira, onde, segundo o autor, o passado colonial-escravista fomentou um preconceito que se cristalizou no senso comum contra os negros, os índios, os pescadores, os ribeirinhos, os seringueiros, os posseiros e muitos outros sujeitos do campo.

Por conseguinte, apesar de compreender que o campesinato e, neste caso, os camponeses assentados expulsos passam a engrossar a massa de descartáveis em algum momento, quando não têm serventia ao capital, não quer dizer que não se deva reconhecer a persistência e a luta dos camponeses para permanecer existindo e transformando essa realidade que não é inexorável, seja em condições diversas e adversas, como vem se demonstrando neste estudo. Nesse sentido, o próprio Carvalho (2012) reconhece que os camponeses tem conseguido resistir às ações desagregadoras e discriminatórias, desenvolvendo uma consciência política de que a pobreza, o desprezo, a discriminação social “[...] dos demais em relação a eles não contribuem para se construir uma sociedade solidária e afirmadora dos valores éticos fundamentais de solidariedade e convivência entre os diferentes” (Ibidem, p. 5).

Nessa conjuntura é que se observa que, tanto os camponeses expulsos da terra, como os que permanecem assentados ou que entram nas vagas deixadas por aqueles nos assentamentos, estão dando continuidade a sua marcha, a sua luta pela conquista da terra. Em movimento, os camponeses vão forjando estratégias de resistência embaladas por uma visão social de mundo utópica, em meio às contradições e às armadilhas teóricas e políticas permeadas por uma visão

social de mundo ideológica²³⁷, principalmente, organizados nos movimentos e organizações sociais, a exemplo do MST, como se abordará no próximo item.

4.7 O MST e o PA Olga Benário: luta e resistência do campesinato assentado em movimento

Frontalmente diferente do que se presencia na relação entre os camponeses assentados do PA Diamantina e da Organização Sindical Rural, marcada pela fragilidade e ausência quase por total de envolvimento entre ambos, no caso, do MST e as famílias do Olga Benário, não dá para caracterizar a relação entre ambos como se fossem sujeitos separados, pois os camponeses assentados em movimento (luta) fazem e são o Movimento. Como bem observa Caldart (2004), trata-se, portanto, dos Sem Terra e seu Movimento, onde o MST é visto por ela como um lugar de formação humana:

[...] formação (no sentido do fazer-se ou de ser fruto de um processo histórico) de um novo sujeito social, o sem terra brasileiro, e mais particularmente o Sem Terra do MST, o que também quer dizer um lugar onde acontece um grande e ousado processo de formação humana, movido por uma luta coletiva centrada em questões de vida ou de morte, porque profundamente vinculadas às raízes do ser humano: terra, trabalho, dignidade (Ibidem, p. 407).

É no rastro teórico, aberto pela referida autora, que se caminha aqui para refletir acerca da construção do Assentamento Olga Benário e dialeticamente a construção do MST, principalmente, quando ela afirma ainda que ao analisar o Movimento é preciso ter em mente que nada começa nem termina, mas continua. Daí o subtítulo deste item: “luta e resistência do campesinato assentado em movimento”, por considerar que a luta é constante e, para isso e por isso, os camponeses estão sempre em movimento, ou melhor, em posição de combate, como bem explicitou a assentada Erlandia Rabelo da Silva: “A gente luta viu, a gente luta bastante. Porque a gente num pode ficar aqui parado né, esperando, a gente tem que lutar, lutar até conseguir [...]”²³⁸. Mesmo permeada por contradições, tensões, desencontros, recuos, avanços e perdas, sendo a expulsão o ápice destas, é uma luta que se faz contra hegemônica, assim, carregada e amparada numa visão social de mundo utópica, que tem gestado centenas de assentamentos rurais espacializados em todo o território nacional.

²³⁷ Visão social de mundo utópica que busca a transformação social bem diferente e que nega a visão social de mundo ideológica nos termos defendidos por Lowy (2007).

²³⁸ Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Olga Benário, Município de Russas, Ceará.

Nas palavras da mesma assentada fica evidente o sentimento de pertencimento e de protagonismo na construção do MST, sempre que afirma: “a gente luta” e/ou “a luta que a gente faz”, fortalecendo a assertiva que no Assentamento Olga Benário depara-se com o Sem Terra e o seu Movimento. Um novo sujeito social, o camponês assentado(a), sendo formado e, concomitantemente, o Movimento (MST) sendo constituído na luta carregada de utopia que busca subverter a ordem vigente e, assim, libertar da escravidão, como bem a depoente afirma:

Olha, conhecer o MST só pela TV né. E eu via coisas [...] aquele monte de gente as vezes. A imprensa sempre acaba, é, falando mais do que é verdade né. O que eu via, eu dizia Deus me livre de um dia eu participar de uma coisa assim, de sair destruir uma coisa, quebrando outra, que era isso que eles falavam né. Ai quando eu conheci o Movimento, eu disse, nossa é totalmente diferente do que eles falam. Que a luta que a gente faz é por um Brasil melhor. Pra que os pequenos agricultores tenham uma renda, é, se libertar de ser escravo do trabalho em firma, de viver trabalhando até doente sem poder parar um dia. Eu, sinceramente, nunca trabalhei em firma e num pretendo trabalhar. Que, a gente aprende a não ser mandado por ninguém, a ser livre né, começa a ser livre, ser o que você quiser ser.

Com isso, discorda-se das ásperas críticas direcionadas por Martins (2003a, 2003b, 2004) ao que ele denomina de agências de mediação, tanto o MST como a CPT, ao afirmar que são agentes mediadores, oriundos da classe média com visões externas e que não condizem com os interesses do campesinato. A realidade descrita pelo autor, em especial quando se refere ao MST, não se confirma no presente estudo, como mostra a depoente acima, quando ele defende a tese de que a atuação do Movimento mais agrava do que ajuda a solucionar as irracionalidades e tensões no processo de reforma agrária, creditando que em alguns casos, as desistências e/ou venda de lotes ocorre devido, em parte, ao conjunto de dificuldades agravadas pela ação do Movimento.

Esse quadro de dificuldades subjetivas e sofrimentos do assentado, suas incertezas e seus dilemas, é agravado justamente por aqueles que querem apoiá-lo e ajudá-lo a sair da situação de anomia em que se encontra, tanto o governo quanto as agências de mediação mais ativas, em especial o MST. E há uma razão para isso: mergulhado numa situação de anomia que resulta de um lento processo de desenraizamento [...] de sucessivas perdas de referências sociais e de perdas culturais, o sem terra não tem condições de oferecer a um programa de reforma social um projeto próprio de reinserção social coerente e exequível. Mesmo que suas experiências sociais anteriores não tivessem sido dilaceradas nessa crise, ainda assim ele estaria numa situação de distanciamento em relação ao atual e ao possível. Não obstante, justamente porque referido a uma situação anômica, não há como promover a reinserção social do sem-terra sem propor-lhe, o que não raro significa impor-lhe, um projeto que deriva de interesses que não são necessariamente os seus (MARTINS, 2003a, p. 34).

Ao contrário do pensamento de Martins (2003a, 2003b, 2004) e de outros autores, inclusive criticando-os²³⁹, Carter (2010, p. 495) faz uma avaliação diametralmente oposta, ao concluir que o MST, mesmo sendo um Movimento controverso, “[...] não se encontra apenas no fio das transformações significativas no país; em muitos aspectos, ele é o fio. Nenhuma outra organização social no Brasil incorpora a força, a incisividade e as aspirações a uma mudança social fundamental representada como o MST”. Nessa mesma perspectiva de enaltecer a relevância do MST está A. Oliveira (2007), que reconhece que o Movimento representa a face moderna na questão agrária brasileira e que materializa a parte do país que está em luta. Nas palavras do autor, o MST:

[...] por mais estranho e extemporâneo que muitos possam achar, pois se trata de um Movimento da cidade para o campo. É um movimento que contradiz o movimento geral da marcha do campo para a cidade, mas é também, um movimento que busca a construção de uma nova sociedade (Ibidem, p. 145).

Importante reconhecer os problemas, as tensões e as contradições que permeiam a luta e a constituição de um sujeito social coletivo do porte do MST, o que não significa cair no discurso que este aguça os problemas vivenciados pelos assentados e/ou descartá-lo ou mesmo não reconhecer sua contribuição para a sociedade brasileira, conforme ressalta o referido autor:

Nos assentamentos tem se procurado implantar a produção coletiva e/ou comunitária ou mesmo individual. Os problemas tem sido muitos e eles vão desde os entraves para acesso ao crédito, ao mandonismo burocrático, à imposição stalinista e, a não compreensão do ideário camponês da produção em terra própria e o ideário camponês da liberdade do trabalho. Mas, são esses sem terra, agora no seio do Movimento dos Sem Terra que marcham pelas estradas e pelas cidades deste país (Ibidem).

Foi justamente a convivência durante a pesquisa e a proximidade com o Movimento em diversos outros momentos (curso, palestras, encontros, luta) que se presenciou atitudes de algum membro (liderança) do MST que dá concretude às palavras do autor acima, quando se refere ao mandonismo e/ou imposição. Por exemplo, quando este pesquisador participou da semana de luta da Via Campesina, no mês de outubro de 2013, em Fortaleza, capital cearense, foi possível presenciar processos onde o diálogo com os camponeses em luta ficava frágil frente à dinâmica da luta que ocorria muitas vezes com ações simultâneas (ocupação no INCRA, reuniões com representantes de órgãos públicos, mobilização para outras ações), não tendo

²³⁹ Segundo Carter (2010), José de Sousa Martins, Zander Navarro, Francisco Graziano e Denis Lerrer Rosenfield estão entre os críticos mais conhecidos do Movimento (MST). Tendo eles procurado legitimar uma visão da reforma agrária como uma política obsoleta e fracassada, alimentando a mídia de massa do país que sempre veicula visões críticas a luta do MST. “Por meio de suas publicações acadêmicas, colunas de jornais e entrevistas para a imprensa, esses quatro acadêmicos têm exercido um papel fundamental na legitimação de uma postura cética em relação à reforma agrária e no reforço de avaliação pesadas do MST” (Ibidem, p. 496).

como estar informando e decidindo coletivamente todos os caminhos, mesmo que houvesse preocupação quanto a isso por parte das lideranças.

Mas o que mais chamou atenção foram atitudes de uma liderança de forma impositiva e autoritária. Nesse sentido, um fato foi ilustrativo, quando os camponeses, a maioria jovens, estavam em frente ao Palácio do Governo prestes a eclodir o conflito com a força armada do Estado a mando do governador (ver figura 15 abaixo), uma das lideranças de forma desproporcional (aos berros) e autoritária manda que todos se retirassem, pois a pauta já havia sido discutida e que, portanto, não haveria sentido a continuidade. No fato, o que chamou a atenção foi o método utilizado para desmobilizar os jovens, sem qualquer possibilidade ou proposição de abertura ao diálogo com os camponeses, que naquele momento reivindicavam uma pauta simples, a devolução de um recipiente que o Movimento utilizava para servir água para consumo para os militantes e que havia sido levado, não se sabe ao certo se pelos policiais ou pelos funcionários do governo, mas que se encontravam dentro do Palácio do Governo.



Figura 28 – Momento de luta e encontro do MST com a força policial em frente ao Palácio do Governo na capital cearense Fortaleza. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

Entretanto, esses momentos de desencontros durante a luta na verdade não representam o Movimento em sua totalidade, ao contrário, são ações individuais e/ou localizadas de determinados sujeitos que em algum momento estão na condição de líderes. A questão central aqui, talvez, residi em como o Movimento está aberto a esta críticas e de como se porta com relação as essas posturas autoritárias de algum membro do Movimento. Centralizando a análise acerca da problemática desta pesquisa, não se encontrou uma ligação causal entre as ações de lideranças do MST como o processo de expulsão dos camponeses assentados, mesmo acreditando ser um tema que merece outras pesquisas. Ao contrário, perguntado sobre como era essa relação alguns ex-assentados demonstravam respeito e cordialidade ao afirmarem não ter havido nenhuma influência das ações do Movimento na sua decisão de não permanecer na comunidade. Francisco Mozanildo Solon Pereira, ex-assentado, nesse sentido ressalta de modo positivo as ações das lideranças do Movimento no PA:

Lá era ótimo [...] Era muito bom lá. Não tinha conflito, não tinha nada, era ótimas pessoas. Chegava pra gente, apresentava muito bem o trabalho deles. Ensinava como era pra ser. Chegava, fazia uma reuniãozinha, conversava o termo da realidade de cada um. Era uma ótima pessoa. Era uns ótimos representantes do MST [...] ²⁴⁰.

Outro ex-assentado, Enilton da Silva Souza, na mesma perspectiva, afirma: “Rapaz, pra mim eu não tinha nada contra eles não [lideranças do MST]. Pra mim eles são uma boa pessoa. O tempo que eu passei lá num tive nada contra eles não” ²⁴¹. O sentimento entre os assentados com relação às lideranças do Movimento não difere dos depoimentos supramencionados pelos que já não estão mais na comunidade, bem como não apontam como causa da expulsão alguma ação dos militantes que convivem diretamente na comunidade, conforme deixa evidente em depoimento a assentada Antônia Jeoneide Alves de Moura, ao se reportar às reuniões e aos processos decisórios: “Aqui nós temos nesse Movimento, como se diz: uma capacidade muito grande de sermos ouvidos. Principalmente, aqui nessa comunidade Olga Benário eu digo sem medo de errar”. E complementa, ao tratar da relação assentado-militância na comunidade e com outros assentados:

Olha, a nossa relação com [...] a militância na nossa comunidade, quem coordena aqui, os que ficam em outras comunidades também, que também participa da luta como um todo, a gente só tem a agradecer. Porque a militância, eles são umas pessoas de muita capacidade, de muita estrutura [...] Então, assim, o MST aqui, pelo menos nessa comunidade, nossa comunidade Olga Benário, é, assim, tem uma função exemplar, sabe. Por que, tanto na militância, como os companheiros de outros assentamentos se compadecem, se sentem, chegam. E, tipo assim, é como se dissesse assim, de longe

²⁴⁰Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

²⁴¹Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

mesmo, mas pegasse na sua mão e dissesse: “eu tou aqui, estamos na luta e somos realmente companheiros”²⁴².

Francisco Leandro Ribeiro, também assentado, de forma bastante entusiasmada sublinha a importância do Movimento e a convergência da luta ao explicitar que trata-se de um mesmo projeto encampado pelas lideranças e pelos assentados:

Rapaz, nós aqui da comunidade Olga Benário com as lideranças do Movimento somos ótimos companheiros. A gente se dá super bem, por que se dá bem? Por que nós apoia aquilo que eles faz, aquela luta que eles ajuda a nós a lutar e defender o mesmo projeto. A comunidade apoia o Movimento e apoia as lideranças e tamos de parabéns²⁴³.

A análise aqui empreendida acerca do MST e a constatação da sua relevância não apenas na atualidade, mas na história recente brasileira, como um Movimento camponês de grande envergadura política, fortalece os escritos de Harvey (2013), quando este critica a concepção clássica da esquerda marxista/socialista, que via apenas no proletariado o agente da mudança histórica, considerando inúteis, periféricas ou irrelevantes todas as outras formas de lutas contra a acumulação por espoliação, como as travadas contra a expulsão da terra, por exemplo. Para ele, esse posicionamento provou ter sido um erro fatal, e nada mais emblemático do que a premência do campesinato em luta e a construção de Movimento como o MST no Brasil. Nessa conjuntura, o MST dá fôlego ainda a sua reflexão quando observa que “[...] todo o campo da luta anticapitalista, anti-imperialista e antiglobalização foi reconfigurado, tendo-se acionado uma dinâmica política totalmente diferente” (HARVEY, 2013, p. 142). Nesse sentido, a avaliação do impacto do MST na sociedade brasileira, como bem afirmou Sampaio (2010), depende claramente do posicionamento político do analista frente ao que se pensa para o futuro do projeto nacional: “com os óculos do liberalismo, o MST constitui um movimento anacrônico; com os óculos do socialismo, um movimento plenamente atual” (Ibidem, p. 404).

Olhando para a atuação do MST no Baixo Jaguaribe, tem-se uma amostra bastante fiel do seu impacto no estado do Ceará, bem como, não ser temerário afirmar para o Brasil. Percebe-se que tanto em nível estadual como microrregional, o MST tem atuado, conforme destaca Sampaio (2010), para manter: a) a reforma agrária na agenda política e em noticiários da mídia burguesa, mesmo de forma pejorativa em ampla maioria das reportagens; b) retirar ou lutar para romper a possibilidade de atrelamento subordinado do campesinato aos interesses de grupos urbanos, assegurando o realismo das reivindicações camponesas; c) difundir valores não capitalistas no espaço agrário e entre outros movimentos/organizações sociais do campo; d)

²⁴²Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

²⁴³Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013, sede PA Amazonas, Município de Morada Nova, Ceará.

reconstruir a identidade cultural das populações destruídas pela modernização capitalista e, por fim, e) gerar uma influência para além das fronteiras do país, que, de alguma forma, impacta no sistema político brasileiro.

Como bem lembra Porto-Gonçalves (2012), surpreende a muitos, que via nas populações camponesas e indígenas a expressão do localismo e do conservadorismo, a formação de uma internacional camponesa, como é a Via Campesina, a qual o MST integra fortemente. Ou pegando os escritos de Pereira (2006, p. 232): “existem ações concretas realizadas nos assentamentos [...] No entanto, os mecanismos estatais tem funcionado como bloqueio a essas potencialidades”. São justamente essas ações, que no Baixo Jaguaribe a exemplo do PA Olga Benário, tem sido dinamizadas pelo MST de forma bastante relevante para o campesinato em um contexto de grande desprezo a esses sujeito social por parte do Estado e seus governos.

Portanto, é nesse cenário que deve ser analisado o movimento de expulsão camponesa nos assentamentos com atuação do MST. É fato que esse fenômeno não tem recebido o devido tratamento pelo Movimento, no entanto, mais do que representar o fim do campesinato ou a desqualificação da luta e da ação do próprio MST junto aos assentamentos, representa mais um desafio entre tantos outros a ser enfrentado pelo Movimento na luta permanente movida pela utopia da transformação radical do estado de coisas vigentes, que condena uma parcela significativa de sujeitos ao descarte, quando estes, em dado momento, não tem serventia alguma para o capital, como parece ser uma parte o campesinato brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O capitalismo internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas” (HARVEY, 2013, p. 124).

“O conceito de progresso deve ser fundamentado na ideia de catástrofe. Que ‘as coisas continuem assim’, eis a catástrofe” (BENJAMIN, 2006, p. 515 apud QUERIDO, 2009, p. 1).

“[...] o marxismo escapa do pessimismo definitivo, ao mesmo tempo em que foge do otimismo fácil” (LEFEBVRE, 2009, p. 13).

Buscando fugir do pessimismo definitivo, mas não caindo na armadilha do otimismo fácil destacado pelos escritos de Lefebvre (2009), a conclusão desta investigação não deixa dúvidas quanto às duas questões centrais e que inquietaram sobremaneira os primeiros passos da pesquisa e que acompanhou todo o seu desenrolar: estaria em curso uma reforma agrária conservadora ou uma contrarreforma agrária a partir da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2003? Este período foi marcado por governos que deram continuidade às políticas neoliberais ou que romperam com esse ideário? Como repostas é preciso enfatizar que o Estado, nestes 12 anos de governos petistas, embebidos pela ideologia do progresso transmutado de um propalado “neodesenvolvimentismo”²⁴⁴ e ao continuar trilhando os caminhos ditados pelo ideário neoliberal, optou pelo agronegócio em detrimento do campesinato, conseqüentemente, continua e aprofunda a implementação histórica da *contrarreforma agrária* no país.

Contrarreforma que não é criação destes governos, mas que tem continuidade e ganha grande impulso com eles. Em linhas gerais, o movimento contrário ou a reforma às avessas, como alguns denominam, conforma um quadro em nível nacional como já havia observado García (1970) ao tratar do que chamou de “reformas agrárias marginais ou contrarreformas agrárias” na América Latina, onde não promovem ruptura com as estruturas latifundistas. Ao contrário, mantêm a concentração fundiária e desvia a pressão camponesa, conservando o

²⁴⁴ Aloizio Mercadante Oliva, um dos principais político do PT e de forte influência neste últimos governos, engrossa o discurso de um dito novo desenvolvimento no país pós anos Lula em sua tese de doutoramento, ao afirmar que: o que aqui denominamos novo Desenvolvimentismo brasileiro não foi resultado de reflexões teóricas sobre as novas condições do processo de desenvolvimento em países emergentes, vis à vis as transformações ocorridas na geoeconomia e geopolítica mundiais, e nem de um planejamento estratégico inovador e ousado, mas sim da práxis de um governo popular que, ao se antepor à agenda neoliberal, acabou por deflagrar um novo processo econômico, social e político no Brasil (OLIVA, 2010, p. 498). Segundo ele, neste novo desenvolvimentismo foi intensificado e consolidado um processo de reforma agrária e dada nova ênfase aos assentamentos rurais, fortalecendo-os produtivamente e melhorando a qualidade de vida e de trabalho das famílias. Na verdade um mito: o novo desenvolvimento pregado pelo autor não tem amparo na realidade do campo brasileiro.

monopólio de classe sobre a terra. Que as coisas continuem como estão, eis a catástrofe do propalado discurso do progresso promovido por um suposto neodesenvolvimentismo, inspirando-se aqui em Benjamin (2006), que no caso do campo brasileiro traduziu-se em 437 assassinatos entre 2003 e 2014 nos conflitos territoriais.

No contexto específico brasileiro, a contrarreforma agrária dos governos petistas, prevista antecipadamente por Thomaz Jr. (2003), materializa-se em diversas faces e nesta dissertação foram elencadas as seguintes: 1) o processo promíscuo de legalização da grilagem de terras e utilização de assentamentos rurais como forma de exploração de madeira, destacado por Oliveira (2010); 2) a substituição da reforma agrária pelas políticas de combate à fome e à pobreza e a opção pela reforma agrária de mercado, como demostram os estudos de Oliveira (2005) e Ramos Filho (2008, 2012); 3) a expulsão e, em alguns casos, expropriação, de comunidades camponesas, inclusive assentamentos rurais, para a construção de perímetros irrigados nos moldes do agronegócio produtor de mercadorias, apontado nos estudos de Rigotto (2011); e, por fim, 4) a expulsão dos camponeses assentados como produto da precarização dos assentamentos rurais e das políticas públicas para o campesinato. Quadro que se agrava quando se percebe a lógica economicista²⁴⁵ das exíguas e precárias políticas, que quando são criadas e chegam ao campesinato, sendo o PRONAF um bom exemplo delas, atuam em sentido diametralmente oposto à lógica da sua produção²⁴⁶ e organização da unidade familiar camponesa. Faces que transitam, como é histórico no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, entre o canibalismo, a predação e a fraude, como observa Harvey (2013).

A motivação e a contribuição maior do presente estudo foi proporcionar um olhar diferente sobre o processo de *evasão de camponeses nos assentamentos rurais*. Diferente no sentido de possibilitar a retirada da espessa camada de fumaça alienadora que paira sobre a discussão desta problemática, ao abordá-la não na perspectiva de pôr a responsabilidade nos camponeses ex-assentados ou nos movimentos e/ou organizações sociais camponesas, mas tratá-la como um processo de expulsão destes sujeitos da terra frente a uma conjuntura política totalmente adversa à classe camponesa. Noutras palavras, foi possível demonstrar que a

²⁴⁵ Como bem ressaltou Pereira (2006), os assentamentos estão sujeitos a condução do INCRA que atua baseado em uma leitura, principalmente, permeada pelo viés produtivo. Ação que se dá no bojo de parâmetros marcados pelas distintas formas de seletiva estrutural do Estado no trato da relação ser humano-natureza, assevera a autora.

²⁴⁶ Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, A., 2007, p. 40).

expulsão do campesinato assentado é parte constituinte, ou melhor, é uma das inúmeras faces que dão concretude a contrarreforma agrária em curso nos governos petistas.

Uma expulsão que se dá silenciosamente e que tem como protagonista principal não diretamente o capital, como tradicionalmente se tem presenciado nos diversos conflitos territoriais levados a cabo pelos latifundiários rentistas, que a todo custo avançam sobre as terras dos camponeses expulsando-os, não raro, com o uso da força e da violência. O protagonismo é exercido pelo Estado, que age a serviço dos interesses do capital na construção dos assentamentos rurais, ao premiar o latifundiário com a renda da terra na forma de indenização, e simplesmente desaparece quando a pauta é os interesses do campesinato assentado.

Não que o Estado esteja ausente ao longo da história da questão agrária brasileira no tocante ao envolvimento em conflitos por terra, conseqüentemente, promovendo a expulsão de camponeses, como ressaltado por Martins (1991). Entretanto, o caso aqui é emblemático, haja vista o mesmo Estado que é responsável em criar o assentamento e assentar os camponeses é o mesmo que expulsa-os ao abandoná-los à própria sorte, inviabilizando qualquer possibilidade de permanência de parte considerável destes sujeitos na terra.

Perversidade materializada em situações degradantes extremas: como a falta de alimento para a família; a ausência de possibilidades de geração de renda; da dificuldade ou inexistência de serviços básicos, como saúde, educação; a falta de assistência técnica e extensão rural; da inexistência de infraestruturas sociais que proporcione atividades culturais e religiosas, marcantes na cultura camponesa; a ausência de infraestruturas produtivas e de espaços de práticas políticas.

Uma realidade que dificulta fortemente a resistência dos camponeses e a construção do seu devir, ou seja, a construção do território camponês nessas frações do território capitalista brasileiro. Drama que atinge seu ápice na expulsão do camponês da terra, abrindo espaço para que outro camponês tente a sorte, alimentado pelo sonho do acesso à terra, em um movimento de entra e sai nas comunidades que deixam sequelas abertas a cada assentado que se vai. O que se foi não abandona o sonho da terra, pois continua a longa marcha em busca de entrar e permanecer na terra.

A investigação dos assentamentos rurais espacializados na Microrregião do Baixo Jaguaribe, especialmente quando do aprofundamento da reflexão com base nos PA's: Diamantina e Olga Benário, proporcionou emergir a gravidade da problemática da expulsão camponesa nos assentamentos rurais, portanto, há necessidade de outros estudos, seja de caráter estadual, seja regional ou nacional.

Os números oficiais do INCRA para os 40 assentamentos desta microrregião são preocupantes. Atualmente estão assentadas 1.877 famílias, entretanto, outras 1.926 estão computadas no sistema do órgão como desistentes/evadidos. Retirando os casos de famílias que saíram por motivos de saúde, desavenças e separação conjugal, entre outras situações que não se incluem no critério aqui adotado de expulsão, mesmo assim, 1.830 ex-assentados estão enquadrados pelo INCRA como desistentes/evadidos, para os quais as justificativas do órgão não convencem quando registra que os mesmos desistiram ou evadiram-se por: “Livre e espontânea vontade antes da assinatura do Contrato de Concessão de Uso” ou houve um “abandono da área sem causa conhecida” ou sequer registra alguma justificativa no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA).

Muitos dos camponeses assentados, homens, mulheres e crianças que estão nos registros expostos na capa deste trabalho, não se encontram mais nos PA's Diamantina e Olga Benário. Dezenas se foram, obrigados, porque expulsos frente há anos em situação degradante promovida pela ação política de contrarreforma agrária. Seguem marchando num perambular incessante na busca da sonhada terra que garanta a existência enquanto sujeitos camponeses. No caso específico do Assentamento Diamantina, das 93 famílias que tiveram seus cadastros homologados oficialmente pelo INCRA, 88 foram expulsas, lembrando que a capacidade do mesmo é para apenas 30 famílias. No PA Olga Benário, que teve sua criação mais recente, a expulsão também ocorre de forma galopante, com capacidade para 15 famílias, foram cadastradas oficialmente 10 famílias, com 5 expulsões.

Como foi evidenciado ao longo deste trabalho, os dados oficiais são apenas a ponta do *iceberg* da expulsão camponesa nos assentamentos, cifras por si já nefastas ao se pensar nos prejuízos para a construção do território camponês e que pode servir como uma arma para os críticos da reforma agrária e ideólogos de plantão a serviço da manutenção das coisas como elas se apresentam atualmente no campo brasileiro. O desmantelamento do INCRA, que faz parte de um *tsunami* que avança sucateando os órgãos e/ou instituições que prestam algum serviço ao campesinato, não permite a atualização do SIPRA. Por exemplo, nos PA's: Diamantina e Olga Benário, após o somatório dos dados oficiais e não oficiais, os números atingem a marca de 119 e 28 expulsões, respectivamente. Bem maior do que os dados oficiais de 88 e 5 expulsões apenas supracitados. Portanto, acreditamos que a problemática é bem maior e que essa situação não seja uma exceção apenas da Superintendência do INCRA-Ceará, ao contrário, o desmonte e a discrepância dos dados oficiais do órgão quando comparados com a realidade dos PA's deve ser uma regra em todo o Brasil.

Seria precipitado generalizar os resultados apenas a partir desta investigação frente a uma problemática sobre a qual existem poucos estudos, bem como diante da diversidade regional e da quantidade dos assentamentos no país. Entretanto, é possível afirmar que a problemática tende a ser bem mais grave do que os números oficiais do INCRA apontam. O importante a destacar é que aqui reside uma inquietação aberta por esta pesquisa e que só será sanada com outros e aprofundados estudos, que a dar reposta a seguinte indagação: qual o real quadro nacional da expulsão camponesa nos assentamentos rurais do Brasil?

Pôde-se perceber, a partir do conhecimento da história, tanto da reforma agrária como dos PA's estudados, que o fenômeno da expulsão de camponeses assentados ocorre tanto em assentamentos frutos da luta pela terra, no caso o PA Olga Benário, como naqueles oriundos da negociação direta com os latifundiários rentistas, o PA Diamantina. Entretanto, não restam dúvidas que o refluxo da ação dos movimentos e organizações sociais de luta pela terra e pela reforma agrária constatado neste trabalho, seja pela cooptação de uma parte deles, seja pela ilusão alienadora que fez e faz ainda crer que os governos petistas fariam ou podem ainda fazer a reforma agrária sob o controle do campesinato, trouxe implicações negativas e substanciais para aprofundar ou mesmo impedir que o processo continuasse.

Outra percepção que a pesquisa deixa, reside na necessidade de ter em mente que, no contexto do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo brasileiro, a criação dos assentamentos rurais em todo o país, mesmo aqueles oriundos da luta camponesa, tem sido de interesse do capital. Assertiva materializada no momento que o capitalista latifundiário rentista abocanha a renda absoluta da terra, através das grandes indenizações com a desapropriação do imóvel rural, lido aqui como um momento que se dá a produção do capital. A partir daí, o Estado que atuou fortemente mediando os interesses do capital, sai de cena deixando o camponês assentado à deriva. Esta ação é proposital, pois obriga esses sujeitos a engrossar a massa que vendem sua força de trabalho, tanto nas empresas do agronegócio, como no setor industrial²⁴⁷. Este ponto é bastante elucidativo para decifrar o enigma da contraditória ação do Estado, quando destacamos o seu protagonismo no duplo movimento assentar-expulsar. Na realidade, apesar de ser uma contrarreforma agrária, no processo contraditório supramencionado, o Estado mantém e recria o campesinato, mas o faz sem ferir os interesses do capital. A reforma agrária mais do que nunca está acoplada aos interesses do agronegócio,

²⁴⁷ Como já salientou Francisco de Oliveira (2013) em "Crítica a razão dualista", engana-se quem vê uma dualidade e não uma integração dialética entre agricultura e indústria. "A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema; seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos [...] ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia (Ibidem, 47).

como afirmou A. Oliveira (2007), e não tem ainda, mesmo com a luta camponesa, conseguido se libertar das amarras desta relação.

Portanto, é preciso assumir como premissa que as explicações para o processo de expulsão de camponeses assentados não devem ser procuradas apenas nos assentamentos em si, pois só assim será explicitado a questão da renda da terra e os benefícios que o processo de contrarreforma agrária em curso proporciona ao capital. Como já dizia Plínio de Arruda Sampaio, a reforma agrária não pode resumir-se apenas à desconcentração fundiária, pois deve significar também a substituição do modelo agrícola produtivista. No bojo desse processo, faz uma crítica certa:

Ultimamente tem surgido a tendência de confundir reforma agrária com assentamento rural. Mas o assentamento é apenas um dos elementos constitutivos de uma reforma agrária, ao lado, por exemplo, do decreto expropriatório, do cadastramento da propriedade, da seleção de beneficiários. Transformá-lo em sinônimo de reforma agrária faz parte da luta ideológica destinada despolitizar o debate da questão agrária da agenda política do país (SAMPAIO, 2013, p. 96).

Pelo exposto até o momento é que se reitera que o acesso à terra no modelo atual de construção dos assentamentos rurais, seja aqueles produtos da luta pela terra, seja via negociata com o latifundiário, contraditoriamente é o início da expulsão de parte considerável do campesinato assentado.

Esta hipótese ganha força se, para além do estado precário destes e das políticas para o campesinato, pensarmos no tamanho dos lotes que estão sendo distribuídos para as famílias assentadas em comparação com o módulo fiscal vigente nos municípios da microrregião do Baixo Jaguaribe, que é de 55 ha²⁴⁸. Retirando os 20%, que por lei são destinados à reserva legal, e dividindo o restante da área desapropriada pelas capacidade do PA, tem-se no Assentamento Olga Benário um bom resultado de 68,6 hectares (ha), entretanto essa não é a regra, mas uma exceção. No PA Diamantina, o resultado já cai para 32,4 ha, declinando ainda mais quando a relação é entre os 40 assentamentos do Baixo Jaguaribe e a capacidade destes, 28,8 ha. Isso sem levar em conta as áreas de preservação permanentes, os solos inapropriados ou degradados por anos de exploração pelo latifundiário, as partes dos PA's destinadas à infraestrutura, entre outras, o que impacta ainda mais nesta equação. O que fica patente é que o tamanho dos lotes

²⁴⁸ Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2015.

está bem aquém do módulo fiscal, o que já é ilegal²⁴⁹. Consequentemente, fica a certeza de que não atenderá as necessidades da unidade de produção familiar camponesa, portanto, no seu nascimento, o assentamento rural já demonstra a sua inviabilidade para o campesinato.

Poderíamos, para finalizar, perguntar: em torno da discussão da expulsão do campesinato assentado, pode-se esperar outra postura do Estado diferentemente da averiguada nesse estudo? Uma proposta de reforma agrária, centrada neste Estado como executor principal, que atenda os interesses camponeses é uma proposta que pode ser viabilizada? Como os movimentos sociais camponeses, num quadro onde cada vez mais ficam explícitas as ligações dos governos petistas com o agronegócio, dinamizarão suas lutas? São questões que suscitaram durante a finalização deste estudo. Pistas explicativas foram elencadas ao longo deste trabalho, mas que merecem ser aprofundadas no tocante à relação entre Estado, capital e reforma agrária no Brasil, no bojo de um capitalismo eminentemente rentista como se desenvolveu no país. Nesse sentido, um ponto de partida que parece ser basilar foi escrito há algumas décadas e que se mostra bastante atual, quando Martins (1981, p. 177) defendia que nas condições brasileiras:

[...] que divergem nesse momento das condições clássicas de confronto entre terra e capital, as tensões produzidas pela [...] chamada “injusta distribuição da terra”, já não podem ser resolvidas por uma reforma agrária dessa estrutura, uma vez que não há como reformar a exploração capitalista que já está completamente embutida na propriedade fundiária. Uma reforma agrária distributiva constituiria, neste momento, uma proposta deste tipo, ou seja, uma proposta inexequível historicamente, como só pode ser qualquer proposta que advogue a reforma das contradições do capital sem atingir o capital e a contradição que expressa: a produção social e a apropriação privada da riqueza. O questionamento da propriedade fundiária levado a efeito na prática de milhares de lavradores neste momento, leva-os, mesmo que não queiram, a encontrar pela frente o novo barão da terra, o grande capital nacional e multinacional. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência.

No momento que se rabisca essas últimas linhas do presente estudo, nestes primeiros dias do ano de 2015, vem a público as primeiras medidas do quarto governo petista que se inicia, tendo à frente a Presidente Dilma Rousseff. Com relação ao campo brasileiro, uma das decisões anunciadas é a escolha da senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Kátia Abreu, para comandar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Na verdade, um fato já esperado e que não causa espanto a este pesquisador, haja vista a relação estreita entre estes governos e o latifúndio transmutado de agronegócio. Sob a trombeta deste, que comemora a indicação da sua mais árdua defensora,

²⁴⁹ Conforme o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), em seu Art. 65: “O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em: 17 jan. 2015.

tem-se um presente de grego para os movimentos e organizações sociais camponesas que, justamente, se engajaram na recente vitória petista na última eleição presidencial.

Neste bojo, não é difícil prever que o caminho que trilhará o governo petista será o de continuar a histórica contrarreforma agrária no Brasil, conseqüentemente, é de se esperar dias sombrios para o campesinato. Menos difícil ainda é prever que ao campesinato o caminho é a continuidade da luta, da resistência, da rebeldia, da insubordinação contra as amarras e as armadilhas que as classes exploradoras e opressoras orquestram para manter as classes oprimidas sob seus olhos, pois sabem que num piscar destes, o campesinato tem condições políticas de contribuir para pôr seus projetos a perder.

A partir dessas duas previsões hipotéticas, a imagem a seguir, captada na luta da Via Campesina, em outubro de 2013 na capital cearense, é simbólica para o desfecho deste estudo. Como já disse A. Oliveira (2007, p. 131): “A história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas, quase sempre, sangrenta desta classe social”. A realização da reforma agrária que interessa aos camponeses e não ao capital não fugirá à regra histórica, ao contrário, a realidade brasileira indica mais do que nunca a necessidade do campesinato continuar sua marcha em luta.



Figura 29 – Marcha dos movimentos sociais camponeses pelas principais avenidas da capital cearense. Foto: Claudemir Martins Cosme, Trabalho de campo, 2013.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. (Re)descobrimos o Rural no Ceará. In: SILVA, J. Borzacchiello et al (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.
- _____. Assentamentos rurais dos sertões do Ceará: construindo qualidade de vida com sustentabilidade ambiental. In. PINHEIRO, Daniel R. de C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: desafios e discussões**. Fortaleza: ABC Editora, 2006, p. 167-183.
- _____. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 297p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.
- _____. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. 210p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFC. Fortaleza, 1998.
- ALENCAR, Francisco Amaro de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – Ceará, 20 anos de marchas. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, 2010, p. 133-148.
- ALENCAR, Francisco Amaro de. SAMPAIO, José Levi Furtado; FELIX, Francisco Kennedy Leite [et. al]. **O pulsar da vida no campo: FETRAECE 50 anos**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Os Movimentos sociais e a teoria geográfica. In: GLAUCIO, José Marafon; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- _____. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 1, p. 2-15, 2004.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os Geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, Nº 84, P. 51-67, 2006.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ARAÚJO, Sergiano de Lima. Globalização e uso corporativo do território na região do Baixo Jaguaribe, Ceará, Brasil. In. PINHEIRO, Daniel R. de C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: desafios e discussões**. Fortaleza: ABC Editora, 2006, p. 345-364 (ISBN 85-7536-181-3).

ARAUJO, Tânia Barcelar de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federal no governo Lula. In. SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 157-172.

BARQUETE. Paulo Roberto Fontes. **O engodo do novo mundo rural**: reflexões a partir de Canindé-Ce. 205p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003

BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de visa, de luta e de construção da justiça social. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 19-28.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais: caminhos e desafios da pesquisa. In: GUANZIROLI, C; ROMEIRO, A. LEITE, S. (Org.). **Reforma agrária**: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes / IBASE / FAO, 1994.

BENJAMIN, Walter. Teoria do conhecimento, teoria do progresso. In: **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Diacronias da violência no Baixo Jaguaribe (CE): marcas históricas e geográficas. **Artigo DATALUTA**, Presidente Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2014. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 02 fev. 2014.

_____. **A fruticultura no nordeste semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 377p. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRUNO, Regina; Medeiros, Leonilde Servolo de. **Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais**. Brasília: Convênio FAO/Incra, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. **Boletim DataLuta – artigo do mês de maio**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e

Projetos de Reforma Agrária, 2012. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais. In. ABRA. Questão agrária e desigualdades no Brasil. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 109-132.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “ilusão” da transparência do espaço e a “fê cega” no planejamento urbano: os desafios de uma Geografia Urbana crítica. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v. 6, n. 10; 2004, p. 289-306.

CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante do MST. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org). **Desvendando Máscaras Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

COOTAP, Cooperativa Técnica de Assessoria e Projetos. **Plano de recuperação do Assentamento Lagoa Grade II**. Tabuleiro do Norte, CE, 2006.

_____. **Plano de recuperação do Assentamento Groelândia**. Tabuleiro do Norte, CE, 2006.

_____. **Plano de recuperação do Assentamento Barra do Feijão**. Tabuleiro do Norte, CE, 2005.

_____. **Plano de recuperação do Assentamento Charneca**. São João do Jaguaribe, CE, 2006.

_____. **Plano de desenvolvimento do Assentamento Charneca**. São João do Jaguaribe, CE, 2000.

COSME, Claudemir Martins. **A reprodução da expropriação camponesa nas áreas de reforma agrária: um estudo de caso do Assentamento Diamantina**. 136f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, Ce, 2011.

COSTA, Cleuton Almeida. **Marcas da ocupação do solo na dinâmica fluvial no Médio-Baixo Jaguaribe-CE**. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA Brasil 2012**. Presidente Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP, 2013. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA Brasil 2008**. Presidente Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 81 – 112.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, v. 01, p. 25-83.

_____. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, J. Borzacchiello et al (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007

_____. Integração competitiva do semi-árido. In. ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: 2002.

ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: 2002.

EMATERCE. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará. **Plano municipal de desenvolvimento rural de Tabuleiro do Norte**. Tabuleiro do Norte, CE: EMATERCE, 2002.

ESTATUTO SOCIAL. **Associação Nossa Senhora Aparecida do PA Diamantina**, Tabuleiro do Norte, CE, 2005.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 284p. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, SP, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In. SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 191-205.

_____. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 161 - 198.

_____. Entrando nos territórios do Território. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, ano 8, n. 6, 2005, pp. 14-34. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 207p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**. 316p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

GARCÍA, Antonio. **Dinámica de las reformas agrarias en América Latina**. 3 ed. Medellín/Bogotá: Editorial La Oveja Negra, Bogotá, 1970.

_____. **Sociología de la reforma agrária en América Latina**. Bogotá: Ediciones Cruz del Sur, 1973.

_____. **Modelos operacionales de reforma agrária**. San José, Costa Rica, Instituto Interamericano de Cooperacion para la agricultura, 1985.

GALENO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2012.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. A importância das agências de mediação no ordenamento territorial dos assentamentos rural. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano. 6, n. 11, 2004.

GONÇALVES, Sérgio. A luta pela terra e a (falsa) autonomia camponesa nos assentamentos rurais: a teoria da territorialização dos movimentos sociais revisitada. **Revista Campo-Território**. Uberlândia, MG, p. 1-11, jun., 2014.

GONZALEZ, Elena Calvo. Construindo a comunidade: um assentamento do MST no Nordeste. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 353 – 372.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: deságios e perspectivas. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 341-354.

GUANZIROLI, C; ROMEIRO, A. LEITE, S. (Org.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE; FAO, 1994.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2006

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação: período de criação do projeto: 01/01/1985 até 17/01/2014**. Fortaleza, 2014. CD-ROM.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema de informações de projetos de reforma agrária: relação de beneficiários do PA Diamantina**. Fortaleza, 2014. CD-ROM.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de detentores por município: município de Tabuleiro do Norte**. Disponível em: <<https://snrc.serpro.gov.br/SIR/Consultas/ConsultaDetentores.asp>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de certificados de cadastro de imóvel rural emitidos:** município de Tabuleiro do Norte: exercício 1992. Fortaleza, 2011. CD-ROM.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de certificados de cadastro e notificadores de imóveis rurais:** município de Tabuleiro do Norte: exercício 1999. Fortaleza, 2011. CD-ROM.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Laudo de Vistoria e Avaliação:** imóvel: Fazenda Riacho das Melancias. Fortaleza, 2009. (Laudo Técnico).

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Laudo de Vistoria e Avaliação:** imóvel: Fazenda Diamantina. Fortaleza, 2004. (Laudo Técnico).

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Agrônômico de Fiscalização:** imóvel: Fazenda Diamantina. Fortaleza, 2002. (Relatório Técnico).

IPECE. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil básico municipal: Tabuleiro do Norte.** Disponível em: <
http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2010/Tabuleiro_do_Norte.pdf>.
Acesso em: 3 de mar. 2014.

_____. **Perfil básico municipal: Russas.** Disponível em: <
http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2010/Russas.pdf>. Acesso em: 3 de mar. 2014.

KAUTSKY, KARL. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultura, 1986.

QUERIDO, Fabio Mascaro. Revolução e (crítica do) progresso: a atualidade eco-socialista de Walter Benjamin. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 68-79, 2º sem, 2009.

LACOSTE, Yves. Pesquisa e trabalho de campo. In: **Seleção de Textos:** AGB, nº 11, 1985, p. 1-23.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. In. Stédile, João Pedro (org.). **A questão agrária do Brasil:** debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 103-126.

LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, São Paulo: IICA, Nead, Editora UNESP: 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo.** Tradução de William Lagos. – Porto Alegre: L&PM, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução revista por Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

_____. **A acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx:** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, L. C.; VASCONCELOS, T. S. L.; FEITAS, B. M. C. **Os novos espaços seletivos no campo.** Fortaleza: EdUECE, 2011.

LIVRO DE ATAS. **Associação Nossa Senhora Aparecida do PA Diamantina.** Livro nº 1, Tabuleiro do Norte, CE, 2005.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen.** 9. ed. São Paulo: Busca Vida, 2007.

_____. **Ideologias e ciência social:** elementos para uma análise marxista. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUQUE, Luciano. FHC elogia experiência cearense em programas de reforma agrária. **Jornal O Povo**, Fortaleza-Ce, p. 3, 24 mar. 1995. Política.

MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **Revista Veracidade**, ano IV, n. 4, 2009. Disponível em: http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=3. Acesso em: 30 mai. 2014.

MARQUES, Marta Inêz Medeiros. **De Sem Terra a “Posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária:** o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velha. 240p. Tese (Doutorado em Geografia). USP, São Paulo, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e os dias de hoje em Ribeira-PB.** 153p. dissertação (Mestrado em Geografia). USP, São Paulo, 1994.

MARTINS. José de Sousa. **Reforma Agrária:** O impossível diálogo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza. (Coord.). **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2003a.

_____. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

_____. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O cativo da terra.** 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital:** crítica da economia política, livro III: o processo global de produção capitalista. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. v. VI.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. **Assentamentos no Pontal do Paranapanema – SP:** uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 2007. 322f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de Medeiros. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. et al. **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MELLO, Paulo Freire. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.** 226p. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MIRANDA, Verônica Maria Mapurunga de; ACUNÃ, Raul Patrício Gastelo; TAVARES, Geovani Oliveira. **O sistema misto de produção nos assentamentos rurais do Ceará:** organização e experiências camponesas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010

MIRANDA, Maria Elena. **Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST.** 156p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). USP, São Paulo, 1998.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 4-2, 2011.

_____. **A ação territorial de uma Igreja radical:** Teologia da Libertação, luta pela terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. 502p. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2008.

_____. Questão agrária, questão jurídica. **Revista Okara**. João Pessoa: v.1, n.2, 2007, p. 1-128.

_____. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 317p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

_____.; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Emília. **Território de Esperanças**. Projeto de Pesquisa: João Pessoa, 2006.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. Questão agrária e luta pela terra na Paraíba. **Artigo DATALUTA**, Presidente Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2012. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 24 Set. 2012.

_____. Do território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, ano 10, n. 10, 2007, p. 72-93. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba, 1997.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST: texto em construção para o VI Congresso Nacional**. São Paulo, 2013.

_____. **Para debater os desafios internos do MST**. Caderno de debates nº 2. São Paulo, 2009.

_____. **O MST: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil**. Documentos básicos. São Paulo, 2005.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNIZ, Alessandra Maria Vieira. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe: mudanças, permanências, desafios e tendências**. 318p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimento no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. 509p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). UNICAMP, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Diana Nara da Silva. **A criação do Assentamento Bela Vista em Jaguaruana-Ceará (1996-2014)**. 73p. Monografia (Graduação em História). FAFIDAM/UECE, Limoeiro do Norte, CE, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos de 1980. In. STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária: o debate na década de 1990**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.

_____. A MP 458 e a contra-reforma agrária na Amazônia. In. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva, Isolete Wichinieski. **Conflitos no campo - Brasil**, 2009, p. 18-26.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, 2003.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 - 206, dez. 2001a.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001b.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos rumos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999a.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1999b.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, Nº 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, p. 5-64.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. **Retratos de assentamentos: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal**. 201f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, RJ, 2007.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará, Brasil**. 364p. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2005.

OLIVEIRA, Neilza Barreto de. **Lutando pela terra**: abrindo mão de um poder alternativo. 455p. Aracaju, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, UFS, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

PAULILO, I. S. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: GUANZIROLI, C; ROMEIRO, A. LEITE, S. (Org.). **Reforma agrária**: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE; FAO, 1994.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma Geografia dos camponeses. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Mediação de conflitos agrários e ambientais**: um estudo sobre o Vale do Rio São João no estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas Sociais, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Agroecologia, mapeamento e participação: importância de processos em rede na construção do conhecimento agroecológico. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Abordagens geográficas do urbano e do agrário**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013) Expropriação, violência e r-existência. In. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva, LAZZARIN, Flávio. **Conflitos no campo – Brasil – 2013**. Goiânia: CPT Nacional, 2013, p. 18-26

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A Contra-Reforma Agrária na Lei e na Marra. In. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva, Isolete Wichinieski. **Conflitos no campo – Brasil – 2011**. Goiânia: CPT Nacional, 2011, p. 107-114.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**: perspectivas em 1977. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A ação do Estado na inserção do agrodiesel em Sergipe: resistência e subordinação no Assentamento Jacaré-Curituba. **Revista GeoNordeste**, Sergipe, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1510/1335>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

_____. A substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza e à miséria ou a contrarreforma agrária no Brasil. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA, 2012, Uberlândia. **Anais eletrônico**. Uberlândia, 2012.

_____. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 410p. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

RIBEIRO, Michelli Medeiros Cabral. **Modelos de Reforma Agrária**: evasão e permanência em assentamentos rurais no Estado de Tocantins. 104p. Minas Gerais, 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2009.

RIGOTTO, Raquel. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 12, n. 1, 2011.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Disputas territoriais e justiça**: um olhar sobre a violência no campo paraibano. 270p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2012.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 191-205.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo; Expressão Popular, 2013, p. 85-102.

_____. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010, p. 397 - 408.

_____. Prefácio. In: BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 329-334.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo; Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

_____. A opção do PT. IN. **10 anos de governos do PT: natureza de classes e neoliberalismo**. Disponível em <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SAMPAIO, José Levi Furtado. As águas, a seca e o estado. In: SILVA, J. Borzacchiello et al. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica a Geografia a uma Geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SHANIN, Teodor. A definição do camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, ano 8, n. 7, 2005, pp. 1-21. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. **La classe incómoda**: sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rusia 1910 – 1925). Madrid: Alianza, 1983.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: Stédile, João Pedro (org.). **A questão agrária do Brasil**: odebate da década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 197-224.

SILVA, Pablo Melquisedeque Souza e. **Campesinato, agroecologia e convivência com o semiárido em Solânea-PB**. 181p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Etevaldo Almeida; ALMEIDA, Cleilson Pinto de. Desempenho econômico do Assentamento Barra do Feijão no ano de 2005. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLVI., 2008, Rio Branco, AC. **Anais eletrônicos**. Rio Branco, AC, 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/114118/2/945.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Agricultura e modernização socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: 2002.

_____. **A agricultura e a reorganização do espaço**: a rizicultura irrigada em Limoeiro Norte – Ceará. 176p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos etemas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo José Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 147- 166.

SOUZA, M.J.N.; OLIVEIRA, V. P. V.; GRANGEIRO, C. M. M. Análise Geoambiental. In: ELIAS, D. (org.). **O Novo Espaço da Produção Globalizada: O Baixo Jaguaribe**. Fortaleza: Funece, 2002, p. 23-89.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e letras, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 23 – 72.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

_____. **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária: 1946 – 2003**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960 - 1980**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 - 1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

TERENCE, Marcelo. **Avanços e limites da reforma agrária no Sul do Pará: um estudo a partir do Projeto de Assentamento Canarana**. 196p. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Revista Pegada**, v. 7, n. 2, 2006.

_____. Jogo de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 4, n. 1, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, 1996.

WOLF, Eric Roberto. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

ZINGA, M. R. M. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ.** 120.p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos de Goytacazes, RJ, 2004.

Outros documentos consultados

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 30 dez. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 02 maio 2011.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Balanço da reforma agrária 2014 e do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff.** Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 09 Jan. 2015.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2013. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2011. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2010. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2009. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2008. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2007. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2005. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2004. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2003. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2002. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2001. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 Jun. 2014.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2002.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, 2003. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2015.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem miséria: 1 ano de resultados**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/arquivos/BSM.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.

MIN. Ministério da Integração Nacional. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi – árido**. Brasília: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=347a66e5-2e91-49b7-9bd5-5762d4ae3e02&groupId=24915>. Acesso em: 15 ago. 2014.

Sites Pesquisados

<http://www.agricultura.gov.br/>

<http://www.contag.org.br/>

<http://www.fetraece.org.br/>

<http://www.incra.gov.br/>

<http://www.integracao.gov.br/>

<http://www.mda.gov.br/>

<http://www.mds.gov.br/>

<http://www.mst.org.br/>

ANEXOS

Roteiro de entrevista para as famílias assentadas

- Antes do assentamento onde você vivia/trabalhava?
- Como você tomou conhecimento do Assentamento?
- Como é a vida no assentamento? Quais as atividades desenvolvidas?
- O que você esperava ao vir morar no Assentamento?
- A vida está melhor hoje comparada com a vida de antes do PA?
- As famílias tem acesso a saúde, educação, trabalho, alimentação, crédito etc.?
- Quais são os maiores problemas enfrentados pelas famílias atualmente?
- O assentamento possui assistência técnica durante todo o ano sem interrupção?
- Como você avalia o trabalho da empresa de ATER?
- Como é organizado o assentamento? Misto, individualizado ou coletivo?
- Como é o processo de gestão do assentamento? Existem Associação? Diretoria? Existem problemas entre as famílias no tocante à organização do Assentamento?
- Quem ou quais entidades/organizações apoia as famílias atualmente?
- Como em sido a atuação do Sindicato/MST/Fetraece junto ao assentamento?
- Como você avalia o trabalho do INCRA no Assentamento?
- A comunidade já possui PDA?
- As famílias já acessaram o crédito do PRONAF A?
- Há entrada e saída de famílias no assentamento?
- Por que as famílias desistem do assentamento?
- Comente sobre a entrada e saída constante de famílias para a construção do assentamento.

Roteiro de entrevista para os Movimentos e Organizações Sociais, INCRA, Entidades de ATER

- Como você avalia os assentamentos rurais na atualidade? Os principais dilemas, conquistas, desafios e problemas?
 - Qual sua avaliação sobre como a questão agrária tem sido tratada nos governos do PT (Lula e Dilma)? Como os governos do PT tem implementado as políticas agrárias/agrícolas para o campo brasileiro?
 - Como a reforma agrária tem sido tratada nos governos do PT?
 - Qual sua avaliação sobre a implementação do PNCF?
 - Como você avalia o papel/estrutura/ação/recursos do INCRA na implementação da reforma agrária?
 - Como você avalia a ação dos movimentos sociais do campo na relação com os governos do PT?
 - Como você avalia especificamente a ação do MST na relação com os governos dos PT?
 - Como você avalia especificamente a ação do movimento sindical na relação com os governos dos PT?
 - Houve um refluxo das lutas/pressão dos movimentos sociais quando se comparada governo FHC e governo LULA/PT?
 - Como você avalia a participação dos governos estaduais e municipais na implementação da reforma agrária no Ceará?
 - Qual o situação de maneira geral dos assentamentos rurais no Ceará?
 - Quais os principais problemas enfrentados pelas famílias assentadas atualmente?
 - Os direitos básicos (educação, saúde, moradia, alimentação, lazer etc.) são proporcionados as famílias assentadas?
 - As famílias assentadas tem autonomia em definir o seu devir nos assentamentos rurais?
 - Qual sua avaliação do processo de desistências de famílias nos assentamentos rurais?
 - Pode-se falar que o que está em curso no Brasil é uma contrarreforma agrária ou uma reforma agrária conservadora?
 - Quais os desafios do INCRA neste momento no Brasil?
 - Quais os desafios dos movimentos sociais do campo neste momento no Brasil?
- Quais os desafios do próximo governo federal eleito nas eleições que se aproxima no tocante à reforma agrária?

Roteiro de entrevista para os ex-assentados

- Antes do assentamento onde você vivia/trabalhava?
- Como você tomou conhecimento do Assentamento?
- O que você esperava ao ir morar no Assentamento?
- O que determinou a sua ida para o Assentamento?
- Como é a vida no assentamento? Quais as atividades desenvolvidas?
- As famílias tinham acesso a saúde, educação, trabalho, alimentação, crédito etc.?
- Quais são os maiores problemas enfrentados pelas famílias?
- O assentamento possuía assistência técnica durante todo o ano sem interrupção?
- Como você avalia o trabalho da empresa de ATER?
- Como era organizado o assentamento? Misto, individualizado ou coletivo?
- Como era o processo de gestão do assentamento? Existem Associação? Diretoria? Existem problemas entre as famílias no tocante à organização do Assentamento?
- Quem ou quais entidades/organizações apoiavam as famílias?
- Como era a atuação do Sindicato/MST/Fetraece junto ao assentamento?
- Como você avalia o trabalho do INCRA no Assentamento?
- As famílias acessaram o crédito do PRONAF A?
- Comente sobre a entrada e saída constante de famílias para a construção do assentamento.
- Por que as famílias desistem?
- Quais os motivos que levaram você a desistir do Assentamento?
- Qual a sua trajetória de vida após a sua saída do assentamento?
- Hoje você vive melhor do que no período que morou no assentamento?